



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

**TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL, JUVENTUDES E
ESPAÇO PÚBLICO**

MARINA JORGE DA SILVA

SÃO CARLOS

2020

TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL, JUVENTUDES E ESPAÇO PÚBLICO

MARINA JORGE DA SILVA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano

Linha de Pesquisa: Redes Sociais e Vulnerabilidades

São Carlos

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Marina Jorge da Silva, realizada em 30/09/2019:

Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano
UFSCar

Profa. Dra. Roseli Esquerdo Lopes
UFSCar

p/ Profa. Dra. Rosângela Gomes da Mota de Souza

UFMG

Profa. Dra. Patrícia Leme de Oliveira Borba
UNIFESP

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez
UFSCar

Ao vô Chico, pelo desejo do doutorado, quando nem ainda o mestrado era uma realidade.

AGRADECIMENTOS

Bendize, ó minha alma, ao SENHOR, e tudo o que há em mim bendiga o seu santo nome.

Bendize, ó minha alma, ao Senhor, e não te esqueças de nenhum de seus benefícios. (Salmos 103:1,2).

Se o processo da escrita é solitário, os quatro anos da caminhada até aqui certamente são repletos de pessoas. Entre tantas e todas, certamente meu principal agradecimento é para Deus, que tem sido meu amparo e refúgio e, em tudo, tem me suprido. Sem dúvidas, é Ele quem tem posto em meu caminho tanto braços e abraços.

Pelo colo e todo amor, minha gratidão ao Rô! Suporte maior e também quem mais tem suportado, ao meu lado, cada crise ao longo do processo. Essa colheita é NOSSA!

Ana, o “não teria conseguido sem você”, por mais clichê, não poderia cair melhor! Obrigada pelo respeito inclusive (e principalmente) quando não me fiz entender e/ou não coube nos prazos e durezas do processo.

Pela generosidade da Ró, da Rosângela, do Fábio Sanchez e da Pati por estarem comigo na banca (e em muitos outros momentos no processo), contribuindo de maneira preciosa.

Às amigas de trabalho, estudo e, principalmente, da vida, agradeço as partilhas tão amorosas, cotidianas e necessárias. Bévora, Lívia, Tati, Amandinha e Gi Morato, dos almoços às caronas, dos sacodes às acolhidas...vocês têm sido TOP em T-U-D-O!

Robs e Má Leandrini, nossos cafés aquecem meu coração! Cada encontro com vocês foi um afago!

Rafa e Moniquitchas, obrigada pelos ouvidos e sugestões, pela prontidão nas ajudas mesmo quando vocês também precisavam de ajuda e acolhida.

Ao Doda e à Maria pelos auxílios tão preciosos que me liberaram para a escrita. Vocês me ensinam muito com sua humildade! Deus continue abençoando vocês!

Aos meus irmãos em Araraquara que têm me sustentado com suas orações! Em especial ao Júlio, à Tata, à Jú, ao Mac, aos Cavicchioni, à Mayara, ao Lê e à Déia, à Sil, Jaque, Mari, tia Cléo e tia Dina pela preocupação constante.

Por suportarem minhas ausências, agradeço minha família em Piracicaba! Mãe, pai, vó, Guilherme, Mariana, Rute, Dão, André, Lucas, Pedro, Maria Júlia, Ana e Rogério, vocês sabem o bem que me faz estar com vocês!

Ao Arthur e ao Otávio por me amarem da mesma forma, mesmo após dias e dias longe.

À Maria e à Tati Melo por desbravarem o campo da praça comigo. E a cada alun@ que pôde colaborar com a construção desse espaço de prática, ensino, pesquisa e extensão.

Ao Jardim Gonzaga que me recebe sempre de braços abertos, em especial aos jovens, com quem tenho aprendido tanto, e ainda, à Nayara, Celinho, Jaguar, Pri e Lipe pela colaboração com este trabalho.

Muito amor por vocês tod@s!

À CAPES pelo financiamento

A sabedoria das pequenas coisas

Coisas há na terra que são pequenas, entretanto são extremamente sábias:

[...]

Os gafanhotos, que não têm rei; mas ainda assim conseguem trabalhar unidos e avançam em fileiras em direção a um objetivo.

(Provérbios 30: 24-27).

RESUMO

O reconhecimento social das juventudes, em uma leitura sócio-histórica, demonstra um processo de disputa para que esse grupo alcance visibilidade e efetiva possibilidade de exercício de cidadania e de participação na vida pública. Porém, identifica-se que uma parcela significativa da juventude brasileira, como a juventude pobre, permanece alijada de condições essenciais à sua integração social. Com base nas proposições de Hannah Arendt, reconhece-se a existência social por meio de uma ligação indissociável entre a compreensão de um grupo como ator político, a efetivação de sua cidadania e a sua visibilidade e atuação no espaço público. Logo, pensar e agir sobre a restrição da cidadania de sujeitos (sejam estes individuais ou coletivos) vulneráveis e invisíveis socialmente abrange a interlocução com o espaço público. Com base nestes princípios, a presente pesquisa objetivou identificar se as ações produzidas há mais de uma década pelo Laboratório METUIA/UFSCar (grupo interinstitucional de estudos, formação e ações em terapia ocupacional social), sob a forma de atividades de extensão universitária, pesquisa e ensino de graduação e pós-graduação, junto à juventude pobre urbana, especificamente por meio de um projeto desenvolvido em um bairro periférico da cidade de São Carlos, SP; modificam a relação que os jovens desenvolvem com os espaços públicos de seu bairro e cidade. Inspirada nos estudos de caso, nos moldes das Ciências Sociais, articulou-se nesta tese três estratégias para a captação de dados: leitura e análise de artigos produzidos pelo METUIA/UFSCar acerca da experiência em questão, a objetivação participante nas Oficinas desenvolvidas naquele local ao longo do ano de 2017 e entrevistas dialogadas com cinco jovens. Os dados foram analisados e discutidos com base na noção de espaço público desenvolvida por Arendt, destacando-se quatro elementos, segundo a autora, essencialmente constituintes do espaço público: visibilidade, pluralidade, igualdade e liberdade. As ações em terapia ocupacional social lançam luz sobre grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, neste caso a juventude, suas necessidades e demandas, favorecendo as visibilidades frente ao poder público e a outros grupos geracionais para dentro e fora de seu território de moradia. Além disso, pelo trabalho técnico profissional em terapia ocupacional social, têm sido promovidos espaços de convívio com a pluralidade humana, de fomento à sociabilidade, de discussão sobre a produção de respeito à diversidade e de enfrentamento a situações de desigualdade e de conflitos advindos dos encontros com a diferença. No entanto, as intervenções em terapia ocupacional evidentemente se colocam como insuficientes no que tange ao enfrentamento às condições macroestruturais que se colocam como impeditivas à experimentação da possibilidade de gozo de igualdade e liberdade à participação na vida coletiva. Apesar disso, conclui-se que a terapia ocupacional social pode modificar as relações dos jovens com os espaços públicos, trazendo à cena sujeitos e vozes que se coloquem de maneira plural e com visibilidade, sendo o terapeuta ocupacional um possível ator na mediação, articulação e fomento de experiências da vida pública e coletiva.

Palavras-chave: Espaço público; Terapia ocupacional social; Juventude; Sociabilidade urbana.

ABSTRACT

A socio-historical analysis of social recognition of the youth showed that there is a dispute process for this population to achieve visibility and effective possibilities to exercise citizenship and participate in public life. However, this analysis identified that a significant part of the Brazilian youth, such as the poor youth, still lacks the conditions essential to their social integration. Based on Hannah Arendt's propositions, there is an inseparable link between the social recognition of a group as a political actor, the realization of its citizenship, and its visibility and inclusion in the public space. Therefore, thinking and acting on the restriction to citizenship of socially vulnerable and invisible individuals or collectives necessarily involve a dialogue with the public space. Based on these principles, this study aimed to identify whether the actions conducted for over a decade by the METUIA/UFSCar team (an inter-institutional group of studies, training and actions in social occupational therapy), in the form of university extension, research, and undergraduate and graduate teaching activities, with poor urban youths specifically through a project developed in a neighborhood in the outskirts of the municipality of São Carlos, state of São Paulo, Brazil, have somehow changed the relationship that these young people have with the public spaces in their neighborhood and city. Based on case studies, along the lines of the Social Sciences, three data collection strategies were articulated: reading and analysis of the studies produced by the METUIA/UFSCar team on the experience in question, participative objectification of the Workshops on activities, dynamics and projects developed in this neighborhood throughout 2017, and interviews with five young people. The data were analyzed and discussed based on the notion of public space developed by Hannah Arendt considering the four elements that she highlighted as essential constituents of the public space: visibility, plurality, equality and freedom. Actions in social occupational therapy shed light on the socially vulnerable population investigated, the poor youth in this case, on its needs and demands, favoring visibility before the municipal government and other generational groups inside and outside its living territory. In addition, through technical and professional work in social occupational therapy, life-sharing spaces have been promoted with the aim of fostering human plurality and sociability, discussing the production of respect for diversity, and coping with situations of inequality and conflicts arising from encounters with difference. Nevertheless, occupational therapy interventions are evidently insufficient to tackle the macro-structural conditions that stand in the way of experimenting with the possibility of enjoying equality and freedom to participate in collective life. In spite of that, it is concluded that social occupational therapy can modify the relationship between youths and the public spaces, including individuals and voices in this scene plurally and with visibility, and that occupational therapists are possible actors in the mediation, articulation and promotion of experiences in public and collective life.

Keywords: Public space; Social occupational therapy; Youth; Urban sociability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 – Símbolo do Projeto METUIA.....	94
IMAGEM 2 – Meninos se abraçam durante visita ao Parque Ecológico.....	121
IMAGEM 3 – Vista parcial da praça.....	135
IMAGEM 4 – Visita com os jovens ao Parque Ecológico.....	166
IMAGEM 5 – Atividade para levantamento de demandas dos frequentadores para o espaço da praça.....	191
IMAGEM 6 – Promoção da convivência intergeracional.....	193
IMAGEM 7 – Aluno de pós-graduação intercambista mostra fotos aos jovens com retratos do cotidiano em seu país.....	199
IMAGEM 8 – Uma das atividades de culinária no espaço das oficinas.....	203
IMAGEM 9 – Jovens e crianças pactuam regras de funcionamento para o espaço das oficinas.....	219
IMAGEM 10 – A experimentação de “outro lugar”: jovens levam equipe até seu lugar favorito no bairro.....	228
IMAGEM 11 – Jovem aprecia a mandala mexicana que produziu durante uma oficina no Centro da Juventude.....	231
IMAGEM 12 – Vista ao fundo da praça, antes: livre acesso à área verde (“Buracão”).....	243
IMAGEM 13 – Depósito de entulhos na área verde (“Buracão”).....	243
IMAGEM 14 – Vista ao fundo da praça, depois: cerca e lixeira providenciadas pelos moradores.....	244

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Lista de artigos selecionados para leitura na íntegra.....	115
--	-----

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CC – Centro Comunitário
CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CIDPA - Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas
CJ – Centro da Juventude
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
ECo – Estação Comunitária
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMEB – Escola Municipal de Educação Básica
FMUSP – Faculdade de Medicina da Universidade São Paulo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PCC – Primeiro Comando da Capital
PIB – Produto Interno Bruto
ProEx – Pró-Reitoria de Extensão
SMCAS – Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social
SMEIJ – Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS – Unidade Básica de Saúde
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFPb – Universidade Federal da Paraíba
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UnB – Universidade de Brasília
UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
USP – Universidade São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
<u>1. DA PESQUISA OU SOBRE A ESCOLHA DE CAMINHOS E ESTRATÉGIAS</u>	23
1.1. O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO CHAVE DE LEITURA	23
1.2. O ESTUDO DE CASO SOCIAL COMO INSPIRAÇÃO	31
1.3. A OBJETIVAÇÃO PARTICIPANTE COMO ESTRATÉGIA.....	33
<u>2. ESPAÇO PÚBLICO</u>	40
2.1. PONTO DE PARTIDA TEÓRICO: A NOÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO EM HANNAH ARENDT 43	
2.1.1. ESPAÇO PÚBLICO COMO LUGAR DE VISIBILIDADE	45
2.1.2. ESPAÇO PÚBLICO COMO LUGAR DA PLURALIDADE	50
2.1.3. ESPAÇO PÚBLICO COMO IGUALDADE NA CONSTITUIÇÃO DE UM MUNDO COMUM ..	54
2.1.4. ESPAÇO PÚBLICO COMO LUGAR DE LIBERDADE	57
<u>3. JUVENTUDES.....</u>	61
3.1. JUVENTUDES E A QUESTÃO DA (IN)VISIBILIDADE SOCIAL.....	63
3.2. DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE NEGATIVA	67
3.3. DA VISIBILIDADE NEGATIVA À CONSTRUÇÃO DE DIFERENTES APREENSÕES: A JUVENTUDE COMO SUJEITO DE DIREITOS	73
3.4. JUVENTUDE POBRE: ENTRE O ESPAÇO SOCIAL E O ESPAÇO PÚBLICO	81
<u>4. TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL.....</u>	88
4.1. METUIA/UFSCAR: BREVE HISTÓRICO.....	94
1.1.1. ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DO METUIA/UFSCAR	95
4.2. A TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL COMO OBJETO DA PESQUISA.....	111
<u>5. ENTRE PROCESSOS: OS DADOS E SUAS FONTES.....</u>	135
5.1. LOCAL DA PESQUISA.....	135
5.2. OFICINAS DE ATIVIDADES, DINÂMICAS E PROJETOS	141
5.3. ENTREVISTAS E SUJEITOS DA PESQUISA.....	146
5.3.1. CÉLIO.....	152
5.3.2. NAYARA.....	155
5.3.3. LIPE	158
5.3.4. PRISCILA.....	160
5.3.5. JAGUAR	162
<u>6. CAMINHOS DE DIÁLOGOS E REFLEXÕES: TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL, JUVENTUDES E ESPAÇOS PÚBLICOS.....</u>	165

6.1.	A PRODUÇÃO DE VISIBILIDADES PELO TRABALHO TÉCNICO EM TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL	166
6.2.	O FOMENTO À PLURALIDADE PELO TRABALHO TÉCNICO EM TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL	193
6.3.	A EXPERIMENTAÇÃO DE IGUALDADE PELO TRABALHO TÉCNICO EM TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL	218
6.4.	A EXPERIMENTAÇÃO DE LIBERDADE PELO TRABALHO TÉCNICO EM TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL	230
<u>7.</u>	<u>CONCLUSÃO</u>	<u>247</u>
<u>8.</u>	<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>257</u>
<u>9.</u>	<u>ANEXOS</u>	<u>280</u>
9.1.	ANEXO 1 – LISTA DE TODOS OS TRABALHO PRÉ-SELECIONADOS PARA LEITURA, POR CATEGORIA.	280
9.2.	ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	284
9.3.	ANEXO 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	285

Apresentação

Esse homem, ou mulher, está grávido de muita gente.
Gente que sai por seus poros.
Assim mostram, em figuras de barro,
os índios do Novo México:
o narrador, o que conta a memória coletiva,
está todo brotado de pessoinhas.
(Eduardo Galeano – O livro dos abraços, 2002, p.12)

Sinto-me muito representada por Galeano no verso em questão. Dentre as razões, poderia citar o emaranhado de gentes que se constituem referências e me formam como terapeuta ocupacional pesquisadora. Exatamente nessa ordem, pois, foi na/junto à terapia ocupacional que pude fazer as primeiras incursões na pesquisa.

Em meu processo de formação como terapeuta ocupacional pude estar em diversos cenários de prática e junto a populações que, ligadas à “problemáticas específicas (físicas, sensoriais, mentais, psicológicas e/ou sociais), apresentavam, temporária ou definitivamente, dificuldade de inserção e participação na vida social” (FMUSP, 1997, s/p).

Embora o texto se inicie no passado, as demandas desses grupos, bem como os desafios para seu equacionamento, são ainda atuais a toda área da terapia ocupacional. Para a área, há o desafio de desenvolver elementos teóricos e metodológicos que propiciem estratégias para a inserção social dos sujeitos, para além das problemáticas específicas que os acometeram/acometem (MALFITANO, 2016).

No entanto, foi meu encontro com a subárea de terapia ocupacional social que me despertou para o fato que aquelas problemáticas não revelavam apenas diversidade de demandas entre distintos grupos populacionais, tampouco “apenas” as especificidades entre subáreas de ação técnica do terapeuta ocupacional, ou, ainda, distinções entre setores como saúde, educação e assistência social. Antes, aqueles fatores eram (e continuam sendo), também, elementos de diferenciação, marcadores de

diferenças entre os sujeitos sociais, tanto na perspectiva individual quanto coletiva.

À medida que fui me apropriando do repertório teórico-metodológico próprio da terapia ocupacional social fui aprendendo a identificar reproduções das desigualdades sociais nos vários âmbitos da vida e das relações de certos grupos. Em minha trajetória essa apropriação se deu por diversas inserções em ações de pesquisa, ensino e extensão, que ao longo do tempo me foram permitidas construir junto ao Projeto METUIA¹: grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes, jovens e adultos em processos de ruptura de redes sociais de suporte (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002), mais especificamente no núcleo Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – daqui em diante apresentado como METUIA/UFSCar (apresentado com maior detalhamento no capítulo 04) -, onde venho sendo formada desde a graduação.

O METUIA/UFSCar, dentre outras atividades, vem integrando o cenário das intervenções sociais com jovens populares urbanos de São Carlos, um município de médio porte do interior paulista, onde também se localiza a referida Universidade (LOPES et al., 2008). Além disso, há mais de uma década a temática das juventudes tem sido bastante recorrente nas produções do grupo. Considerando-se a produção e o acúmulo de conhecimento sobre essa temática específica, esta pesquisa integra tais debates e pretende investigar se as ações de terapia ocupacional social realizadas pelo núcleo UFSCar do Projeto METUIA junto à juventude pobre urbana de uma determinada localidade modificam as relações dos jovens com os espaços públicos de seu bairro e cidade.

Sob este ponto de vista, esta pesquisa, em especial, tem se apresentado “brotado de pessoinhas” (GALEANO, 2002, p.12) também pelo tema e procedimentos de trabalho nela utilizados, pois, o maior detalhamento da constituição dessas ações, bem como sua localização no tempo e espaço, que virão nos capítulos seguintes, desvelam um processo plural, composto pelo investimento de muitos sujeitos, em tempos distintos.

¹ Informações disponíveis em: www.metuia.ufscar.br.

Sobre minha trajetória, em particular, cabe dizer que, na aproximação com este campo de atuação, transitei em espaços públicos de diferentes naturezas, ocupando diferentes posições no interior do METUIA/UFSCar. De aluna de graduação em terapia ocupacional da UFSCar participante do projeto de extensão, em 2006; passando para terapeuta ocupacional graduada, prestadora de serviços à Prefeitura Municipal de São Carlos, em 2011-2012, atuando no Centro da Juventude em parceria com o METUIA/UFSCar; finalmente docente de terapia ocupacional pela subárea de terapia ocupacional social, desde 2014, concursada no Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar. Nestes diferentes momentos, estive em trânsito em uma escola pública estadual, um espaço de lazer e convivência denominado Centro de Juventude (CJ) e equipamentos socioassistenciais, como um Centro Comunitário, que posteriormente foi transformado em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), e uma Estação Comunitária (ECo), que agrega diferentes serviços sociais, todos presentes na mesma região da cidade (LOPES et al., 2014). Essa variedade de serviços e equipamentos está circunscrita a uma mesma região do município, constituída por bairros situados na periferia, estigmatizados pelos seus índices de violência, tráfico de drogas e pelas condições de infraestrutura precarizadas, tal como o acesso da população aos equipamentos da rede pública de serviços sociais (ROSA, 2008; SOUZA, 2010).

A proposta de atuação técnica, utilizando como estratégia metodológica estar em diferentes espaços, tem sido replicada até hoje e consiste em abarcar o maior contingente e diversidade de jovens quanto possível, pois se tem notado que o público de cada serviço/equipamento é muito distinto entre si, deflagrando um movimento de circulação que passa pela diversidade de interesses entre grupos, mas também pela incidência da questão social na configuração de padrões diferenciados de produção e ocupação do espaço urbano (LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; CAPPELLARO, 2013).

Meu percurso como professora do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), responsável

pelo campo das práticas na área de terapia ocupacional social, me permitiu a imersão ininterrupta em um mesmo território desde agosto de 2014. A intensidade das ações voltadas à manutenção do campo de estágio curricular e das atividades extensionistas foi me possibilitando conhecer um pouco melhor o bairro do Jardim Gonzaga em São Carlos, SP, a realidade da vida cotidiana ali tecida, suas dinâmicas e seus moradores.

Compondo as ações realizadas pelo METUIA/UFSCar naquela região, entrei em contato, prioritariamente, com adolescentes e jovens daquele grupo popular urbano, seja por meio da busca ativa de participantes para as oficinas de atividades, dinâmicas e projetos, ou mesmo por meio da realização das próprias oficinas. Dedicadas ao enfrentamento das vulnerabilidades que cercam o cotidiano dos adolescentes e jovens moradores do Jardim Gonzaga, o trabalho cotidiano foi trazendo elementos que corroboravam com a literatura quanto à necessidade de criação de espaços de participação democrática e de ampliação da rede de possibilidades daqueles sujeitos (SOUZA, 2010). Somou-se a isso a percepção da pouca circulação, presença e participação daqueles atores nos espaços públicos do bairro, de forma mais específica, e da cidade, de forma mais ampla. Isso nos levou a refletir, com maior ênfase, nos rebatimentos da(s) restrição(ões) de circulação e, conseqüentemente, sobre o exercício de cidadania daqueles adolescentes e jovens, e o quanto nossas intervenções se projetavam, com êxito ou não, sobre tais questões.

Igualmente, notava-se que a possibilidade de ser e estar no espaço urbano se efetiva de forma seletiva para os jovens, e esta efetivação aparece atrelada a uma complexa trama de relações. Nessa compreensão, pode-se dizer que a produção de algumas pesquisas a partir do METUIA/UFSCar foi desvelando que a circulação dos jovens pelos diferentes espaços muitas vezes passa por recortes como as relações de gênero (CAPPELLARO, 2013), conflitos territoriais não explícitos (PEREIRA, 2012), pelo trabalho informal-ilegal e pelos papéis sociais desempenhados (BORBA, 2012), estando, cada aspecto mencionado, fortemente associado à noção de pertencimento daqueles jovens aos espaços.

Além disso, tem-se a compreensão de que é sobre a juventude pobre que incide ainda com maior nitidez a face da exclusão das juventudes brasileiras, sendo a vulnerabilidade social um fator preponderante na/para a não colocação desse grupo no espaço público (NOVAES, 2012). Assim, fui sendo instigada a refletir sobre a pouca e frágil visibilidade das juventudes no espaço público, de forma geral, e, sobretudo, a considerar a vulnerabilidade social como fator de impacto na/para a não colocação desse grupo no espaço público.

Admitindo que a questão da circulação e dos usos dos espaços públicos é um fator de grande impacto sobre a vida cotidiana dos jovens, há de se destacar que, compondo o debate sobre juventudes, é relevante a ênfase sobre a juventude pobre em suas especificidades enquanto um grupo cujo acesso a esses locais se dá de forma ainda mais frágil.

Diante desses questionamentos nos pareceu plausível a hipótese que o trabalho que vem sendo realizadas pelo METUIA/UFSCar, naquela região, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, tem promovido uma maior convivência e possibilidade de experimentação de “sociabilidade e trocas, que pode transcender para um contexto mais amplo” (SILVA, 2011, p. 104). A partir disso nasceu a proposta desta pesquisa, com o intuito de indagar se as intervenções realizadas, de alguma forma, modificam as relações que os jovens estabelecem com os espaços públicos de seu bairro e de contextos mais amplos.

Além disso, passaram a me acompanhar questionamentos tais como: se a circulação e o uso dos espaços públicos dentro do próprio bairro já apresentam restrições e tantos fatores de fragilização, como se dá esse aspecto em um cenário mais amplo, como a cidade, por exemplo? Haveria, diante disso, possibilidades de ação baseada na terapia ocupacional social? Que possibilidades seriam essas? Já estariam previstas em seus aportes teórico-metodológicos?

Baseando-me em ponderações que, na década de 1970 e 1980, foram favorecendo a proposição da terapia ocupacional social, passei a acreditar no

estímulo a uma tomada de consciência coletiva e a um alargamento dos espaços de liberdade pessoais e sociais, não só como uma proposta inovadora de intervenção, mas como um compromisso técnico, ético e político na luta pela cidadania (LOPES, 2016).

Com isso, aos papéis de professora-supervisora de estudantes e terapeuta ocupacional se justapôs a tarefa de pesquisadora e, com isso, fez-se imperativa a necessidade de fundamentar e respaldar o arcabouço teórico e metodológico que vinha sendo utilizado nos processos de intervenção, também como eixo estruturante da pesquisa (SILVA, 2011).

Dada a complexidade da temática escolhida e a intersecção de tarefas e interesses na produção deste trabalho, chegou-se à leitura da produção teórica do METUIA/UFSCar como aporte inicial para reflexão da temática desta pesquisa, de forma mais específica. Articuladamente, tomando como inspiração os Estudos de Casos Sociais (BECKER, 1994), buscou-se congrega a leitura de materiais produzidos pelo METUIA/UFSCar sobre o território do Jardim Gonzaga; a concepção teórico-metodológica da Objetivação Participante, tal qual proposta por Bourdieu (1983), durante as Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos (LOPES et al., 2014), realizadas no território; e entrevistas com cinco jovens participantes das ações desenvolvidas pelo METUIA/UFSCar, com vistas a, a partir daquela realidade específica, discutir possíveis generalizações acerca da temática em tela.

À semelhança do apresentado por Borba (2012), pode-se dizer que a escolha dos caminhos metodológicos veio acompanhada da possibilidade de aproximação dos sujeitos em seus espaços de vida com a necessidade de uma vigilância constante para não naturalizar os processos sociais. Tal exercício de vigilância implica em um constante aproximar-se/afastar-se, entendendo que, embora perto e, muitas vezes “dentro” daquele contexto, é meu lugar de “estrangeira” que permanece (SIMMEL, 1983). Com isso, a tarefa foi buscar pela distância mais propícia para enxergar a naturalidade que se constrói no cotidiano, na vida diária e, ao mesmo, desnaturalizar os processos, a fim de se perceber diferentes arranjos, para além de visões

homogeneizadoras nas percepções sobre a possibilidade de construção de novos modos de existências juvenis.

Vale dizer que este trabalho busca tecer a correlação necessária entre as três categorias citadas: terapia ocupacional social, juventudes e espaço público, sendo esta articulação a discussão central deste trabalho, proposta, inclusive, a partir do seu título.

Passa-se, então, a discutir teoricamente cada uma dessas categorias, buscando, concomitantemente, estabelecer nexos e associações entre elas, na expectativa de desenvolver um debate teórico sobre as relações existentes entre uma certa juventude (juventude popular urbana) e suas relações com os espaços públicos, tomando o terapeuta ocupacional como possível articulador desta relação.

Para contemplar esta discussão, a tese está dividida em sete capítulos. Após uma breve apresentação da trajetória da pesquisadora e resgate das motivações para chegada na proposição desta pesquisa, suas questões norteadoras e seu objetivo; apresenta-se, no primeiro capítulo, os caminhos e estratégias de pesquisa, trazendo para tanto o referencial teórico quanto aos procedimentos metodológicos adotados no processo de fazer a pesquisa.

Os três capítulos seguintes tratam, individualmente, de cada um dos objetos dessa pesquisa, a saber: espaço público, juventudes e terapia ocupacional social, respectivamente. O segundo capítulo se volta à discussão do espaço público a partir da apreensão política-filosófica de Hannah Arendt, buscando eixos definidos para pensar, concretamente, a prática profissional do terapeuta ocupacional na área social. No terceiro capítulo desenvolve-se uma reflexão teórica sobre o processo de conquista de visibilidade social por parte das juventudes e/ou seu surgimento no espaço público, como ator social. No quarto capítulo, pauta-se a terapia ocupacional social como ponto teórico de partida para o trabalho, explicitando seus fundamentos e princípios.

No quinto capítulo buscou-se contextualizar a coleta de dados da pesquisa, localizando o espaço onde foi realizada a pesquisa e as estratégias utilizadas, a saber: Estudo de Caso Social, lançando mão da objetivação

participante nas Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos e de entrevistas com cinco jovens. No sexto capítulo são apresentadas as análises e discussão dos dados, ressaltando a produção de visibilidade no/do espaço público, o fomento à pluralidade, a experimentação de igualdade e liberdade como possibilidades à ação técnica profissional em terapia ocupacional social. E, por fim, no sétimo capítulo, conclui-se que as intervenções em terapia ocupacional social se fazem possíveis agentes de produção e fortalecimento de espaços públicos através do incremento da relação dos jovens com aqueles espaços, buscando a constituição efetiva de espaços coletivos de convivência.

Espera-se que as reflexões publicizadas por meio deste trabalho possam contribuir para as ações técnicas em terapia ocupacional, notadamente sob a perspectiva da terapia ocupacional social, buscando elementos para o fomento, a promoção e a potencialização de espaços públicos para todos.

1. DA PESQUISA OU SOBRE A ESCOLHA DE CAMINHOS E ESTRATÉGIAS

Neste capítulo busca-se apresentar as bases teórico-metodológicas que informam este trabalho. Assim, pretende-se ponderar, ainda que brevemente, sobre a importância de explicitar os referenciais teóricos e os posicionamentos epistemológicos que fundamentam os pesquisadores e suas pesquisas, bem como explicitar nossa própria escolha, procurando justificá-la.

Tem-se como pressuposto que a implicação da pesquisadora no campo, pela sua condição anterior de terapeuta ocupacional e condição atual de docente responsável pelo campo das práticas que foram objetivadas no processo de produção desta pesquisa refletem em uma implicação direta com e naquele campo e, conseqüentemente, no enfrentamento de alguns desafios. Toma-se a terapia ocupacional social como ponto de partida e de chegada, na articulação desses diversos arcabouços, entendendo, ela própria como um referencial teórico-metodológico específico aplicado a este estudo. A terapia ocupacional social será abordada no capítulo quatro, sendo que se constitui, também, e concomitantemente, como objeto de investigação nesta pesquisa.

1.1. O materialismo histórico-dialético como chave de leitura

Ao longo dos tempos a pesquisa científica tem sido apresentada de diversas formas, e tal diversidade inclui sua compreensão como trabalho artesanal (MINAYO; DESLANDES, 2001; PAIS, 2013). Seguindo essa compreensão, Pais (2013) apresenta a pesquisa científica como forma de produção de conhecimentos, como fruto das artes de pensar, questionar e fazer, a partir da matéria-prima, do substrato que é o social. Para ele, o pesquisador-artesão estabelece uma relação com a realidade material, de modo que lhe permita criar com o que aprende e aprender com o que cria (PAIS, 2013).

Em uma leitura mais objetiva do processo, Minayo e Deslandes (2001) colocam que, diferente da arte e da poesia, que se concebem na inspiração, a pesquisa, como labor artesanal, não prescinde da criatividade, antes, parte de conceitos, proposições, métodos e técnicas pré-definidos, que delineiam, em ritmo próprio e particular, a construção de um produto provisório, capaz de dar origem a novos questionamentos.

Fato é que se a própria compreensão e conceituação de “pesquisa” já passa por diversos vieses, o que dizer, então, do processo de fazer pesquisa? E, ainda, da escolha de seu objeto e dos modos de encaminhar a investigação sobre ele? Tomando a pesquisa como a produção de conhecimento sobre um dado fenômeno/objeto, pode-se dizer que, desde a escolha desse objeto - passando pela seleção de qual(is) estratégia(s) utilizar para dele se aproximar - até a compreensão de que a complexidade do objeto requer a escolha de um (ou alguns poucos) aspecto(s) para aprofundamento, identifica-se uma sucessiva (e necessária) proposição de recortes. Tais recortes são como lentes, chaves de leitura através das quais se escolhe observar o objeto e sobre ele tecer reflexões.

Desde a eleição de um objeto/fenômeno para a pesquisa, até a busca por chaves de leitura e referenciais para sua análise e entendimento, o pesquisador explicita sua visão de mundo. Todo o processo é permeado de intencionalidade e atravessado pela dimensão ideológica do pesquisador, desvelando sua maneira de pensar e estar no mundo.

Quando definimos o que pesquisar, a partir de que base teórica e como pesquisar, estamos fazendo escolhas que são, mesmo em última instância, ideológicas. A neutralidade da investigação científica é um mito. Não estamos, é certo, nos referindo a uma visão maniqueísta, onde o pesquisador reconstrói a realidade com "segundas intenções políticas". Estamos, sim, falando de uma característica intrínseca ao conhecimento científico: ele é sempre histórico e socialmente condicionado. O pesquisador opera escolhas (mesmo sem ter a percepção clara disto), tendo como horizontes sua posição social e a mentalidade de um momento histórico concreto (MINAYO; DESLANDES, 2001, p. 34).

Entendendo que “não existe método alheio a uma concepção da realidade” (FRIGOTTO 1991, p.76), e que é importante explicitar ao leitor os referenciais teóricos e os posicionamentos epistemológicos que fundamentam os pesquisadores e suas pesquisas, a fim de instrumentalizar uma leitura mais crítico-analítica do texto, e o acompanhamento mais consciente dos caminhos da análise (GOMIDE, 2013), demarca-se que essa pesquisa se alinha com a concepção materialista histórica-dialética, que, para Frigotto (1991), se constitui como uma concepção de mundo.

Segundo Gomide (2013), o materialismo histórico-dialético, tendo suas bases em Marx e Engels, constitui-se como um enfoque teórico, metodológico e também analítico, que se volta à compreensão da dinâmica e das transformações da história e das sociedades humanas. Em um exercício de decomposição do nome, com vistas a facilitar sua conceituação, a autora (GOMIDE, 2013, p.03) apresenta o termo “materialismo” como a preocupação central com “a condição material da existência humana”, o termo “histórico” como o entendimento que “a compreensão da existência humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos”, e o termo “dialético” como o pressuposto “movimento da contradição produzida na própria história”. Sob essa apreensão, a realidade apresenta-se como algo concreto, em processo de constantes e sucessivas transformações. Admite-se a premissa que o modo de produção da vida material estabelece os limites de todo o processo social e político, visto que as condições materiais reverberam sobre as diversas dimensões das experiências sociais dos sujeitos (TELLES; HIRATA, 2007). De acordo com Konder (1992), o materialismo histórico dialético permite uma leitura não dicotomizada de temas atuais de relevância social, como classe, gênero e raça-etnia, por exemplo.

Entendendo que é pela escolha da matriz teórica que se faz possível conhecer o objeto escolhido à pesquisa (SANTOS et al., 2018), toma-se nos próximos capítulos cada um dos três objetos desta pesquisa: as juventudes, a terapia ocupacional social e seu processo de trabalho e o espaço público à luz da corrente materialista histórico-dialética em diálogo com outros autores

que contribuam com o objeto aqui em discussão: as ações em terapia ocupacional social junto à juventude pobre e as dimensões do espaço público.

Antes disso, é importante destacar que, partindo da dialética materialista histórica como chave de leitura, apresenta-se a compreensão das juventudes como uma invenção social (PAIS, 2003), política, cultural, sócio-histórica, relacional e econômica (ABRAMOVAY, ESTEVES, 2007; LÉON, 2005; BOURDIEU, 1983), explicitando a compreensão que as juventudes foram e são (estão sendo) produzidas socialmente. Por isso, defende-se a importância que o estudo sobre as juventudes tomem, como parte essencial do processo de desvelamento do real, o resgate da historicidade e de uma compreensão ampliada de seu desenvolvimento, no sentido de superar a investigação puramente narrativa e descritiva dos fatos. Essa proposta vem ao encontro do que Gomide (2013) apresenta como “elucidação do presente”; ou seja, considerar o passado não só o significa, como permite entender que os acontecimentos decorridos reverberam, com força, no fenômeno presente.

Assim, as juventudes não podem ser entendidas senão como parte de uma totalidade social, em razão de que é importante o estudo do complexo processo histórico de reconhecimento de seu lugar social, com suas particularidades e especificidades. Em vista disso, destaca-se a importância de que a lente analítica utilizada na compreensão das juventudes seja multifocada e pautada em uma compreensão macrossocial das demandas e das características das juventudes na contemporaneidade (SILVA; MALFITANO, 2017).

Toma-se a compreensão que tanto o exercício concreto de uma profissão quanto a construção social de um grupo, suas articulações em torno da vida política e coletiva e a defesa de seus interesses não se definem sem disputas (destacando-se a classe social²) e sem contradições. Portanto, dado

² Há que se destacar ainda outros marcadores sociais de diferença ou, nos termos de Feltran (2017, s/p), outras categorias “que se plasmam numa composição de signos e fronteiras, coerentes para quem compartilha seus significados”. Apesar de entrelaçados e articulados entre si, aspectos como gênero e sexualidade; raça/etnia; idade/geração; territorialidade e religião, entre outros, não se pretende, neste texto, que cada categoria seja discutida com rigor específico. Para aprofundamento da discussão ver: FELTRAN, G.S. A categoria como

o exercício de análise das intervenções da terapia ocupacional social que o METUIA/UFSCar vem produzindo com parte da juventude pobre urbana são carlense, destaca-se que o materialismo histórico dialético pode auxiliar no entendimento de como essa categoria profissional opera face às demandas e aos fenômenos sociais que lhe são apresentados.

Pode-se dizer, conforme Frigotto (1991), o que realmente importa, no processo dialético de conhecimento da realidade, para além da crítica e do conhecimento formulados, são a aplicabilidade da crítica e do conhecimento na construção de uma prática transformadora da realidade. Neste movimento, resgatamos a proposta reflexiva de Malfitano (2011) em torno de um trânsito entre a teoria e a ação, da articulação de uma prática que possibilite a entrada do técnico em um dado contexto social favorecendo trocas com um dado grupo populacional; trocas que, em certa medida, materializam a possibilidade de apreensão radical da realidade. Logo, toma-se a prática empírica em terapia ocupacional social e sua apreensão como bases para uma reflexão crítica sobre a realidade.

Por fim, na discussão sobre espaço público, retoma-se Frigotto (1991), para quem tratar de uma temática a partir da acepção da dialética como método de investigação é, ao mesmo tempo, reconhecer sua relevância política, ideológica e teórica. E mais: partindo da premissa de Arendt (2007) de que o espaço público é o lugar onde a vida política e coletiva é encenada, entende-se que refletir sobre os seus usos é pensar sobre uma dimensão ética da vida social (TELLES, 1994).

Esta experiência pauta-se a compreensão da “objetivação participante” - ou seja, do ato dos atores envolvidos no processo de trabalho, com embasamento teórico, objetivarem a própria participação - como um exercício pertinente de apreensão aprofundada da realidade com a qual se está diretamente envolvido. O envolvimento do pesquisador com uma dada realidade tende a favorecer, também, o reconhecimento da complexidade do

campo e da temática escolhida e, ainda, de suas reais possibilidades de intervenção sobre o fenômeno eleito, ou das representações/percepções a seu respeito elaboradas, entendendo-se parte constituinte de cada um. Partindo de Malfitano (2011), entende-se que a experiência “de dentro”, de ator individual envolvido no processo de trabalho, do lugar do técnico-investigador, tende a favorecer análises que estabeleçam relações com a totalidade social. Ou seja, como propõe Frigotto (1991), a partir do micro contexto no qual se insere o pesquisador e de suas singularidades e particularidades, busca-se articular aspectos de universalidade. Tal dinâmica, para além de ser mais um pressuposto do enfoque escolhido neste trabalho, também corrobora com a escolha da proposição de uma pesquisa nos moldes de um estudo de caso, sobre o qual se versará mais a frente.

Em resumo, pode-se dizer que o desafio posto pelo materialismo como um método é fomentar uma apreensão que vá à raiz da realidade, que seja “radical”, ou seja, a partir da materialidade do fenômeno se busque superar a mera aproximação da/pela aparência (FRIGOTTO, 1991). Tal movimento de superação, sendo constante e fruto de processos crítico-reflexivos, remonta à dialética. De acordo com Gomide (2013, p. 02), “a dialética se fundamenta no movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano”. Logo, a realidade do mundo deve ser tomada como um processo de complexos e não como complexos acabados.

Vale salientar que em cada uma das estratégias utilizadas para a coleta dos dados houve uma preocupação com os aspectos éticos da pesquisa, pois entende-se a necessidade de o pesquisador assumir responsabilidade não somente com a pesquisa, no sentido de uma preocupação exclusiva *com* a produção científica, mas também de assumir responsabilidade *na* pesquisa, em fazê-la adequada em todos os seus aspectos, o que inclui assumir a presença do outro, do interlocutor, respeitando-o como pessoa e cidadão. Diante disso, a questão ética envolvida na produção de pesquisas não pode ser entendida apenas a partir da prescrição de certos códigos e instrumentos de regulação dos comportamentos dos pesquisadores (GUERRIERO, 2016). Embora este

aspecto seja importante para certos tipos de produções científicas, pode representar retrocessos para pesquisas

nas quais os pesquisadores assumem sua presença no campo e têm a proposta de conduzir uma pesquisa cujos resultados possam trazer benefícios para os participantes, para sua comunidade e/ou para populações semelhantes (GUERRIERO, 2016, p.429).

Resgata-se Freire (1996) e a compreensão de que a ética é indispensável ao existir, à “presença consciente no mundo” (p. 09) e à convivência humana. Muito mais que efetivar formalidades, tais como apresentar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou apresentar um protocolo de submissão da pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), destaca-se a reflexão de que o cuidado ético advém, por exemplo, da consciência dos lugares distintos entre os técnicos-pesquisadores e dos colaboradores – tantos em termos de privilégios sociais, como em termos de diferentes capitais culturais (BOURDIEU, 1999) –, além do reconhecimento da necessidade de cuidado constante na produção de respeito para com os interlocutores.

É importante resgatar que o fazer pesquisa não é uma abstração. À semelhança do que discute Targino (2000), em relação à pesquisa em ciência da informação, a pesquisa é concretizada por pesquisadores e a eles compete “assumir a responsabilidade pela função eminentemente social da área” (TARGINO, 2000, p. 347). Desde o próprio processo de chegada ao campo, mesmo antes de se estabelecer a questão de pesquisa e as metodologias para sua realização, tem se partilhado da função social do trabalho técnico que carrega a mesma função da pesquisa: a resposta a demandas sociais. Pois, as pesquisas:

se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e

comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção (BRASIL, 2016, p. 4).

O texto trata de um tipo específico de pesquisa: aquelas que, pautadas por aportes das ciências humanas e sociais, se voltam à intervenção. Tal definição contempla o caráter de parte das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo METUIA/UFSCar, o que inclui esta própria.

Por fim, entende-se o materialismo histórico dialético também como uma chave de leitura para a análise dos dados de pesquisa. De acordo com Gomide (2013), embora o materialismo histórico-dialético admita a existência de um fenômeno sobre duas vertentes: o fato/objeto/fenômeno em si e as representações criadas em torno dele, preconiza o fato em si, e não a sua representação, como ponto de partida. Tal possibilidade, segundo Frigotto (1991), implica em que o pesquisador empreenda um esforço no sentido de entender a manifestação do fenômeno em si, para além de sua aparência ou mesmo das representações em torno dele criadas. Gomide (2013), nessa mesma direção, destaca a necessidade de que o fato pesquisado seja “lido” do plano abstrato para o concreto, para que, enfim, se desloque, de fato, das representações iniciais do dado empírico para o fato social em si. Nesta proposição, o próprio processo reflexivo, de concepção e articulação de ideias, é reconhecido como o trânsito entre a subjetividade e a objetividade. Assim, as ideias não seriam nada mais que “reflexos do mundo exterior e objetivo vivenciado pelos sujeitos e, por isso, [...] representações do real” (GOMIDE, 2013, p.2).

Ao pesquisador que se propõe a desenvolver um trabalho compatível com a acepção dialética do materialismo histórico cabe uma permanente reflexão da dinâmica societária, pois somente com o estudo sistemático da realidade é que se faz possível empreender análises críticas depuradas sobre ela, pois, por esse processo o pesquisador terá maior clareza sobre as contradições que permeiam as relações capitalistas e a complexidade de suas implicações (YAZBEK, 2010). De acordo Santos et al. (2018, p. 2), estudos que se proponham:

explicar objetos sociais que impliquem a análise das relações estabelecidas entre os seres humanos, seus meios de produção, de vida, de consumo, e as contradições e o movimento existentes nestas relações, podem encontrar no materialismo dialético o aporte necessário à produção do conhecimento.

Sendo essa a proposta deste trabalho, passa-se a apresentar o Estudo de Caso Social como uma inspiração à pesquisa.

1.2. O Estudo de caso social como inspiração

Diante do desafio e da necessidade de objetivar alguns muitos aspectos de minha prática, passou a acompanhar-me o questionamento do quanto a reflexão e a prática profissional produzidas via METUIA/UFSCar, em um contexto tão específico, poderiam ser representativas para situações e contextos diferentes, mais amplos. Considerando o acúmulo de experiências produzidas por mais de uma década pelo METUIA/UFSCar, com um mesmo público, e em uma mesma região territorial do município de São Carlos, SP, discute-se o método de estudo de caso social como modelo de base para esta pesquisa. Em seguida, decompõe-se o método sob a perspectiva de três diferentes estratégias de coleta de dados, a saber: a leitura de documentos, a objetivação participante e, por fim, as entrevistas com jovens.

O método do estudo de caso social apresenta-se como uma estratégia de pesquisa com enfoque nos processos sociais e seus modos de estruturação, ampliando seu escopo de questões individuais para o estudo de organizações ou comunidades (BECKER, 1994). Denomina-se de estudo de caso nos moldes das Ciências Sociais, ou melhor, “estudo de caso social”, aquele voltado à compreensão de questões mais coletivas e, como diz o próprio nome, sociais (BECKER, 1994). O estudo de caso nos moldes das ciências sociais tem sido entendido como uma estratégia adequada para a aproximação a fenômenos sociais complexos e análise da plausibilidade de

hipóteses. Em decorrência, esta estratégia de pesquisa tem sido amplamente utilizada por áreas voltadas à prática, à ação técnica (YIN, 2010).

Nesta introdução também é importante salientar que, segundo Becker (1994), o estudo de caso social se coloca um duplo objetivo: buscar uma compreensão contextual do grupo em estudo e, através de situações mais particulares e singulares, desenvolver formulações teóricas mais abrangentes e passíveis de se lançar a outros espaços. Com isso, se deve favorecer análises "generalizantes" e não "particularizantes" acerca de um dado fenômeno; não se deve tomar o estudo de caso sob a ótica de uma "amostragem", como possibilidade a generalizações estatísticas, antes, procura-se a compreensão de o que são generalizáveis são as proposições teóricas tecidas por meio da pesquisa que o utiliza e não a realidade local (YIN, 2010). O que se pretende generalizar são as formulações em torno da construção de práticas e reflexões acerca do trabalho técnico efetivado, reconhecendo no jovem colaborador com este estudo o interlocutor para a avaliação das intervenções técnico-profissionais realizadas.

A técnica básica para a realização de um estudo de caso, segundo Yin (2010, p. 23), consiste em considerar todas abordagens de uma maneira "pluralística", sendo que o pesquisador elabora seus procedimentos, de acordo com o fenômeno e contexto em questão. Para uma maior aproximação dos fenômenos através desta proposição metodológica, Yin (2010) destaca a pertinência do uso de diversas fontes para a coleta dos dados. Segundo ele as evidências podem vir de até seis fontes distintas, sendo elas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos, porém, salienta que há outras fontes possíveis. Fato é que, para este modelo, as várias fontes têm caráter complementar e convergente entre si e, com isso, considera-se adequado e desejável que um estudo de caso utilize o maior número possível de fontes.

No entanto, estes apontamentos tomam *status* de recomendação, pois, como assinala Arzaluz (2005), o estudo de caso não é uma técnica determinada, ou um meio particular de conseguir dados, mas sim uma forma de organizar os dados sociais, com base em uma unidade escolhida, como

um processo social, por exemplo. Está prevista a associação a outros métodos que o pesquisador julgue necessário, no decorrer do trabalho, para maior aproximação e apreensão do fenômeno, uma vez que ao longo do estudo, em geral, surgem dados que não estavam previstos inicialmente e que, no entanto, se fazem bastante essenciais na compreensão do fenômeno e do contexto em que este ocorre (BECKER, 1994). Também, para os estudos de caso sociais é indicada, por autores como Yin (2010) e Arzaluz (2005), a estratégia de triangulação de métodos para coleta de dados, com vista a promover aproximação com múltiplas percepções. A apreensão da realidade através de distintas fontes reflete uma preocupação com a qualidade e a confiabilidade dos dados coletados (YIN, 2010).

No processo de pesquisa aqui pautado, propõe-se a triangulação de três estratégias para apreensão da realidade. Isto posto, foram realizadas leitura e análise de artigos científicos elaborados pelo Grupo METUIA/UFSCar, que tiveram como campo o mesmo local de pesquisa em tela, para fins de contextualização e aproximação mais acurada daquele espaço, bem como conhecimento do acúmulo já produzido; duas entrevistas individuais com cinco jovens colaboradores (totalizando dez entrevistas), em intervalo de dois anos entre elas; e objetivação participante durante a realização de Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos com os jovens, ocorridas no período de um ano. As estratégias utilizadas para coleta de dados estão descritas no capítulo cinco, sendo que a seguir detalha-se a estratégia da Objetivação Participante dadas as implicações da pesquisadora com o campo.

1.3. A Objetivação Participante como estratégia

Minha primeira chegada ao Jardim Gonzaga - a ser apresentado de forma mais detalhadamente no capítulo cinco – deu-se no início dos anos 2000, quando como aluna de graduação (2003-2007) e extensionista compus a equipe METUIA/UFSCar nas primeiras atividades desenvolvidas junto às juventudes daquela região. Ao voltar para o bairro, anos mais tarde, à época como terapeuta ocupacional em um breve contrato de prestação de serviço à

Prefeitura Municipal de São Carlos (2011-2012) em um Centro da Juventude (CJ), pude reconhecer e ser reconhecida por alguns jovens que continuavam por ali.

Ter alguém conhecido parecia me autorizar a estar no espaço, afinal, as lembranças eram bastante afetivas, de ambos os lados. Além disso, na época em que atuei como terapeuta ocupacional no CJ, diversas vezes aqueles jovens me acompanhavam pelo bairro como “guias” para convidar outros jovens a estar no referido espaço e também participar das Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos ali ofertadas pelo METUIA/UFSCar, por meio do meu contrato, o qual foi viabilizado e mediado pelo próprio grupo METUIA. Circular pelo bairro na companhia de alguém “dali” foi me fazendo (re)conhecida por outras pessoas que, ainda que não me identificassem pessoalmente, pelo nome, sabiam tratar-se de uma “dona”³ do METUIA, fosse pelos diversos e distintos códigos que eu (ainda que inconscientemente) comunicava, como minha maneira de vestir, falar e me portar, que diziam de uma figura externa àquele lugar, fosse pela forma como os jovens costumavam me apresentar aos outros, inclusive porque, estar junto a uma “dona” parecia lhes garantir certo *status*.

Pode-se dizer que, da mesma forma, eu também gozei de uma posição favorável à medida que o vínculo com aquela comunidade, construído desde 2005 por meio dos trabalhos realizados pela equipe METUIA/UFSCar (LOPES et al., 2008), me favoreceu estar naquele território, possibilitando maior proximidade com os moradores e fornecendo elementos de/para partilha e apresentação de propostas. Aos poucos, pude me apropriar de um vínculo pré-estabelecido com o METUIA/UFSCar, mesmo que durante boa parte de sua formação e fortalecimento tivesse estado distante daquele local,

³ Semelhante à forma utilizada para nomear os professores na escola, “dona” é a expressão utilizada para se referir às figuras femininas dentre as técnicas e estagiárias; sendo que os estagiários, homens, são chamados de “professor”. Scalzilli (2016), ao investigar diferentes maneiras como a expressão “dona” é utilizada, destaca a importância de uma perspectiva sócio-histórica da análise, uma vez que o uso desse pronome de tratamento tem significados diferentes a depender do contexto e do interlocutor. Para o autor (p. 322), utilizar o pronome “dona” pode enunciar uma lógica discursiva patriarcal e uma “memória de certa vassalagem sócio-econômica de longa tradição no imaginário brasileiro”. Entretanto, em outros contextos, pode, também, fazer alusão à uma “designação redundante de gênero que admite estigmas sexistas, quando não os corrobora” (p. 326), em um esforço para apagar a individualidade da mulher.

como nos quatro anos transcorridos entre o meu lugar de estudante, durante a graduação, e meu retorno como terapeuta ocupacional. De igual modo, posteriormente, entre minha saída como técnica e o retorno como docente, transcorridos outros três anos, estive ausente do território e sem contato com seus moradores. Estas “brechas” de tempo me levaram a pensar sobre a transmissão e extensão de um vínculo quase institucional a mim, na compreensão de meu trabalho como parte de um coletivo e na continuidade das ações de longa data que ali se estabeleceram. Por isto, além de ser reconhecida pessoalmente, suponho ter sido beneficiada por uma transferência de confiança dirigida à equipe, o que já possibilitava um contexto favorável à minha chegada (MALFITANO; MARQUES, 2011).

Além disso, estar no campo, como profissional, terapeuta ocupacional, me permitiu transitar pelo território do Jardim Gonzaga e pelas relações ali constituídas, pelas vias do reconhecimento e, muitas vezes, do afeto. Conhecer o bairro, em si, seu cotidiano, alguns moradores, especialmente os jovens, e conseguir me aproximar de seus desejos, preferências e dificuldades me possibilitaram uma formatação do trabalho que passou/passa, necessariamente, por este repertório adquirido.

É importante destacar, à semelhança do entendimento de Malfitano e Marques (2011), que fazer parte da equipe e/ou desempenhar um papel de intervenção há bastante tempo tendem a incidir sobre a maneira de observar do profissional, modificando-a e oferecendo outras condições de/para apreender o ponto de vista da população. Logo, pauta-se que os padrões de objetividade vêm sempre acompanhados de questões subjetivas (BOURDIEU, 2003) e, por isso, à tarefa de pesquisadora tem se somado a necessidade de admitir meu aporte teórico-metodológico como subjetivo. Trazer à luz reflexões aos atravessamentos e limites que se colocam à proposição de ser pesquisador de um campo do qual se faz parte ganha, então, relevância.

Apesar da inserção no campo se constituir como um elemento de fomento e potencialização da/para a pesquisa (MALFITANO, 2008), a implicação no/com o campo pode dificultar o processo reflexivo à medida que

é, também, influenciado pelos afetos que o campo suscita. Um exemplo importante é o desafio de compreender um jovem rapaz em toda sua complexidade, quando nos é apresentado pela companheira, outra jovem, como um “marido agressivo”. Como transpor a leitura do “homem”⁴ violento e, ao mesmo tempo também “cuidar” da situação de risco em que a jovem relatava estar?

Se por um lado esses meandros da subjetividade se fazem fortemente presentes, por outro, a proposta de estar no campo, como pesquisadora, me impeliu a um exercício mais objetivo na reflexão acerca das intervenções. Com maior refinamento, pode-se dizer que me fazer pesquisadora, atrelada à condição anterior de terapeuta ocupacional, e ao contexto previamente conhecido, tem implicado na observação crítica, atenta e profunda de minha própria intervenção e, por conseguinte, de mim mesma, como produtora da intervenção.

A proposição desta pesquisa e a particular inserção da pesquisadora naquele território como participante no campo, levaram a partilhar das mesmas indagações de Bourdieu (2003): como ser, de uma só vez, sujeito e objeto da pesquisa? Como atuar e, ao mesmo tempo, de alguma forma, se ver atuar? Este mesmo exercício de pensar-se em múltipla vinculação com um território levou Pierre Bourdieu (2003) a teorizar sobre o confronto do investigador consigo mesmo e a necessidade de se considerar as influências e os resultados de sua ação/intervenção sobre o processo investigativo. A esse esforço o autor denominou “objetivação participante”.

Compreendendo a impossibilidade da dissociação de meus papéis; considerando que a subjetividade se faz intrínseca na relação pré-existente da então terapeuta ocupacional, depois docente e, por fim, pesquisadora, com o território e os sujeitos (individuais, coletivos e sociais) que ali vivem e circulam, com o próprio movimento de vigilância crítica do observador-

⁴ Coloco homem entre aspas porque naquele momento ele deixava de ser entendido pelo grupo de estágio que eu supervisionava como jovem. Visto que trabalhamos na perspectiva da defesa da cidadania daquele grupo social, tomá-lo como jovem implicaria, inclusive, em considerá-lo sujeito de direitos, lugar do qual excluímos, com maior facilidade, o sujeito adulto violento.

pesquisador por/de si mesmo, com o seu processo de trabalho e, ainda, com o seu processo de observar-se observando (BOURDIEU, 2003); fui levada a um estudo sobre a objetivação participante, orientação teórica para pesquisa, a qual, mais tarde, acabou sendo escolhida como estratégia a este trabalho.

De acordo com Malfitano (2011), sob uma análise marxista, é possível dizer que a ação de objetivação é o processo por meio do qual o trabalho humano pode ser empreendido conscientemente ou de forma alienada. Admitindo-se a inexistência de uma neutralidade científica, acredita-se necessário demarcar a existência de premissas subjetivas e, em reconhecendo-as, projetar, então, os procedimentos metodológicos com vistas à produção dos resultados empíricos (WEBER, 1997). Muito mais que se fazer observador, a objetivação participante implica, quase sempre, na consciência reflexiva do pesquisador sobre suas próprias categorias de entendimento e no controle metodológico sobre elas, favorecendo uma consciência das influências e dos efeitos artificiais produzidos pelos seus pressupostos e interesses (WACQUANT, 2006).

Vale, no entanto, ressaltar que a objetivação participante não implica em mera introspecção, mas em procedimentos simultâneos de reflexão sobre o objeto e sobre a relação social e epistêmica do pesquisador com tal objeto (BOURDIEU, 2003; WACQUANT, 2006). Bourdieu (2003) apresenta a objetivação participante como uma busca pelo rompimento com a relação dicotômica entre a objetividade e a subjetividade, o que resultaria, segundo ele, na possibilidade de dupla aproximação do objeto, e de maior acúmulo de capital para produzir conhecimento científico. Não se trata de uma inflexível separação entre fatos e valores, antes, propõe-se a construção e/ou fortalecimento de análises críticas que se voltem à realidade, modificando-a.

Assim, ao produzir as práticas que estavam sob minha própria investigação, à semelhança do conteúdo trazido por Bardi (2013), fui instigada a refletir sobre como estar nos limites entre os papéis de terapeuta ocupacional-docente-pesquisadora, desempenhados concomitantemente, na

promoção da intervenção e da investigação sobre essa prática⁵. Como manter coesão e coerência nesta múltipla vinculação?

Bourdieu (2003) traz elementos a essa reflexão ao apontar que aspectos subjetivos podem ser transformados em questões objetivas pelo pesquisador por meio de um entendimento acerca da construção social, permeados por elementos da dinâmica sociocultural (BOURDIEU, 2003). Portanto, entende-se que, pelo exercício da objetivação, discursos produzidos no campo, ou mesmo a singularidade da história de vida e das memórias dos produtores desses discursos podem compor a experiência e a prática científica (BOURDIEU, 2003). Bourdieu (2003) coloca, ainda, que a lembrança de que nada é dado, antes, que toda realidade é socialmente construída, numa infinidade de processos complexos sob os quais confluem aspectos mais objetivos e aqueles de natureza mais subjetiva, coloca ao pesquisador a necessidade de se ver como a um “estrangeiro”. Por mais conhecida que pareça a realidade investigada, o pesquisador precisa empreender múltiplos esforços de/para aproximação e investigação do contexto social no qual se propôs a estar (BOURDIEU, 2003).

Se, por um lado, empreender uma pesquisa tomando como campo o território do Jardim Gonzaga me colocava no lugar de estrangeira, por outro, mesmo o que me era mais próximo passou a trazer essa mesma “encomenda”. Segundo Malfitano (2011), à medida em que as análises do pesquisador são provenientes do lugar de quem participa ativamente da oferta de ações e serviços, tem-se a possibilidade de um aprofundamento na realidade estudada, bem como uma maior riqueza em quantidade e em qualidade de informações; entretanto, tem-se, concomitantemente, uma compreensão que é de antemão impregnada pelos aspectos conhecidos. Para a autora, a conjunção desses limites e possibilidades impõe o desafio de desnaturalizar o já conhecido ou, conforme descrito por Velho (1978), de “estranhar o familiar” ou, ainda, de acordo com Weber (1997), de empreender

⁵ Me vi em um processo bastante semelhante ao relatado por Malfitano (2011), diante da tarefa de conciliar a participação técnica, em experiências desenvolvidas na área social e manter a inserção na academia, com o intuito de realizar reflexões críticas sobre as possibilidades e limites das práticas de intervenção.

movimentos de distanciamento e aproximação da realidade já conhecida para, então, investigá-la de maneira mais acurada.

Diante do exposto, acredita-se que a tripla função, de técnica/terapeuta ocupacional-pesquisadora-docente ofereceu potencial para, como sugere Bourdieu (2003), se transformar mutuamente.

Segue-se no exercício de uma contextualização da pesquisa, de forma geral, a uma apresentação teórica de cada um de seus objetos, a saber: espaço público, juventudes e terapia ocupacional social, entendendo que a discussão de cada um, de forma mais individualizada, orienta a leitura deste trabalho no sentido de aproximar o leitor do entendimento sobre cada objeto e suas possibilidades de articulação. Contudo, no trabalho em campo, tais categorias estavam articuladas e vivenciadas em sua dinamicidade.

2. ESPAÇO PÚBLICO

Norberto Bobbio (1986), abordando a democracia, primeiramente a define como oposição a todas as formas de governo autocrático. Nesta proposição, Bobbio (1986) caracteriza o espaço democrático como um conjunto de regras que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e por quais procedimentos. Segue dizendo que cada grupo social precisa tomar decisões que vinculem todos os seus membros para garantir sua própria sobrevivência. A partir disso, entende-se que diferentes grupos, demandas e necessidades devem estar contemplados nos espaços de decisão.

A democracia pode ser entendida para além de um regime político no qual se determina quem ascende ao poder e por quanto tempo, ela supõe uma cultura de convivência e, por conseguinte, da pluralidade e, em face desta, tem como pressuposto a negociação. Dito de outra forma, a democracia envolve luta política e disputas para participar dos espaços de tomada de decisões. Aos espaços de tomada de decisões sobre a vida coletiva, Arendt (2007) denominou espaço público.

Assumindo o pressuposto que o espaço público “é o local onde a vida social e política é encenada” (MEDEIROS, 2013, p. 44), onde se expressa e se confronta a diversidade; pautar o espaço público significa abordar uma dimensão significativa da vida dos sujeitos, coletivos e grupos sociais, lançando luz sobre um *lócus* de efetivo exercício da cidadania (HERMANY, MASCHIO, 2008).

Tomando a função social das pesquisas como a produção de respostas a demandas sociais, tem-se o entendimento que, fomentar pesquisas em torno da temática do espaço público, assume a perspectiva de evidenciar uma “dimensão ética da vida social” (TELLES, 1994, p. 92) ou, ainda, de acordo com Silva e Lopes (2009, p. 103), a “dimensão do reconhecimento do direito, do bem público, publicizando conflitos e criando arenas para seu encaminhamento”.

O espaço público, portanto, caracteriza-se como um espaço político por dizer respeito à partilha de um mundo comum, podendo existir somente quando as ações e as palavras dos cidadãos puderem ser compreendidas pelos demais (WINCKLER, 2004). Diante disso, coloca-se como desafio pensar aspectos reais e efetivos do exercício da cidadania e da participação na vida social e política, reconhecendo o espaço público como a síntese de múltiplas dimensões materiais, políticas e simbólicas (ARENDDT, 2007). O contrário disto seria, portanto, subsumir sujeitos individuais e coletivos da possibilidade de convivência democrática e das instâncias onde se exerça o direito de participar das decisões. Em uma dimensão mais individual, de acordo com Lopes et al. (2008), quando é subsumido aos sujeitos o direito de desejar coisas, fazeres e possibilidades diferentes no/do espaço público, talvez se possa inferir o início da violação do direito.

Na obra “Origens do totalitarismo”, Arendt (1989) associa um cenário de destruição do espaço público à reclusão do ser humano à sua individualidade, à impossibilidade de ação no âmbito do espaço coletivo e, por conseguinte, à destruição da capacidade política do indivíduo e do pertencimento a uma comunidade política. Esse cenário, de acordo Lafer (2007, p. 347), abriria espaço para uma “dominação totalitária”. Logo, em uma perspectiva mais coletiva da vida, ser subsumido do espaço público significa o esfacelamento de uma dimensão mais plural da vida e a exclusão das diferenças, ampliando os processos de segregação.

Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens⁶ (ARENDDT, 2007, p. 64)

⁶ Em uma perspectiva contemporânea, buscando ser mais abrangente, utilizaremos as expressões “ser(es) humano(s)” e/ou “homens e mulheres” quando utilizarmos nossas palavras. No entanto, quando se tratar de citações literais, nota-se o uso recorrente da expressão “homens”, como usual à época da escrita dos textos.

Os encontros no/pelo espaço público engendram diversos laços de sociabilidade e, por meio destes, pode-se pensar aspectos essenciais à vida coletiva, como respeito e alteridade. Arendt (2007) critica a modernidade caracterizando-a pela alienação do ser humano em relação ao mundo, reduzindo a vida à satisfação dos imperativos da necessidade. O ser humano, preso à esfera da necessidade, se desinteressa pelo que é público, não se sente responsável perante o mundo, pois, a urgência da sobrevivência o afasta da possibilidade de criar e dar sentido a um mundo que transcende a vida biológica, tendo como consequência a dissolução do mundo comum. De acordo com Telles (1990, p. 33), “para esse indivíduo, o outro pouco importa e pouco conta, sua existência ou não existência não faz a menor diferença”. Ainda de acordo com Telles (1999), a dissolução desse mundo comum, do espaço público, impede que se privilegie a pluralidade humana, provocando a apartação das pessoas dos acordos temporários e da consideração das múltiplas vontades o que, por sua vez, fragiliza, inclusive, a própria concepção do Estado de direito.

Numa sociedade fundada em desigualdades sociais, e na qual as desigualdades são extremas e se perpetuam, como é a realidade brasileira, existem diversas implicações para a formação de um espaço efetivamente público, e tal aspecto se coloca *pari passu* a outros como racismo, violência e verticalismo nas relações sociais, impondo limites à formação do espaço público no Brasil (FERREIRA, 2017).

neste país, as distâncias sociais são tão grandes e o fosso social tão imenso que parece não ser plausível uma medida comum que permita que a questão da justiça e da igualdade se coloque como problema e critério de julgamento nas relações sociais, de tal modo que a trama das desigualdades e iniquidades é como que neutralizada, fixando diferenças e assimetrias (de classe, de gênero, de idade, de raça, de origem) em modos de ser não apenas distintos, mas incomensuráveis porque ancorados na ordem natural das coisas – ou melhor, fixadas no mundo irrefletido das “evidências naturais” construídas na trama das hierarquias que parecem não mais do que emanar da ordem natural das coisas (TELLES, 1999, p. 10).

Este é/deveria ser um ponto de atenção, sobretudo em tempos que, no cenário brasileiro (e não só), há polarizações de diversas ordens, sendo a principal origem política. Vivemos tempos de intolerância e disseminação de ódio às opiniões divergentes relacionadas a propostas de governo, partidos políticos e visões de mundo. No entanto, se a falta de respeito e incitação à violência já não bastassem, é importante resgatar o pensamento de Arendt, conforme bem sintetizado por Brito (2007, p. 129), de que “toda vez que a pluralidade é eliminada ou destruída algo semelhante ao fenômeno totalitário volta a vigorar”.

Racionalizar este processo, por meio da eleição da temática do espaço público como objeto de pesquisa, pode nos servir de base para a reflexão da realidade, que impulsiona e embasa uma ação no sentido da transformação da realidade e servir de recurso para tirar a desigualdade do lugar de “paisagem” (social), de um “estado de coisas”, como algo concernente à natureza.

Portanto, neste capítulo se propõe apresentar o ponto de partida teórico para compreensão do espaço público e, finalmente, discutir a possibilidade de extração de parâmetros mínimos à constituição do espaço público, para, na discussão dos dados, no sexto capítulo, utilizar tais parâmetros na discussão de eixos para a reflexão da prática da terapia ocupacional, mais especificamente para a subárea de terapia ocupacional social.

2.1. Ponto de partida teórico: a noção de espaço público em Hannah Arendt

Nesta sessão apresentamos uma noção de espaço público à luz da filosofia política de Hannah Arendt (2007), entendendo que esta escolha pode contribuir com elementos para “uma reflexão contemporânea sobre participação política, direitos e liberdades fundamentais, e, principalmente, sobre o soerguimento da democracia como valor político no mundo de hoje” (SILVA, 2017, p.117). Foi este reconhecimento que garantiu à Arendt e,

depois, a Junger Habermas, seu sucessor neste debate, o título de “filósofa do espaço público” (FERREIRA, 2009).

Apesar do título, no esforço de criar categorias políticas que dessem conta das novas realidades do século XX, diz-se que Arendt elaborou uma “noção” de espaço público, visto que uma definição específica, ou mesmo um conceito propriamente dito seria entendido como uma redução frente à complexidade do tema. Não obstante, a obra de Hannah Arendt se apresenta atual e necessária porque põe como questão a constituição de um mundo verdadeiramente comum, coletivo, quesito que a humanidade ainda não equacionou, mesmo diante de um grande avanço tecnológico e de produção de riqueza material e simbólica (FERREIRA, 2017).

Pelo reconhecimento da importância da constituição de um mundo comum, pauta-se uma necessária reflexão contemporânea sobre democracia e cidadania, sendo que o espaço público, no pensamento de Arendt, caracteriza-se como uma categoria fundamental para este exercício.

À semelhança de Silva e Xavier (2015), parte-se da noção arendtiana de espaço público com vistas a extrair elementos mínimos, características essenciais para existência do espaço público, a saber: a **visibilidade** e a aparência, a **pluralidade humana**, e a **igualdade** na construção do mundo comum. De acordo com os autores (SILVA; XAVIER, 2015, p. 219, grifo nosso), “na convergência desses três aspectos, a esfera pública se constitui no lugar, por excelência, da manifestação da **liberdade**”. Liberdade será o quarto elemento discutido neste trabalho.

Destaca-se que se trata de uma divisão didática para a discussão acerca da constituição de espaços públicos, contudo, reconhece-se que sua complexidade envolve elementos mais profundos que uma divisão em categorias previamente estabelecidas. Os quatro elementos que se encontram na noção de espaço público de Hannah Arendt se interconectam e estão imbricados uns nos outros, sendo difícil e totalmente artificial estabelecer limites entre um e outro. O exercício aqui proposto não objetiva esgotar historicamente ou conceitualmente a noção de espaço público; antes,

busca-se uma aproximação mais teórica do que seja o espaço público, suas características e elementos constituintes, na pretensão de, posteriormente, identificar sua materialidade, ou, dito de outra forma, reconhecer de que maneira cada um dos elementos ganha (ou não) contornos práticos no cotidiano do trabalho profissional do terapeuta ocupacional.

Chega-se, assim, a nosso problema de pesquisa que trata de identificar se há mudanças nas formas de jovens se relacionarem com espaços públicos a partir da intervenção da terapia ocupacional social ou seja, por fim, busca-se identificar se e como a prática do terapeuta ocupacional contribui para que uma certa juventude modifique sua relação com o espaço público, a partir de cada um dos quatro aspectos citados e discutidos na sequência.

2.1.1. Espaço público como lugar de visibilidade

No senso comum dizemos que quando algo vem “a público”, é porque tornou-se de conhecimento geral; deixou de ser assunto privado para alcançar um espaço de visibilidade coletiva. Nesta mesma direção, Arendt (2007) apresenta o termo “público” como a aparição em um mundo comum. Para a autora, aparecer em público, em um espaço comum com outros seres humanos, equivale a possibilidade de ser visto e ouvido pelos outros, e, por consequência, ter atestada a própria existência, pois, “aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade” (ARENDR, 2007, p. 59). Portanto, ser privado do espaço público, onde se aparece aos outros, significa, além de invisibilidade social, não ter reconhecimento da existência ou, em outras palavras, não ter licença para existir.

A visibilidade conquistada pelo ingresso no espaço público social estaria posta como um segundo nascimento, não mais como o aparecimento físico original, mas como aquele que inaugura ao sujeito a possibilidade de estar no mundo e constituir a realidade. Em outras palavras, é em decorrência da aparência e da visibilidade no/do espaço público, que se interpõe a possibilidade de ganhar o mundo comum entre os seres humanos e dele participar (ARENDR, 2007). A constituição da realidade é tarefa coletiva e

depende daquilo que se constrói com os outros, à medida em que com eles se estabelecem relações, na produção de um mundo comum (ARENDR, 2007). Logo, a visibilidade conseguida no espaço público se desdobra na licença para participar da vida política, pública e coletiva.

Faz-se necessário, aqui, apresentar o entendimento de Arendt (2007) de política como produção do bem comum, por meio da manifestação de opiniões na interação e diálogo ente sujeitos em condições semelhantes de fala e escuta. Desta forma, seria o espaço público o espaço por excelência para a tomada de decisões sobre a vida coletiva, ou seja, para o exercício da política. O espaço público, sob uma apreensão mais filosófica, é considerado como espaço político (ARENDR, 2007) ou, pelo menos, da possibilidade da ação política.

Uma vez que o reconhecimento e a legitimação da participação no/do espaço público correspondem à possibilidade de ver e ser visto, inicia-se, também, o exercício de falar e ser ouvido, e a possibilidade de contribuir com a configuração da realidade do mundo. Para Telles (1999), os movimentos sociais vêm conquistando um importante papel nessa direção. A autora (TELLES, 1999) destaca a ação dos movimentos sociais na formação de espaços públicos, uma vez que, entre as tramas que constroem sua visibilidade, colocam em pauta questões que, de igual modo, requerem visibilidade, na direção de “interromper o ciclo da natureza” ou a percepção de um estado de coisas. De acordo com Costa (1997, s/p), os movimentos sociais emergem no hiato entre serem público, ou meros espectadores, e serem atores na esfera pública; ou seja, quando certos sujeitos se veem parte da plateia e “percebem que os temas que lhe interessam não estão recebendo o tratamento adequado pelos “atores da esfera pública”, então, buscam se organizar para conquistar atenção pública para suas demandas.

Winckler (2004) ressalta o exercício empreendido por parte de certos movimentos sociais, de levar a público demandas e politizar o que antes era considerado assunto doméstico, como um outro desdobramento da visibilidade que se alcança no/pelo espaço público. Na conquista de visibilidade, sujeitos e grupos adentram uma arena de disputas de poder e

interesses, sendo necessário o diálogo e o exercício da negociação para participar da disputa que se dá, inicialmente, no campo das ideias. Igualmente importantes são as possibilidades de escuta e fala em condições de igualdade para todos, para que a pluralidade tenha balizadores que propiciem sua (co)existência. A esse exercício de produção de comunidade a partir da diversidade, Arendt denomina ação política. Nas palavras de Francisco (2008, p. 108):

para Arendt, a 'ação' e o 'discurso' serão as atividades centrais da vida política e da esfera pública. Estar unido ao outro na modalidade da ação e da palavra é a única forma de vida adequada para homens, a única que lhe confere uma existência que pode ser chamada verdadeiramente 'humana'.

É, pois, no espaço público que se formam as opiniões e as inter-relações das ações, é também esse espaço que abriga o dissenso e a diversidade de opiniões (FERREIRA, 2017). A construção da realidade é, então, aquilo que pode ser comunicável, dada sua importância coletiva. Por isso, “a aparência e a relevância são requisitos essenciais para que algo permaneça neste espaço [público]” (SILVA, 2015, p. 41), compondo questões de interesse comum, coletivo, com reconhecimento na esfera social, pois, de acordo com Arendt (2007), nada tido por irrelevante permanece no espaço público. Por conseguinte, o espaço público pode, também, ser entendido como espaço de reconhecimento e de legitimação de um potencial de contribuição de sujeitos e grupos sociais na/para vida coletiva.

Não alcançar o espaço público, além da impossibilidade de ser visto e ouvido, equivale a não ter voz ativa na tomada de decisões dos assuntos coletivos, o que, por sua vez, equivaleria a não ser reconhecido como cidadão e, por conseguinte, a não ter a possibilidade de exercício político (ARENDR, 2007). Em outras palavras, seria não ter permissão para participar da própria humanidade e, ao morrer, sequer deixar vestígio da passagem pelo mundo. Se “a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto

homens” (ARENDT, 2007, p. 189), uma vida sem ação e discurso: “deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens” (ARENDT, 2007, p. 189). Portanto, não apenas a visibilidade e o reconhecimento da importância de um sujeito (individual e/ou coletivo) estão atrelados à presença no espaço público, a isso também se associa até o próprio reconhecimento de sua condição humana, ou de humanidade. Desta forma, alguém privado de estar no espaço público não só não é reconhecido como cidadão como, antes de mais nada, nem é reconhecido em sua humanidade. Como se, para além de graus de cidadania e subcidadania, socialmente também elencássemos graus de humanidade.

Tal compreensão se (re)produz de modo semelhante desde a Grécia antiga, quando somente alguns poucos sujeitos, os considerados cidadãos, podiam ascender à esfera pública. Para uns era dado o reconhecimento de sua existência, porém muitos outros permaneciam privados desta possibilidade, tendo negada não somente sua existência, como também sua responsabilidade para com os assuntos coletivos (ARENDT, 2007).

A invisibilidade no espaço público seria como ter admitida uma existência tão insignificante que o(s) sujeito(s) nada teria(m) a comunicar (ARENDT, 2007). Para Arendt, um sujeito nestas condições não tem a possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida, posto que quaisquer de seus feitos não reverberam em importância ou consequência para os outros. (ARENDT, 2007). Para Arendt (2007), adentrar na vida pública revela o desejo de tomarmos parte em algo que pode transcender a nossa própria existência, afinal, o mundo já existia antes de nossa chegada e assim continuará após nossa morte. Entretanto, esse desejo pela imortalidade humana não corresponde a um mero capricho de vaidade, antes, materializa uma necessidade humana de oferta de alguma contribuição para a produção do mundo comum, da realidade que será experimentada e (re)criada também por outras gerações (ARENDT, 2007).

Participar do mundo é participar de uma vasta gama de possibilidades no que tange ao fazer e estar no exercício político, para além das coisas palpáveis e efêmeras da vida. Para Arendt (2007), só goza dessa dimensão

quem já se alforriou das preocupações com a vida material; deste jeito, o mundo público pressupõe permanência, durabilidade. Sobre isso, Arendt (2007, p. 64) postula que “sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis”.

Participar do espaço público, da construção do mundo comum também envolve a possibilidade de compor a história, uma vez que se faz preciso transcender a imortalidade humana fomentando construções às outras gerações. É preciso romper com uma lógica utilitarista que, de acordo com Brito (2007), não pode balizar o entendimento da ação política. O “utilitarismo gera ausência de significado” (BRITO, 2007, p. 57), isto porque a prisão do ser humano à sua natureza e ao seu processo vital, ou, ainda, à sua privatividade, o impede de estabelecer e manter uma relação com o mundo, ou seja, o ser humano perde também a possibilidade de se relacionar com o outro, visto que:

os relacionamentos entre os seres humanos iniciam-se em virtude do mundo que se interpõe entre eles e que os une. É porque o mundo é comum (isto é, é um mundo em que todos vivem, composto de objetos que todos usam) que os homens são incitados a relacionar-se, compartilhando-o. Em função desses relacionamentos, estabelece-se um palco capaz de organizar a convivência entre eles. Sem essa organização, os relacionamentos humanos seriam fruto da confluência momentânea dos interesses e durariam somente enquanto esse breve encontro de vontades subsistisse. Tal conexão transitória só pode gerar ligações superficiais e sem significado, ligações fadadas intrinsecamente a se desfazerem e serem esquecidas (BRITO, 2007, p. 57).

Ter a possibilidade de colocar tudo sob diferentes ângulos e pontos de vista enriquece a vida coletiva comum e, por isso, na leitura de Arendt (2007), a possibilidade de ver os outros no espaço público é tão importante quanto a possibilidade de ser visto pelos outros. Pois, é somente quando algo passa por diferentes leituras – e, mesmo diante delas, é percebido de maneira semelhante - que se conclui por sua existência real e fidedigna (ARENDR, 2007).

Nessa direção é que a palavra e a ação ganham centralidade nos pensamentos da autora (ARENDT, 2007), constituindo-se como possibilidades aos homens e mulheres de divulgarem suas singularidades e, a partir delas, construir o mundo comum. Apesar disso, não se trata de uma promoção dos aspectos ou interesses constituintes dessas singularidades, mas sim da compreensão de que o espaço público é, também, concomitantemente, espaço de igualdade e distinção entre os seres humanos, ou seja, é o lócus em que o sujeito se vê em semelhança e em distinção dos outros. Em semelhança porque no espaço público se vê a possibilidade de atuar conjuntamente, e em distinção porque o atuar conjunto exige negociação, exige falar e ser ouvido, ajustar os termos que produzem dissensos para que, a despeito das diferenças de posição e da resultante variedade de pontos de vista, estejam todos interessados no mesmo objetivo (ARENDT, 2007). O que caracterizaria, então, uma importante dimensão cotidiana do espaço público: a elaboração das desigualdades e das diferenças nas formas de alteridades políticas, de sujeitos que negociam as regras da vida em sociedade (TELLES, 1996), isto porque um segundo aspecto que caracteriza o espaço público é sua composição em pluralidade humana, assunto que será tratado na sequência.

2.1.2. Espaço público como lugar da pluralidade

Arendt (2007) apresenta a pluralidade como um conceito de grande relevância em seu pensamento, pois o é para a própria humanidade. Para a autora, cada novo nascimento inaugura algo novo no mundo e isso incrementa a vida coletiva, ampliando o repertório de possibilidades e enriquecendo a vida no planeta com novas perspectivas e ações inovadoras, capazes de trazer à baila o novo na esfera pública.

A noção de pluralidade é apresentada por Arendt (2007) como uma condição constituinte daquilo que vem a ser a humanidade do humano. No entanto, mais que o reconhecimento da pluralidade como uma condição contextual já posta no mundo no qual nos inserimos, ou como algo com que

lidamos desde nosso nascimento (SANTOS, 2017), a pluralidade passa pela valorização da diversidade humana, posto que as diferenças entre os indivíduos geram um campo fértil à vida coletiva. No entanto, a pluralidade não é “apenas” constituinte da vida social é, também, pensada por Hannah Arendt como “um requisito essencial de uma vida pública bem ordenada” (SILVA, 2017, p. 120). Para Ferreira (2017), é a diversidade em meio à pluralidade que garante a realidade dialógica, opondo-se à tendência de massificação própria da esfera social.

Mais que uma ênfase na pluralidade de pontos de vistas sobre aquilo que é visto para que o próprio mundo adquira realidade, busca-se destacar o conceito de pluralidade na ação política. Afinal, a realidade do mundo não se constrói pela impressão subjetiva de um sujeito, mas por meio do compartilhamento de impressões, na produção de um mundo comum. Dessa forma, o mundo constitui-se como um artefato, um produto humano. O mundo comum, seria, para Arendt, sinônimo de esfera pública, o lugar que surge quando homens e mulheres se reúnem “na companhia uns dos outros” e que, contudo, evita que colidam uns com os outros, por assim dizer (ARENDR, 2007, p. 62). O termo “público” significa o próprio mundo em que vivemos, se interpondo e possibilitando uma interconexão entre as pessoas. À vista disso, produz-se o dissenso, o debate, a possibilidade de ouvir e expor opiniões que configuram ações práticas necessárias à convivência humana (ARENDR, 2007).

Para se produzir algo em comum em meio à pluralidade e à diversidade, se faz necessário o uso da palavra e da ação. Quando consideramos a pluralidade da existência humana, nos deparamos com o fato de que os seres humanos não são meramente distintos uns dos outros, mas que têm a capacidade de se distinguir ativamente a si próprios como um dos condicionantes da existência humana (SANTOS, 2017). Só somos capazes de nos reconhecer iguais ou diferentes dos outros na convivência com os outros. A respeito disso Arendt (2007) destaca a existência de um paradoxo, pois a pluralidade humana agrega o duplo aspecto da igualdade e da diferença:

Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus antepassados, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da acção para se fazerem entender. Com simples sinais e sons poderiam comunicar as suas necessidades imediatas e idênticas. Ser diferente não equivale a ser outro - ou seja, não equivale a possuir essa curiosa qualidade de «alteridade», comum a tudo o que existe e que, para a filosofia medieval, é uma das quatro características básicas e universais que transcendem todas as qualidades particulares. A alteridade é, sem dúvida, um aspecto importante da pluralidade; é a razão pela qual todas as nossas definições são distinções e o motivo pelo qual não podemos dizer o que uma coisa é sem a distinguir de outra (ARENDR, 2007, p.188).

Embora possam parecer muito distintos, quase opostos, Arendt demonstra que igualdade e pluralidade são conceitos complementares. É justamente por sermos diferentes que precisamos da acção e do discurso para nos entendermos mutuamente. Por outro lado, é justamente por partilharmos algo comum (a condição de ser humano) que a acção e o discurso são suficientes para que nos entendamos. A condição humana, seria, portanto, o que estabelecido entre os seres humanos, não apenas no ser humano. Nas palavras de Brito (2007, p. 57) “é quando vários homens se relacionam com os mesmos objetos que eles se tornam capazes de relacionar-se entre si de forma significativa”. Esses objetos, dado que duráveis, segundo a autora, emprestam características às relações humanas, as quais adquirem a possibilidade de se prolongarem no tempo, mantendo-se entre a humanidade e tornando-se significativas. Brito (2007) destaca que, sem essa durabilidade no/do mundo comum, tudo que fosse existente entre os seres humanos seria esvaziado de sentido.

Nesta mesma direcção, Castro (2004), sugere problematizar os espaços públicos a partir de dois marcos: o da competição e o da cooperação, ambas pela integração das relações sociais. Assim, se carece que na arena de disputas políticas se reconheçam as diferenças, mas também as similaridades capazes de criar coisas em comum, em cooperação. No entanto, este processo não se dá de qualquer forma, nem em qualquer lugar, afinal, não é

um processo natural, é uma construção social e histórica, produzida artificialmente pelos seres humanos (ARENDDT, 2007). Tanto o reconhecimento da igualdade quanto da diferença só são possíveis pela convivência com a pluralidade, quesito que se faz apenas na coletividade.

O que nos iguala em possibilidade de ação política é muito mais que a natureza, assim como o que nos diferencia, a alteridade, torna-se singularidade (ARENDDT, 2007). “No homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se singularidades e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade dos seres singulares” (ARENDDT, 2007, p. 224). Neste sentido, o caráter “paradoxal” que reside na pluralidade de seres únicos, vivendo “como um ser distinto e único entre iguais” (ARENDDT, 2007, p. 191) revela a complexidade da condição humana que tanto tem que se diferenciar quanto se reconhecer no(s) outro(s). Portanto, tudo o que o que se constitui como humano só ganha sentido e relevância à medida que se faz comunicável e pode ser discutido. Igualmente, o sujeito individual só se faz político quando se põe no coletivo.

Como posto por Birulés (1997), existe um paradoxo entre produzir igualdade sem negar as diferenças ou mesmo sem promover sua pasteurização, e o reconhecimento e legitimação das diferenças na produção de equidade. Trata-se de assumir o desafio de aproximar/equiparar oportunidades e igualdade de acesso a direitos. Portanto, em nenhuma medida igualdade refere-se à uniformidade.

É, ao contrário, condição para a distinção. Seu oposto não é a diferença, e sim a desigualdade. A diferença e a distinção, cabe recordar, são para Arendt elementos essenciais da igualdade política. As pessoas são iguais na medida em que podem mostrar-se, revelar sua única e exclusiva identidade (subjetividade). Viver entre iguais significa estar entre pares, e isto só se pode alcançar no âmbito público da vida. A igualdade vigente na sociedade moderna tem sobretudo o sentido de “uniformização”, de supressão das diferenças. Somente neste sentido a sociedade é “igualadora” (WINCKLER, 2004, p. 15).

Segundo Arendt (2007), para o triunfo da vida política, além de essencial considerar a pluralidade humana, é preciso construir diálogos entre as diferenças que permeiam a pluralidade. Assim, a autora (ARENDR, 2007) tece uma correlação entre igualdade e pluralidade, abordando tais aspectos como fundamentais à construção de uma noção de espaço público, o qual é apresentado como um lugar de encontro de homens e mulheres livres e iguais. Pode-se dizer que ao mesmo tempo em que as singularidades das pessoas enriquecem a arena pública, faz-se preciso quase que prescindir delas para estar na esfera pública, espaço que, de acordo com a autora, é onde se legitima a igualdade. Para Silva (2015, p. 227), “é a igualdade que possibilita um vínculo com as gerações passadas e futuras. E é a diferença que estabelece a necessidade deste vínculo, deste entendimento”. É, portanto, a igualdade o terceiro elemento a ser discutido, na sequência.

2.1.3. Espaço público como igualdade na constituição de um mundo comum

A composição da pluralidade social pelas singularidades enriquece a convivência e a construção do mundo, no entanto, também dificulta a convivência no sentido de que, para a construção do mundo comum, os seres humanos precisam se igualar, ou seja, precisam se entender como iguais em direito de fala e escuta, para poderem se colocar e, também, respeitar a colocação do(s) outro(s). De acordo com Brito (2006), são dois os elementos de igualdade apresentados na ótica de Arendt: a humanidade e os direitos, sendo que o segundo está condicionado ao primeiro.

Em “Origens do totalitarismo”, Arendt (1989) contrapõe a compreensão clássica dos Direitos Humanos de que todos nascemos iguais. Para a autora, nascemos todos diferentes e construímos a igualdade pela organização política humana. A igualdade entre os seres humanos é uma construção social, uma pactuação política. Para ela, ao contrário do proposto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), não é a natureza humana o fator igualador; para a autora é pela convivência que se constroem espaços de igualdade.

Não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força da nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais. Nossa vida política baseia-se na suposição de que podemos produzir igualdade através da organização, porque o homem pode agir sobre o mundo comum e mudá-lo e construí-lo juntamente com os seus iguais, e somente com os seus iguais (ARENDDT, 1989, p. 335).

A busca por igualdade no espaço público é uma criação humana, portanto artificial. O próprio espaço público pode ser considerado artificial, no sentido que não é natural ao ser humano a construção de lugares de igualdade; tanto que se formulam processos de negociação. A negociação simboliza a manifestação da pluralidade pela ação e pelo discurso, ou seja, é a maneira como os diferentes se apresentam prontos a assumir responsabilidades pelo mundo e pelos negócios humanos, de forma a produzir algo comum: um bem comum ou, dito de outra forma, um mundo comum (ARENDDT, 2007).

Para a autora, diante da decisão conjunta de nos tornamos iguais perante uma mesma coletividade é que construímos, forçosamente, uma “igualdade de desiguais, que necessitam ser igualados em alguns aspectos e para fins específicos” (WINCKLER, 2004, p. 24); pois, como destaca Martins (2000, p. 116), “só é possível a participação de todos, se essa totalidade dispuser de igualdade de condições”. A ideia de igualdade, tão central na obra de Hannah Arendt, aparece implícita na instituição e na noção do acesso aos direitos que, como bem sabido, constituem-se em balizadores das relações sociais. Arendt (2007) apresenta, ainda, a ideia de igualdade como prerrogativa à inclusão de qualquer sujeito (individual e/ou coletivo) ao corpo político. Na mesma direção, Winckler (2004, p. 15) destaca que “qualquer diferença anterior a esse estatuto (como o fato de ser homem ou mulher, branco ou negro) ganha relevância na medida em que confere a cada qual um ponto de vista distinto sobre as coisas, condição que favorece a pluralidade”, sendo que a riqueza de perspectivas é essencial à vida pública.

Para Arendt (2007), a igualdade é um princípio de justiça e produto da política e se expressa em termos de condições para igual acesso ao espaço público; deste modo, a lei, idêntica para cada um, é quem deveria igualar a possibilidade de participação no/do poder, no “agir conjunto”. Sob essa ótica, tem-se a apreensão de Winckler (2004, p. 16), de que “a igualdade demandada para a existência de uma esfera pública é a igualdade política, quer dizer, uma igualdade de papéis que se revela na atuação dos cidadãos” quando interagem, assim “os problemas de justiça e democracia relacionados à igualdade somente se apresentam como problemas políticos quando são levados à esfera pública”.

condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prescrever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiam, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. (ARENDR, 2007, p. 188)

Embora se venha buscando a ampliação das liberdades civis, políticas e sociais, Martins (2000) aponta que a proposta de estender direitos à totalidade dos indivíduos das nações é, na verdade, abstrata, contrapondo-se à realidade vivida por uma grande parte das pessoas. De acordo com Martins (2000), a forma de superar esta situação, equacionando a condição de um coletivo social em termos de possibilitar real participação, seria pela via da institucionalização dos direitos ou, nas palavras da própria Hannah Arendt (1989, p. 332), no reconhecimento de seu “direito a ter direitos”. Especificamente em relação à realidade brasileira, pode-se dizer que, conforme Arroyo (2015), ainda hoje estamos diante de uma nova segregação social e racial em que a luta pelo reconhecimento e efetivação do direito de todo cidadão é um desafio apenas iniciado e, por diversas vezes, tirado de pauta; logo, precisam de mais espaço nas agendas políticas global e nacional. Por isso, a abertura de espaços de legitimidade e reconhecimento é um tema tão atual e importante.

Entretanto, enquanto esse amplo e irrestrito acesso aos direitos e ao exercício de cidadania não se efetivam, acredita-se na viabilidade de pautar a igualdade na esfera pública também como algo que diz respeito ao pertencimento, à produção de uma comunidade, não “apenas” no sentido de criar uma associação entre diversos sujeitos, um conjunto coeso de sujeitos, mas no sentido de produção de interesses comuns e de acordos entre os dissensos que desvelam as diferenças existentes. O pressuposto de igualdade pressupõe o manejo desses dissensos de maneira que não venham se interpor entre os sujeitos, inviabilizando sua construção comum. Desse modo, um outro aspecto importante na noção arendtiana de espaço público é a liberdade para participar da construção do mundo, a partir da diferença e apesar dela.

2.1.4. Espaço público como lugar de liberdade

Embora recorrente na obra de Hannah Arendt, o conceito de liberdade não é de fácil definição, posto que é multifacetado (RUBIANO, 2011). Para a autora, a liberdade é uma possibilidade de atividade exercida pelos sujeitos e no convívio entre eles. Fundamentando seu conceito de liberdade, a partir do pensamento antigo relacionado com a pólis grega, Arendt (2007) apresenta, em primeira instância, a compreensão de liberdade relacionando-se à liberação do jugo da necessidade, das necessidades básicas para manutenção da vida física, objetiva e orgânica. Portanto, para desfrutar da liberdade no espaço público é necessário, primeiro, estar isento das obrigações da casa, daquelas referentes à esfera privada (FREITAS, 2009).

Para Marques (2011, p. 43), a liberdade surge na pólis, no momento em que “cada homem, livre das privações que caracterizam a estrutura familiar, pode aparecer por meio da ação e do discurso, revelando um quem que compartilha a pluralidade de significados do mundo comum”. No entanto, conforme atestam Silva e Xavier (2015), a liberação das necessidades da vida objetiva, da manutenção do corpo e da casa, não constituem sinônimo de liberdade, pois, prescindem da existência de outros sujeitos na mesma condição, e da constituição de uma esfera pública comum para encontrá-los.

A liberdade, na apreensão arendtiana do termo, carece da companhia de outros sujeitos para poder se efetivar, pois, à semelhança dos cidadãos gregos, a ação e o discurso ganham visibilidade e relevância e, desta forma, “licença” para existir e serem expressos com liberdade. Em resumo, pode-se dizer que, para Arendt (2011), o *status* de livre é o que capacita o ser humano a se afastar de casa e sair para o mundo, se encontrando com outras pessoas em palavras e ações.

Para Arendt, a liberdade é uma atividade exercida pelos homens por meio do convívio entre eles. Refere-se a um fenômeno da vida política e, como tal, trata-se de algo que aparece aos homens, adquirindo existência na medida em que ocorre a externalização. Na reflexão arendtiana a liberdade não é um dado da consciência ou da vida interior. Ao contrário, apresenta-se como atividade da vida política (SILVA, 2015, p. 67).

Portanto, liberdade, não significa “apenas” libertar-se do jugo da natureza ou da privação presente na atividade laborativa para equacioná-las; significa, também, a possibilidade de estar entre iguais, pois, a liberdade “é o motivo porque os homens convivem politicamente organizados” (ARENDR, 2011, p. 192). Sem ela, a vida política seria destituída de significado.

Freitas (2009) diz que Arendt rompe com a concepção da tradição filosófica de liberdade como diálogo do eu consigo mesmo. Na compreensão de que a liberdade individual, gozada na esfera privada, não se faz sem a experimentação anterior do relacionamento com os outros, da produção da realidade coletiva, mundana e tangível; Freitas (2009) apresenta a liberdade em Arendt como a liberdade de agir no espaço público. De acordo com essa apreensão, pode-se dizer que o conceito de liberdade está imbricado com o exercício das atividades públicas, sendo a liberdade “a razão de ser da política (e o seu sentido)” (SILVA, 2015, p. 68), pois, não fosse a capacidade humana de se relacionar livremente, a política não se faria possível ou existente. Portanto, “o conceito arendtiano de liberdade é político”, que não se constrói na esfera privada da vida, antes, “está justamente na convivência

entre os homens, na esfera pública das questões comuns” (SILVA, 2015, p. 68). Para Arendt (2011), a liberdade só surge diante de um espaço concreto, que precisa ser politicamente assegurado. Marques (2011) coloca que a medida em que se estabelecem as condições para que exista o espaço de convivência entre os iguais, e para que os mesmos possam ser ouvidos por todos, fomenta-se o surgimento da liberdade.

Telles (1990, p. 23) apresenta a noção de liberdade pública de Arendt como uma “forma de sociabilidade política soldada no reconhecimento do direito do outro à opinião e à ação”. Para Silva (2017, p. 120), a liberdade carrega consigo “direitos subjetivos (e humanos) fundamentais que possuem papel central na vida política do homem na contemporaneidade, e sem os quais não é possível falar em uma coletividade democrática” e, por isso, “a compreensão da liberdade está, diretamente, ligada à constituição democrática de uma esfera pública”. Ainda segundo Silva (2017), as ideias de pluralidade e liberdade sustentam a noção de democracia para Arendt. Entretanto, é importante que se compreenda que não se refere à democracia liberal. Para ela, não são os direitos individuais os de maior importância, ao contrário, quando prevalecem os interesses privados, perde-se de vista o interesse pelo mundo comum, pois os cidadãos já não têm mais nada que possa relacioná-los.

Arendt mostra que uma das manifestações mais claras da crise do mundo moderno é a destruição da esfera pública com a ascensão da sociedade de massa, onde todos os investimentos dos indivíduos voltam-se para o seu ‘eu’ e, em consequência, perde-se o “senso comum” capaz de construir significados compartilhados por uma comunidade. Neste contexto, na esfera da vida pública o que os homens têm em comum não é um mundo de significações, ações e palavras compartilhadas, mas a gestão de seus interesses privados. Assim, a sociedade de massa provocou a desarticulação da vida política, na medida em que, em nome da produção e do consumo, desfez a dimensão da vida pública representada pelo compartilhar de palavras e ações e construção de projetos em conjunto. Estabelece-se, deste modo, o desinteresse pela política, ou seja, a alienação do homem em relação ao mundo. Na sociedade de massa os sujeitos deixam de exercitar a cidadania enquanto capacidade de pensar do ponto de vista de outra pessoa. Perde-se, assim, a confiança no outro e a capacidade de agir com ele no espaço público (FREITAS 2009, p. 10-11).

De acordo com Freitas (2009, p. 09), existe uma certa “tendência em transformar a política em mera administração burocrática das necessidades, fazendo do espaço público um mercado de trocas econômicas destinadas à manutenção das necessidades vitais da sociedade”. Foi, justamente nesse sentido que se deu o processo construção social das juventudes, que será destacado a seguir.

3. JUVENTUDES

Parte-se da compreensão das juventudes como uma construção política, cultural, sócio-histórica, relacional e também econômica (ABRAMOVAY, ESTEVES, 2007; LÉON, 2005; BOURDIEU, 1983), associadas ao entendimento de que é a sociedade quem cria os limites, teorias e rótulos para distinguir cada etapa da vida (ADORNO, 2001). Segundo Abramo (2005), o conceito de juventude é uma invenção relativamente recente e remete à sociedade moderna ocidental, sendo desenvolvido com mais intensidade a partir do século XX. Apesar de hoje reconhecida, é possível dizer que não há uma concepção consensual nem inequívoca sobre as juventudes, ao contrário, os debates em torno da temática são repletos de controvérsias e abarcam inúmeros e distintos entendimentos. Entende-se que toda sua diversidade remete à complexidade desta categoria, ao fato de revelar um processo dinâmico e ainda em construção (NOVAES, 2011), destacando a premissa que os fatores sociais influenciam fortemente a produção social das fases de vida (PAIS, 1990). Novaes (2011) ainda destaca que o processo de construção social das juventudes vem sendo delineado no bojo dos processos sociais. Atualmente tem-se as juventudes como categoria social e sociológica, como uma invenção forjada em um campo de disputas entre interesses políticos e econômicos (NOVAES, 2006). O que significa dizer que as juventudes não podem ser entendidas senão como parte de uma totalidade social.

Inicia-se este texto com o esforço de uma historicização do processo de reconhecimento do lugar social das juventudes, na busca por considerá-las de forma contextualizada e articulada às características da sociedade brasileira. Ao propor este exercício de historicização da emergência das juventudes, este trabalho parte da leitura das juventudes como construção social, atrelada às condições contextuais de cada época (QUAPPER, 2012; ADORNO, 2001), contrapondo-se à uma compreensão das juventudes como um “estado natural” da vida humana. Toma-se as juventudes como fenômenos ou fatos sociais, ou seja, como representações da realidade sócio-histórica e seus campos de disputas e contradições. Com isso, admite-se que

à medida que o contexto macrossocial e as variáveis socioeconômicas e políticas se alteram, mudam-se, também, a cada período histórico, as concepções, significações e a visibilidade que cada sociedade dá aos seus grupos sociais.

Neste trabalho faremos uma breve apresentação da construção social das juventudes exclusivamente no cenário brasileiro, sem desconsiderar, no entanto, o quanto este processo é mais amplo e correlato a um movimento de reconhecimento no cenário internacional. Busca-se iniciar uma discussão acerca do processo de construção de um lugar social a um grupo populacional específico: a juventude pobre urbana e sua efetiva possibilidade de participar no/do espaço público. Parte-se da concepção de Hannah Arendt (2007) que o reconhecimento de um grupo ou sujeito social é antecedido pela sua possibilidade de ganhar a arena pública e nela tornar-se visível, ou seja, atingir um lugar de influência e sociabilidade. Considera-se a visibilidade de um sujeito social como pressuposto para o seu reconhecimento e, por conseguinte, para sua participação na vida pública, seja no tensionamento para colocação de demandas próprias e seus encaminhamentos, seja pela perspectiva de colocar em tela velhas e novas questões sociais (ARENDR, 2007). É importante destacar que o recorte proposto evidencia que a construção de um lugar social ao jovem aparece fortemente associada à vertente da sua visibilidade e do seu reconhecimento. Por isso, utiliza-se a questão da visibilidade como o fio condutor para a discussão.

Sublinha-se que o processo de visibilização e reconhecimento das juventudes constroem-se em três fases distintas: 1) invisibilidade, quando as juventudes não eram reconhecidas e/ou identificadas como um grupo específico; 2) especificidade deste grupo associado à geração de problemas e aspectos negativos (visibilidade negativa); 3) identificação das necessidades em se considerar, também, as suas especificidades, admitindo-se um *status* de “sujeito de direito”. A seguir, toma-se cada item, na sequência descrita, visando seu detalhamento.

3.1. Juventudes e a questão da (in)visibilidade social

Por muito tempo “os jovens propriamente ditos ficaram fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania” (ABRAMO, 2005, p. 39). Isto se deu pela falta de incorporação das juventudes na agenda e na arena públicas e pelo processo de seu reconhecimento como fenômeno e grupo social dar-se tardiamente no contexto brasileiro, tanto no imaginário social quanto no político/legislativo, levando a um longo período de invisibilidade social.

De acordo com Arendt (2005), ser reconhecido na arena social implica na possibilidade de participar desse espaço de pluralidades e de sociabilidade especificamente políticas, atingindo um lugar de visibilidade e influência, e tendo reconhecido seu potencial de ação como ator político na arena social. No entanto, nos processos sócio-históricos de busca de visibilidade das juventudes como categoria social, ao menos no cenário nacional, pode-se dizer que, em um primeiro momento, conseguiu-se “apenas” a identificação desse grupo como distinto das demais fases da vida. Coloca-se a palavra apenas em destaque pois, apesar de aparentar ser pouco, anteriormente, esse momento da vida era como um “limbo” entre as únicas categorias legitimadas socialmente: a infância e a vida adulta, caracterizando-se como uma mera transição para a vida adulta (MELUCCI, 1997). Diante da ideia de transitoriedade, segundo Dayrell (2003), não só se nega o presente vivido, à medida que o sujeito é tomado quase como um projeto inacabado, “que ainda não chegou a ser” (DAYRELL, 2003, p. 41), como também se atribui centralidade e um caráter de superioridade à fase adulta no processo de vida.

Em se admitindo a fase adulta como um momento de destaque no ciclo vital, por volta das décadas de 1950 e 1960 as juventudes passaram a ser vistas como uma fase preparatória, notadamente para o trabalho: a responsabilidade social de um adulto (BOGHOSSIAN, MINAYO; 2009). Ainda que permanecesse a associação das juventudes como “mera” passagem para uma fase de real valor social (a vida adulta), a identificação de uma potência,

mesmo que no ideário de um “vir a ser” (DAYRELL, 2003, p. 41), evidenciava aspectos até então ignorados.

É válido contextualizar o período histórico em que estes termos eram colocados, pois nos dão “pistas” para a interpretação das disputas que estavam postas na arena macrossocial. Para Santana (2009), o Brasil do período pós Primeira República passou por um processo de modernização que, ao mesmo tempo que evidenciava o despertar de setores da intelectualidade e da elite política e econômica do país, também lançava luz sobre questões como analfabetismo e desemprego. O período pós-guerra, na sequência, destacava ainda mais tais transformações, levando os governantes a pautar amplamente a chamada “questão social”. De acordo com Santana (2009), o Estado brasileiro adotou medidas para dificultar a incidência de problemas sociais, com base no desenvolvimento do capitalismo nacional; assim, o Estado assumiu o papel de gerenciador de questões como a regulamentação do trabalho, por exemplo, e tanto a pobreza como os temas associados a ela passaram a ser vistos como um “problema de natureza estrutural”.

De acordo com Souza (2016, p. 43), as transformações advindas do desenvolvimento do capitalismo no período pós-guerra, garantiram, para as classes médias, “certa linearidade na autonomização de status de seus jovens perante a sociedade”, com a expansão do sistema de ensino e a incorporação de sua mão-de-obra. Contudo, como a integração (ou não integração) dos grupos não se dava de forma homogênea, diversos estudos passaram a examinar a especificidade da juventude como fase de vida e não “apenas enquanto transição, caracterizando-a como uma etapa representativa dos problemas sociais” (SOUZA, 2016, p.43). Esta compreensão vem ao encontro do que é apresentado por Abramo (2005), para quem o processo de reconhecimento das juventudes na sociedade moderna ocidental surge como um período preparatório para a complexidade de tarefas de produção e sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe, notadamente a criação de uma categoria que se correlacione com o trabalho.

Segundo Cassab (2001), a reestruturação produtiva promovida pela Revolução Industrial foi um marco na constituição das juventudes como categoria social. A transição para a sociedade industrial trouxe, em seu bojo, mudanças econômicas, políticas e culturais que evidenciaram um grupo populacional que não se enquadrava como adultos; um “período crítico para a existência humana” (QUEIROZ et al, 2013, p.52), fosse pelo seu aumento populacional, ou ainda pelas novas demandas surgidas em torno de processos de urbanização e do mundo do trabalho.

Com a ascensão de novas tecnologias e a mecanização da produção, a mão de obra humana foi, gradualmente, sendo substituída e, desse modo, um expressivo contingente de trabalhadores desempregados surgia, à medida que o mundo do trabalho começava a entrar em crise; além de econômica, com um forte impacto social. Com a nova realidade socioeconômica, o crescente desemprego se delineava também pela dificuldade de integração dos mais jovens às atividades de trabalho formal, acarretando, de acordo com Abramo (2005), em falta de perspectivas e de oportunidades para a construção de projetos de vida daquele grupo. Bourdieu (1983) destaca a crise no mundo do trabalho e as novas desigualdades dela decorrentes como um fator que favoreceu, também, sob uma interpretação de “problema político”, a construção de uma visão uniforme e a criação da categoria juventude.

Apesar da aparente unicidade em torno da categorização “juventude” (BOURDIEU, 1983), à medida que modificava os modos de vida dos sujeitos, os processos decorrentes da Revolução Industrial definiam a juventude a partir de duas situações distintas: a dos filhos dos burgueses e a dos filhos dos pobres, em geral, operários (ABRAMO, 2005). A estes últimos impunham-se um adiantamento dos deveres da produção e a integração precoce à vida adulta - ainda que pelo viés da marginalidade e marginalização atribuídos ao crescente mercado informal - os jovens em melhores condições financeiras podiam dedicar-se aos estudos, tendo um tempo maior de preparação para entrar na vida adulta (MANNHEIM, 1968), pois, a complexificação das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais trazidas pela sociedade

industrial passaram a exigir um tempo a mais de preparação dos indivíduos (ABRAMO, 2005). Sem propriamente nomear as juventudes como um grupo populacional específico, até a década de 1960 havia arbitrariedade no processo de visibilização dos sujeitos sociais, pois, de acordo com Abramo (2005), a visibilidade das juventudes se restringia a jovens escolarizados, de classe média, o que parcializava o significado de condição juvenil. Não há como dizer sobre a construção de um lugar social, sem necessariamente passar por uma discussão sobre o recorte de classe social⁷ que, desde o início, o delineou.

Sem lhe atribuir um valor em si mesma, tomavam-se as juventudes, como hoje é chamada, quase como que fruto de uma sucessão “natural” de fases decorrentes da maturação biológica (DAYRELL, 2003). Desta forma, se invisibilizava de tal maneira que sequer chegava a ser nomeada. De acordo com Moreira (2010), o ato de nomear, sob uma lógica discursiva, atribui existência ao objeto nomeado, na perspectiva de que um nome serve para designar-lhe especificidade e, ainda, para dar-lhe destaque (MOREIRA, 2010). Quando o grupo populacional começa a ser nomeado, passa, também, a ter reconhecida sua existência ou, dito de outra forma, passa-se do lugar de invisibilidade para o início de um estado de visibilidade das juventudes.

Tomando por base as reflexões de Adorno (2001), de que é a sociedade quem cria os limites, teorias e rótulos para distinguir cada etapa da vida, a ação de nomear pode ser entendida como o ponto de partida no processo de “invenção social” da juventude (PAIS, 2003). No entanto, segundo Abramo (2005), retomando a centralidade do trabalho, o adiamento da entrada no mundo produtivo desdobrava-se no adiamento da permissão para a participação na vida social, pois, uma vez que o tempo de preparação para o primeiro emprego, bem como a outras formas de inserção social foram postergadas, ampliou-se, também, o tempo de convivência dos jovens ao ambiente privado familiar (SOUZA, 2016) e, com isso, se mantinha em oculto a discussão da “inserção de novos atores sociais na trama política”

⁷ Vale destacar a presença de outros marcadores sociais da diferença na categoria juventude, por exemplo, gênero e raça-etnia. Contudo, propositadamente destaca-se aqui o marcador classe social pela sua preponderância no contexto em análise.

(SANTANA, 2009, p.24). Os grupos que hoje denominamos juventudes passaram a interessar a diversos segmentos, de maneira diferenciada, em conformidade com seu campo político-ideológico (SANTANA, 2009), ganhando uma certa visibilidade no cenário sociopolítico à medida que se passou a lançar sobre ele um olhar instrumental, entendendo-a como elemento essencial para a reprodução social.

3.2. Da invisibilidade à visibilidade negativa

O percurso que começa conferir visibilidade aos jovens também se relaciona ao fato deles, pelo acesso ao trabalho, tornarem-se consumidores em potencial, inclusive porque “o poder de mercado independente tornou mais fácil para a juventude descobrir símbolos materiais ou culturais de identidade” (HOBSBAWM, 1995, p. 256), o que criou uma representação da juventude como uma massa.

Ainda na década de 1960 começou a se modificar o conceito de juventude de uma condição mais individual para uma condição mais social/coletiva e diferenciada (HOBSBAWM, 1995). De acordo com Dayrell (2003), a partir dos anos de 1960 foi se cristalizando um mercado de consumo dirigido aos jovens, em um dos primeiros investimentos no sentido de reconhecer interesses específicos daquele grupo e as potencialidades comerciais nele envolvidas. O consumo tem sido colocado como fator concomitante de homogeneização, na possibilidade de partilha de elementos de pertencimento a grupos com os mesmos interesses, “condição entendida subjetivamente como constitutiva da identidade” (NUNES, 2007, p. 667), e como elemento de diferenciação no sentido de atuar como um marcador de diferença pelo acesso ou não acesso a certos bens de consumo e bens sociais. Desde então, o consumo tem sido posto para as juventudes como uma possibilidade de sair da invisibilidade. O mercado de consumo projeta visibilidade não apenas aos jovens, mas também às mazelas produzidas pela questão material do capitalismo, tais como pobreza, desigualdade, exclusão, violência, entre outros (SOUZA, 2016).

É importante destacar que o “milagre econômico” vivido naquela época, advindo do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no país, embora anunciasse um pretense aumento no poder de compra da população em geral, proporcionou rebatimentos positivos apenas para a parcela mais abastada da população, que podia investir em bens duráveis e em bens de capital, ou seja, daqueles que servem para a produção de outros bens e para a classe média, que detinha conhecimento técnico para fornecer ao modelo econômico (FALCÃO, 2017). Naquele cenário, as condições socioeconômicas, tecnológicas e culturais geraram desdobramentos diversos que afetaram particularmente as juventudes. Dentre estes desdobramentos, cabe destacar que a nova realidade gerou uma retração no poder de compra, da população em geral (FALCÃO, 2017), e, ainda, evidenciou a limitação dos grupos mais pobres se integrarem pelo trabalho à organização social, por apresentarem menor qualificação técnica-profissional. Como consequência, a ideia do jovem “consumidor” passou a dar espaço à juventude-problema.

Até meados dos anos 1990 o termo juventude foi incluído no escopo da tematização social brasileira pela emergência do tema centrada na preocupação social com os problemas vividos ou representados pelos jovens, basicamente relacionados às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho e do aumento da violência. Foi justamente esta interlocução com os processos sócio-históricos que levou as juventudes de um *status* de invisibilidade para alcançar uma “visibilidade negativa”, fazendo-se frequente a associação a uma imagem de rebeldia e geradora de problemas (DEBERT, 2010), aspectos que pouco contribuíam para o reconhecimento de uma representação social mais favorável.

A construção social das juventudes como problema decorreu do Estado, via políticas sociais, como “resposta” aos ditos problemas causados pelos jovens, como demonstrado por Abad (2002) na análise de políticas de juventudes na América Latina. Em linhas gerais, a evolução histórica daquelas políticas, em face dos problemas de exclusão dos jovens da

sociedade, demonstra um enfrentamento aos desafios de promover processos de transição e integração daqueles sujeitos à vida pública. Nesse desenho, foi se explicitando um controle do Estado sobre o uso do tempo livre dos jovens, sobretudo com a escolarização e/ou a inserção laboral dos jovens, e o controle social de setores juvenis mobilizados. A discussão proposta por Abad (2002) evidencia que os modelos de políticas de juventudes apresentavam, até início dos anos 2000, uma leitura fortemente pautada nas juventudes como problema e como geradoras de problemas e perigo, sendo que as proposições de intervenções estatais se dedicavam ao controle destes grupos. Pais (1990, p. 141) destaca que a dificuldade de entrada dos jovens no mundo do trabalho derivou também nos “problemas que, contemporaneamente, mais afectam a «juventude»”. Destacamos o processo de invisibilidade social e de denegação de direitos (TELLES, 1999), dos quais decorrem, ainda, o não reconhecimento da cidadania e da existência civil das juventudes. De acordo com Sposito e Carrano (2003, p. 21)

mesmo que não se possa falar na esfera federal de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros, algumas propostas foram executadas, sobretudo com base na ideia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingem a juventude, transformada, em algumas situações, num problema para a sociedade.

De acordo com Krauskopf (2004) e Quapper (2012), criou-se uma visão estigmatizante e reducionista em torno das juventudes, tomando-as como sinônimo de rebeldia, ameaça (pela associação com a violência e/ou possibilidade de ruptura com o instituído), libertinagem, contestação e gerador de desordem (CASSAB, 2011; ABRAMO, 1997). De forma geral, o discurso sobre as juventudes como um problema tornou-se objeto de vigilância e controle social, sendo que, por um lado, aqueles das classes menos favorecidas eram controlados sobretudo através do trabalho e da ação policial, enquanto as instituições de ensino eram vistas como aquelas que

deveriam exercer a disciplinarização sobre os filhos dos burgueses (CASSAB; 2011).

O processo histórico foi evidenciando que a construção da juventude como categoria social não pode ser vista como fato natural e universal. Antes, decorre das reflexões sociológicas que influenciaram e foram influenciadas por situações objetivas da vida, como, por exemplo, as transformações sociais resultantes da universalização do ensino, que foi iniciada durante o século XIX (SOUZA, 2016). Junto a essa premissa da universalização do direito à instrução escolar, a pouca possibilidade dos jovens adentrarem no mercado de trabalho, dado sua pouca qualificação, foi contribuindo para que a concepção moderna de juventude passasse a considerar a escolaridade como uma etapa intrínseca para a vida adulta (NOVAES, 2013), uma vez que se acreditava que a formação educacional favoreceria assumir as responsabilidades da vida adulta quando da entrada na “maturidade”. Destarte, o período de escolarização para os jovens de classes econômicas mais abastadas e a profissionalização para o trabalho das juventudes populares surgiram como espaços de visibilidade das juventudes.

Segundo Krauskopf (2004), a representação das juventudes que devem ser preparadas para o futuro, se associa, intimamente, à noção de imaturidade social do sujeito jovem. Desta forma, haveria um período próprio para a preparação e o amadurecimento, um período denominado como “moratória social” (MANNHEIM, 1968; NOVAES, 2007; DAYRELL, 2007). Para Mannheim (1968), a moratória social é um período de suspensão de obrigações e responsabilidades, defendida como elemento importante para permitir aos jovens suas escolhas e experimentar o mundo, marcada por uma suspensão das responsabilidades (DAYRELL; CARRANO, 2002). Nesta mesma direção, Abramo (2005) pauta a moratória social como um adiamento dos deveres e direitos de produção e reprodução da vida social, sendo a juventude um momento de formação para a sua futura participação.

No entanto, autores como Novaes (2007) e Dayrell (2007) resgatam que a ideia da juventude como um período de moratória social põe em foco

que a condição juvenil consiste apenas em uma etapa de preparação para uma vida futura. Para Oliveira e Trancoso (2014, p.25),

Não se intenta que crianças e jovens exerçam seus direitos como crianças e jovens no presente. A esperança de serem como promessa de futuro posterga a ilusão de vivenciarem a condição de humanidade e evidencia a paradoxal relação entre o discurso futurista e a contemporânea inércia política-operacional na estruturação das condições sociais objetivas.

Faz-se importante destacar que a juventude apresentada como devir desvela uma compreensão do grupo como depositária de esperanças em relação ao futuro, ofertando uma outra possibilidade de leitura que avança da ideia de juventude problema, embora seja preciso considerar a insuficiência desta abordagem. Com isso, também, aspectos antes tidos como mais individuais e de cunho privado passaram a deixar a esfera privada e integrar o mundo comum. Isto possibilitou o reconhecimento das juventudes e, em decorrência, lançando-os no espaço público e rompendo com a lógica que o privava, pela invisibilidade (pela falta de licença para existir), da mais importante das capacidades: a ação política (ARENDR, 2007).

Para Sposito (2011), essa mudança favoreceu, ainda, a identificação da exclusão social dos jovens como parte integrante da questão social, além de fomentar um desenlace da juventude não só da vida adulta, mas também da infância. Nesta mesma direção, vale resgatar Bourdieu (1983), que propõe uma perspectiva mais relacional entre as gerações, entendendo que a divisão das etapas da vida passa por uma “repartição de poderes” fruto da luta entre os grupos.

Diante da diferenciação da juventude frente aos outros grupos populacionais é que se pôde admitir similaridades entre os diversos sujeitos componentes deste grupo. Nessa direção, Melucci (1997) apresenta a ideia de marcos geracionais como elementos integrativos entre os sujeitos de uma mesma geração, promovendo certa homogeneização entre eles. Assim, uma mesma dinâmica histórica partilhada em uma determinada época, ou os

mesmos problemas partilhados num determinado momento, colocam sujeitos concretos, sob uma mesma categoria social. Embora a juventude como uma mesma categoria geracional abranja as multiplicidades de formas de se viver (FEIXA; LECCARDI, 2010), é importante ajustar as lentes para se notar e considerar a heterogeneidade que compõe, em uma abordagem mais macro contextual, considerando que há vários fatores que definem a pluralidade das juventudes, dentre as quais se destaca a “dicotomia que emerge nas classes sociais” (SOUZA; PAIVA, 2012, p.354).

Nesse debate, destaca-se a importância do reconhecimento das juventudes, a partir da construção sócio-histórica como uma categoria, uma geração, composta por indivíduos que compartilham o mesmo momento histórico e cultural de vida, em uma determinada época (FEIXA; LECCARDI, 2010; MELUCCI, 1997). Seu valor reside no reconhecimento de que há elementos constituintes das juventudes que implicam em uma certa homogeneidade, em seu aspecto geracional. Nesta direção, Bourdieu (1983) apresenta a periodização da vida como estratégia para criar alguma homogeneidade em um grupo social.

Diante disso, o reconhecimento de que existe um período diferente da infância e da vida adulta que, por conseguinte, carrega questões e demandas próprias e específicas faz-se central no processo de construção de um lugar social comum à juventude. Neste processo, lançar luz sobre a igualdade e a diferença na construção social da juventude foi e permanece essencial. Enquanto a igualdade consiste na potência humana de lutar pelo seu direito a habitar o mundo à sua maneira, fazendo-se ouvir e fazendo-se participar, através da fala, da construção do bem-comum; a igualdade, para Arendt (2007), pode ser compreendida como condição para a distinção, sendo seu oposto a desigualdade, não a diferença. Ou seja, é admitindo-se a possibilidade de sermos e podermos ser todos diferentes que avançamos rumo à igualdade, ao menos como utopia, pois, no sentido da igualdade política, tolerar a existência da condição vulnerável de alguns sujeitos e grupos é excluí-los de uma igual possibilidade de exercício da cidadania àqueles em condição distinta.

Diante dessa breve contextualização, parece que a visibilidade das juventudes brasileiras, de certa forma, se liga à construção da história da questão social. No entanto, faz-se central compreender o processo pelo qual passou a ser considerada não somente um problema de ordem pública, social, mas também um problema digno da intervenção estatal, discussão que se amplia nos tópicos que se seguem. Até aqui cabe enfatizar que o processo de tornar as juventudes visíveis passou/passa por dois aspectos diferentes, porém complementares: o reconhecimento de demandas singulares e específicas do grupo e o reconhecimento de demandas diferenciadas em relação aos demais. Portanto, é fundamental, ainda que frágil, a possibilidade de participação na vida pública, contemplando a sua pluralidade.

3.3. Da visibilidade negativa à construção de diferentes apreensões: a juventude como sujeito de direitos

Um dos discursos produzidos e mais utilizados na sociedade contemporânea é aquele que toma as juventudes como um ideal, um estilo de vida (SZAPIRO; RESENDE, 2010) ou, ainda, como projeto de futuro, vertente que ganhou destaque na década de 1980. Embora esta leitura sobre as juventudes denotativamente pareça evocar um significado mais positivo, na verdade revela, pela apreensão conotativa do termo, uma leitura limitante a partir do seguinte aspecto: a compreensão das juventudes como ideal de vida não fortalece sua construção e/ou reconhecimento como um grupo social; pelo contrário, lança luz sobre as juventudes como uma mercadoria.

Soma-se a isso a leitura de Margulis e Urresti (2008), para quem as juventudes, como toda categoria socialmente constituída, têm uma dimensão simbólica. Os autores apresentam a juventude como um período da vida em que se está em posse de um excedente temporal, um certo “capital temporal”, em que, em tese, consiste nas possibilidades de partilhar características juvenis sem, necessariamente, ser jovem. Dessa forma, não só a juventude aparece como um bem a ser negociado, como essa lógica se estende às características a ela associadas.

À medida que se cria uma certa ideia do que é ser jovem ou, ainda, um certo “modelo” de jovem, cria-se um nicho de mercado, algo a ser explorado pela publicidade, diante da possibilidade de “venda” da imagem do que seja ser juvenil. A mercantilização de características atribuídas aos sujeitos jovens, de acordo com Margulis e Urresti (2008), revela uma compreensão da juventude fortemente vinculada aos aspectos físicos do corpo e sua cronologia e, em decorrência, tem se apresentado e reconhecido esses sujeitos como modelos privilegiados de capacidade e de força (ZUCCHETTI; BERGAMASCHI, 2007).

Sendo essa apreensão bastante recorrente nas sociedades modernas, Takeuti (2012) destaca que os ideais de juventude foram sendo transformados em referência central para os outros grupos populacionais. A potência e o vigor físico da juventude, bem como seus padrões estéticos associados à sensualidade, beleza, liberdade e desempenho sexual têm sido colocados como objetos de desejo, afirmando-se uma cultura de consumo em torno da juventude, ou melhor: da possibilidade de ser/permanecer jovem. Embora essa leitura construída em torno das juventudes seja reconhecida entre diferentes autores como uma visão romantizada (DAYRELL; CARRANO, 2002; MARGULIS; URRESTI, 2008), a comercialização de atributos juvenis possibilita, ainda que de forma limitada, o fomento de uma visibilidade a esse momento da vida, por meio da multiplicação de bens e serviços que impactam, diretamente, os discursos sociais em torno desse grupo (MARGULIS; URRESTI; 2008).

Sem desconsiderar os interesses hegemônicos da reprodução capitalista sobre esta fase da vida e suas distintas representações, Castro (2011a), refletindo acerca da visibilidade criada em torno da condição juvenil, qualifica-a como uma “visibilidade libertária”, isto é, para a autora, a cultura de consumo foi capaz de promover um desenlace da juventude de uma visão adultocêntrica, visão diante da qual se subjugavam as juventudes e todas as outras fases vida. Pode-se dizer que, se por um lado essa interpretação não favoreceu o reconhecimento dos jovens como pertencentes a um grupo social específico, embora plural, por outro, certamente favoreceu a admissão da

existência de um grupo distinto dos demais, ainda que tal elemento de distinção fosse identificado com traços exclusivamente de ordem biológicas/corporais.

No entanto, entende-se que essa “nova” visibilidade conquistada traz consigo, ainda, a necessidade de ampliar a leitura da condição juvenil, para muito além do reconhecimento das características associadas a uma mera fase de desenvolvimento da vida (biológica), pois constituem uma pequena parte do que seja a condição social juvenil. Embora se reconheça no critério etário um referente biológico e normativo importante, Bourdieu (1983) ressaltou a importância de se falar de juventude para além de uma unidade social. Para Bourdieu (1983), a juventude é reconhecida como fruto de construções sociais e faz-se necessário analisar as diferenças inerentes a esse tempo do ciclo vital que, embora fortemente marcado por interesses comuns, à medida que é vivida por sujeitos concretos é, também, atravessada por seus múltiplos pertencimentos.

A dimensão social e sociológica da/na compreensão das juventudes leva à incorporação do conceito de experiência neste debate. De acordo com Marinho (2016), essa vertente nos distancia de uma compreensão da condição juvenil como um conceito delimitado temporalmente, pela prescrição de faixas etárias, antes, remete à possibilidade de articulação entre as condições individuais e coletivas dos sujeitos jovens na composição dessas experiências e memórias. Então “vivenciar essa etapa da vida está associada a noção de reconhecimento, ou seja, reconhecer o papel social, do universo simbólico e a produção de significados que compõem as trajetórias e a experiência juvenil na contemporaneidade” (MARINHO, 2016, p. 297).

Este trânsito entre os aspectos mais singulares/individuais do jovem e mais plurais/coletivos das juventudes lançam luz sobre o compartilhamento de características comuns que torna um sujeito identificável e elegível à composição deste grupo social o que, por sua vez, o separa do restante da sociedade. Pode-se dizer que este processo compõe um duplo reconhecimento: o autorreconhecimento dos sujeitos como pertencente ao grupo e o reconhecimento social de sujeitos que partilham características

comuns. Com base nesta leitura, pode-se dizer que as juventudes têm sido reconhecidas como um grupo social específico, porém diverso e plural.

Para Novaes (2011), além das demandas por reconhecimento, que são aquelas que dizem respeito à especificidade da condição juvenil, há que se considerar que as juventudes disputam recursos materiais e simbólicos ligadas ao direito e acesso à educação, trabalho, saúde, segurança e cultura (demanda por distribuição) e espaços para seu encaminhamento na arena pública democrática e na transformação dessas demandas em políticas públicas, no sentido de legitimá-las socialmente (demandas de participação).

Esta possibilidade de entendimento das juventudes como alvo específico de políticas públicas remete à segunda metade dos anos 1980, momento histórico que, ao revelar diversas fragilidades de um modelo de desenvolvimento econômico, acabou por fomentar diversos embates políticos que, dentre outras coisas, passou fortemente pela ação dos movimentos sociais ou, na palavras de Malfitano (2016, p. 119), de “agentes da sociedade civil para pressão e mobilização social”, “na direção de luta pelo alargamento e acesso aos direitos sociais, ajudando a demarcar uma visão ampliada de democracia”. Visão que favoreceu não só a admissão da juventude como uma fase particular da vida humana, como também promoveu uma outra visibilidade em torno do grupo como sujeitos de direitos (SPOSITO, 2011).

Para Telles (1999), o rápido e intenso processo de modernização vivido no Brasil põe em tela a importância de pautar os direitos sociais como regras de sociabilidade, pois, em alguma medida incidem sobre o descompasso entre os princípios básicos de igualdade civil a redução da desigualdade social brasileira. Neste processo, Castro e Monteiro (2008) apresentam o surgimento da concepção de "sujeito de direitos" como um avanço no que diz respeito à representação dos jovens, destacando que é nesse momento que se dá a mudança na compreensão do jovem como cidadão. Entretanto, o reconhecimento das juventudes ligada a um percurso legislativo específico e a priorização das demandas desse grupo veio, no Brasil, somente nos anos 2000. Para Sposito (2011), o reconhecimento da juventude como sujeito de direitos envolve a admissão de políticas públicas específicas. A proposição

e/ou implementação de políticas públicas, como aquelas voltadas a grupos específicos como as juventudes, traz consigo, numa perspectiva da garantia de direitos e, por conseguinte, de cidadania, a possibilidade de difusão do debate, visto que se coloca em tela os interesses de ordem coletiva, com rebatimento sobre a coesão social.

Para Telles (1990), a partir de um referencial gramsciano, o estabelecimento das necessidades a serem atendidas pelas políticas demanda um pacto social, para tanto, um debate na arena pública que favoreça a compreensão de que os investimentos propostos são necessários e de responsabilidade coletiva da sociedade. Dada a complexidade desse processo, é evidente que está apenas se iniciando, ainda mais se considerar que a *proposição* e a *efetivação* das juventudes como sujeito de direitos são duas questões distintas.

Preconizar a proposição de políticas públicas a um grupo social não quer dizer que, efetivamente, as políticas sejam executadas e/ou seus “frutos” acessados pelas juventudes como um todo. Um exemplo é o Art. 7 do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), que preconiza o “direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada”. Apesar de posto para a juventude, de maneira geral e irrestrita, o que se tem são jovens de classes sociais distintas acessando (ou deixando de acessar) esse direito de formas muito diferentes. Segundo a pesquisa “Juventude e integração sul-americana”, do Ibase e do Instituto Pólis (2007), embora a política de educação seja a base de um direito particularmente importante para os jovens e, possivelmente, a única que se configura como uma “política estruturante”, com a proposição de responder a um direito universal, e se constituir como condição de garantia de todos os outros direitos, tem-se ainda hoje barreiras para sua efetivação, por exemplo na necessidade de favorecer o acesso a jovens em situações particulares, como os do meio rural (PÓLIS, 2007, p.82) .

Nessa direção, pode-se dizer que, apesar da relevância do Estatuto da Juventude como marco legislativo no que tange à institucionalização dos avanços e direitos conquistados, sua existência não é suficiente para uma mudança social da visão sobre esse segmento da população. Igualmente, apesar de as políticas públicas de juventude favorecem à visibilização temática desse grupo para a sociedade e trazer a possibilidade de mudança de paradigma de juventude em situação de risco para juventude sujeito de direitos (NOVAES, 2012) há desafios e disputas ainda em curso na direção de uma mudança efetiva de concepção sobre essa população, preponderando a marca e o estigma de uma visibilidade social negativa em torno das juventudes.

Embora os marcos legais definidos pelo poder colaborem positivamente para a diminuição da invisibilidade das juventudes, para Castro (2011b), não se coloca, ainda, as juventudes na centralidade das prioridades do Estado e de outras instâncias da sociedade; sendo assim, o recorte “juventude” oscila entre momentos de visibilidade e momentos de invisibilidade, o que revela hierarquias (temáticas e identitárias) persistentes (NOVAES, 2011). Para Carloto e Costa (2007, s/p) “é no processo de luta por conquista de autonomia que uma nova abordagem, radical, de cidadania ativa é construída e demandada como fator indispensável à construção de relações igualitárias”.

Hoje, o reconhecimento das juventudes como grupo populacional de direitos sociais, para além de um discurso qualificado, carece de uma projeção prática para a vida daqueles sujeitos. Para além de se pactuar que a visibilidade desejada para/em relação as juventudes é relativa ao *status* de sujeito de direitos, entende-se a necessidade de luta no que diz respeito a alcançar efetivamente o lugar social de objeto específico da ação do Estado (SPOSITO, 1993). Vale dizer que na atualidade tem-se um grande desafio a ser enfrentado nessa direção. Trata-se, portanto, de reconhecer os jovens como sujeitos de direitos e efetivar tal reconhecimento por meio da “tradução” de suas demandas em políticas públicas adequadas às atuais condições juvenis (NOVAES, 2013, s/p) e para todos. De acordo com Novaes (2011, p. 346):

ao falar em “juventude como sujeito de direitos”, sintetizamos três gerações de direitos: os direitos civis e políticos dos indivíduos, que evocam a liberdade, os direitos econômicos, sociais e culturais, que garantem a igualdade, e os direitos difusos, que além de dizer respeito ao patrimônio cultural da humanidade, à garantia de paz, ao cuidado com o meio ambiente, também reconhecem grupos constituídos a partir da identidade de geração, gênero, raça, etnia, etc.

As proposições de Novaes (2011) remetem à teoria do sociólogo britânico Thomas Marshall, elaborada na década de 1960. A partir da análise da experiência histórica inglesa, a teoria de Marshall favorece a compreensão do conceito de cidadania e seus pontos de disputa: os direitos. Para o autor, o conceito de cidadania é composto por três elementos: a cidadania civil – relativa aos direitos de liberdade individual; a cidadania política, referentes aos direitos de participação no exercício de poder; e a cidadania social – que diz respeito ao conjuntos de direitos necessários para se acessar uma vida “civilizada”, como por exemplo, segurança e bem-estar (MARSHALL, 1967)

Segundo observou Marshall (1967), historicamente as conquistas dos direitos de cada elemento pressupõe a conquista do anterior. Portanto, não seria possível dizer de uma cidadania social sem antes se ter provado, com efetividade, a cidadania política. O autor fala em “geração” de direitos e, para ele, a cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade, ou seja, àqueles que já têm a possibilidade de usufruir de cada um dos três aspectos, sendo a concretização formal da igualdade básica entre os sujeitos. Para Marshall (1967, p. 76), “todos aqueles que possuem o status [de cidadão] são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status”. Nesta direção, é possível dizer que falar em “juventude como sujeito de direitos” é trazer à tona um processo ainda frágil e inacabado no que tange ao conjunto de direitos que podem gozar. Em se tratando de fragilidades em torno do conceito de cidadania, Soares (2002) apresenta a elaboração de Hannah Arendt, no entendimento de que a cidadania pode ser dar por duas vias: uma ativa e uma passiva, sendo a primeira a participação

na vida social e a segunda o “simples” acesso aos direitos advindos do status de cidadão:

Para ela [Arendt], a ideia de cidadania ativa está no compromisso cívico e na deliberação coletiva acerca de todos os temas que afetam a comunidade política. A cidadania passiva consiste no acesso aos direitos (políticos, sociais, civis), e a cidadania ativa traz a dimensão das responsabilidades que os sujeitos têm com a comunidade política à qual pertencem. (SOARES, 2002, p. 101).

Embora, de maneira geral, o campo das políticas públicas de juventude venha produzindo novas representações sobre as juventudes e tensionado a incorporação da questão juvenil em diferentes pautas da sociedade civil organizada e em programas setoriais de governos, destaca-se que essa nova visibilidade do jovem, como sujeito de direitos, apesar de ter aberto novos espaços de disputa, não modifica as hierarquias mais clássicas acerca das representações das juventudes (CASTRO, 2011a). Nesta perspectiva, busca-se ainda, em relação às juventudes, a efetivação da cidadania passiva, no acesso do grupo social aos direitos que lhe são prescritos. Se até essa dimensão, ainda frágil, está em construção, o que dizer da admissão das juventudes como atores políticos, com potencial de contribuição para a vida pública.

Em resumo, trata-se de reconhecer as juventudes composta por sujeitos de direitos e efetivar tal reconhecimento por meio da “tradução” de suas demandas em políticas públicas adequadas às atuais condições juvenis (NOVAES, 2013, s/p) e para todos. Trata-se de se pensar as juventudes sob a égide do direito como um balizador para a experiência da igualdade como possibilidade de participação na vida pública. Para Carloto e Costa (2007), as bases para a noção de cidadania ativa derivam da experiência dos movimentos sociais urbanos e se entrelaçam com o acesso à cidade, reforçando o sentido da construção da cidadania como luta e conquista. Para Dagnino (1994), o terreno de disputas constituinte da cidadania se revela na luta por direitos, tanto o direito à igualdade como o direito à diferença.

Portanto, a cidadania pode se revelar em caráter restritivo, excludente e parcial e, diante disto, pauta-se a necessidade dos excluídos pressionarem sua inclusão e negociar e qualificar processos de inclusão (CARLETO, 2007). Para Dagnino (1994), a concepção de cidadania, para além da incorporação ao sistema político, trata do tensionamento para traçados mais igualitários na composição das relações sociais, como uma nova proposta de sociabilidade:

um processo de aprendizado social, de construção de novas formas de relação, que inclui de um lado, evidentemente, a constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos, mas também, de outro lado, para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes que recusam permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles (DAGNINO, 1994 p. 109).

Se, por um lado, se tem grupos que tensionam os limites do contrato social, Dagnino (1994) destaca que, por outro, deve haver um coletivo disponível à transformação das suas práticas sociais, como afirmação e reconhecimento de direitos, em uma responsabilização mútua. Trata-se do pressuposto que a conquista dos direitos de cidadania “implicará em modificações radicais na nossa sociedade e na estrutura das relações de poder que a caracterizam” (DAGNINO, 1994, p. 104).

Nestes conflitos, grupos postos à margem da sociedade, como a juventude pobre, seguem na luta pela efetivação de sua cidadania e sua legitimação no espaço social e público, como destacado a seguir.

3.4. Juventude pobre: entre o espaço social e o espaço público

Na luta pelo reconhecimento social da juventude, vale resgatar que se a construção da “visibilidade desejada” ainda é um processo frágil à juventude como um todo é, em especial, para a juventude pobre, pois mostra com mais nitidez a face da exclusão da juventude brasileira (NOVAES, 2012).

Diante da desigualdade estrutural da realidade brasileira, faz-se essencial o estabelecimento de marcos legislativos para assegurar a possibilidade de participação em um campo de disputas de ordem social, política, ideológica e econômica. Entretanto, a história do país revela que os direitos jamais foram formulados segundo a noção de igualdade, sendo o sujeito pobre identificado como incivilizado e, por conseguinte, descredenciado do estatuto de sujeito de direitos, convertendo-se, ora em cliente das concessões e tutela do Estado, ora como alvo da repressão policial. O fato é que, desprovidos do reconhecimento de sujeito de direitos, os pobres não têm considerados como legítimos os seus interesses, demandas e necessidades (TELLES, 1999). Para Telles (1999), existe uma lógica silenciosa da exclusão que culmina em um processo que descredencia os pobres de qualquer possibilidade de participação efetiva na sociedade. Logo, ao não serem reconhecidos, a sociabilidade desses sujeitos não se completa.

Nesta direção, o recorte de classe social na reflexão sobre a juventude, ou melhor, sobre as juventudes (BOURDIEU, 1983), nos remete à discussão de Arendt (2007) acerca das pluralidades que envolvem a vida pública, política e cidadã, pluralidade diante da qual a possibilidade de igualdade, muitas vezes, parece se esvaír frente ao frágil reconhecimento e legitimação de “outros”, tão distintos e distantes em origem e possibilidades de vida. Acabamos criando “graus” de cidadania e transformando direitos em privilégios, movimento bastante possível de se observar na constituição do jovem como ator social.

Em se considerando a juventude pobre - nomeação utilizada intencionalmente para, como sugerem Sposito e Corrochano (2005), explicitar uma questão de classe social que incide sobre as possibilidades de vida e redes sociais acessíveis a este grupo – cria-se quase uma subcidadania, não como um evento arbitrário, mas como um processo construído historicamente. Cabe destacar que, em uma sociedade desigual como a brasileira, cuja organização social está fortemente condicionada ao mercado de trabalho formal, muitas vezes há um movimento tendencioso no processo de

reconhecimento (ou não) do direito a participar da vida pública e na modulação do acesso aos direitos sociais (NOVAES, 2003; LOPES; SILVA, 2009). Tem-se os padrões da sociedade salarial influenciando o contraditório movimento do Estado que, em detrimento das questões sociais mais amplas, legisla e age em favor, sobretudo, daqueles segmentos da sociedade cujos projetos econômicos são mais rentáveis e interessantes (LOPES; SILVA, 2009), parâmetros para a colocação (ou não) dos grupos e suas demandas na arena pública. Resta claro que:

A juventude de grupos populares urbanos vive de forma intensa a contradição desta sociedade e, ainda, tem que lidar com as expectativas (negativas) sociais geradas sobre eles, resultantes de uma cultura de estereótipos, pré-conceitos, estigmas que acompanham sua inserção de classe. Esses jovens têm vivido um processo de invisibilidade social que os coloca à margem das ações públicas, da participação e do acesso aos espaços públicos. Ganham um lugar social “somente” quando assumem o papel de perturbadores da ordem, de desocupados e violentos e de criminosos (LOPES; SILVA, 2009, p.103).

A importância de se destacar as vulnerabilidades a que estão expostos jovens populares urbanos contrapõe-se à recorrente suposição de que a situação de exclusão decorre de uma incapacidade de articulação e mobilização por partes desses sujeitos ou, dito de outra forma, à frequente ideia que culpabiliza o jovem pobre pela sua condição social, visão que reforça, negativamente, sua imagem social, em decorrência da limitação de acessos a diferentes espaços e bens sociais, como sugerem Pereira e Malfitano (2014) e Sposito (2007). Ou, ainda, pela limitação de seu espaço de participação, num ciclo de vulnerabilidade e exclusão que se retroalimenta. Tem-se a compreensão que a situação de vulnerabilidade social desse grupo contrapõe-se ao exercício do direito e do potencial para a participação (ACIOLI; SOUZA, 2011).

Diante do exposto, a falta de perspectiva para a inserção social da juventude pobre parece se apresentar, ainda hoje, como uma das principais questões da juventude contemporânea. Sob esta ótica, em se considerando

as diversas visões sociais sobre as juventudes ao longo dos tempos, parece que a juventude pobre, especificamente, ainda pouco conseguiu se desvencilhar da noção da juventude como geradora de problemas e/ou como problema social.

Embora se entenda que a construção de visibilidades sobre este grupo populacional não obedeça à uma ordem evolucionista nem linear, podendo acumular e contrapor diferentes leituras concomitantemente, entende-se que o tempo histórico revela distintas apreensões, colocadas de formas diferentes a depender de qual juventude se fala. Se nos parece que à juventude pobre ainda se impõe, com força, a visão da juventude como problema social e ameaça à ordem social, destaca-se a necessidade de contribuir para a sua transposição, favorecendo o fomento da juventude pobre sob uma apreensão positiva: a de sujeito de direitos.

Apesar da prerrogativa de que as diferentes condições sociais e econômicas não devam impactar o acesso a direitos civis e políticos, uma vez que posta a igualdade como valor supremo pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), Acioli e Souza (2011) apresentam a pobreza como a explicitação de que a universalidade de direitos, embora proclamada, não foi realizada na prática. Para Vera Telles (2010) não se questiona, efetivamente, a estrutura de privilégios e tradição hierárquica que lhe dão origem, impossibilitando e/ou dificultando ver o outro como legítimo sujeito de direitos. Nestes termos, a vulnerabilidade social parece ser, concomitantemente, produto e produtor de fragilização à participação social e a discussão acerca da promoção da cidadania, através do fortalecimento deste aspecto, configura-se como essencial e necessária. Destarte, fica evidente que a pobreza e a vulnerabilidade reduzem as possibilidades do efetivo exercício de cidadania (SILVA; FREITAS, 2003) e do usufruto do direito à participação social (PETRUS; PEREIRA Jr., 2016) das juventudes. O desafio posto transita entre a possibilidade de articular diversidade entre as várias formas de vivência das juventudes e/ou da condição juvenil e a diferença posta entre elas no que tange as possibilidades de vida daqueles que se inserem naquela condição juvenil.

Para Winckler (2004), na esfera pública os sujeitos necessitam ser igualados em alguns aspectos e, para fins específicos, como a proposição de políticas públicas. A igualdade existente na esfera pública é forçosamente uma igualdade de desiguais. Neste sentido, observa-se a vivência de um paradoxo pelos jovens pobres que, ao mesmo tempo em que socialmente são enunciados como sujeitos de direitos, segundo Duarte (2014), são lembrados pelo Estado como alvos de ações que visam seu controle para manutenção da ordem, predominando o argumento da necessidade de intervenção para o “controle” da violência, questão que tem repercussões diretas nas formas de existência e sociabilidade desses jovens, cujas possibilidades de inscrição em redes sólidas de trabalho e/ou de relações/suporte social são, frequentemente, precárias (MALFITANO, 2011).

Em Hannah Arendt (2007) encontramos pistas para fazer frente a essa realidade. Ela diz que é no espaço público que a cidadania encontra sua possibilidade de efetivação. Portanto, pensar o espaço e seu fortalecimento parece ser um caminho viável para visibilizar o jovem, com destaque para o jovem pobre, lançando luz sobre a “visibilidade desejada”, no reconhecimento de seu legítimo lugar de detentor de direitos. Assumindo o pressuposto que o espaço público “é o local onde a vida social e política é encenada” (MEDEIROS, 2013, p. 44), onde se expressa e se confronta a diversidade; pautar o espaço público significa abordar uma dimensão significativa da vida dos sujeitos, coletivos e grupos sociais, lançando luz sobre um *lócus* de efetivo exercício da cidadania (HERMANY, MASCHIO, 2008).

Considerando o exposto acima, intervir sobre os espaços públicos pode ser entendido como uma intervenção também sobre a restrição da cidadania dos indivíduos vulneráveis e invisíveis socialmente, pois, a igualdade e o respeito à pluralidade são construções que podem existir somente na esfera pública da vida. E mais: ao se relevar a pluralidade, torna-se a invisibilizar sujeitos e grupos, dificultando o processo de reconhecimento de seu direito a ter direitos (ARENDR, 2007).

Dada a história brasileira pautada por extrema desigualdade social, estigmatização e abandono das juventudes (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006), toma-se esse movimento de intervir sobre a restrição da cidadania dos jovens como um desafio a ser enfrentado no âmbito nacional, pelos diferentes setores. O reconhecimento do jovem como ator político e da esfera pública como valor político, permeados por elementos democráticos e emancipatórios, favorecem o exercício legítimo da convivência e do debate (ARENDRT, 2007), fomentando a vivência social e tendendo a permitir um trilhar na constituição de espaços coletivos de convivência; salienta-se a necessidade de discutir a relação com o espaço público como uma importante instância social de fortalecimento dos jovens, em uma ligação indissociável do exercício político.

As relações com o espaço público, podendo ser entendidas não só como forma de exercício de uma sociabilidade específica, mas também como espaço para exercício de direitos e de poder, de colocação de demandas e projetos para a sociedade e, ainda, como espaço de fortalecimento e conquista pelas lutas sociais em prol do reconhecimento e efetivação de grupos e seus direitos particulares (ARENDRT, 2007), tornam evidentes a necessidade do debate social com relação ao acesso dessa população aos espaços e sua possibilidade efetiva de participação.

Essas distâncias sociais inscritas na/pela existência da pobreza no espaço urbano, segundo Cassab e Reis (2009), resulta do processo de segregação e das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica das relações sociais. Para as autoras, a ocupação desordenada do espaço urbano brasileiro, devido às transformações no mercado de trabalho e à ação do Estado, resulta em acessos diferenciados à estrutura objetiva de oportunidades e aos equipamentos sociais disponíveis. Além disso, para Cassab e Reis (2009), embora seja comum haver no imaginário social uma associação da pobreza com privação material, no sentido da falta de recursos financeiros, há também questões simbólicas, ligadas ao acesso e às oportunidades que se fazem possíveis. Com isso, depara-se também com a dissolução da cidadania como reconhecimento do direito a

ter de direitos, de forma mais ampla, e de forma mais específica, do direito de pertencer a uma comunidade política (ARENDR, 2005). Retorna-se, então, à constatação de que o discurso das juventudes como “problema social” dirige-se especialmente aos jovens pobres urbanos, à medida em que são, além de excluídos e controlados, responsabilizados pela violência nas cidades o que, por vezes, serve de justificativa para seu extermínio, sobretudo quando são negros e moradores de favelas (SAVEGNAGO, 2018).

Defende-se, portanto, que as intervenções profissionais com jovens pobres, em situação de vulnerabilidade social possam se constituir como estratégia de discriminação positiva, no sentido de:

fazer mais por aqueles que têm menos. O princípio destas práticas não é contestável na medida em que se trata de desdobrar esforços suplementares em favor de populações carentes de recursos a fim de integrá-las ao regime comum e ajudá-las a reencontrar este regime. (CASTEL, 2008, p. 13)

Diante disso, apresenta-se a seguir a terapia ocupacional social como uma das categorias com possibilidade de ação e intervenção junto a esse público, na perspectiva apresentada por Castel (2008). Apresenta-se a terapia ocupacional social, seus pressupostos teóricos e metodológicos e, a partir deles, inicia-se um breve exercício teórico-reflexivo sobre sua interlocução no trabalho com a juventude pobre.

4. TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL

Neste capítulo, busca-se uma apresentação da Terapia Ocupacional Social como subárea da terapia ocupacional, ou seja, um campo de ação técnico-profissional componente da terapia ocupacional. Parte-se do processo sócio histórico que lhe deu origem para discussão de seus aportes teóricos e metodológicos específicos, que a fazem, nesta pesquisa, como ponto de partida e de chegada.

Denomina-se ponto de partida seus arcabouços teóricos que permitem certos recortes e direcionam a pesquisadora desde a eleição e a apreensão do objeto de pesquisa até a sua problematização e discussão. Em um primeiro momento, toma-se a construção histórica da terapia ocupacional buscando articulá-la ao referencial materialista-histórico e à explicitação de seus fundamentos, num entendimento que a terapia ocupacional social se constitui também como base teórica para esta pesquisa. Por ponto de chegada tem-se a perspectiva da tomada da própria terapia ocupacional social como objeto de pesquisa, questionando se as intervenções que vêm sendo produzidas nesta subárea, especificamente aquela aqui analisada, modificam as relações dos jovens com os espaços públicos. Neste segundo momento se buscará, a partir de algumas produções pré-selecionadas, articular a terapia ocupacional à temática do espaço público, a partir da experiência e registros do METUIA/UFSCar.

A terapia ocupacional social se estabelece com vistas ao enfrentamento de problemáticas sociais contemporâneas (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002). Configurada como um campo de saber e de práticas, volta-se à análise de processos sociais e à proposição e desenvolvimento de tecnologias sociais objetivando a inserção, participação e autonomia de grupos específicos cuja participação e direitos advindos da cidadania se defrontam com diversos entraves para sua efetivação (LOPES; MALFITANO, 2016). Colocando-se com o desafio de desenvolver conhecimento e tecnologias de intervenção junto às temáticas sociais, como a pobreza, as políticas sociais, o acesso a bens e serviços sociais e a ocupação e circulação no espaço urbano (LOPES; MALFITANO, 2016), a terapia

ocupacional social se construiu pela e a partir da busca de novos interlocutores que pudessem trazer elementos para reflexão e ação junto às questões deslocadas do binômio saúde-doença (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002). Construiu-se ao final da década de 1970, a partir de um novo âmbito de ação e reflexão ao terapeuta ocupacional e do reconhecimento da questão social como demanda de ação profissional. Logo, ao tomar como demanda central a atenção a públicos (sujeitos, grupos e coletivos) em situação de vulnerabilidade social, essa subárea incorporou conhecimentos das ciências humanas e sociais, construindo um aporte teórico específico (LOPES; MALFITANO, 2016), a fim de responder às demandas sociais com as quais se punha em diálogo.

Partindo do social como parte constituinte e orientadora de sua ação, de acordo com Galheigo (2003, p. 39) buscava-se (e ainda se busca, na compreensão de que este é um desafio apenas iniciado) “reverter os modelos de segregação, disciplinarização, normalização e medicalização dos problemas sociais largamente praticados no Brasil”. Assim, a busca pelo desenlace da área da saúde partia de uma crítica à abordagem individual como geradora de estigmatização de problemáticas de natureza social e à tomada de fenômenos individuais (como o adoecimento) como fragmentador e redutor dos sujeitos e dos processos sociais e históricos.

É importante resgatar que o estado de vulnerabilidade social associa situações e contextos individuais e, sobretudo, coletivos, à medida que se constrói, segundo a teoria de Robert Castel⁸, a precarização de dois eixos centrais para a manutenção da coesão social: os laços de trabalho e as

⁸ Robert Castel, sociólogo francês, produziu diversas análises sobre o mundo de trabalho assalariado, as transformações trabalhistas e as políticas sociais, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. Para o autor (CASTEL 1994; 2001), a estrutura ou a “coesão” social é composta por dois eixos estruturantes: o trabalho e as redes sociais de suporte. O entrecruzamento entre estes dois eixos produz quatro possíveis recortes, ou como o autor denomina, quatro “zonas” diferentes do espaço social. Assim, variação entre 1) integração; 2) vulnerabilidade; 3) desfiliação e 4) assistência se dá de acordo com o grau de coesão assegurado. Para Castel, as novas formas de trabalho têm produzido desemprego, flexibilização e precarização do trabalho, decorrendo em situações massivas de vulnerabilidade social e desfiliação dos sujeitos contemporâneos. A terapia ocupacional social, buscando metodologias adequadas às realidades com as quais trabalha, tem dado aplicabilidade à teoria do autor na proposição da criação de espaços que se dediquem ao fortalecimento das redes sociais de suporte dos sujeitos alvo de sua intervenção (LOPES, 2006).

relações de suporte social. Com base nessa teoria, o intuito do trabalho do terapeuta ocupacional tem sido fomentar estratégias para o fortalecimento das redes de suporte pessoais e sociais de sujeitos em contextos de vulnerabilidade social.

Interconectando tais premissas, tem-se o entendimento de que as manifestações individuais denotam problemáticas sociais e refletem a realidade de grupos populacionais (MALFITANO, 2016), estando atreladas à organização/estrutura da sociedade. Respondendo a esse entendimento, em contraposição às ações clínicas e individuais, o fazer coletivo foi se delineando como elemento essencial da ação em terapia ocupacional social. Barros, Lopes e Galheigo (2007) assinalam que a terapia ocupacional social produziu deslocamentos fundamentais na/da reflexão e efetivação do trabalho do terapeuta ocupacional, delineando como princípios para a subárea: o reconhecimento do outro como ator social, um sujeito detentor de saberes e desejos, admitindo-se que, mesmo quando pensado individualmente, trata-se de um sujeito social e coletivo. Essa compreensão se desdobra em duas importantes premissas: no descentrando do saber técnico de um lugar social de hegemonia e na ampliação de uma abordagem calcada no indivíduo, para uma perspectiva coletiva, da qual o sujeito não pode ser separado, num esforço constante de integrar e articular ações de abrangência macro e microssocial.

A leitura que “a pessoa não pode ser cindida de seu contexto e das práticas históricas das quais faz parte” (BARROS, 2004, p. 93) tem colocado à terapia ocupacional social o entendimento que o espaço territorial e comunitário se constitui como um lócus privilegiado de intervenção e:

um espaço de possibilidades de expressões concretas de vida, dentro do qual é possível conhecer e atuar sobre os sentidos atribuídos aos diferentes elementos cotidianos, incluindo a produção de valores e trocas sociais. Um dos principais lugares de produção de saberes sobre a vida, sobre os problemas e sobre as possibilidades de criação de soluções (MALFITANO; BIANCHI, 2013, p. 564).

De acordo com Barros; Lopes e Galheigo (2007), delineou-se um terceiro princípio fundamental à subárea: o deslocamento do terapeuta ocupacional de um *setting* terapêutico, espaço de cuidado à saúde, em geral na abordagem individual, para os espaços de vida cotidiana dos sujeitos (individuais e coletivos). Além de favorecer o trânsito entre questões singulares e/ou individuais (por exemplo, o fomento à produção e/ou realização de projetos de vida) e coletivas (por exemplo, no fomento a relações mais democráticas e mais respeitadas), a dimensão territorial e comunitária tem colocado ao terapeuta ocupacional a possibilidade de apreensão da realidade dos sujeitos com os quais se trabalha (LOPES, 2006), desenhando-se como um elemento informativo de outras variáveis nele implicados, como as dimensões históricas, econômicas, sociais e culturais (BARROS, 2004).

O território apresenta-se como elemento “formatador” da ação, à medida que engloba os sujeitos e suas condições de vida, considerando sua cultura e condições sociais e econômicas e, por conseguinte, as demandas para a intervenção do terapeuta ocupacional. A partir disso, tomando a ação técnica como o conhecimento aplicado para equacionamento de demandas sociais, seria possível também dizer que o território seria um elemento de conformação da própria prática do terapeuta ocupacional. A ação territorial, ao apresentar-se como pressuposto e/ou princípio norteador da ação da terapia ocupacional social, coloca-se também como estratégia de ação, elemento meio para se atingir os objetivos propostos: o enfrentamento às vulnerabilidades sociais a que à população alvo da ação está sujeita (LOPES, 2006; LOPES et al., 2008; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013).

A intervenção no âmbito social prevê uma atuação embasada em saberes plurais e em ações voltadas ao coletivo, à cultura específica local e à vida cotidiana da comunidade inserida, utilizando-se a atividade como mediadora das relações e eixo organizador da intervenção (BARROS, 2004; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002). Assim, além desses, um quarto princípio teórico é pautado como fundamental à terapia ocupacional social: o

reconhecimento da atividade como um recurso à prática do terapeuta ocupacional, não mais como de caráter individual e/ou terapêutico, mas contextualizada na história e na cultura dos sujeitos e grupos sociais (BARROS, LOPES; GALHEIGO, 2007), constituindo-se como potencial elemento de aproximação entre o técnico e o(s) sujeito(s), na proposta de mediação da relação e de possibilidade de fazer emergir conteúdos para a discussão e encaminhamento de demandas individuais e coletivas (LOPES et al., 2014).

Cada elemento pautado como essencial à terapia ocupacional colocava-se (e se mantém assim) na perspectiva de que o trabalho é, além de técnico, um exercício ético e também político. Malfitano e Bianchi (2013) destacam que a intervenção calcada no recorte da vulnerabilidade socioeconômica não é suficiente para definir a natureza do trabalho do terapeuta ocupacional na área social. Assim, se reconhece também que os conhecimentos de base da subárea contribuem para o desenvolvimento de instrumentos para a interpretação da realidade pessoal-social e para a atuação em contextos complexos de interações e interconexões, sustentando, além de proposições teóricas, objetivos e recursos utilizados nas intervenções frente às demandas sociais (MALFITANO; BIANCHI, 2013).

Logo, além de aportes teóricos, é importante dizer que a especificidade da terapia ocupacional social também se dá por um aporte metodológico próprio como bases de sua atuação (MALFITANO, 2016), centrada em quatro princípios e/ou estratégias e proposições práticas, a saber: a Articulação de recursos no campo social, a Dinamização da rede de atenção a determinados grupos populacionais e/ou comunidades, as Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos e os Acompanhamentos singulares e territoriais (LOPES et al., 2014). A articulação de recursos no campo social consiste no manejo de diversos elementos diferentes, contemplando as esferas micro e/ou macrossociais como, por exemplo, dispositivos financeiros, materiais, relacionais e afetivos, na composição de intervenções que se constroem desde o plano individual, integrando grupos, coletivos, até os níveis da política e da gestão. De acordo com Lopes et al. (2014), a estratégia está em manejar

diversos recursos em torno de objetivos comuns, com vistas à identificação, negociação e contribuição efetiva para o equacionamento de demandas sociais. Portanto, pela compreensão da complexidade da demanda busca-se estratégias de fomento à intersetorialidade e interdisciplinaridade, desdobrando-se também em uma interação com os diferentes setores e níveis de intervenção. Nessa direção, a dinamização da rede de atenção a determinados grupos populacionais e/ou comunidades consiste em uma estratégia de produção de interação e integração entre os atores (programas, projetos, serviços, técnicos e população) e ações de diferentes setores e níveis voltados para um grupo populacional específico, com vistas a potencializar a atenção (LOPES et al., 2014).

De acordo com Lopes et al. (2014), especificamente as oficinas (suas atividades, seus projetos e produtos e suas dinâmicas) são uma estratégia metodológica que consistem na aplicação de diferentes fazeres com vistas a produção de espaços de formação, sociabilidade e convivência. Diversas atividades (plásticas/artesanais, artísticas, corporais, entre outras) são utilizadas como “um recurso mediador na aproximação, acompanhamento, apreensão das demandas e fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos” (LOPES et al., 2014, p. 595), para os quais o terapeuta ocupacional direciona sua ação.

A experiência do terapeuta ocupacional no uso das atividades durante a sua intervenção técnico-profissional, segundo Lopes; Borba e Cappellaro (2011), tem possibilitado esse uso para a criação de vínculos, gerado oportunidades para a construção conjunta de planos, projetos e de soluções criativas para as próprias questões dos sujeitos (LOPES et al., 2014), “favorecendo a autovalorização de sujeitos, possibilitando a produção de vida com sentidos, com vistas à emancipação pessoal e social” (LOPES, 2016, p. 45). Por sua vez, os acompanhamentos singulares e territoriais referem-se à atenção social às demandas individuais, em geral partem de demandas e/ou necessidades que, pela escuta atenta nos espaços coletivos das oficinas, são identificadas como centrais no cotidiano da vida de sujeitos individuais e/ou coletivos. Em geral, pautam-se questões materializadas na falta de acesso a

serviços e bens sociais, pelo atravessamento da desigualdade social (LOPES, 2016). Os Acompanhamentos podem ser definidos como estratégias de intervenção que propõem uma interação com o cotidiano e o contexto de vida dos sujeitos, interconectando suas histórias, percursos, situação atual e sua rede de relações (LOPES et al., 2014). Os recursos técnico-profissionais elencados relacionam-se à produção teórico-metodológica do núcleo UFSCar do Projeto METUIA, que, em 2004, quando desassociou-se do núcleo que integrava a USP e a UFSCar conjuntamente, deu início ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, articulados ao ensino prático em terapia ocupacional social, voltados especificamente para as questões da juventude popular urbana no município de São Carlos (LOPES; MALFITANO, 2016).

Destaca-se na sequência alguns fatos relacionados ao histórico do Projeto METUIA, na perspectiva de produzir oportunidades de diálogo em torno da criação, da proposição e da análise das produções da terapia ocupacional social aqui analisadas.

4.1. METUIA/UFSCar: breve histórico

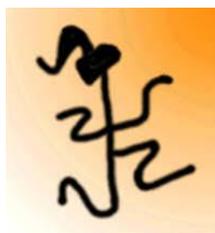


Imagem 1 – Símbolo do Projeto Metuia⁹

Nesta seção, propõe-se apresentar apontamentos acerca do percurso histórico das experiências do METUIA/UFSCar especificamente com jovens do bairro Jardim Gonzaga¹⁰, na periferia da cidade de São Carlos, no interior

⁹ Atualmente, Rede Metuia.

¹⁰ Para uma aproximação mais detalhada, ver LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. Traçados teórico-práticos e cenários contemporâneos: a experiência do METUIA/UFSCar em terapia ocupacional social. In: Roseli Esquerdo Lopes, Ana Paula Serrata Malfitano. (Org.). **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos: EDUFSCar, 2016, p. 297-305.

paulista. Optou-se pela apresentação sucinta dos projetos desenvolvidos naquela região, sob uma linha histórica, com vista a facilitar a compreensão do leitor e localizá-lo no que tange à contextualização do trabalho que vem sendo desenvolvido e que dá origem a esta pesquisa.

1.1.1. Algumas experiências do METUIA/UFSCar

O Projeto Metuia foi responsável pelo desenvolvimento de bases teóricas e de uma prática experimental que configuraram a terapia ocupacional aplicada ao campo social (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002) que, mais tarde, no reconhecimento de sua especificidade, passou a ser denominada de Terapia Ocupacional Social.

O Metuia é um grupo interinstitucional que, na sua proposição, em 1998, reuniu docentes da área de terapia ocupacional de três universidades paulistas, nas pessoas de Denise Dias Barros, Roseli Esquerdo Lopes e Sandra Maria Galheigo (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002), mas que hoje reúne docentes, discentes de graduação e pós-graduação e profissionais da área de terapia ocupacional de diversas universidades brasileiras, na perspectiva de produzir estudos, formação e ações pela cidadania de grupos em processos de ruptura das redes sociais de suporte. Desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária na interface entre a terapia ocupacional social e diferentes setores de serviços e ações (LOPES; MALFITANO, 2016).

Assim, a cada grupo de uma instituição universitária denomina-se “núcleo” e cada núcleo, sob o aporte teórico-metodológico da terapia ocupacional, se debruça sobre as questões sociais e sobre a produção de tecnologias para a atenção a demandas de diferentes grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo projetos próprios que podem ou não estar articulados entre as diferentes instituições de ensino superior. Atualmente, existem seis núcleos em diferentes regiões do País, sendo, do mais antigo para o mais recente: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal

de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) UFPB/UNCISAL.

Neste trabalho destaca-se o núcleo UFSCar do Projeto Metuia, cujas atividades estão ligadas ao Laboratório METUIA – doravante denominado METUIA/UFSCar. Suas atividades são vinculadas ao Programa de Extensão “METUIA – Terapia Ocupacional Social” e a grupos de pesquisa credenciados no diretório CNPq. Formalmente, o Programa de Extensão METUIA está cadastrado junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar desde 2001 (PAN, 2019). No entanto, de acordo com suas fundadoras (LOPES, 2013), as ações se iniciaram antes da sua formalização institucional como um programa da UFSCar, sendo que pesquisa, ensino e extensão ganhavam os registros institucionais próprios à época: atividades de extensão universitária distintas, conteúdos de disciplinas de estágios profissionalizantes e temas de investigação, inicialmente em projetos de iniciação científica, envolvendo estudantes de graduação. Entrelaçando seu próprio percurso ao do METUIA/UFSCar, Lopes (2013) sinaliza que, desde 1999, na Universidade Federal de São Carlos, a subárea da terapia ocupacional social vem se desenvolvendo com foco nas políticas sociais, incluindo ações voltadas para as adolescências, as juventudes e suas demandas, sobretudo dos grupos compostos por sujeitos advindos dos setores populares urbanos no Brasil.

Com o acúmulo de mais de 18 anos de produções do/no METUIA/UFSCar, pareceu-nos importante um resgate sobre o que historicamente vem sendo feito para que possam se tecidas análises mais específicas acerca da experiência sobre a qual nos debruçamos. Assim, retrocedendo algum tempo, vale destacar que, entre os anos de 1999 e 2004 realizou-se, em São Paulo – SP, um primeiro projeto na subárea da terapia ocupacional social com recorte metodológico específico: o “Projeto Casarão – Centro de Cultura e Convivência da Celso Garcia”. Realizou-se como uma parceria do então núcleo USP/UFSCar, tornando-se um marco para a terapia

ocupacional social, de forma geral e, especificamente, para o Projeto Metuia (PAN, 2019).

Até o ano de 2004, as atividades de extensão e formação prática de estudantes da UFSCar, ou seja, que envolviam intervenção profissional terapêutico-ocupacional, aconteciam nas cidades de São Paulo e de Campinas, em projetos distintos, sendo que os alunos da UFSCar se deslocavam para efetivar sua formação, por exemplo, via estágio profissionalizante e extensão universitária¹¹ (PAN, 2019). Entretanto, com a finalização do Projeto Casarão em 2004, bem como por meio de articulações locais junto a órgãos públicos em São Carlos e com a possibilidade de se contar com a atuação profissional de uma terapeuta ocupacional, em 2005, iniciaram-se proposições de ações no próprio município, estruturando, assim, o núcleo UFSCar do Projeto Metuia, e, adiante, o METUIA/UFSCar.

O METUIA/UFSCar, em continuidade às atividades realizadas, passou a alavancar outros projetos extensão¹², seguindo os princípios até então executados, e que assim permanecem em nossas ações, de articulação de ações de ensino e de pesquisa, voltadas para a sensibilização e formação profissional de terapeutas ocupacionais para o campo social, sendo, no recorte que aqui nos dedicamos, ao trato das questões da juventude popular urbana (LOPES; MALFITANO, 2016).

Especificamente com relação à região periférica de São Carlos sobre a qual nos debruçamos, o Jardim Gonzaga (apresentado mais detalhadamente no capítulo cinco), o METUIA/UFSCar, em um projeto de extensão universitária que envolveu escolas de Ensino Médio da rede pública estadual de várias outras regiões da cidade¹³, iniciou suas atividades junto à Escola

¹¹ Formação teórica e para a pesquisa ocorriam desde 1999.

¹² Neste trabalho focaliza-se apenas aqueles que tenham se voltado à região do Jardim Gonzaga. Para maior detalhamento do processo histórico mais amplo, consultar Lopes (2006) e Pan (2019).

¹³ LOPES et al. Recriando Caminhos e Construindo Perspectivas: enfrentamento das violências urbanas entre adolescentes e jovens de classes populares. Programa de Apoio à Extensão Universitária Voltado às Políticas Públicas (PROEXT). Relatório Final. 59p. 2006.

Estadual “Dona Aracy Leite Pereira Lopes” em 2005, sendo que, em meados de 2006, tendo que optar por atuar com uma equipe menor, decidiu por permanecer em uma das escolas e região que traziam maiores e mais graves demandas sociais em relação aos seus jovens, a região da Grande Cidade Aracy e a “Escola Aracy”¹⁴. Desde então, é lá que tem desenvolvido a maior parte das suas experiências.

Pode-se dizer que as experiências construídas junto ao Jardim Gonzaga e seu entorno, em consonância com os pressupostos teóricos da terapia ocupacional social, têm se utilizado da lógica territorial e comunitária para aproximação com os jovens e para delinear e efetivar suas intervenções, na direção da composição de uma rede social de suporte que os envolva. Isso posto, é importante lembrar que a chegada na região do Jardim Gonzaga se deu por meio da busca por espaços nos quais a juventude pobre ou de grupos populares urbanos em São Carlos estavam e/ou dos quais faziam uso. Nesta direção, a escolha pela continuidade das intervenções em parceria com um equipamento entendido como central para/no trabalho com a juventude pobre no Brasil: a escola pública. O uso da escola como espaço de estruturação das ações na busca do desenvolvimento social daqueles jovens (LOPES; MALFITANO, 2016) deu-se pela compreensão da escola pública como equipamento de acesso majoritário aos jovens de grupo populares, em boa parte pobres, e suas possibilidades de influências efetivas em suas vidas (LOPES; SILVA, 2007).

Contudo, questionou-se onde estariam os jovens que não estavam frequentando a escola, na medida em que, infelizmente, um percentual importante de jovens não está na escola (LOPES et al., 2008). Nesse processo de idas e vindas pelo território da “Escola Aracy”, identificou-se o Centro Comunitário do Pacaembu como um espaço bastante ocupado pelos jovens do bairro, sobretudo do sexo masculino, que frequentavam ali para jogar bola, conversar e almoçar (TRAJBER, 2010). Assim, no segundo semestre de 2006, por meio de uma parceria com a Secretaria de Cidadania e

¹⁴ JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E CIDADANIA EM GRUPOS POPULARES URBANOS: INTERVENÇÃO COLETIVA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Programa de Apoio à Extensão Universitária Voltado às Políticas Públicas (PROEXT). Relatório Final. 16p. 2007,

Assistência Social do Município de São Carlos, foram iniciadas Oficinas de Atividades desenvolvidas pelo METUIA/UFSCar nesse Centro Comunitário, objetivando uma aproximação e uma vinculação com aqueles jovens. Esta tarefa, no entanto, apresentava-se como um grande desafio dada a rotatividade dos participantes, inclusive porque aquele espaço não pressupunha a existência de laços institucionais ou obrigatoriedades formais de aderir ou de frequentar às suas atividades. Entretanto, o trabalho, que incluía o ir e vir pelo bairro, seus equipamentos sociais, conhecendo a realidade cotidiana de jovens que lá viviam, a partir da Escola e do Centro Comunitário, mas também dos próprios jovens, foi se consolidando, criando a identificação do METUIA com aquele bairro (LOPES et al., 2008).

No transcorrer destas experiências, frente à ocupação destes distintos espaços, identifica-se que a atuação e, conseqüentemente, a produção teórica do METUIA/UFSCar têm se dado em duas frentes: a primeira que se volta à escola pública, mais especificamente à Escola Estadual “Dona Aracy Leite Pereira Lopes”, nas interfaces entre a terapia ocupacional social e o setor de educação (PAN, 2019); e uma mais voltada às ações em outros espaços e equipamentos sociais desse território como um Centro da Juventude, uma Estação Comunitária e uma praça pública, disponíveis na realidade daquela localidade. Assinala-se que esta divisão é apenas organizativa, em termos da operacionalização dos projetos, em seu cotidiano, assim como em sua apresentação aqui. Isto porque compreende-se a escola também como um espaço do território, central na vida de todo e qualquer adolescente e jovem, no entanto, por apresentar desafios específicos no que tange ao cuidado e efetivação do direito de adolescentes e jovens pobres à Educação Básica no Brasil, tem sido destacada em uma “frente de trabalho” nas ações do METUIA/UFSCar.

Uma vez que as demandas emergiam (e continuam emergindo) do cotidiano do trabalho, pode-se dizer que, de igual modo, as ofertas de ações e os estudos empreendidos, tendo em vista aquela região e público, foram também sendo conformados à dinâmica, ao contexto, às realidades locais e ao tempo de investimento de trabalho ali. Identifica-se que desse movimento

também decorreu um processo de favorecimento do trânsito da equipe por outros espaços não institucionais do território, como as casas das pessoas, as ruas, terrenos e praças. A proposta de estar e transitar por diferentes espaços do mesmo território foi sendo construída como possibilidade de aproximação com um maior contingente e uma maior diversidade de jovens e seus modos de vida em seus cotidianos¹⁵.

Cada ação proposta e desenvolvida naquela região ampliava a possibilidade de acesso a novos sujeitos, o estabelecimento de novas parcerias e/ou o fortalecimento de algumas já firmadas, tendo como diretriz do trabalho a articulação entre os equipamentos sociais de referência para os adolescentes e jovens de grupos populares urbanos da região. Desta forma, o projeto denominado “Articulação com Jovens no Território do Jardim Gonzaga” guiou as ações de trabalho em rede, tendo como centralidade a Escola Aracy, o Centro Comunitário do Pacaembu e, a partir do final de 2008, o Centro da Juventude local. Por meio dele, para além da oferta de oficinas em diferentes locais, iniciaram-se acompanhamentos singulares e territoriais de acordo com as demandas dos jovens que conhecíamos. Tais ações extrapolaram o momento das oficinas e propiciaram a construção de projetos conjuntos entre a equipe e os jovens (LOPES, 2007), bem como o maior trânsito da equipe pelo território.

Destaca-se aqui outra frente de trabalho, como ilustração das ações desenvolvidas na região pelo METUIA/UFSCar. Entre os anos de 2007 e 2008, concretizando uma das estratégias interventivas teorizadas pela/na terapia ocupacional social, a “Dinamização da Rede de Atenção”, cujo objetivo pauta-se na interação e integração de políticas, programas, projetos e serviços voltados para grupos populacionais específicos (LOPES et al., 2014; LOPES, MALFITANO, 2016), deu-se continuidade à parceria com a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e estabeleceu-se uma com a nova Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude de

¹⁵ Conhecer com mais propriedade esse território, essencial para a intervenção terapêutico-ocupacional social, levou à proposição e realização da pesquisa “Memória e Ação Territorial: da história do Jardim Gonzaga às bases de intervenção em Terapia Ocupacional Social” (LOPES, SOUZA e BORBA, 2010).

São Carlos, ambas em andamento até os dias de hoje, efetivando a participação do METUIA/UFSCar nos desenhos de políticas públicas municipais para as juventudes.

Uma ação foi a participação do METUIA/UFSCar, no período de 2010 a 2011, na assessoria à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social da cidade de São Carlos (SP), para a implementação e execução do PROJOVEM Adolescente (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2012; SILVA; LOPES, 2016). O PROJOVEM Adolescente – Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Ação Comunitária, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, era voltado especificamente para o segmento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social e menos acesso às políticas públicas vigentes, sujeitos entre 15 a 17 anos pertencentes a famílias beneficiadas pelo Bolsa Família e vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial, como, por exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual, ou ainda jovens sob medidas protetivas ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, em situação de risco pessoal e social (BRASIL, 2009). A proposta de assessoria tinha como objetivo a qualificação de Orientadores Sociais (denominação dos trabalhadores do PROJOVEM) em cada um dos, à época, nove coletivos distribuídos no município, nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade social e o estímulo à convivência, à participação cidadã, e às discussões sobre a preparação para a entrada no mundo do trabalho (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2012; SILVA; LOPES, 2016). Além do treinamento e capacitação dos Orientadores Sociais, o trabalho foi empreendido em outras três frentes de ação, contemplando gestão de projetos e serviços, planejamento e criação de repertório de atividades e supervisão técnica, com vistas à articulação da rede de atenção à adolescência na cidade.

Outra ação de assessoria de bastante relevância neste histórico foi a construção do Projeto Político e Pedagógico do Centro da Juventude Elaine

Viviani¹⁶, que foi inaugurado ao final de 2008 (LOPES et al., 2008). A elaboração do projeto foi proposta por um grupo gestor coordenado pela Secretaria Municipal Especial para a Infância e Juventude (SMEIJ), a qual também era responsável pela sua implementação, e composto por representantes de diferentes secretarias do município, entre elas, Secretarias Municipais de Cidadania e Assistência Social; Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia; Educação e Cultura (Setor da Educação e Departamento de Cultura); Esportes e Lazer; e Saúde; além da Fundação Educacional de São Carlos (FESC), sendo assessorado tecnicamente pelo METUIA/UFSCar.

O Centro da Juventude (CJ) foi definido como um equipamento social intersetorial, cujo objetivo era/é a articulação dos setores da Educação, do Trabalho, da Saúde, do Esporte e do Lazer, da Cultura, da Assistência Social, bem como de organizações comunitárias, formais e informais, para fomento e debate de um espaço de participação e protagonismo dos jovens, em busca do acesso aos serviços e da construção da cidadania para e por esse grupo. A intenção era que o CJ se caracterizasse como espaço para planejamento, criação e apoio a ações que pudessem gerar canais efetivos de oferta de serviços e ações públicas que compusessem a política municipal para as juventudes. O projeto naquela ocasião elaborado permanece como o texto referência para o equipamento, mesmo que não tenha sido implementado conforme sua previsão até os dias de hoje.

No ano de 2009, tendo em vista a inauguração do CJ “Elaine Viviane” e a centralidade da proposta daquele espaço na atenção à juventude pobre são carlense, o METUIA/UFSCar passou a utilizá-lo como um espaço aglutinador das intervenções com os jovens, desenvolvendo ações naquele equipamento, também sob a forma de Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos (LOPES, 2009), sobretudo visando à efetivação da circulação e da participação dos jovens frequentadores. Então, as ações outrora realizadas no Centro Comunitário foram interrompidas, ou melhor, deslocadas para o CJ,

¹⁶ Atualmente o município de São Carlos conta com dois CJs, sendo que o CJ “Lauriberto José Reyes” foi inaugurado em 2012 (MARINHO; LOPES, 2019), estando em outro território e passando a compor os espaços de trabalho do METUIA/UFSCar no início do ano de 2019.

sendo que posteriormente o Centro Comunitário foi formalmente caracterizado como um serviço da política de assistência social, especificamente um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

De acordo com Trajber (2010), elegeu-se atuar no Centro da Juventude por uma razão bastante especial: a maioria dos jovens que frequentavam o espaço do CRAS estava fora da escola ou não conseguia nela permanecer ao longo de todo o ano apresentando defasagem educacional; a maioria não trabalhava e muitos já estavam vinculados ou iniciando sua vinculação com as atividades do comércio ilegal de drogas (LOPES et al., 2008).

Segundo Marinho e Lopes (2019), os jovens “do Gonzaga” resistiam a ocupar o novo espaço, inclusive pelo equipamento ter sido construído em outro bairro¹⁷ que não no próprio Jardim Gonzaga (LOPES; SOUZA; BORBA, 2010) e, a isso, somava-se alguns entraves objetivos colocados pela equipe gestora, como a necessidade de apresentação da carteira de identificação, concebida pela nova equipe como obrigatória para o acesso às dependências e atividades do CJ. Marinho e Lopes (2019) destacam que, com a nova instituição, foi criada também uma nova institucionalidade que incluía novas regras e novos funcionários, diante da qual os jovens sentiam ter perdido a liberdade de acesso e de ação que favorecia sua frequência no antigo Centro Comunitário.

Para Trajber (2010), os vínculos estabelecidos entre METUIA/UFSCar e os jovens frequentadores do Centro Comunitário refletiam relações fortes e legítimas de confiança e respeito, inclusive porque, apesar da não exigência de frequência obrigatória ao Centro Comunitário e/ou a suas atividades, muitos daqueles sujeitos se faziam presentes nas atividades oferecidas. Essas relações serviram de base para apresentar o Centro da Juventude “Elaine Viviani” como um novo espaço de uso para aqueles adolescentes e jovens após o Centro Comunitário ser transformado em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), conforme as especificações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (LOPES et al., 2014).

¹⁷ No bairro Monte Carlo.

Desde então, o METUIA/UFSCar tem investido na busca ativa desses adolescentes e jovens por meio de diversas estratégias, inclusive na oferta de atividades que se colocam à produção e/ou fortalecimento de espaços protegidos para convivência, para que o CJ se caracterize como espaço livre, sem inscrições ou requisitos para participação, com vistas a possibilitar a qualificação do cotidiano dos jovens que ali frequentam. Para Lopes (2009), as atividades daquele ano favoreceram o fortalecimento de vínculos e o investimento em acompanhamentos singulares e territoriais, aproximando a equipe dos jovens locais. A maior aproximação com os jovens possibilitou também seu maior conhecimento, a partir do espaço do CJ e dos acompanhamentos decorrentes, o que favoreceu não apenas o reconhecimento de suas demandas, mas também a identificação de seus desejos, interesses, necessidades e habilidades.

Ainda no ano de 2009, em paralelo à realização das oficinas no CJ, o METUIA/UFSCar foi convidado para auxiliar na realização das Conferências de Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CDCA¹⁸), na perspectiva do estabelecimento do diálogo e da reflexão coletiva dos profissionais que integram a rede de serviço no município de atenção a crianças e adolescentes. Assim, o METUIA/UFSCar colaborou com o planejamento e a execução tanto da Pré-Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como da Conferência Lúdica (direcionada especificamente para o público de adolescentes), buscando articular a preparação dos adolescentes e jovens para a participação nas CDCA. Essa iniciativa merece destaque pois, além das atividades que visavam à discussão sobre participação política com os adolescentes e jovens, direcionou-se os esforços também aos diversos profissionais e atores políticos comprometidos na construção de políticas públicas específicas para os segmentos em questão, evidenciando as estratégias de *Articulação de Recursos no Campo Social e Dinamização da Rede de Atenção*, como propostas pelo METUIA/UFSCar (LOPES et al, 2014), sendo, justamente nessa correlação de ações de

¹⁸ As CDCA visam ao envolvimento de atores a nível local/municipal, regional, estadual e nacional em torno da proposição e efetivação de ações constatadas como necessárias para sua proteção e acesso aos direitos do público infanto-juvenil (MALFITANO et al., 2009).

diferentes níveis, que a terapia ocupacional social se fortalece no que diz respeito à articulação de indivíduos, serviços e instituições, bem como na integração de políticas, programas, projetos e serviços voltados para os grupos populacionais em questão (LOPES et al., 2014; PAN, 2019).

Compondo esta experiência, o METUIA/UFSCar esteve presente na organização de outras Conferências do Direito da Criança e do Adolescente e das Conferências Lúdicas correspondentes, nos anos de 2009, 2011 e 2015, marcando uma de suas ações pela contínua atuação em prol da discussão da política para as juventudes na esfera municipal.

Ao longo dos anos e das ações realizadas pelo METUIA/UFSCar na região do Jardim Gonzaga, a partir das experiências construídas, muitas análises e debates foram sendo produzidos no espaço acadêmico. Uma delas se refere à participação e circulação de meninas em espaços daquele território, em decorrência da observação que as intervenções promovidas, tanto nos espaços de lazer e convivência do Centro da Juventude quanto nos espaços abertos no próprio território, deflagravam um fenômeno em comum: notava-se pouca presença das jovens meninas, com exceção do espaço escolar. Elas pouco circulavam, inclusive, pelos espaços institucionais locais e pelas ruas do bairro. Dada essa problemática, em 2010, compondo as atividades extensionistas no CJ, foi proposta uma oficina exclusivas para as jovens meninas, o “Espaço das Meninas”, buscando a aproximação com elas e a apreensão de sua realidade, seus desejos e necessidades; articulada a essa experiência decorreu uma pesquisa de mestrado para a compreensão dessa realidade e de seus sujeitos, numa apreensão macro e micro estrutural, de indivíduos e coletivos (CAPPELLARO, 2013). No ano de 2016 a oficina das meninas foi retomada, tendo como ponto de partida a proposta de discutir o “ser mulher” naquele lugar e seus desdobramentos em relação aos projetos de vida das jovens. Avaliamos, pelos resultados empíricos ali vivenciados, um aumento no número de jovens meninas frequentando o espaço público do Centro da Juventude, inclusive em momentos que extrapolam a oficina.

Entre a proposição de uma oficina específica para as meninas, em 2010, e a manutenção daquelas abertas para os jovens, as intervenções do

METUIA/UFSCar no CJ seguiram pelo ano de 2011 e possibilitaram a potencialização e a divulgação de ações e espaços de sociabilidade e de pertencimento juvenil (SILVA et al., 2012). Como exemplo, foram desenvolvidas oficinas de Rádio (TRAJBER, 2010), e as Oficinas de Atividades intituladas “Talentos Juvenis do Gonzaga”, com a proposta de aproximar e conhecer a produção criativa, práticas artísticas e culturais, visando à ampliação de formas de comunicação e expressão, além da articulação de redes para o desenvolvimento de habilidades artísticas dos jovens, para aqueles que se identificassem com tal abordagem (SILVA; CARRARO, 2014); assim, foram realizadas atividades de pintura, desenho, e de produção de um mosaico com vistas à criação de uma identidade visual ao Centro da Juventude, além de diversos jogos, brincadeiras e visitas/passeios a outros espaços da cidade.

Com este conjunto de experiências, desde a elaboração do Projeto Político Pedagógico do CJ até a efetivação das diversas oficinas com os jovens, houve a possibilidade de negociação para a contratação de um terapeuta ocupacional para trabalhar no CJ, celebrando o reconhecimento da parceria de anos entre o METUIA/UFSCar com a Prefeitura do Município de São Carlos. Ainda que caracterizado como um contrato temporário e precário, a presença de um terapeuta ocupacional possibilitou um maior investimento de tempo no CJ e, por conseguinte, favoreceu uma maior aproximação com os jovens, pela possibilidade de ampliação da convivência da equipe naquele local. Salienta-se que essa mediação por parte do Laboratório METUIA para contratação de um terapeuta ocupacional exclusivamente para atuar naquele equipamento foi de grande importância para a ampliação das ações naquele espaço, nos períodos entre 2011 e 2014, período no qual também se mantiveram as parcerias anteriormente descritas com a escola pública e as Secretarias Municipais.

Nesse mesmo período, mais especificamente no ano de 2013, foi realizada uma experiência que, embora de caráter mais pontual, conforme o relato de Silva e Souza (2016), projetou-se com intensidade sobre o espaço territorial não circunscrito aos espaços institucionais já citados. Naquele ano,

uma das oficinas realizadas no CJ fomentou a circulação da equipe pelo bairro, na companhia dos jovens. Durante a atividade, foi identificada pelos jovens a necessidade de desenvolver ações que fizessem frente ao estado de degradação de uma praça pública (até o presente momento sem nome), central no bairro, que se encontrava com muito lixo e sem condições adequadas, como sombra e assentos de banco para seus frequentadores. Foram então realizadas algumas Oficinas de Atividades naquele espaço, com a proposta de limpeza do local e plantio de algumas mudas de árvore (SILVA; SOUZA, 2016). Esta mesma praça é o local de realização atual de oficinas semanais e que foi utilizada como campo para a pesquisa em tela (SILVA; OLIVEIRA; MALFITANO, 2019).

A circulação pelo território, extrapolando os espaços institucionais, foi também favorecendo a aproximação gradual com outros jovens e com as dinâmicas do próprio território, demonstrando a validade da estratégia adotada pelo grupo ao distribuir suas ações por diferentes espaços do território (LOPES et al., 2014; SILVA; SOUZA, 2016) na compreensão que a diversidade entre os modos de ser jovem naquele local abarcam, inclusive, diversidades na circulação e uso dos espaços. Reconhecendo a existência de padrões diferenciados de circulação e ocupação do espaço urbano pelos jovens, a depender de vários aspectos como gênero, trabalho, noção de pertencimento, entre outros, optou-se por realizar, mais sistematicamente, ações na praça pública já referida anteriormente, tomando-a como um espaço de práticas em meados de 2015, na expectativa de aproximação de outros jovens que não chegavam às oficinas realizadas nos espaços mais institucionais anteriormente ocupados, principalmente a escola e o CJ (SILVA; OLIVEIRA; MALFITANO, 2019).

Para operacionalizar esta estratégia, por algumas semanas circulou-se pelo bairro, buscando identificar os espaços que pudessem acolher a proposição de realização de oficinas sem um contorno institucional. Nesse exercício, conversou-se com vários moradores e identificou-se uma praça, já utilizada para atividades do METUIA/UFSCar anteriormente (SILVA; SOUZA, 2016), como um espaço de maior trânsito das pessoas, dado seu lugar de

centralidade na constituição tanto geográfica quanto histórica do bairro, visto ter sido o primeiro espaço de ocupação e construção de barracos pelos que ali foram viver (SOUZA; LOPES, 2010; SILVA; SOUZA, 2016; SILVA; OLIVEIRA; MALFITANO, 2019).

Partindo do princípio que as praças podem se configurar como espaços potentes para encontros diversos, integradas às demais atividades do METUIA/UFSCar, desde então têm sido realizadas, semanalmente na praça, oficinas abertas de atividades, dinâmicas e projetos na perspectiva de criação/ampliação de espaços de participação. Há que se destacar que, enquanto espaço de práticas da terapia ocupacional social, aplica-se, também, o uso de outras tecnologias sociais no desenvolvimento do trabalho, tais como: *Acompanhamento Singular e Territorial, Articulação da Rede de Atenção e Dinamização dos Recursos no Campo Social*. Entretanto, essas outras tecnologias podem ficar subsumidas no trabalho em tela, em função de terem sido as oficinas os espaços de coleta dos dados que nos interessaram na pesquisa que integra esta tese.

Na direção da construção desse novo espaço de práticas: oficinas na praça, utilizou-se diferentes estratégias. No ano de 2015 a equipe do METUIA/UFSCar ligada à atividade aproximou-se do território e seus habitantes utilizando-se como ponto de encontro a sombra de uma árvore. A partir da observação do movimento das pessoas, sobretudo dos jovens, foi possível notar sua presença muito mais frequente no período da tarde e/ou noite. Durante as manhãs, os jovens que não estavam na escola estavam trabalhando - geralmente em trabalhos informais como a entrega de panfletos e o preparo de garrafas pet para a reciclagem – ou, ainda, conforme relato dos demais moradores, dormindo, por ter passado a noite em trabalhos ilegais, como o embalagem e/ou comercialização de drogas. Tais fatos direcionaram a nossa oferta de atividades sempre para o período da tarde ou fim de tarde/início da noite.

Como estratégia efetiva de aproximação, propôs-se a organização de rodas de conversa semanais para saber mais sobre a história do bairro e as impressões dos moradores sobre aquele território. Embora a proposta fosse

(e siga sendo) prioritariamente voltada aos jovens, o resgate da história da constituição do bairro foi criando uma circulação que, necessariamente, passava pelo relato e resgate da memória dos moradores mais velhos, sendo a principal fonte a narração oral. Criou-se uma dinâmica em que os jovens faziam pequenas entrevistas, buscando saber quem eram os moradores mais velhos, como viviam e como se constituiu aquele território há tempos atrás, quando da sua formação inicial, no fim da década de 1970 (ROSA, 2008). Esta dinâmica passou, inclusive, pelo resgate de imagens antigas do bairro e a sua reprodução no momento e cenário atuais. A proposição foi intitulada “Identidade e Memória” e partiu do foco no território e do entendimento de que a construção de identidades sociais juvenis, individuais e coletivas, conectam-se diretamente à história da constituição daquele lugar e, diante disso, se pôde discutir, por exemplo, sobre os impactos que pertencer àquele território produz sobre a vida dos sujeitos. Este processo foi criando uma identificação da equipe como quem buscava histórias, se apresentando constantemente às pessoas e pedindo referências para composição de atividades relacionadas às suas narrativas. Outrossim, foi-se desenhando a proposta para aquele espaço e seus frequentadores e passou-se a realizar três encontros semanais, sob a forma de Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos (SILVA, OLIVEIRA, MALFITANO, 2019).

Dando continuidade à temática desenvolvida em 2015 sobre “identidade e memória”, em 2016 buscou-se fomentar discussões sobre pertencimento, tomando o território como eixo central das atividades e debates. Com esta proposta e dinâmicas dela decorrentes, notou-se que as pessoas ali pareciam não reconhecer aspectos positivos em relação ao seu espaço de vida, ou mesmo em relação a si próprios. Buscou-se identificar com os moradores aspectos tidos como bonitos, agradáveis e interessantes daquele bairro e que pudessem servir de referência para promover pertencimento, valorização pessoal e coletiva. Em decorrência, emergiram proposições atreladas ao processo de pensar sobre o pertencimento dos jovens nas oficinas e no bairro e a necessidade de ampliar tal discussão para a cidade, buscando conhecer algumas dinâmicas dos moradores em relação aos usos dos espaços públicos para além do bairro. Em continuidade, o ano

de 2017 teve o espaço público como proposta temática para discussão, desde o processo de conceituação até a identificação de possibilidade para sua efetivação, fortalecimento e qualificação. Concomitantemente, buscou-se realizar alguns “passeios”, no sentido de promover a experimentação de outros espaços e formas de circulação na cidade (SILVA, OLIVEIRA, MALFITANO, 2019).

Por fim, como desdobramento daquele período, em 2018 se organizou uma proposta de articulação de redes colaborativas para qualificação do espaço físico da praça, com vistas a favorecer o seu uso. Esta demanda surgiu por parte dos próprios moradores que, de forma recorrente, sinalizaram como desejo um projeto para revitalização daquele espaço urbano, sob a expectativa de que a qualificação do espaço visa transformá-lo em um local mais adequado, salubre e esteticamente agradável.

Enfim, hoje as ações em terapia ocupacional social naquela região via projetos de extensão universitária ocorrem em espaços públicos de diferentes naturezas, sendo eles uma escola pública estadual, um espaço de lazer e convivência denominado Centro de Juventude (CJ), equipamentos socioassistenciais, como a Estação Comunitária (ECo), e uma praça pública. Somado a estas atividades, tem-se a circulação da equipe (professores e alunos de graduação e pós-graduação em terapia ocupacional) pelos diversos espaços do bairro fomentando estreitamento de vínculos com os jovens que ali vivem.

Esta breve contextualização acerca das ações do METUIA/UFSCar, sendo que se destaca que não foram elencadas todas as ações realizadas, apenas algumas delas, aponta para um quadro que reflete grande investimento em termos de tempo, recursos humanos e recursos financeiros, em uma mesma região do município de São Carlos (SP). Nota-se que as parcerias com diversos equipamentos daquele território, partindo da Escola Estadual “Dona Aracy Leite Pereira Lopes”, do Centro da Juventude “Elaine Viviane”, do Centro Comunitário/Centro de Referência em Assistência Social do Pacaembu e da Estação Comunitária do Jardim Gonzaga têm buscado

articulação de uma rede de atenção a crianças e jovens de grupos populares daquela região.

Com essas ações e parcerias tem-se desenvolvido um campo de atuação diferenciado na área de terapia ocupacional em geral e da terapia ocupacional social especificamente, ao qual se articulam pesquisas e possibilidade de ensino graduado e pós-graduado, além da possibilidade de articulação de e com as políticas públicas, como as parcerias com a escola, no setor educação, desde 2005, e com o poder público municipal, via secretarias de Cidadania e Assistência Social e Infância e Juventude, iniciadas em 2007 e efetivas até os dias de hoje. Também é possível dizer sobre o fortalecimento das relações estabelecidas pelo território e com as pessoas que lá vivem e circulam, mais diretamente.

Este contínuo processo tem evidenciado a necessidade de reflexão teórico-prática constante acerca dos processos de trabalho, dos recursos utilizados, dos objetivos traçados e dos resultados produzidos/alcançados. Nessa lógica, toma-se a terapia ocupacional social produzida pelo METUIA/UFSCar como objeto desta pesquisa.

4.2. A terapia ocupacional social como objeto da pesquisa

De acordo com Narciso (2009, p. 266),

Reflectir sobre o conceito de espaço público obriga a pensar o espaço como um recurso, um produto e como uma prática (sensual, social, política e simbólica). Importa igualmente reflectir sobre a apropriação e utilização do espaço (tanto a nível material como simbólico), a transformação de espaços existentes e a produção de espacialidades inéditas, em correspondência com distintos projectos culturais emergentes.

Diante da constatação de Narciso (2009) acerca da importância de refletir sobre o espaço público e seus usos, compreendemos como relevante o exercício crítico na tomada do espaço público como recurso, produto e prática, como sugere o autor, no bojo da realidade específica da terapia

ocupacional social, como tratamos nesta pesquisa. Isto porque interessa-nos a discussão do espaço público como espaço de ação e reflexão do terapeuta ocupacional. Além disso, tomando como objetivo da intervenção em terapia ocupacional o fomento à participação social de sujeitos, especialmente daqueles cuja possibilidade e direito à participação social foram prejudicados, tem-se o espaço público como o lugar onde o ser humano se realiza por completo, extrapolando a dimensão de ser vivente para um ser político e que, como tal, “interage e age com a finalidade de transformar a comunidade em que se insere” (SILVA; AGOSTINHO, 2012, s/p).

Propõe-se, nessa seção, discutir teoricamente os referenciais e reflexões da terapia ocupacional social e suas possíveis articulações com a noção arendtiana de espaço público, acima apresentada. Neste exercício, se utiliza de alguns artigos produzidos pelo METUIA/UFSCar buscando identificar, por meio de suas produções se (e, em caso positivo, como) os quatro elementos elencados por Arendt (2007) como caracterizadores do espaço público se colocam para a terapia ocupacional social.

Especificamente, foram utilizadas as produções acadêmico-científicas do núcleo METUIA/UFSCar acerca das ações voltadas à juventude, sobretudo do território onde as práticas têm se concentrado ao longo da última década: o território do Jardim Gonzaga e região, a ser apresentado no próximo capítulo. A análise de produções, de acordo com Yin (2010), contribui para que novos pesquisadores desenvolvam questões mais objetivas e assertivas sobre um mesmo tópico. A leitura apresentou-se como um instrumentalizador para captação de pistas relevantes podendo contribuir na melhor determinação das questões para a análise. Sob este prisma, cabe salientar que a revisão de literatura, para o “estudo de caso social”, não é uma finalidade em si, mas sim um meio para se atingir uma finalidade.

Para fins de organização e operacionalização realizou-se um levantamento junto ao sítio eletrônico do laboratório METUIA/UFSCar¹⁹, na aba específica “produção científica”, com o objetivo de identificar e listar todos os trabalhos já produzidos em relação às juventudes daquela região do

¹⁹ Disponível em: www.metuia.ufscar.br. Acesso em 31 de agosto de 2018.

município de São Carlos, SP. Foram encontrados 13 artigos, 18 capítulos de livro, oito teses e dissertações, sete trabalhos entre Iniciação Científica e/ou Trabalho de Conclusão de Curso, e quatro trabalhos apresentados em congressos científicos, totalizando 50 trabalhos (anexo 1).

A partir do levantamento, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, buscando a seleção de trabalhos pertinentes à temática da pesquisa. Como critério de inclusão estabeleceu-se a leitura de todos os trabalhos voltados às juventudes e desenvolvidas no território do Jardim Gonzaga e seu entorno, excluindo-se aqueles que tomassem como foco a discussão sobre serviços sociais, como o Centro da Juventude (BARREIRO, 2014) e a escola estadual (PEREIRA, 2011). Foram também excluídos trabalhos que priorizam a discussão sobre o espaço institucional, sem o enfoque nas juventudes e/ou no território (MARINHO, 2016). Este critério foi aplicado após a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos encontrados, a fim de que a tomada de decisão pudesse ser mais assertiva possível. Nesta etapa também foram excluídos trabalhos como de Medeiros e Malfitano (2012), que discutem juventude de maneira mais geral, sem se ater às especificidades das juventudes locais ou às práticas desenvolvidas no interior do METUIA/UFSCar, e trabalhos como de Avelar (2011), que se ocupou da investigação da rede de Serviços Sociais à Criança, ao Adolescente e ao Jovem no município de São Carlos, de forma mais ampla. Além desses, pode-se citar o trabalho de Borba e Lopes (2012), que focou outro território, no caso, a cidade de Santos-SP, ao apresentar uma experiência do Núcleo UNIFESP do Projeto METUIA.

Após esta fase, restaram 10 artigos, sete capítulos de livro, oito títulos entre dissertações e teses, seis trabalhos de Iniciação Científica e/ou Trabalho de Conclusão de Curso e oito trabalhos apresentados em congressos científicos, totalizando 39 trabalhos. No entanto, observou-se que os trabalhos de maior densidade, como teses e dissertações, se desdobraram em artigos-síntese sobre a pesquisa em questão, da mesma forma como os trabalhos de conclusão de curso. Optou-se então pela leitura exclusiva dos

artigos, entendendo-os como suficientemente relevantes para informar acerca do conteúdo principal elaborado nos demais trabalhos.

Os artigos foram lidos na íntegra, com a proposta de saber se os elementos de visibilidade, pluralidade, igualdade e liberdade são abordados nas produções do METUIA/UFSCar e, em caso afirmativo, como isso tem se construído pelas práticas e reflexões da subárea. Pode-se dizer que os vários aspectos que, pelos artigos analisados, se vão desenhando como objetivo, objeto, ou mesmo resultados ligados à prática da terapia ocupacional social, por diversas vezes se articulam aos elementos que Arendt (2007) correlaciona à formação do espaço público.

O quadro abaixo lista os artigos analisados.

Tipo de trabalho	Referência
	LOPES, R. E. Terapia Ocupacional social e a infância e juventude pobres: experiências do núcleo UFSCar do Projeto METUIA. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar. V. 14, n.1.p. 5-14. 2006.
	LOPES, R. E.; ADORNO, R. C. F.; MALFITANO, A. P. S.; TAKEITI, B. A.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O. Juventude Pobre, Violência e Cidadania. Saúde e Sociedade, v. 17, p. 63-76, 2008.
	LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O.; HAHN, M. S. Educação profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais. O Mundo da Saúde, v. 34, p. 140-147, 2010.
	LOPES, R. E.; BORBA, P. L. de O.; CAPPELLARO, M. Acompanhamento Individual e Articulação de Recursos em Terapia Ocupacional Social: Compartilhando uma Experiência. O Mundo da Saúde, v. 35, p. 233-238, 2011.
Artigo	LOPES, R. E.; BORBA, P. L. de O.; MONZELI, G. A. Expressão livre de jovens por meio do Fanzine: recurso para a terapia ocupacional social. Saúde e Sociedade, v. 22, p. 937-948, 2013.
	BARDI, G.; MALFITANO, A. P. S. Pedrinho, religiosidade e prostituição: os agenciamentos de um ser ambivalente. Saúde e Sociedade, v. 23, p. 42-53, 2014.
	PEREIRA, P. E.; BARDI, G.; MALFITANO, A. P. S. Juventude, drogas e a desconstrução de paradigmas estabelecidos. Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 22, p. 49-60, 2014.
	PEREIRA, P. E.; MALFITANO, A. P. S. Atrás da cortina de fumaça: jovens da periferia e a temática das drogas. Saúde & Transformação Social, v. 5, p. 27-35, 2014.
	SILVA, C. R.; CARRARO, L. E. A arte da sobrevivência ou sobre a vivência da arte. Interface, v. 18, p. 237-243, 2014.
	LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O. Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 22, p. 591-602, 2014.

Tabela 1 – Lista de artigos selecionados para leitura na íntegra.

O artigo “Terapia Ocupacional social e a infância e juventude pobres: experiências do núcleo UFSCar do Projeto METUIA”, de Lopes (2006), se debruça sobre a investigação de ações em terapia ocupacional social, desenvolvidas pelo METUIA/UFSCar com vistas à criação e/ou à ampliação de redes sociais de suporte da população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade social. A partir da apresentação de experiências comunitárias, a autora (LOPES, 2006) discute o investimento em novas tecnologias de cuidado que possam contribuir para o fomento à convivência e para a ampliação das redes sociais de suporte de crianças e jovens, na perspectiva de amenizar os fatores de vulnerabilidade aos quais estão expostos na realidade brasileira.

Ao pontuar a centralidade da teoria de Robert Castel (1994) para a terapia ocupacional social, Lopes (2006) revela a preocupação da subárea com o fomento à sociabilidade e convivência. É importante resgatar que, para Castel (1994), a coesão social se constrói sobre dois eixos: os laços de trabalho e as relações de suporte social. Ao admitir a relevância da rede relacional à integração social de sujeitos individuais e coletivos e, por conseguinte, ao enfrentamento a situações de privação social, vislumbra-se a importância de redes sólidas de sociabilidade em contraposição ao isolamento social ou, em uma interpretação mais arendtiana, à reclusão aos espaços privados da vida.

Se pensarmos que as reflexões e práticas do METUIA/UFSCar identificam, com apoio da teoria de Castel (1994), a necessidade dos sujeitos terem vínculos de pertencimento e/ou apoio de grupos sociais e familiares, observa-se um direcionamento para além dos aspectos restritos ao indivíduo; de certa forma pode-se dizer que o METUIA/UFSCar busca o fortalecimento da vida em coletividade. Por essa leitura parece favorável dizer que não apenas os pressupostos teóricos metodológicos da terapia ocupacional social ligam-se à perspectiva da abordagem coletiva (LOPES et al., 2014), mas, também, seus próprios objetivos podem ser discutidos sob essa ótica. Lopes (2006), ao apresentar o fomento à convivência como um dos objetivos do trabalho do METUIA/UFSCar coloca, sem nomear e sob nossa interpretação,

um compromisso com a criação e/ou fomento de espaço público, entendendo o espaço público, à luz de Hannah Arendt (2007), como o espaço por excelência do encontro com o outro e com a pluralidade para produção do bem-comum. Logo, a convivência e a sociabilidade como estímulos à vivência da pluralidade humana se fazem pressupostos à produção de ampliação de processos de participação e integração social e política.

Diante dessa leitura, entende-se possível dizer que a terapia ocupacional social tem uma ação e uma reflexão que se colocam no sentido de promoção do espaço público justamente porque prima pela convivência das pessoas. Para Arendt (2007), a convivência é um aspecto inerente ao espaço público se encontra com a pluralidade. Na concepção de Arendt (2007), a pluralidade extrapola a aglutinação de singularidades dos diversos sujeitos; antes, coloca-se como um elemento de composição, de integração da diversidade em torno de interesses comuns.

A própria maneira de conceber o uso de atividades como recurso à intervenção da terapia ocupacional social é um outro aspecto do texto relacionável ao debate sobre a pluralidade constituinte do espaço público. Lopes (2006, p. 11), ao colocar as atividades como processos e interpretações mediativas entre o terapeuta ocupacional e os fenômenos, reconhece que as atividades podem ser entendidas como a estratégia para promoção de convivência, como o elemento aglutinador de pessoas e interesses em forma de um fazer comum, mas também como um elemento que se constrói pelo estabelecimento dessa convivência. Ao se conceber a atividade como um elemento que leva em consideração valores culturais e práticas singulares, a atividade é posta como um elemento que favorece o trânsito entre os sujeitos individuais e a pluralidade que compõe o coletivo.

Este referencial implica o aprofundamento de uma análise das relações inscritas do contexto sócio-histórico que permeia o fazer. Tendo sempre presente a marca da historicidade dos sujeitos [...]. As atividades ocupam a significância da construção de relações mais qualitativas de convivência, um fazer onde se possa protagonizar a experimentação/vivência de uma nova forma de estar, de relacionar-se com o outro, de conviver (LOPES, 2006, p. 11).

Ao caracterizar o terapeuta ocupacional como um profissional com necessidade de um perfil aberto ao outro e às suas necessidades e seu contexto, Lopes (2006) parece fazer a leitura do técnico como alguém que compõe a pluralidade do espaço público, a mesma da qual os sujeitos alvo de sua intervenção participam.

Ao terapeuta ocupacional cabe, a partir do que é trazido no grupo, ouvir, polemizar, dialogar, esclarecer e, muitas vezes, confrontar questões e/ou colocações dos adolescentes e jovens. Esta é uma das tarefas relevantes: transcender o senso comum do bate-papo e poder ser percebida enquanto intervenção e ação técnica, na qual a convivência, a cidadania e os direitos dão pauta principal” (LOPES, 2006, p. 12).

Desta forma, o técnico não aparece como alguém apartado da realidade social, que busca inserção de sujeitos naquela realidade, antes, aparece como alguém que, pertencente à mesma realidade sócio-histórica, como um ator social implicado, por meio de uma prática profissional calcada em uma leitura mais ampla da realidade, promovendo sua interpretação e proposição de ações com vistas à sua transformação. A corrente materialista histórico-dialética coloca-se como um instrumental que abre essas possibilidades aos técnicos terapeutas ocupacionais atuantes na área social, desvelando a contraditoriedade da realidade sócio-histórica e de suas possibilidades e perspectivas profissionais nesta sociedade.

O texto “Juventude pobre, Violência e Cidadania”, de autoria de Lopes et al. (2008), apresenta o relato e a análise de uma intervenção social realizada junto a adolescentes e jovens socialmente vulneráveis, moradores de uma região composta por bairros pobres e carentes de infraestrutura social, especificamente a região em discussão. Somada à questão da vulnerabilidade, as autoras (LOPES et al., 2008) destacam que, em nosso país, em meio ao contexto brasileiro de políticas públicas, em grande parte, insuficientes, fragmentadas e/ou inadequadas, a violência vai alcançando patamares alarmantes e tornando-se muito expressiva nas vivências dos

jovens pobres urbanos. Sob uma lente sócio-histórica, a violência é apresentada por Lopes et al. (2008) como um impeditivo no usufruto do lugar social de cidadão e sujeito de direitos de característica estrutural. Nesse sentido, qualquer expressão mais “física” da violência no cotidiano dos sujeitos pode ser lida como desvelamento de uma violência estrutural que se manifesta no impedimento do reconhecimento e da experimentação de um lugar social de igualdade e pertencimento. Trata-se de um limite imposto pela estrutura social que coloca pessoas à margem das ações públicas e do acesso e participação nos espaços públicos (LOPES et al., 2008). Reconhecer o caráter estrutural da violência e suas manifestações multidimensionais a partir da chave dos direitos à igualdade e à participação, traz à tona o espaço público como efetivo lócus de construção e acesso a esses direitos. Isso posto, as autoras apresentam diferentes ações e projetos, de abordagem interdisciplinar, desenvolvidas pelo METUIA/UFSCar que, calcadas na educação e na defesa dos direitos decorrentes da cidadania, problematizam formas de enfrentamento à violência a que estão submetidos os sujeitos jovens no Brasil.

A leitura desse artigo nos remete à discussão de Arendt (2007) de que a ascensão de regimes totalitários, que intentam eliminar a diferença do convívio da vida pública e coletiva, tendem a fragilizar os espaços públicos, o espaço onde se acessa a perspectiva do direito a ter direitos (ARENDR, 2007). A violência traz consigo essa característica totalitária, pois, ameaça, viola e rompe com o princípio da igualdade. Com base em Sennett (2004), Lopes et al. (2008) afirmam que quanto mais diferentes os sujeitos são entre si, maior é a dificuldade em se relacionar, em se identificar e se solidarizar, individual ou coletivamente, numa predisposição a irrupções de violência dentro de grupos e sociedades ou entre eles. Na percepção de Lopes et al. (2008), o sujeito em desigualdade social possui uma desvantagem no acesso ao espaço público, instância onde se efetiva o exercício de cidadania. Entendendo que a precariedade das condições materiais da vida impele esses sujeitos à exaustiva tarefa da subsistência, pode-se dizer que o aspecto da vulnerabilidade social se interpõe à possibilidade de participação social na vida pública. A luta pelas liberdades democráticas dos grupos para os quais a

terapia ocupacional social se volta, entretanto, continua posta como possibilidade de oposição aos padrões de censura, de cerceamento e aos processos de exclusão social decorrentes da relação com a diferença e a vulnerabilidade que marcam essas populações.

O fomento a espaços de encontros e relações sociais podem se constituir como estratégia interventiva do terapeuta ocupacional no sentido de promover espaços de pertencimento e identificação entre sujeitos e grupos ou, ao menos, favorecendo a produção de respeito quando esses denominadores comuns não se estabelecerem. Embora insuficientes, pensando a natureza macroestrutural das violências, a construção de espaços mais democráticos seriam, por natureza, contrários à (re)produção da violência e, por conseguinte, favoráveis à luta pelo acesso ao espaço público.

A ideia de igualdade é posta como um horizonte a ser perseguido para a área de terapia ocupacional e à subárea da terapia ocupacional social. No entanto, sua efetivação, em termos de organização social é algo que não está na governabilidade de uma categoria profissional, seja ela qual for. Embora não se possa, pela ação técnica, equacionar a lógica contraditória e complexa da produção e reprodução da desigualdade e violência no contexto macroestrutural, pode-se, em uma dimensão mais microssocial, no cotidiano da prática profissional, produzir possibilidades de experimentação da alteridade, solidariedade, respeito e, em alguma medida, de participação. Diante dessa dialética, o que de fato parece exequível é o estabelecimento de um critério de reciprocidade que permite reconhecer o outro como sujeito de direitos legítimos.



Imagem 2 – Meninos se abraçam durante visita ao Parque Ecológico (acervo METUIA/UFSCar).

No texto “Educação profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais”, Lopes et al. (2010) discutem a formação profissional de estudantes de graduação e de pós-graduação em terapia ocupacional, sob uma abordagem técnica, ética e política, com vistas ao enfrentamento de problemáticas sociais contemporâneas. Identificam a necessidade de que os terapeutas ocupacionais apreendam a realidade social e desenvolvam reflexões e ações práticas que se coloquem ao fomento de tecnologias de cuidado com enfoque social para o fortalecimento das redes sociais de suporte de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social e/ou de desfiliação. Constatam que:

a terapia ocupacional tem contribuições efetivas, enquanto núcleo de especificidade profissional, [...] para o desenvolvimento da convivência [...], tendo como pressupostos os princípios concernentes à busca do exercício radical da democracia e dos direitos decorrentes da cidadania (LOPES et al., 2010, p.140).

Apesar da semelhança do excerto ao exposto na discussão do texto anterior (LOPES, 2006), Lopes et al. (2010) centram na convivência para o

processo ensino-aprendizagem na formação em terapia ocupacional social. Lopes et al. (2010) destacam o fomento aos espaços de convivência como algo que favorece a emergência de temáticas e demandas concernentes à vida dos sujeitos. Dessa forma, se desvelam ao terapeuta ocupacional questões e demandas sobre as quais pode intervir. Entende-se a convivência e o acesso à pluralidade que a constitui como elementos informativos à prática da terapia ocupacional social e, por conseguinte, formativa no que tange a evidenciar atitudes profissionais a serem desenvolvidas/aprimoradas para dar conta daquelas demandas. Cabe nesses espaços o desafio de dar vazão a projetos coletivos e/ou instigar sua produção, deixando de (re)produzir diferenças instituintes e lidando com a diversidade que lhe é inerente, sem hierarquizar sujeitos e/ou relações, buscando o rompimento com lógicas da dominação. Com isso, entende-se a potencialização de lugares de expressão e de criação e, por consequência, de dissenso. Afinal, pela relação de diferentes e a expressão de diferenças, o dissenso ganha visibilidade, por vezes tornando-se em conflitos.

Pensar a promoção do convívio com a pluralidade ou a pluralidade constituinte dos espaços de convivência leva a necessidade de, como diz Hannah Arendt (2007), considerar o paradoxo entre as pluralidades e as singulares que compõem o espaço público, bem como os dissensos e os conflitos que se estabelecem a partir desse paradoxo. Nessa direção, enfocando a formação de futuros profissionais, pautar o dissenso e conflito remetem à necessária construção de manejos para lidar com eles e outras situações que emergem desses encontros, como, por exemplo, a tolerância e o respeito às diferenças; a disponibilidade para a escuta das diversas demandas e a flexibilidade para seu acolhimento e encaminhamento; e, ainda, a abstenção de julgamento ou de juízos de valores para com os sujeitos e suas demandas (MALFITANO, 2019). Havendo o reconhecimento de possibilidades de contribuição com o coletivo, na composição de um “bem comum”, como denomina Arendt (2007), há relevância suficiente para ganhar o espaço público e dele participar. Portanto, a terapia ocupacional, como área de conhecimento, tem a possibilidade de existência desde que se desenvolva conhecimentos que sejam capazes de articular necessidades sociais, de

saúde e de desenvolvimento, produzindo avanços, “no que tange ao bem-estar social das pessoas em suas comunidades” (LOPES et al., 2010, p. 141). Nessa direção, Lopes et al. (2010, p. 142, grifo nosso) colocam que “é preciso trabalhar e desenvolver instrumentos para a interpretação da realidade pessoal-social e, também, metodologias para a atuação em um universo complexo de interações e interconexões”, sobretudo aquelas imbricadas no contexto de desigualdade social. Há, portanto, o desafio de que os técnicos projetem suas ações pautadas pela dimensão dos direitos e da cidadania, em contraposição a uma cultura histórica assistencialista.

O texto “Acompanhamento Individual e Articulação de Recursos em Terapia Ocupacional Social: Compartilhando uma Experiência”, de Lopes, Borba e Cappellaro (2011), discute a produção de tecnologias sociais dedicadas à criação de espaços de participação e ampliação da rede de sociabilidades e oportunidades dos jovens da região do Jardim Gonzaga, tomando como base uma experiência de acompanhamento individual e territorial realizada no âmbito da terapia ocupacional social. Os Acompanhamentos Singulares e Territoriais e a Articulação de Recursos em Terapia Ocupacional Social são apresentados como técnicas, um conjunto de métodos e procedimentos práticos desenvolvidos pela terapia ocupacional social. Tornando-se ferramentas na conformação da assistência à população-alvo da terapia ocupacional social, o Acompanhamento Singular e Territorial e a Articulação de Recursos em Terapia Ocupacional Social são postos como resposta à necessidade de facilitar a aproximação, a construção de vínculos e relações de confiança, e de processos reflexivos da realidade pessoal-social de jovens em situação de vulnerabilidade social (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011).

Seguindo a reflexão das autoras (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011), parece haver nos Acompanhamentos e na Articulação uma possível aproximação da discussão da visibilidade em Hannah Arendt (2007). Com vistas ao fomento e ampliação das redes de sociabilidades e oportunidades de jovens em situação de vulnerabilidade social, as estratégias parecem promover, pelo desenvolvimento da convivência, a busca pela superação da

abordagem individual e o desafio de criação de metodologias participativas para o “exercício radical da democracia e dos direitos decorrentes da cidadania” (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011, p. 234). Por esse ponto de vista, a partir dos Acompanhamentos puderam ser visibilizadas demandas singulares que, por sua vez, visibilizavam questões mais amplas, próprios de uma estrutura social. Assim, questões do jovem referido no relato, como, por exemplo, o preconceito para com sua orientação sexual no ambiente escolar, lançaram luz sobre como/quanto aquelas questões não lhe eram exclusivas. Entendendo que o sujeito é ao mesmo tempo individual e coletivo, que não se encontra separado dos pactos sociais e dos termos coletivos, salienta-se como importante estratégia metodológica esse trânsito entre os espaços e demandas individuais/singulares e plurais/coletivas. Tal trânsito evidencia que a pluralidade inerente ao espaço público pauta (e é pautada por) um exercício crítico-reflexivo importante: a eleição de quais questões sejam mais específicas e/ou mais generalizáveis e passíveis de coletivização, e quais os manejos técnicos cabíveis a cada uma a partir dessa análise. Essa leitura permeia o entendimento que o espaço público, por excelência o espaço da convivência, abriga a possibilidade de negociação para que, dentre interesses e discursos diversos possa emergir um conteúdo político, ou seja, possa ganhar a cena pública aquilo que é de relevância social e de interesse coletivo.

Dessa forma, a ação em terapia ocupacional social coloca em pauta a possibilidade de criação não apenas de espaços de interação, mas também de negociação e de disputa, tanto do ponto de vista material quanto discursivo. Partindo do pressuposto que a ação em terapia ocupacional social cria condições para uma deliberação efetivamente pública, tem-se, pela perspectiva de Jacobi (2003), concomitantemente, uma ativação do potencial de participação dos atores sociais nos processos decisórios de interesse público. Entretanto, é crucial a ponderação que o fortalecimento de canais abertos para a participação dos sujeitos em processos de caráter mais individual, microestrutural, não prescindem de condições básicas para a institucionalização de espaços formais de participação como conselhos, audiências públicas e fóruns, por exemplo (JACOBI, 2003). Havendo uma

forte prevalência do componente técnico como referencial de controle do processo, o terapeuta ocupacional tem o desafio de promover espaços que sejam efetivamente públicos, tanto no seu formato quanto nos resultados, na direção do alargamento do espaço público e da radicalização da democracia.

O texto “Expressão livre de jovens por meio do Fanzine: recurso para a terapia ocupacional social”, de Lopes; Borba e Monzeli (2013), descreve e analisa o processo de elaborar, confeccionar e distribuir fanzines em uma série de Oficinas de Atividades realizadas junto aos jovens do Jardim Gonzaga e seu entorno. Embora o texto se atenha com maior fôlego ao exercício reflexivo do uso do fanzine como recurso para a terapia ocupacional social, toma-se como relevante nesse processo a preocupação com a comunicação, tida por Arendt (2007) como um aspecto de grande importância na constituição do espaço público. Afinal, é pelo debate de ideias, com outras pessoas, que se alcança a possibilidade de tomada de decisões sobre a vida coletiva. É também pela possibilidade da comunicação que o sujeito pode se colocar em igualdade aos outros, construindo e/ou fazendo uso de espaços para partilhar suas ideias e ser ouvido, assim como ouvir a opinião alheia e com ela interagir. A conexão fica clara pelas palavras dos autores, que concluem que foi possível aos jovens construir e usufruir um espaço de livre expressão de opiniões, experimentando formas alternativas de comunicação e de criação, inclusive de questionamento de instituições como “família”, “escola”, “polícia”, e “tráfico de drogas”. Além disso, verificou-se que os processos em torno do Fanzine “constituíram-se um recurso para a promoção de reflexões relacionadas às vivências daqueles jovens, para a ampliação de seus repertórios e possíveis projetos individuais” (LOPES; BORBA; MONZELI, 2013, p. 937). Quando da distribuição, foi percebida uma grande possibilidade de circulação do *Fanzine* e de seus conteúdos, o que promoveu uma exposição e divulgação das pessoas e seus produtos para dentro e fora do bairro. Os autores, então, por meio de um exercício reflexivo do processo, questionam se o fanzine possibilitou alguma visibilidade positiva dos jovens. A conclusão, baseada em dados de entrevistas com os interlocutores na efetivação da proposta, é que tanto a construção do fanzine quanto sua distribuição no território e nos equipamentos locais contribuíram

para que aqueles jovens fossem vistos para além do lugar da criminalidade e da incapacidade. Assim, parece-nos que as oficinas não só favoreceram maior visibilidade daquele público, como também incidiram sobre a visibilidade já existente, modificando-a de modo a qualificá-la positivamente.

O aspecto da visibilidade ganha ainda maior relevância se pensado à luz da noção de espaço público de Hannah Arendt (2007). Para a autora (ARENDR, 2007), é a aparição no espaço comum coletivo, público, que garante visibilidade e aparência a sujeitos (individuais e coletivos). É a aparição no mundo comum que atesta sua existência e relevância a ponto de se admitir sua possibilidade de participar da/na produção de um mundo comum. Logo, para Arendt (2007), o espaço público se constitui como o lugar, por excelência, da ação e da interação comunicativa, do discurso, ambos aspectos só se fazem possíveis pela conquista de visibilidade na esfera da vida coletiva.

Tendo em vista o estado de desigualdade social generalizada que se vive na realidade brasileira e a compreensão de que vulnerabilidade social que dela decorre faz-se um fator preponderante para a não colocação de certos grupos no espaço público (NOVAES, 2012), faz-se um elemento central para pensar as juventudes e suas questões, sobretudo àquelas advindas das camadas mais pobres os aspectos reais de visibilidade que esse grupo atinge. Posta à margem da integração social, a juventude pobre permanece invisível, pouco visível ou, ainda, estigmatizada por uma visibilidade negativa que se impõe, inclusive, sobre a possibilidade de participar e de se expressar no espaço público. Portanto, há uma dubiedade entre reconhecer o potencial do fanzine para interferir naquela realidade, à medida que favorece a livre expressão e criação, visibilizando sujeitos e seu potencial crítico; ao mesmo tempo em que se questiona os alcances e reverberações dessa visibilidade e do aprendizado da liberdade de expressão para a vida daqueles sujeitos e grupos. Dada a organização social sobre os modos de produção capitalista e a manutenção da juventude pobre nesse lugar social de menor prestígio, contribuir com a visibilização positiva desse

grupo é uma tarefa relevante, embora seja pertinente questionar quais os limites da atenção terapêutico-ocupacional social frente à realidade concreta.

No artigo “Pedrinho, religiosidade e prostituição: os agenciamentos de um ser ambivalente”, de Bardi e Mafitano (2014), as autoras enfatizam, com base na investigação das redes sociais de suporte de um jovem em situação de uso abusivo de drogas ilícitas, que as redes sociais (tanto as formais quanto as informais) são indispensáveis para fazer frente às situações adversas que se projetam sobre os contextos de vida daqueles jovens. Apresentam a história de Pedrinho e os caminhos tecidos por ele para a obtenção de algum auxílio aos processos decorrentes do uso de drogas. A análise das redes sociais do jovem revelou um suporte bastante centrado em pessoas (mãe, amiga e líderes de duas diferentes religiões), em uma clara demonstração de rede de apoio de caráter informal, ou seja, não calcada em instituições, visto que, pelo acompanhamento do jovem, foi possível observar que as instituições formais de auxílio não ofertaram repostas condizentes à sua necessidade e contexto. Concluem que o jovem Pedrinho leva consigo a marca de um grupo social em condição de pobreza socioeconômica, o que tem rebatimentos diretos sobre suas possibilidades de vivência, quase que em uma lógica de determinação. Pelo acompanhamento da história de Pedrinho fica evidente que, embora imbricados, a questão da pobreza é anterior ao uso de drogas no que tange à produção de uma visibilidade negativa e/ou de uma invisibilidade social daquele sujeito. Entretanto, é também possível dizer que os jovens em condição de pobreza e vulnerabilidade social muitas vezes passam a ser visíveis “apenas” quando se colocam no lugar do transgressor da ordem, como no caso de Pedrinho, pelo uso de droga.

No entanto, a situação de transgressão que gera visibilidade a certos sujeitos e grupos sociais, ainda o faz sobre a vertente das juventudes como problema social, não contribuindo para a compreensão desse grupo com potencial de colaboração na produção de aspectos relevantes para a vida pública e coletiva, como é a compreensão de visibilidade para Arendt (2007), com quem vimos dialogando.

O artigo de Pereira e Malfitano (2014), “Atrás da cortina de fumaça: jovens da periferia e a temática das drogas”, também traz como temática central a correlação entre juventudes e uso de drogas. A partir do discurso de jovens da periferia, os autores relativizam o papel das drogas como fonte primária de suas vulnerabilidades, tecendo críticas relevantes à tendência contemporânea, porém de origem histórica, de criar explicações individuais e estigmatizantes para problemas sociais. A associação entre jovens, especialmente pobres, e o uso de drogas, presente na mídia e nas políticas públicas, tem suscitado discussões e intervenções que, de acordo com os autores, precisam ser analisadas e problematizadas, visto que, tendenciosamente, não consideram a sua situação socioeconômica e cultural, acumulando resultados pouco efetivos, do ponto de vista público. O texto traz para o debate o uso de drogas como um elemento de visibilização negativa das juventudes de todas as camadas sociais, mas, com especial estigmatização das camadas pobres. Diante desse quadro, Pereira e Malfitano (2014) ressaltam que é preciso entender primeiro quais os contextos e arranjos sociais que colocam grupos de jovens, em geral pobres, moradores das periferias das cidades, em maior exposição a riscos e ameaças e/ou violações de direitos em seu cotidiano.

O texto desvela fatores que se traduzem em uma vulnerabilidade maior para a juventude pobre, por ser pobre, que aquela advinda da temática das drogas; logo, questões como violação de direitos, restrições à mobilidade urbana, violência real e/ou simbólica, bem como a precariedade das relações de trabalho aparecem na composição de contextos e arranjos sociais cotidianos que favorecem, inclusive, a exposição daqueles sujeitos jovens às drogas. Essa perspectiva, segundo os autores, suscita a necessidade de inverter a ordem da pergunta e, antes de se buscar qual a melhor forma de tratar jovens em uso de drogas, iniciar pela compreensão dos contextos, arranjos e pactos sociais que envolvem (ou não) aqueles sujeitos.

A relevância desse aspecto se dá no sentido que a visibilidade, um aspecto inerente à constituição do espaço público (ARENDR, 2007), ainda é algo negado, em grande parte às juventudes, isso quando materializada de

forma negativa, sobretudo à parcela mais pobre daquele grupo. Compondo esse debate, se reconhece na/pela terapia ocupacional social o papel (técnico-ético-político) de participar na construção de uma outra visibilidade àquele público e aos seus interesses. Trata-se de criar espaços de debate e intervenção no sentido de dar visibilidade ao tema dos jovens como sujeitos de direitos e atores capazes de ação e de participação na esfera pública. Apesar do entendimento que a construção de uma outra visibilidade às juventudes e aos seus interesses requeiram um esforço conjunto de toda a sociedade, sobretudo tendo em vista a necessidade de elaboração e efetivação das políticas públicas para que essa outra visibilidade seja possível e também efetivada, redundando em acesso dos jovens aos seus direitos de cidadania, coloca-se como uma questão ética para a terapia ocupacional social tomar parte nessa tarefa.

Como visto, ao se incluir a temática do uso de drogas na discussão das juventudes, particularmente dos jovens pobres, o que se faz, frequentemente, é ampliar o campo para estigmatizações, simplificações e associações preconceituosas entre drogas e pobreza, sem uma preocupação com uma leitura daqueles sujeitos em sua complexidade e contexto.

No texto “Juventude, drogas e a desconstrução de paradigmas estabelecidos”, Pereira, Bardi e Malfitano (2014) apresentam dados de duas pesquisas de mestrado filiadas teórico-metodologicamente à terapia ocupacional social, ambas realizadas com jovens pobres da região do Jardim Gonzaga, objeto de discussão dos dois artigos acima discutidos (BARDI, MALFITANO, 2014; PEREIRA, MALFITANO, 2014), que objetivaram uma maior aproximação e apreensão do universo daqueles jovens e das relações estabelecidas com e por meio das drogas em seu cotidiano. Pautar o uso de drogas e tantas outras questões sob a ótica coletiva e de fenômeno social faz-se essencial no que tange à possibilidade de visibilidade e integração de certos grupos sociais e suas demandas na agenda pública. Para os autores, o tratamento de questões sociais como fenômenos individuais:

tem colocado o sujeito que faz uso de drogas “do lado de fora” dos debates e formulações sobre o tema, desconsiderando suas vivências e percepções e a sua inclusão como parte da solução. Ainda, essa individualização da questão faz com que a temática coletiva envolvida, ou seja, a estruturação da sociedade e seus aspectos socioeconômicos intrínsecos, fiquem “do lado de fora” das ações/intervenções (p. 51).

As ações técnicas, com frequência, priorizam a dimensão individual em detrimento da coletiva e isso se projeta, para Arendt (2007), como esfacelamento do espaço público, pois, a priorização das demandas individuais dificulta a possibilidade da pluralidade da convivência. Nessa mesma direção, um dos jovens entrevistados pelos autores traz relatos acerca de policiamento ostensivo em determinadas áreas centrais da cidade onde jovens como ele costumam se reunir aos fins de semana. O controle exercido pela polícia restringe a ocupação de espaços públicos de regiões específicas, buscando deixar o jovem pobre afastado das regiões centrais. Sem acesso aos espaços físicos dos encontros e à possibilidade da convivência que deles decorrem, se anula o jovem da esfera pública e, por consequência, sua possibilidade de efetivação da cidadania. Do contrário, esse espaço de integração, convivência e sociabilidade na/pela ação do terapeuta ocupacional - inclusive o espaço físico – é uma oposição de grande importância à lógica pré-estabelecida. Embora insuficiente na perspectiva macrossocial, como anteriormente colocado, essa iniciativa parece ganhar contornos e relevância frente às escassas experiências de acesso, oportunizadas para e vividas por aqueles jovens.

As discussões fomentadas por este artigo remetem à compreensão de que a exclusão do espaço público (na ótica de Hannah Arendt, 2007) gera ainda mais exclusão aos sujeitos, como por exemplo o impedimento aos jovens provenientes das classes economicamente menos favorecidas, de circular pelo espaço urbano e/ou gozar de uma moratória social. A luta pela democratização do espaço público é essencial para que aqueles sujeitos tenham alguma possibilidade da vivência da vida coletiva e não permaneçam restritos às construções sociais negativas que lhes são impostas. Os estigmas sociais colocam aqueles sujeitos ainda em maior desvantagem

social em relação aos demais grupos e impedem a experimentação da igualdade que, de acordo com Arendt (2007), seria inerente ao espaço público. Não parece demasiado acachapante dizer que se a igualdade é uma condição inerente à formação do espaço público e, ao mesmo tempo, há sujeitos que não têm permissão para o exercício da igualdade, o espaço público segue como uma utopia a ser perseguida, mas não como algo exequível, dada a limitação imposta pela organização da estrutura social.

No texto “Recursos e tecnologias em terapia ocupacional social: ações com jovens pobres na cidade”, Lopes et al. (2014) apresentam os procedimentos e recursos que têm sido produzidos para e pela ação da terapia ocupacional social, mais especificamente a partir da experiência da equipe do Laboratório METUIA/UFSCar. Discutem quatro diferentes recursos e tecnologias que se articulam na prática do terapeuta ocupacional, a saber: as Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos; os Acompanhamentos Singulares e Territoriais; a Articulação de Recursos no Campo Social e a Dinamização da Rede de Atenção. Sob a projeção de fomentar o enfrentamento dos desafios do campo social e suas reverberações sobre o cotidiano de sujeitos concretos, integrando e articulando ações de abrangência macro e microssocial e visando ao alargamento do seu espaço na esfera pública, com vista à produção de mais participação com mais liberdade, mais autonomia, mais solidariedade e, também, possibilidade de experimentação de igualdade. Para Lopes et al. (2014), a ação técnica deve pressupor condições para a promoção e a apropriação de direitos e para a construção de relações de respeito e exercício da autonomia de sujeitos socialmente vulneráveis. Nesta direção, o reconhecimento dos direitos é uma instância essencial à promoção do espaço público. Pois, é a luta pela formulação e reconhecimento dos direitos que tem fundamentado a possibilidade de igualdade civil em sociedade, nas relações de troca, como colocam Lopes et al. (2014, p. 592), no debate com Offe (1984):

Assim, as políticas do Estado capitalista podem ser definidas como o conjunto de estratégias mediante as quais se produzem e reproduzem constantemente o acordo e a compatibilidade entre

suas determinações estruturais; entretanto, sua estratégia geral de ação consiste em criar as condições segundo as quais cada cidadão seja incluído nas relações de troca.

Entretanto, é preciso lembrar que, para Arendt (2007), se a igualdade é algo construído entre os sujeitos, por meio de pactuações e debates, a liberdade, por outro lado, está atrelada às condições materiais dos homens e mulheres que já puderam superar as preocupações com as condições para sua sobrevivência material. Por esse viés, parece haver uma possibilidade de aproximação à concepção materialista histórico-dialética visto que, o modo de produção da vida material está posta como um condicionante do processo da vida social e política, ou melhor, como um limitador à sua realização. Nessa direção, Lopes et al. (2014) reconhecem que há fragilidades e limites impostos pela própria estrutura capitalista, que incidem sobre a efetiva possibilidade de exercício de cidadania, de acesso aos direitos sociais, e de acesso aos seus fundos públicos por parte da juventude como grupo populacional (sobretudo pelo recorte da juventude pobre). Logo, pensar a promoção de igualdade como proposta da ação técnica tem uma dimensão utópica pela concepção materialista histórico-dialética: se as bases materiais são definidoras de lugares sociais, as desigualdades materiais são, também, (re)produtoras de desigualdades sociais. Aqui caberia a indagação das autoras sobre quais seriam, portanto, “as ações possíveis nesse contexto e em que medida são estas definidoras de mudanças observáveis e estáveis?” (LOPES et al., 2014, p. 592), ou, em outras palavras, com maior igualdade social e política, pressuposto à constituição do espaço público (ARENDR, 2007).

Portanto, em uma perspectiva macrossocial, por essa chave de leitura, não há ação técnica que seja capaz de diminuir as diferenças e promover igualdade social, frente à estrutura social posta. O claro limite não seria, portanto, exclusividade da terapia ocupacional social. Mas, em um nível mais microssocial, a vivência de momentos de equidade social e o fomento à experimentação de igualdade de participação, ao menos nos espaços protegidos de contato com o terapeuta ocupacional, seriam possibilidades

para a ação técnico-profissional promotoras de mudanças no cotidiano daquela população.

Por fim, o artigo de Silva e Carraro (2014), “A arte da sobrevivência ou sobre a vivência da arte”, revela desdobramentos de um acompanhamento singular no qual um dos jovens participantes das oficinas desenvolvidas pelo METUIA/UFSCar, após demonstrar interesse e talento para artes plásticas, teve acesso à formação em pintura. As autoras debatem que o uso de atividades (as artísticas especificamente neste caso) como recurso de trabalho pela terapia ocupacional social possibilita, entre outras coisas, articular e ampliar expectativas de/para jovens pobres urbanos. Mesmo diante de condições adversas para a descoberta e o desenvolvimento de habilidades para pintura frente à necessidade primeira de desenvolver habilidades para manter-se na vida (a arte da sobrevivência), e do desejo em profissionalizar-se como pintor (da sobrevivência pela arte), dadas as possibilidades concretas do vivido por aquele jovem, as autoras elencam que as intervenções em terapia ocupacional social oportunizaram o exercício de escolhas, a construção de projetos de vida, a experimentação e a projeção de autonomias antes não pensadas e desejadas por aquele jovem.

Esse dado nos traz elementos para a reflexão sobre o conceito de liberdade em Hannah Arendt (2007). Para a autora o espaço público só se realiza quando as possibilidades concretas da vida não colocam o ser humano sob o jugo da necessidade, ou seja, quando o ser humano tem possibilidade de experimentar a liberação ou a libertação dessa instância. Soma-se a isso o entendimento de Arendt (2007) de que esse universo mais contemplativo, subentendido no exercício das artes, está posto para grupos que já “resolveram” a dimensão da necessidade materiais de suas vidas. Pensando sob bases materialistas histórico-dialéticas, podemos pensar a possibilidade real de um jovem pobre efetivar seus anseios de tornar-se pintor, hoje, na realidade brasileira. Uma outra questão é que, nesse vislumbre de “ser pintor”, possivelmente esteja colocado para aquele jovem a expectativa de que tal atividade se torne fonte de renda e, por conseguinte, base para satisfação de necessidades objetivas da vida. Para Arendt (2007), à medida

que se concebe algo sob uma perspectiva utilitarista, não se produz espaço público, pois, nesse espaço só fica o que compõe um sentido coletivo, de interesse coletivo, o mundo comum. Logo, a partir da experiência projetada no texto de Silva e Carraro (2014), pensa-se em um descompasso entre o que é possível agenciar em nível de experiência individual e o que, de fato, se constrói na coletividade, em termos de produção de mundo comum. Em outras palavras, depreende-se uma possível contradição entre o que se adota como referencial teórico e como objetivo social do trabalho e o que efetivamente se produz, com impactos consideráveis em uma dimensão mais individual. Sendo necessário, contudo, valorizar a dimensão da experiência individual e da subjetividade no mundo.

5. ENTRE PROCESSOS: OS DADOS E SUAS FONTES

Nesta seção busca-se contextualizar a coleta de dados da pesquisa, localizando o espaço da coleta, o território do Jardim Gonzaga, e mais, especificamente, os espaços criados para compor, com a discussão dos artigos, a proposta de triangulação de estratégias à pesquisa (YIN, 2010): as Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos e as entrevistas. Nos subitens que se seguem serão apresentadas e detalhadas cada uma das duas estratégias.

5.1. Local da pesquisa



Imagem 3 – Vista parcial da praça (acervo METUIA/UFSCar).

A região do Jardim Gonzaga, na cidade de São Carlos, interior paulista, é constituída, desde sua origem, por bairros estigmatizados pelos seus índices de violência, tráfico de drogas e pelas condições de infraestrutura precarizadas, tal como o acesso da população aos equipamentos da rede pública de serviços sociais (ROSA, 2008; SOUZA, 2010). Tais estigmas são manifestos de diversas formas, com reverberações sobre a associação que se faz entre o território e a comunidade que o ocupa.

A associação imediata entre espaço e sociedade, entre precariedade habitacional e marginalidade social, justificará ideologicamente diversas intervenções públicas de âmbito urbano e habitacional empreendidas autoritariamente em tais espaços (ROSA, 2008, p. 02).

No interior dessa associação entre os aspectos da organização social e os estigmas impressos sobre certos grupos sociais e suas vulnerabilidades, busca-se constituir um dissenso capaz de produzir uma outra imagem social a partir da constituição de um espaço de visibilidade daquela condição juvenil, incluindo uma concepção ampliada de direitos e a convivência com a diversidade, com a pluralidade.

De acordo com Rosa (2008), o “Gonzaga” iniciou-se como uma ocupação irregular em meados da década de 1970, em uma área fronteira do perímetro urbano. A situação era irregular porque, além dos barracos improvisados oferecerem risco de desabamento, encontravam-se próximos a um local de preservação ambiental. Embora abrigue três nascentes de rios (CAMPOS et al., 2003), essa área, conhecida pelos moradores ainda hoje como “buracão”, recebia (e em partes ainda recebe) dejetos de esgoto, de lixo doméstico e mesmo restos de construção civil. Além disso, a irregularidade também provinha da falta de documentos comprobatórios do direito de posse das terras que habitavam, o que aumentava a situação de risco e precariedade (ROSA, 2008).

Apesar de todos esses aspectos, foi somente no início dos anos de 1990 que se iniciou, oficialmente, o processo de urbanização do bairro, com obras para escoamento das águas pluviais, pavimentação, construção de um banheiro para cada família e colocação de uma rede de água, esgoto e energia elétrica, por meio de financiamento pelo “Projeto de Urbanização Integrado – Gonzaga e Monte Carlo”, em parceria com o Programa Habitar Brasil, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (ROSA, 2008).

As obras foram melhorando as condições de infraestrutura do bairro e estruturação das casas, no entanto, a regularização fundiária ainda hoje²⁰ não foi efetivada, embora prometida desde os anos de 1980 (ROSA, 2008; SOUZA; 2010). De acordo com Rosa (2008), esta situação é mantida como possibilidade de controle do município sobre aqueles moradores, pois, desta forma, o poder público detém uma moeda de troca com a qual pode “barganhar” com aqueles sujeitos, fazendo “usos políticos da pobreza” (ROSA, 2008, p.51). Essa contextualização é bastante importante no que diz respeito à forma como são entendidos e tratados os sujeitos pobres. Distantes de um lugar de sujeitos de direito, aquelas pessoas são impossibilitadas do exercício pleno da cidadania.

Outra questão importante é que, embora referida no município como periférica, é notável que a distância daquela região para o centro da cidade é de, aproximadamente, três quilômetros. De acordo com Borba (2012), há no discurso dos moradores um certo consenso de que o bairro, originalmente distante, foi “incorporado” à área urbana com a expansão da cidade. No entanto, o que vigora mesmo é a compreensão de que o conceito de periferia está muito mais atrelado aos códigos culturais e às condições estruturais ali existentes do que, necessariamente, pela distância/proximidade da região central (BORBA, 2012). Esta também é a resposta encontrada ao se tentar entender por que o título “favela” é frequentemente atribuído àquele território, quando, na verdade, não se trata de um aglomerado subnormal, ou um conjunto de domicílios sem acesso a serviços públicos essenciais que ocupam um terreno de propriedade alheia (pública ou particular) de maneira desordenada, conforme definição de favela empregada pelo IBGE (2011). Sobre isto, Souza (2010) e Borba (2012) apontam que, para além das questões contextuais e objetivas, dizer que se é “da favela” possibilita uma marca identitária, sobretudo aos jovens. No entanto, é preciso lançar luz sobre as diferenças geracionais na compreensão dos moradores sobre “ser da favela”.

²⁰ Apesar da referência à Rosa (2008) e Souza (2010) serem mais antigas, os moradores relatam, ainda hoje, que a situação se mantém dessa forma.

O discurso dos jovens contrapõe-se ao dos mais velhos, pois, para estes últimos, com o movimento de urbanização iniciado no fim da década de 1980, o então conhecido “Gonzaga” passou a ser referido como “Jardim Gonzaga” e identificado como bairro (ROSA, 2008; SOUZA, 2010; BORBA, 2012). Tal reconhecimento decorreu dos esforços de muitos que reivindicaram melhores condições de moradia e infraestrutura, aspecto distante temporalmente da vivência dos mais jovens (BORBA, 2012). A ideia de “favela”, porém, não é algo presente apenas no discurso e imaginário dos jovens daquele espaço; de acordo com Borba (2012), por diversas vezes, esse grupo relata discriminação quando associados ao bairro e seu entorno, sobretudo na hora da busca pelo trabalho formal. Esta queixa permanece até os dias de hoje nas falas dos meninos e meninas participantes das oficinas, revelando que o acesso dos sujeitos a bens e serviços sociais passa por uma vertente territorial, sendo que os seus habitantes carregam consigo os estigmas lançados sobre aquele território.

Na apresentação do Jardim Gonzaga se faz necessário desvelar a situação de vulnerabilidade social a que estão expostos os moradores do bairro, justificando sua escolha para realização das ações de ensino, pesquisa e extensão do METUIA/UFSCar, mas também para entender com quais limites se está lidando ao fazer a proposta de trabalho ali, bem como quais são os aspectos que devem ser enfrentados e para os quais se precisa mobilizar estratégias e repertório técnico para lidar.

Uma outra queixa, atual, referente à situação do bairro diz respeito ao fechamento da Unidade de Saúde da Família, que estava em funcionamento desde 2006. De acordo com relatos dos moradores, confirmado por reportagens nos jornais locais, um morador agrediu um membro da equipe de saúde depois que lhe foi negado atendimento diante da alegação de falta de condições do espaço em decorrência de uma forte chuva. Pelos relatos dos moradores, diante da negativa do atendimento, o rapaz teria ficado transtornado, desferindo socos contra a gestora local. A polícia foi acionada e, como medida de segurança, a Prefeitura Municipal transferiu todos os atendimentos para a Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro vizinho (São

Carlos Agora, 2018²¹). De acordo com os moradores, nenhuma justificativa foi dada pelo poder público para a decisão e nenhum outro manejo foi identificado pelos moradores além da retirada imediata do serviço sob justificativa que os trabalhadores estavam em risco.

O ocorrido vem na direção do enunciado por Borba (2012), ao refletir sobre as fragilidades dos equipamentos socioassistenciais presentes naquela região, no que tange às condições de trabalho dos técnicos e a sua articulação com os moradores. Segundo a autora, frequentemente aqueles serviços funcionam com profissionais de fora daquela comunidade, fator que, associado à precariedade das condições de trabalho, acarreta em grande rotatividade de técnicos nos serviços de saúde, de educação e de assistência social, infundindo um caráter transitório aos profissionais e às ações ali desenvolvidas.

Estas questões marcam o desenvolvimento de um trabalho frágil, uma vez que não se constituem relações de confiança entre os operadores da política social e os moradores, tampouco uma apreensão e um envolvimento com a realidade local, o que confere uma baixa articulação entre os próprios serviços e entre os serviços e seu público, principalmente para empreenderem coletivamente ações em prol do bairro e da comunidade (BORBA, 2012, p. 65).

Atualmente, o bairro conta com um equipamento da Secretaria de Cidadania e Assistência Social, denominada Estação Comunitária (ECo) do Jardim Gonzaga – o qual possui uma quadra poliesportiva coberta, um minicampo de futebol, algumas salas multiuso, uma área de convivência (CAMPOS et al., 2003); duas Escolas, sendo uma Municipal, de educação básica (EMEB) “Janete Lia”, e a outra a Escola Estadual “Dona Aracy Pereira Lopes Leite”, de ensinos fundamental e médio; além de um Centro Municipal de Educação Infantil (CeMEI) João Paulo II, integrada com a Creche Municipal Professor Victorio Ribucci. Há também um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Pacaembu, antigo Centro Comunitário) e um

²¹ Disponível em: <http://www.saocarlosagora.com.br/policia/enfermeira-e-agredida-a-socos-e-pontapes-na-usf-do-jardim-gonzaga/99769/>. Acesso em 31 de agosto de 2018.

Centro da Juventude, o “Elaine Viviane”, um espaço de lazer e convivência sob responsabilidade da Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude (SMEIJ).

Ao longo dos anos foi criada uma infraestrutura de serviços públicos e, apesar das melhorias com relação às condições de vida proporcionadas por projetos políticos e sociais na região, acredita-se que tenha sido pautada como uma estratégia para manter as pessoas moradoras dali segregadas do restante da cidade, servindo mais como medida de contenção e controle do que de acesso e cuidado (BORBA, 2012; ROSA, 2008).

De acordo com Lopes et al. (2010) e Bardi (2013), dentre as melhorias realizadas no bairro, estavam, por exemplo, o asfaltamento das ruas. Segundo as autoras, essas obras, ligadas à ideia de reorganização do espaço urbano, davam contorno a um projeto de controle social do espaço, por meio da possibilidade de maior circulação de viaturas policiais, por exemplo. Apesar dos serviços de pavimentação realizados, a questão da mobilidade para dentro do território ainda hoje se esbarra na precariedade do transporte coletivo, o que dificulta o acesso nas duas direções: de fora para dentro do bairro e de dentro para fora. Conforme relatado por Souza (2010), são constantes as queixas dos moradores relacionadas ao assunto, o que remete à discussão apresentada por Bardi (2013) sobre os diversos aspectos modificados naquele território terem se ocupado muito mais de uma demanda da vizinhança, em diminuir os elementos do bairro considerados negativos e ameaçadores, do que propriamente de seus moradores.

Neste cenário, é possível problematizar, ainda, as violências estruturais que acometem indivíduos, coletivos e territórios, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social. A recorrência da leitura da pobreza sob um viés moralista nos discursos e imaginário social, fortemente pautada nos estigmas sociais que associam a pobreza à produção de violência, ou melhor, de sujeitos violentos, tem contribuído para que episódios de abuso de poder e violência policial sejam postas como situações socialmente justificadas e, no imaginário social, justificáveis, como pela venda de drogas, tão comum de se observar por ali (SOUZA, 2010; BORBA, 2012).

Na relação histórica do bairro com a pobreza e sua identificação como uma das áreas mais precarizadas do município de São Carlos, Rosa (2008, p. 68) relata que paira sobre seus moradores estigmas de “ilegalidade, promiscuidade, incivilidade, carência”, estigmas que, de acordo com Bardi (2013), incidem sobre a situação de vulnerabilidade a que estão submetidos os moradores da localidade, sobretudo os jovens, aumentando-a.

Pode-se dizer que, quando estas condições produzem e reproduzem estigmas que impactam, negativamente, as possibilidades de vivências de efetivo exercício de cidadania de certos grupos sociais, levando-os, muitas vezes, a uma situação de rupturas da participação social, de sociabilidade e de circulação, expõe-se a necessidade de intervenção sobre elas. Essa tem sido a proposta do METUIA/UFSCar no desenvolvimento de ações em terapia ocupacional que, sobretudo sob a forma de oferta de Oficina de Atividades, Dinâmicas e Projetos, tem objetivado o enfrentamento a situações de vulnerabilidade social que atravessam o efetivo exercício de cidadania e participação de certos sujeitos e grupos sociais. A seguir apresentam-se as oficinas como estratégia de intervenção e de pesquisa para a terapia ocupacional social.

5.2. Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos

Como relatado acima, a terapia ocupacional social lança mão de diferentes recursos para intervenção, sendo a oficina de atividades uma delas e aquela escolhida como estratégia para coleta participativa de dados para esta pesquisa. Durante as oficinas, optou-se pela utilização da objetivação participante nos espaços de trabalho técnico da pesquisadora que, semanalmente, coordenava as Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos, voltadas à juventude popular urbana, na companhia de alunos de graduação e de pós-graduação. Esta estratégia foi escolhida devido à compreensão que as juventudes, em sua diversidade, têm inúmeras linguagens e formas de expressão, sendo o fazer um importante elemento comunicativo. Optou-se, então, por associar a objetivação participante do/no espaço das oficinas à

realização de entrevistas com alguns jovens, entendendo as oficinas também como um método de coleta de dados em pesquisa, útil para a apreensão da realidade de jovens pobres (PEREIRA; MALFITANO, 2014).

As Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos utilizam atividades diversas como um “recurso mediador do trabalho de aproximação, acompanhamento, apreensão das demandas e fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos, para os quais direciona sua ação” (LOPES et al., 2014, p.595). Desta maneira, lançou-se mão de atividades dramáticas, plásticas e lúdicas, cujos objetivos estavam parametrizados pelas noções de cidadania, de direitos/deveres e da participação democrática (LOPES et al., 2014). Trata-se de uma das técnicas e metodologias de trabalho desenvolvidas pela e para a intervenção em terapia ocupacional social.

Prezando as interações promovidas pelas práticas territoriais e comunitárias, as oficinas se sustentavam pelos pressupostos da terapia ocupacional social de: desenvolvimento das ações nos espaços da vida cotidiana dos sujeitos; descentramento do saber do técnico que promove a prática para um compartilhamento de saberes entre os diversos atores que dela participam; descentramento de aspectos mais individuais para a consideração dos aspectos mais coletivos; compreensão da atividade não como algo pertencente ao sujeito, antes como construções circunscritas em um contexto sócio, histórico e cultural (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002). É relevante dizer, ainda, que as oficinas também se voltavam como um dos espaços utilizados para o ensino-aprendizagem, na composição da formação e habilitação profissional do aluno de graduação em terapia ocupacional, ao buscarem se constituir como local de práticas profissionais para o exercício crítico e reflexivo sobre o trabalho em terapia ocupacional social (LOPES et al., 2014). Além disso, as oficinas também compuseram o escopo de atividades de extensão e pesquisa, nos níveis de graduação e pós-graduação produzidas no bojo do METUIA/UFSCar.

Destaca-se que nesta tese as Oficinas de Atividades assumem centralidade de descrição e análise, tendo como base o processo de objetivação participante envolvido, entretanto, ressaltamos que não

corresponde a totalidade de ações desenvolvidas naquela localidade, conforme buscou-se descrever no item sobre o Projeto METUIA; tampouco representa à ação em terapia ocupacional social. O aporte teórico-metodológico da terapia ocupacional social é pensado e aplicado de forma articulada, por meio de diversas estratégias que assumem diferentes configurações e proporções, a depender da demanda com a qual se trabalha.

O espaço da praça e as ações ali realizadas foram escolhidos por conveniência, por tratar-se previamente do espaço de trabalho da pesquisadora, no qual estava presente regularmente. O trabalho na praça, desde 2015, acontecia três vezes por semana, ocasiões em que eram realizadas Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos focadas nas juventudes, mas que, no entanto, foi ganhando contornos intergeracionais pela dinâmica local. É importante dizer que esse trabalho foi viabilizado e ampliado por ações de pesquisa e extensão ligadas ao METUIA/UFSCar, contando com financiamento da Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) da UFSCar e com a presença constante de alunos acompanhando as intervenções, semestralmente²², os quais contribuíram, inclusive, para a coleta de dados para esta pesquisa.

No ano de 2017 elegemos um dentre os três dias em que as oficinas vinham sendo realizadas na praça, tentando criar um espaço mais delimitado para a coleta de dados para esta pesquisa. Fixando as terças-feiras para essa tarefa, ao longo de 2017 foram realizadas 29 oficinas na praça, todas tendo o “espaço público” como tema transversal. Embora essa divisão entre os dias para a coleta de dados fosse artificial, e puramente organizativa, entende-se que nos outros dias, nos quais se primava pela acolhida de sugestões de atividades trazidas pelos frequentadores, a lente de pesquisadora se mantinha presente. Com isso, os dados de campo são também compostos

²² Gostaria de agradecer a todos os alunos e colegas terapeutas ocupacionais que fizeram e fazem esse campo acontecer, em especial à minha orientadora, Ana Paula Serrata Malfitano, à Lívia Celegati Pan e à Marina Leandrini Oliveira pelos auxílios nos planejamentos. Minha gratidão especial também à Maria Ap. Pinheiro e Tatiana de Vasconcelos Mello por iniciarem essa empreitada comigo. Além dessas, gostaria de agradecer à Aline Zacchi, Jamila Kessler, Camila Prodócimo, Lueny Lopes, Tamires Santos, Tayna Lima, Georgia Semeghini, Belén Jovita, Lucas Aveiro, Gabriela Marques, à assistente social Martha Monsalve e a todos os alunos das Disciplinas de Prática Supervisionada em Terapia Ocupacional que já passaram por aquele espaço.

por demais cenas e outras experiências vividas no contínuo do trabalho. Afinal, esta pesquisa só se fez possível por essa inserção prévia e, muito provavelmente, pela intensidade dessa inserção.

Sobre os encontros por ocasião da coleta, foram organizados com caráter aberto, tinham um público flutuante, variando entre dois e 30 participantes por encontro. Alguns jovens tiveram frequência rotineira nos encontros enquanto outros apareceram apenas uma vez ao longo de todo o ano. Ainda, faz-se necessário destacar as distintas formas de participação dos moradores nas oficinas, participações que se caracterizavam desde a observação atenta da oficina à execução e participação em tudo que era proposto. Considerou-se participante todo aquele que, ainda que por um breve período de tempo, esteve atento e, de alguma forma, interagiu com o grupo em torno do que estava sendo feito e/ou discutido. Não foram contabilizados os sujeitos que “apenas” dividiam o espaço da praça conosco nos momentos das oficinas, sem estabelecer alguma troca com a equipe de trabalho.

Ainda, é importante dizer que se acolheu a todos que ali chegavam, uma vez que as oficinas aconteceram em um espaço de uso comum dos moradores daquele bairro: a praça, agregando participantes de diferentes perfis. No entanto, foi feito um investimento no sentido convidar/estimular a participação de jovens, sobretudo entre 15 e 29 anos de idade, recorte definido pela Política Nacional da Juventude (BRASIL, 2006), priorizando esse grupo quando do planejamento das propostas.

As oficinas foram projetadas para fomentar maior aproximação dos/com os jovens, sendo utilizadas também como instrumentos para o aprofundamento da leitura das suas necessidades individuais e coletivas. Pode-se dizer que as oficinas tiveram um perfil ativo, na medida em que as demandas que ali surgiram eram acolhidas e tecnicamente cuidadas pela equipe que, a partir da sua apreensão, buscava (re)direcionar a ação técnica com vistas ao equacionamento das demandas daqueles sujeitos (LOPES et al, 2014).

Os encontros de 2017 se iniciaram na primeira semana de abril, sendo interrompidos por três semanas no mês julho, seguindo o calendário acadêmico/letivo e o período de férias. Ao final de julho retomou-se as dinâmicas que foram realizadas até a primeira semana de dezembro. Os primeiros encontros, no mês de abril foram destinados à apresentação do tema “espaço público” e à realização de rodas de conversa, culminando na discussão do conceito de espaço público. No mês de maio foi realizado o mapeamento dos espaços públicos reconhecidos pelos jovens em seu próprio bairro, por meio da produção de uma maquete do bairro e seu entorno. Já no mês de junho foram mapeados os espaços públicos reconhecidos pelos jovens, na cidade de São Carlos, buscando identificar, a partir do ponto de vista dos participantes, se (e quanto) os espaços de uso público eram considerados adequados/interessantes e inadequados/desinteressantes para eles.

Após as férias letivas, iniciou-se, no mês de agosto, com o auxílio de plantas baixas do município²³, a demarcação dos espaços de circulação e demais usos feitos dos espaços de uso público reconhecidos e listados na etapa anterior. Em seguida, foi feito um esforço para identificar os aspectos objetivos que os jovens atribuíam àqueles espaços, relacionando-os ao fato de serem ou não estimulantes para seu uso. Dada a grande rotatividade dos jovens e a grande variação de experiências entre eles, no mês de setembro continuou-se a proposta pensada para o mês anterior. E, em outubro, iniciou-se um ciclo de oficinas cuja proposta era a reflexão sobre as próprias práticas do METUIA/UFSCar: como eram entendidas/avaliadas pelos jovens e quais seus desejos e proposições para elas. A proposta teve seguimento por todo o mês de novembro, encerrando-se a coleta dos dados naquele espaço.

Em todo o período, as oficinas aconteceram entre 14 e 17 horas, organizadas da seguinte maneira: com a duração de três horas, cada encontro teve como proposta o uso da primeira hora para a “chegada”:

²³ As plantas foram disponibilizadas pela Secretaria de Habitação de São Carlos, a nosso pedido, e impressa pelo Escritório de Desenvolvimento Físico (EDF) da UFSCar. Em relação ao auxílio prestado pelo EDF, gostaria de agradecer à Daniel Moretti pela presteza e simpatia na colaboração.

conversas livres e resgate do encontro anterior, seguida de 1 h 30 minutos para a execução de uma atividade/dinâmica e sua discussão e, por fim, o momento da finalização nos trinta minutos finais, também destinado à livre convivência e despedidas. Esses momentos que antecederiam e sucediam as oficinas mostraram-se muito potentes e favoráveis à experimentação de um espaço de trocas e sociabilidade, à semelhança do esperado com a proposição das oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos pela terapia ocupacional social (LOPES et al., 2014).

Ao término de cada oficina a pesquisadora fazia registros em um caderno de campo, onde relatava a atividade proposta, os participantes, a dinâmica do encontro e reflexões/questionamentos suscitados a partir dela. Para efeito de análise dos registros, propôs-se a utilização dos quatro elementos utilizados para discutir a noção arendtiana de espaço público, apresentados no segundo capítulo, a saber: visibilidade, pluralidade, igualdade e liberdade.

Entende-se que estas unidades de análise se justapõem e estão implicadas umas nas outras, no entanto, destaca-se a importância desse esforço de decomposição, com vistas a dar maior ênfase a cada um separadamente.

5.3. Entrevistas e sujeitos da pesquisa

Segundo Lakatos e Marconi (2005, p. 196), a entrevista é considerada como “o instrumento por excelência da investigação social”, sendo identificada, por Boni e Quaresma (2005), como um instrumental para coleta de dados de um tema específico, como a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Indicam que a entrevista é também utilizada para apreensão de informações tanto de caráter objetivo quanto subjetivo e destaca este último como de exclusividade de alcance da entrevista, pois se relaciona aos valores, atitudes e opiniões dos sujeitos entrevistados e por esta razão só podem ser acessados quando comunicados por eles. Segundo a definição abaixo, a entrevista consiste em:

um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (LAKATOS; MARCONI, 2005, p.195)

No entanto, Bourdieu (1999, p. 695) destaca que é o pesquisador quem exerce o maior controle sobre a situação, quem “estabelece a regra do jogo”, por meio da proposição da pesquisa. Para o autor é importante que se estabeleça um movimento crítico-reflexivo sobre o lugar de poder do pesquisador, não só em relação ao conhecimento da pesquisa, mas também, porque, via de regra, o pesquisador ocupa uma posição diferente ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, muitas vezes entendida como superior, especialmente no que diz respeito ao acúmulo de capital cultural (BOURDIEU, 1999). Sendo assim, esse movimento de vigilância, de acordo com Bourdieu (1999) pode auxiliar ao máximo a redução de violência simbólica que se pode exercer sobre o entrevistado. Bourdieu (1999) sugere que quando se inicia uma relação de entrevista deve-se refletir sobre os efeitos que se podem produzir, ainda que sem o saber ou sem intencionalidade. Além disso, espera-se que o pesquisador busque esclarecer, ao máximo, a pesquisa em geral, buscando diminuir a distância de como a pesquisa é percebida e interpretada pelo pesquisado e a finalidade que o pesquisador tem em mente.

Sob essa leitura, a produção da entrevista deve carregar a mesma vigilância proposta para o processo de objetivação participante, partindo do ato consciente do pesquisador para a consideração dos atravessamentos que produz sobre a própria pesquisa. Não se trata de abdicar do lugar de poder, inclusive porque ele está inerente à identidade do pesquisador e à relação estabelecida com o entrevistado. Antes, Bourdieu (1999) admite seu uso, como por exemplo, ao discutir a necessidade de escolher as pessoas que serão investigadas, com vistas à produção de dados adequados ao problema de pesquisa proposto. Bourdieu (1999) sugere ainda que, na medida do

possível, os entrevistados sejam pessoas já conhecidas pelo pesquisador ou apresentadas a ele por alguém com quem o colaborador tenha certa confiança e/ou convívio.

Tem-se admitido que, quando existe uma certa familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado, há maior facilidade para que o colaborador participe, pois, em geral, sente-se mais à vontade para fazê-lo (LAKATOS; MARCONI, 2003). O entrevistado se faz mais disponível e, ainda, espera-se que, pela relação de familiaridade, que o entrevistado retenha menos dados, revelando outros com menos receio. As mesmas autoras resgatam, ainda, a necessidade da observância da língua utilizada pelo pesquisador, para que, se necessário, faça um exercício de aproximação da linguagem do pesquisado, favorecendo sua compreensão e minimizando as possibilidades de seu constrangimento.

A elaboração de um roteiro para realização da entrevista pode se configurar como um importante norteador, sobretudo porque se espera que o pesquisador o elabore com cuidado e tenha domínio sobre ele (BOURDIEU, 1999). Dentre as possibilidades de roteiros, empregou-se a entrevista semiestruturada que, segundo Boni e Quaresma (2005), é aquela que utiliza questões previamente definidas, combinando perguntas abertas e fechadas, e criando oportunidades para que o colaborador possa também discorrer sobre o tema proposto. Para Boni e Quaresma (2005), a realização de uma entrevista semiestruturada deve se parecer, em contexto, à uma conversa informal, pois, o pesquisador deve estar/ficar atento para dirigir a conversação conforme as oportunidades criadas no diálogo, com maior espontaneidade. Assim, pode se aprofundar em assuntos do interesse do entrevistador, ou mesmo buscar esclarecimentos sobre questões menos claras.

Durante a entrevista o pesquisador precisa estar sempre pronto a enviar sinais de entendimento e de estímulo, com gestos, acenos de cabeça, olhares e também sinais verbais como de agradecimento, de incentivo. Isto irá facilitar muito essa troca, essa relação. O pesquisado deve notar que o pesquisador está atento escutando a sua narrativa e ele deve procurar intervir o mínimo possível para

não quebrar a sequência de pensamento do entrevistado (BONI; QUARESMA, 2005, p. 77).

Cria-se, de acordo com Boni e Quaresma (2005), a possibilidade de maior aproximação com aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos.

Feita a entrevista, Bourdieu (1999) aponta algumas sugestões para com a transcrição, tomando-a como parte integrante da metodologia do trabalho de pesquisa. Para o autor, a transcrição vai além do ato da passagem do discurso gravado para a escrita. Deve ser realizada concomitantemente ao esforço de situar o leitor sobre o contexto da entrevista e o lugar social do entrevistado, entendendo que tais aspectos são determinantes do discurso produzido naquele momento. Para Boni e Quaresma (2005, p. 78), “o pesquisador tem o dever de ser fiel, ter fidelidade quando transcrever tudo o que o pesquisado falou e sentiu durante a entrevista”, assim, até os silêncios, gestos e entonação de voz tornam-se informantes preciosos. Resta claro que o entrevistador deve ser rigoroso quanto ao processo de realização da entrevista e com o manejo dos dados proveniente dela, pois, trata-se da elaboração de “um ponto de vista sobre um outro ponto de vista, a do entrevistado” (QUARESMA, 2005, p. 78). Nesta premissa reside o cuidado ético para com a produção da pesquisa e no trato com os participantes dela.

Se o processo de fazer pesquisa implica na formação e revisão de ponto de vista de diferentes atores, é possível dizer que a pesquisa, em si, se inicia antes mesmo da escolha de uma questão e objeto de pesquisa, pois, é ao longo das histórias de vida que se juntam elementos na composição de “pontos de vista”. Portanto, é preciso ter consciência que o ato de pesquisar não é neutro, antes, constitui-se em uma ação histórica e ético-política.

No processo de coleta de dados específico desta pesquisa (ocorrido de março de 2017 a junho de 2018), realizou-se cinco entrevistas com jovens escolhidos propositadamente, pelo conhecimento e vínculo anterior. Para

além da aproximação, buscou-se jovens com experiência de participação mais prolongada nas diferentes ações do METUIA/UFSCar, em consonância com os objetivos da pesquisa: investigar se as intervenções, de alguma forma, promoveram mudanças em seu modo de relacionar com os espaços públicos do bairro e cidade. Embora nem todos permaneçam participando das oficinas atualmente – devido às dinâmicas de suas vidas e famílias, mais detalhadas a seguir -, foram convidadas duas jovens e três rapazes para responder a uma entrevista realizada com o apoio e orientação de um roteiro semiestruturado; dos quais, todos demonstraram interesse e disponibilidade em colaborar com o estudo (Roteiro disponível no Anexo 2).

O processo das entrevistas ocorreu em dois momentos. O primeiro entre os anos de 2015 e 2016, quando participei, em companhia de uma estudante de graduação em terapia ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Tatiana de Vasconcellos Melo, como apoio das entrevistas produzidas por Monsalve (2017), quando realizou entrevistas com cinco jovens, por ocasião da sua coleta de dados para conclusão do Mestrado em Educação pela mesma Universidade. À época, já docente do curso de graduação em terapia ocupacional, era responsável pelas práticas supervisionadas e estágios curriculares no território do Jardim Gonzaga, o que me fazia estar naquela região intensivamente. Minha presença visava facilitar o acesso das duas estudantes aos jovens e, no caso de Monsalve (2017), ajudar na “tradução”, visto ser ela colombiana e, apesar de entender e de se comunicar bem falando em “portunhol”²⁴ e ouvindo em português, tinha dificuldade com algumas expressões mais regionais e/ou gírias, para as quais eu servia de mediadora no diálogo com os jovens. Tendo participado de todas as entrevistas, bem como tendo acesso a elas por meio do acervo do grupo METUIA/UFSCar, juntamente com a autorização de Monsalve e dos jovens envolvidos, optou-se por utilizar o material produzido naquela pesquisa e realizar o segundo momento das entrevistas em 2018, utilizando o mesmo roteiro de entrevista, com os mesmos jovens, inserindo também um

²⁴ Mescla da língua portuguesa com palavras em espanhol ou com componentes fonéticos que lembram essa língua (MICHAELIS, 2018).

questionamento mais direcionado sobre a relação com os espaços públicos, o bairro e a cidade.

Pautada no agir ético do pesquisador e na ação consciente e livre dos participantes, esta pesquisa prezou pela garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, passando pela sua anuência e pelos devidos contratos de confidencialidade, solicitando sua assinatura em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3). Vale destacar, ainda, que cada participante foi consultado acerca no nome que gostaria de ser chamado no relato da entrevista e produção do texto, sendo que, dos cinco, um optou pelos apelidos, os outros quatro consentiram o uso de seu primeiro nome, embora para um deles tenha sido escolhido um apelido, com vistas a preservar sua identidade, dada a explicitação de conteúdos ligados ao trabalho informal ilegal. Cada entrevista teve duração entre 30 minutos e uma hora e o seu processo de realização foi considerado desde o momento da sua solicitação até os comentários feitos após o gravador ser desligado.

Assim, compusemos um material com cinco colaboradores, a saber:

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Sexo</i>
Célio	28	Masculino
Jaguar	24	Masculino
Lipe	23	Masculino
Nayara	18	Feminino
Priscila	26	Feminino

Com cada participante foram realizadas duas entrevistas, totalizando 10 entrevistas, que foram gravadas e transcritas, em sua totalidade, perfazendo um total de 152 páginas. A transcrição foi levada impressa aos entrevistados para eventuais alterações que julgassem necessárias. Este material passou por uma leitura mais cuidadosa, no sentido de favorecer o encontro de dados significativos, de maior recorrência e pontos de aproximação e distanciamento entre os diferentes participantes.

Cabe, ainda, uma breve reflexão acerca dos limites da escolha da entrevista para aproximação de nossa questão de pesquisa que, de forma simplificada, consiste na compreensão se as intervenções em terapia ocupacional modificam as relações de jovens com os espaços públicos. Talvez os jovens que se tenha escolhido sejam aqueles que, de alguma forma, identificam “benefícios” na aproximação com o METUIA/UFSCar, dado seu histórico de participação mais prolongada junto ao projeto. Dado o caráter aberto das Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos, a rotatividade dos participantes talvez não ajude a identificar outros jovens que se aproximaram pontualmente, ou por não identificar algum “benefício”, ou ainda, por nem se dar tempo para descobrir se havia algum. Embora a prática seja estruturada sempre na projeção de um trânsito entre os sujeitos coletivos e individuais, nem sempre a dinâmica de rotatividade dos participantes favorece uma aproximação junto aos jovens, individualmente, de forma a alcançá-los para melhor explicitação da proposta para terem elementos para fazer a escolha (ou não) pela participação.

A seguir, passa-se a uma breve apresentação de cada participante, com base nas informações coletadas nas duas entrevistas, durante os períodos de aproximação no/pelo território, seja pelas oficinas e/ou encontros informais e acompanhamentos pontuais de demandas compartilhadas, ou ainda, por outras produções do METUIA/UFSCar.

5.3.1. Célio

Nascido em Piripá, interior da Bahia, no ano de 1988, Célio veio para São Carlos com os pais e nove irmãos quando ainda pequeno, aos cinco anos de idade. Relata lembrar da falta de infraestrutura do bairro, ainda com barracos e a fama de “favela”, e da própria moradia, de três cômodos, para abrigar aos 12 moradores. O rapaz relata se lembrar do medo ao chegar no bairro, mas conta que, aos poucos, foi fazendo amigos e se adaptando. Durante seu crescimento, Célio pôde acompanhar o processo de urbanização do bairro, que hoje vê como “mais moderno”.

Durante o período de escolarização fez muitos amigos, sobretudo na vizinhança, visto que a maioria das crianças e adolescentes do bairro frequentam a mesma escola. No entanto, revela que as amizades o estimulavam a sair da escola para ficar na rua, ou como ele diz, o chamavam para “pirar aula”. Aos nove anos, com o falecimento do pai, o jovem diz ter ficado muito triste e desestimulado para frequentar a escola e, somado a isto, disse que três de seus irmãos mais velhos começaram a se envolver com o crime (tráfico de drogas), atividade que, aos poucos foi conhecendo. Por isso, deixou a escola no ano de 2008, quando cursava o 6º ano no período noturno.

O jovem relata que o tráfico se mostrou como alternativa de renda para a família, uma vez que o pai era o único provedor do lar (MONSALVE, 2017). Célio relata que a mãe não conseguia evitar o envolvimento dos filhos, por serem muitos e por não ter autoridade sobre eles, com a ausência do marido. Então, naquele período, deixou a escola sem completar o sexto ano do ensino fundamental.

Célio ficou a maior parte da adolescência sem nenhuma atividade de trabalho ou estudo, diz que passava as tardes com os amigos assistindo a filmes e/ou jogando futebol. Relata ter passado muito tempo nos projetos sociais que aconteciam na Estação Comunitária do Gonzaga (ECo), no Centro Comunitário, e na “chacrinha”, um terreno particular que foi doado para a Prefeitura Municipal e posteriormente veio a abrigar o Centro da Juventude “Elaine Viviani”.

O rapaz tem dificuldade em trazer um relato mais linear, mas cita que, em algum momento da adolescência, se envolveu com o tráfico de drogas. Ele faz questão de frisar que nunca fez uso de drogas e que não se envolveu diretamente com a venda, tendo ficado mais na atividade de embalagem e distribuição das substâncias e controle do caixa. Célio faz questão, também, de destacar que seu papel era de “braço direito” dos superiores.

Pelos relatos do jovem, tanto a escola quanto a participação nos projetos o tornaram bem relacionados no bairro, mas cita como principal rede de suporte o amigo Jair, vizinho desde a infância, membro da mesma igreja e

colega de trabalho. Talvez seja uma das razões pela qual, quando questionado, ele cita as relações do trabalho como as mais importantes para si. Diz relacionar-se bem com a esposa, com quem mora atualmente – juntamente com seu filho - e com a mãe, com os irmãos e sobrinhos. Diz que todos continuam morando pelo bairro ou entorno e que se veem diariamente.

Para ele, sair do bairro não é uma perspectiva muito próxima, pela rede de relações constituídas e pela dificuldade financeira em trocar de casa e se estabelecer em outro território. De alguma forma, as redes de solidariedade favorecem a compra e/ou aluguel das casas e os familiares vão se instalando sempre próximos uns aos outros.

Mais do que falar de sua própria rede de suporte, Célio remete a rede de suporte de sua família extensa. Diz que hoje, por ter se convertido e frequentar a igreja, tem o respeito de todos e dá muitos conselhos aos irmãos, mesmo aos mais velhos, e que a própria mãe o procura pedindo ajudas. Sua fala parece deixá-lo orgulhoso e parece ligada à sua compreensão de ser respeitado e reconhecido como homem.

Atualmente Célio trabalha como controlador de acesso na ECo e procura replicar os modelos de relação e fazer técnico que acompanhou quando da participação nos projetos sociais que participou na sua adolescência e juventude. Inclusive, hoje o rapaz é um dos componentes da equipe técnica do time de futebol do bairro, atividade que mais realizava e gostava na adolescência e início da juventude, e uma das quais projetava para si ainda na infância, quando também empenhava grande parte do seu tempo. Sobre sua atividade profissional, diz que também procura dar muitos conselhos à “molecada”, da mesma maneira como os recebeu e os considera importantes para a vida, sobretudo em relação a alguns eventos específicos como a saída do tráfico e a busca por um trabalho formal.

Célio é um rapaz muito comunicativo, embora tímido. Gosta de sentir-se útil e está sempre procurando ajudar. Ele costuma mostrar-se aberto para conversas mais pessoais ou sobre a dinâmica do território e, eventualmente,

nos aponta meninos mais novos que ele identifica que se beneficiariam de um acompanhamento mais próximo.

Embora tenha sua inserção no mercado de trabalho, como controlador de acesso da ECo, por meio de um contrato terceirizado junto à Prefeitura Municipal de São Carlos, a circulação do jovem pelos espaços da cidade, externos a seu território de moradia, pouco se modificou. O que parece ter mudado são os motivos que o levam a estar mais no próprio bairro: do medo de ser confundido e tratado como bandido pelos policiais da cidade a estar mais no próprio bairro por escolha, por hoje lá se concentrarem sua moradia, suas relações, sua igreja e seu trabalho, as principais atividades de seu cotidiano.

5.3.2. Nayara

A caçula de cinco filhos do primeiro relacionamento da mãe, Nayara, relata ter sido criada pela irmã mais velha, com quem tem pouca diferença de idade: seis anos. Diz que a mãe colocou o pai fora de casa porque bebia muito e a agredia constantemente; refere lembrar-se pouco daquela época, pois era muito “novinha”. A mãe ficou a única responsável pela criação dos filhos e, embora contasse com ajuda do pai (avô materno), a quem a jovem se refere com ternura, passava a maior parte do tempo fora, trabalhando. Por esta razão, inclusive, Nayara era levada pela própria mãe e/ou pelos irmãos mais velhos para participar de projetos sociais que ofereciam atividades em contraturno escolar.

Ao mencionar o avô, Nayara conta que a casa dele era sempre cheia de tios e primos, com quem não se dava/dá muito bem – a jovem não se identifica com a família e não concorda com suas práticas de trabalho ilegal. Ela sonha²⁵ outras coisas para si, como terminar o ensino médio, cursar o

²⁵ Embora os sonhos da jovem se coloquem como reprodução de valores do sistema capitalista, evidenciando aspirações individuais e desejos de consumo, é necessário pensar que eles põem em tela a possibilidade de que uma jovem, aliada de acesso a diversos bens, serviços e experiências social, possa produzir para si outras perspectivas, ainda que emprestando-as de um projeto que, em princípio, não lhe seja próprio.

ensino superior e conseguir um “bom” trabalho; diz querer ser “alguém na vida”.

Com o toda a movimentação no quintal do avô, certa vez a polícia recebeu denúncia de tráfico ali, denúncia que, segundo ela, tinha fundamento, pois o tio que morava no mesmo quintal vendia drogas naquele espaço. Como era muito pequena, Nayara não sabe dizer o porquê, mas lembra que sua mãe acabou assumindo a “lojinha”, como se referem ao lugar de venda de drogas, temendo que o pai, idoso, fosse preso. De acordo com ela, essa era a informação passada pela polícia: como ninguém assumia a prática, o indiciado seria o dono do lugar, logo, seu avô. Por esta razão, a mãe de Nayara foi presa e ficou detida por cerca de cinco anos. Nesta época ela e os irmãos foram morar com um tio que não as tratava bem e, a irmã mais velha, cuidava dela constantemente, temendo algum tipo de abuso.

Ainda hoje a irmã é a maior referência para a jovem que, inclusive, até junho de 2018 morava com ela e os três sobrinhos, pois, segundo ela, as relações eram melhores do que com mãe, muito embora a irmã tenha assumido a venda de drogas no lugar do companheiro preso por tráfico. As relações com os outros irmãos são mais superficiais, mas Nayara faz questão de enfatizar o quanto ama os irmãos, apesar de “darem trabalho”. A exceção é o irmão mais velho, com quem passa meses sem conversar, pois, diz que ele não merece consideração, trata a todos de casa com brutalidade, desrespeito e violência, um dos motivos que a levou a deixar a casa da mãe para morar com a irmã.

Atualmente, aos 19 anos, Nayara mora com o namorado, em outro bairro. Alugaram uma casa juntos e ambos trabalham, ele como lavador de carros em um posto de gasolina e ela como auxiliar de dentista em uma clínica particular. Devido ao trabalho, em 2017 Nayara deixou o último ano do ensino médio antes de completá-lo. Naquela época trabalhava, estudava e começava a frequentar “baladas” - maneira como os jovens chamam as festas noturnas onde se reúnem para dançar, socializar e beber. Além disso, por trabalhar e ter que estudar à noite, teve que mudar de escola, pois a escola que frequentava não ofertava turmas no período noturno. Então, foi para uma

escola onde não tinha amigos e não se identificava com os colegas de turma, sentindo-se discriminada por ser do Jardim Gonzaga, visto que a escola era mais afastada de sua região de moradia.

A confluência de tais fatores fez com que Nayara deixasse a escola e continuasse somente com o trabalho de Jovem Aprendiz na Fundação Procon-SP²⁶. Ao final de 2017 mostrou-se bastante abatida ao ver as colegas de turma da primeira escola se formando e, no início de 2018, já sem trabalho, retornou à escola. No entanto, este fato durou cerca de dois meses, pois, segundo ela, a situação econômica da família a impeliu a procurar novo trabalho. Já na clínica odontológica, com uma jornada de 12 horas diárias, agora não conseguia aliar os estudos, independente do período que se matriculasse. Nayara diz se arrepender de ter parado os estudos, mas se mostra bastante otimista com a possibilidade de finalizar o ensino médio, projetando cursar supletivo em breve.

Segundo ela, sua história de vida, pelas coisas que viu acontecer, de alguma forma a prejudicaram, ou à sua família, desejando coisas diferentes para sua vida, como, por exemplo, se afastar do envolvimento com drogas, seja o uso ou a venda. Ela diz que por mais que tenha visto tios, primos e irmãos envolvidos com drogas, nunca viu nenhum deles bem na vida.

Sobre sua relação com os espaços públicos, as experiências que Nayara relata são de ampliação da circulação pela escola, através dos passeios que essa instituição organizava, e no tempo de trabalho no PROCON, quando sua circulação pela cidade mudou em função do local de trabalho (nas proximidades do centro da cidade).

Nayara frequentou com intensidade as oficinas por cerca de um ano. Participava ativamente das atividades propostas, inclusive dos planejamentos, chegando a ir algumas vezes para a UFSCar para este momento, ou trazendo sugestões quando estávamos reunidos na praça, espaço no qual também se sentia responsável pela manutenção, desempenhando a função de

²⁶ Instituição vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo e tem personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira. <http://www.procon.sp.gov.br/categoria.asp?id=1254>

organização do espaço das oficinas, ajudando a construir, coletivamente, regras para o bom convívio. Por este motivo, foi se tornando uma referência para as crianças que, em 2016, resolveram, no espaço da oficina, homenageá-la com uma festa surpresa na praça.

Sua referência também se evidenciava quando era procurada ou espontaneamente procurava uma prima de 15 anos para aconselhá-la a retomar os estudos e não ficar na dependência do companheiro. Nayara demonstrava-se preocupada com o envolvimento da prima em uma possível relação abusiva e a alarmava para as consequências que a mãe tinha sofrido pela relação com seu pai.

Reflexiva e questionadora, Nayara colocava sempre seu desejo de deixar aquele bairro, seu lugar de origem, entendendo-o como limitador de suas chances de vida, pelo preconceito com que é visto pelo restante da cidade e por não favorecer uma ampliação de seu repertório, algo que deseja.

5.3.3. Lipe

Lipe é natural de São Carlos. O mais velho de cinco irmãos. Tem 24 anos e por cinco anos trabalhou como açougueiro em um mercado da cidade. Atualmente encontra-se desempregado, fazendo alguns bicos de venda de produtos alimentícios que ele mesmo produz em companhia de uma tia.

Desde seu início na vida de trabalho, parte de seus ganhos são utilizados na compra de materiais de pintura que ele pratica como *hobby* nos tempos livres. O jovem relata que os materiais são muito caros, o que parece deixar o sonho de viver de sua arte, dando aulas de pintura em tela, em ateliê próprio, cada vez mais distante. Como Lipe não se apresenta abatido pela situação, é difícil saber, pela sua fala, se é um investimento deixado em segundo plano pelas urgências financeiras ou se é uma certa conformação às impossibilidades reais. De qualquer forma, os ganhos de Lipe nunca foram só para si, pois sempre colaborou com as despesas da família, investindo o restante em si próprio, no pagamento de academia e dieta para manter a

forma física. Conta que custeou a festa de 15 anos da irmã caçula, sendo responsável, também, pela produção artesanal do bolo e dos doces da festa.

Atualmente dois irmãos não moram com a família de Lipe, hoje constituída por mãe, pai, Lipe e os dois irmãos caçulas. O segundo irmão, depois de Lipe, casou-se e hoje mora com a esposa e um filho. A terceira, irmã, se sentia hostilizada pela família que não concordava com sua orientação sexual e, por isso, resolveu não os acompanhar quando, no final de 2018, foram contemplados pela Prefeitura Municipal com uma casa popular na região da Cidade Aracy. Lipe é evangélico e, embora não concorde com as escolhas da irmã, tenta mediar os conflitos, em geral protagonizados pelos pais. Lipe refere-se com muito carinho ao irmão casado e à mãe, dizendo se dar muito bem com ambos. A figura paterna quase não aparece nas suas falas, tampouco no espaço domiciliar onde realizei a entrevista.

O jovem relata que sempre gostou de desenhar e apresentava facilidade para esta atividade, mas nunca tinha tido oportunidade de desenvolver sua habilidade. Quando adolescente, em uma das oficinas do METUIA/UFSCar cuja proposta era reproduzir um desenho famoso, a equipe notou sua habilidade e agenciou sua entrada em curso de desenho oferecido por uma Oficina Cultural Municipal, em um programa da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo que realiza atividades gratuitas de formação e difusão cultural em diferentes linguagens artísticas, como por exemplo artes plásticas, audiovisual, dança, fotografia, entre outros²⁷. Posteriormente, o jovem foi convidado pela professora para receber aulas gratuitas de pintura em tela em seu ateliê e, dado seu talento, a artista plástica ofertou módulos de ensino de pintura para que Lipe pudesse ter elementos também para tornar-se professor da técnica. Os cursos lhe deram oportunidade de participar de exposições e concursos pelo próprio município e pelos municípios vizinhos, ampliando e diversificando sua circulação.

Outro espaço que Lipe acessou pela primeira vez via um projeto social foi a praia, lugar que foi na companhia dos colegas e da orientadora social do

²⁷ <https://www.oficinasulturais.org.br/institucional/>

PROJOVEM Adolescente - um programa voltado para os jovens de 15 a 17 anos, que vivem em situação de vulnerabilidade social, independentemente da renda familiar, ou que sejam pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família. Anos depois, Lipe voltou à praia com a família e, pelo seu relato, não pensaria/saberia dessa possibilidade não fosse a experimentação possibilitada pela participação no projeto.

Apesar de gostar muito de participar dos projetos sociais, Lipe teve que começar a trabalhar para ajudar a mãe com a manutenção da família; disse que nunca foi sua opção, mas também reconhece um certo “privilégio” ao poder entrar na vida de trabalho um pouco mais tarde que os colegas da mesma faixa etária daquela região, referindo, em outras palavras, a ampliação de sua moratória social (MELO, 2016).

A entrevista com Lipe foi feita em sua casa, onde me recebeu em um momento em que estava só, pois disse saber que precisava de silêncio para gravação do áudio. Quase ao fim da entrevista sua mãe chegou, me acolhendo e oferecendo café e demonstrando interesse pelo trabalho, fazendo perguntas e demonstrando prazer em receber visitas.

5.3.4. Priscila

Priscila, hoje com 28 anos, é mãe de dois meninos, um de seis anos e um de um ano e cinco meses. Mora com os dois filhos e o companheiro, com quem namora desde a adolescência sendo que ambos se encontram desempregados.

Priscila trabalhava como auxiliar de limpeza na extinta Unidade de Saúde da Família do Jardim Gonzaga (USF Gonzaga) que fechou quando ela estava em licença-maternidade do segundo filho. Quando retornou, foi alocada em distintos espaços pelas regiões vizinhas, mas logo foi, de vez, dispensada, o que não a pegou de surpresa visto que, segundo ela, seu contrato de trabalho não lhe oferecia garantias de estabilidade.

Priscila tem uma família grande. São oito irmãos, sendo três deles só por parte de pai, fruto de um segundo casamento. A dinâmica de separação dos pais, na sua adolescência, trouxe muitos conflitos familiares, motivo pelo qual, talvez, ela nunca o mencione. No entanto, por diversas vezes relatou conversas com a madrasta, em quem parece confiar. Apesar de extensa, sua rede social parece frágil e, em momentos anteriores, chegou a relatar que recorre às terapeutas ocupacionais do METUIA/UFSCar em situações cotidianas diversas como, por exemplo, convidando uma delas para ser madrinha de seu primeiro filho, outra delas para pedir ajuda na organização do chá de seu segundo bebê e até mesmo uma terceira em momento de dificuldades financeiras.

A relação com a mãe e as irmãs parece importante nas questões mais corriqueiras, como eventuais trocas de favores na busca das crianças na escola. No entanto, Priscila relata que as relações não são sólidas o bastante no que tange a oferecer suporte para os sonhos e projetos com os quais não concordam, como o desejo que Priscila relatava, ainda na adolescência, em estudar, enquanto a mãe achava que ela tinha que procurar emprego.

A jovem relata que, ao concluir o Ensino Médio, desejando ingressar na Universidade, não recebeu apoio algum da mãe que, pelo contrário, a desestimulava, lembrando a filha de suas necessidades objetivas de contribuir com o sustento da família. O mesmo aconteceu em relação ao desejo e à habilidade de Priscila em jogar futebol; quando tentava sair para jogar com os outros jovens, em geral meninos, a mãe a criticava.

Priscila era a melhor aluna da sala, e foi estimulada pela equipe METUIA/UFSCar a se inscrever no processo seletivo de ingresso à Universidade. Depois de muito esforço, investimento e até viagem para a prova, a não aprovação no vestibular a deixou desencorajada a tentar novamente. Hoje, a jovem não vê mais esse sonho como projeto plausível à sua vida e sua condição de mãe e, agora, projeta uma vida melhor para os filhos, não revelando mais sonhos no campo da formação em educação para si mesma.

A jovem apresenta-se muito consciente e crítica em relação às influências do tráfico sobre a dinâmica do bairro e a vida de seus moradores, sobretudo dos mais jovens e busca romper com essa influência sobre a vida de sua família e sobre o futuro que deseja a seus meninos.

5.3.5. Jaguar

Conheço Jaguar, hoje com 24 anos, desde 2007, das oficinas do METUIA que participava, como extensionista, ainda na graduação, no Centro Comunitário do Jardim Pacaembu. Jaguar é o segundo de sete filhos, sendo um já falecido. Mora com a companheira, o filho de quatro anos e as filhas gêmeas, recém-nascidas, em uma casa de quintal comum com o irmão mais velho, e de frente com a casa dos pais, onde também moram os dois caçulas: uma menina com seu companheiro e o filho de seis meses e um menino com sua companheira. Certa vez fui convidada, por sua companheira, a entrar na casa de Jaguar. Pude ver vários pássaros que ele cria para venda. Todos muito bem cuidados, porém uma prática ilegal. Ali se viam canários e outras várias espécies, que ele exibia com orgulho. A casa é simples, uma sala e cozinha integrados, e uma suíte. Tudo muito aconchegante e bem arrumado. A companheira relata que ele não gosta que ela faça nada antes que tudo esteja “no lugar”.

Na casa dos pais funciona uma “biqueira”, motivo pelo qual há um certo controle policial²⁸ e, eventualmente, algumas entradas compulsórias da polícia. Em uma destas ocasiões encontraram Jaguar em posse de alguma quantia de drogas e, por não ser a primeira ocasião, ele foi levado preso em junho de 2018 e, após julgamento e apelação do advogado, liberado em dezembro do mesmo ano. Atualmente, um dos irmãos está preso por tráfico, no entanto, até o final do ano de 2018, quatro dos sete irmãos estiveram

²⁸ Aqui faz-se distinção entre controle policial e entrada da polícia no domicílio. Toma-se a polícia de controle social, aquela que exerce poder sobre certos grupos sociais, em oposição a uma compreensão da polícia como prestadora de serviços aos cidadãos. Dessa forma, a polícia de controle social tem um campo de atuação mais restrito, “voltada para obrigações negativas. A polícia tem centrado suas ações somente nas obrigações negativas: prender, vistoriar, revistar, etc.” (BENGOCHEA et al., 2004, p. 122). Sob essa concepção, a entrada da polícia no domicílio, seria uma das dimensões de controle exercidas por esses profissionais.

nessa condição pelo mesmo motivo: todos os quatro, o que inclui Jaguar, desempenham desde a adolescência funções diversas na venda de drogas, “cuidando dos negócios da família”. A mãe coordena tudo e o pai não se envolve, pois disse que quando o fez percebeu que o dinheiro era “amaldiçoado”, que não rendia e que hoje, mesmo ganhando pouco na lavoura, sente que o dinheiro rende muito mais.

Os irmãos e os pais são relativamente unidos, mas há constantes brigas entre as cunhadas, geralmente envolvendo empréstimo de dinheiro e/ou palpites na criação dos filhos umas das outras, razão pela qual também todas reclamam da sogra; dizem, inclusive, que todas já sofreram episódio de violência doméstica, e que a sogra reforça a atitude dos filhos, dizendo que elas precisam respeitá-los.

A relação de Jaguar com a companheira é um tanto intensa, ou estão muito juntos, ou estão sem se falar. Nunca há meio-termo e, em geral, as brigas ocorrem por ciúmes dele. As demonstrações de afeto e cuidado não são tão coerentes com certos padrões pré-estabelecidos e não raro vê-se o filho levando tapas ou gritos, por exemplo, para protegê-lo da rua e dos carros, quando ele sai correndo, mesmo depois de ter sido instruído a não o fazer.

A entrevista com Jaguar foi feita na calçada, em frente à sua casa. O jovem apresenta-se mais retraído que os demais participantes, não sendo muito comum que se envolva em longas conversas, embora mantenha os diálogos fornecendo resposta a tudo, de forma breve e direta. Apesar dessas características, mostra-se muito empolgado sempre que o assunto são as memórias da adolescência e sua participação nos projetos. O jovem conta com orgulho que a equipe METUIA/UFSCar sempre o procura para entrevistas, e que é ele quem sempre ajuda. Gosta de se colocar nesse lugar de importante colaborador e, de fato, o é.

Jaguar tem experiências singulares na adolescência, que passam pelo cumprimento de medidas socioeducativas, por ato infracional ligado ao porte de drogas, e agressões policiais dentro do próprio domicílio (BORBA, 2012),

sendo que, em uma delas, chegou a ponto de convulsionar. Ele, como todos os irmãos, não concluiu os estudos e, quando questionado, disse que notou que os estudos não eram para ele. Disse que gosta mesmo é de pipa e relembra com orgulho quantas e quantas vezes contribuiu com as oficinas ofertadas pelo METUIA, na qualidade de instrutor, ensinando as “donas” e a “molecada” a fazer pipas. Hoje, relata começar a ensinar o próprio filho a soltar pipas, atividade que permanece em seu cotidiano, diferente do futebol que apreciava e jogava muito na adolescência, mas hoje não realiza a atividade em função das atribuições com o trabalho e a família.

6. CAMINHOS DE DIÁLOGOS E REFLEXÕES: TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL, JUVENTUDES E ESPAÇOS PÚBLICOS

A visão simplificada diria: a parte está no todo. A visão complexa diz: não só a parte está no todo; o todo está no interior da parte que está no interior do todo! (MORIN, 2007, p. 88.²⁹)

Esta seção se centra no entendimento que o conceito de espaço público pode ser mais que um conceito abstrato, filosófico; parte-se da hipótese de que encontra possibilidade de efetivação, isto é, pode ser um elemento norteador de uma ação técnica³⁰. Para essa discussão optou-se por seguir as mesmas categorias postas no capítulo teórico sobre espaço público, buscando, a partir da divisão dos elementos que o compõem, na apreensão de Hannah Arendt (2005), analisar os dados de campo desta pesquisa de forma a refletir e discutir sobre a prática em terapia ocupacional social e se esta, de alguma forma, contribui para a efetivação de cada um dos aspectos constituintes do espaço público.

Na construção coletiva das múltiplas experiências que esta pesquisa se insere, foca-se aqui nas ações em terapia ocupacional social a partir do trabalho realizado em um praça pública, Importa, entretanto, reconhecer que o trabalho na praça é apenas uma entre as tantas práticas desenvolvidas pelo METUIA/UFSCar naquela região, e que, como as demais, carrega consigo, acredita-se, a possibilidade de retratar os pressupostos teóricos-

²⁹ Este texto faz parte do tomo *The Generation of Scientific, Administrative Knowledge*, editado por Michel Audet e Jean-Louis Maloin, Presses de l'Université Laval, Quebec, 1986, p. 135-154. Tradução disponível em <https://teoriadacomplexidade.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Complexidade-e-a-Empresa.pdf>. Acesso em setembro de 2018.

³⁰ Pensar a aplicabilidade de um discurso filosófico pode ser considerado um risco acadêmico. Ocorre que não é proposta de Arendt estabelecer conceitos ou mesmo pensar em atividades profissionais que neles se embasem e/ou que com eles se relacionem, antes, a proposta da autora é a compreensão teórica e indissociável sobre a natureza do espaço público. Portanto, reconhece-se que a proposta aqui aplicada pode incorrer numa fragilidade; entretanto, pode, também, contribuir na proposição de novos léxicos para a área da terapia ocupacional, emprestando elementos para análise e discussão no que se refere à sua produção teórico-prática, por isso tomou-se a liberdade de “dividir” a noção de espaço público de Arendt, conforme proposto previamente por outros autores, buscando o fomento de uma leitura de uma determinada realidade.

metodológicos do grupo. Utilizar o espaço da praça como fonte para coleta de dados desvela uma estratégia de pesquisa, e não uma sobreposição valorativa do espaço de prática sobre os demais. Toma-se a praça à semelhança da imagem de um fractal³¹, como um floco de neve que, apesar de único, replica uma estrutura comum. A partir desta metáfora entende-se que, apesar das especificidades referentes aos espaços e tempos de desenvolvimento de cada prática, a sua proposição carrega consigo aspectos comuns, que se repetem em termos de constituição teórica e metodológica.

Em auxílio à discussão se esses aspectos comuns podem ser tomados à luz de Arendt (2007), apresenta-se nesta seção cenas, falas e reflexões que emergiram do campo de prática, buscando dispor evidências dentro de cada unidade, articulando-as com os referenciais teóricos e pressupostos que norteiam a pesquisa.

6.1. A produção de visibilidades pelo trabalho técnico em terapia ocupacional social



Imagem 4 – Visita com os jovens ao Parque Ecológico (acervo METUIA/UFSCar).

³¹ Forma geométrica que se autorrepete dentro de si própria e parece sempre igual, independentemente da ampliação da imagem (MICHAELIS, 2018). Para resumir, fractal é uma figura geométrica n-dimensional com uma estrutura complexa e pormenorizada em qualquer escala. Os fractais são auto-similares e independentes em escala, ou seja, cada pequena seção de um fractal pode ser vista como uma “réplica” em tamanho menor de todo o fractal. Isso significa que podemos recorrer a um padrão dentro de outro padrão e assim por diante, partindo da complexidade maior do todo (PENA; 2004, p.84).

Pensar o reconhecimento social de um grupo a partir da leitura de Hannah Arendt (2007) leva-nos a uma questão quase tautológica: para que um grupo seja reconhecido no espaço público, ou tenha reconhecido seu potencial de ação, é pressuposto que esteja visível/aparente no espaço público. A partir do processo histórico de construção social das juventudes toma-se a questão da visibilidade no espaço público sob uma complexidade ainda maior. Afinal, a visibilidade ainda preponderante em relação às juventudes centra-se na sua associação a problemas e outros aspectos negativos. A chegada desse grupo na cena pública se dá, primeiro, não pela admissão de seu potencial de contribuição com a vida pública, mas com o desejo de controlar suas intervenções sobre esse espaço. É dessa visibilidade que trata Arendt (2007). Em uma apreensão político filosófica, relaciona a visibilidade dos sujeitos, no espaço público, com a possibilidade desses sujeitos participarem na/da vida pública, coletiva, inclusive compondo a tomada de decisões concernentes a essa dimensão da vida. Fazendo uma associação com a temática da juventude, é possível identificar que a visibilidade política das juventudes é ainda pouco efetivada, ou seja, se tem pouco reconhecida como legítima a sua participação, assim como é frágil o entendimento como um grupo com potencial de contribuição para a vida coletiva. Essa realidade é ainda mais plausível de problematizações ao se tomar a juventude pobre como objeto da reflexão, afinal, como destaca Scherer (2014), o estigma que a pobreza lança sobre os sujeitos os coloca em invisibilidade porque o esmaga e anula. “Desse modo os adolescentes pobres ainda continuam a ocupar um não-lugar social que só se torna visível pela “ameaça” ou pelo “risco” provocados na sociedade” (SPOSITO; SILVA; SOUZA, 2006, p. 256).

esse processo de invisibilidade pode afetar todas as classes sociais, assim como todas as juventudes. No entanto, a juventude pobre mostra-se como a juventude mais afetada pelos processos de invisibilização, uma vez que aos pobres são atribuídos certos rótulos que normalmente não são postos nos rostos das juventudes de classe alta, que têm poder de compra e, por isso, possuem maior

status em uma sociedade guiada por processos econômicos (SCHERER, 2014, s/p).

Partindo desse pano de fundo, entende-se que a escolha por trabalhar com esse público - a juventude pobre -, de certa forma já produz uma possibilidade de aparência na cena pública. Ser projetado para/no espaço público pela vertente institucional da Universidade Pública é, por conseguinte, ter admitida sua relevância social para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, para o deslocamento de recursos financeiros diretos e indiretos para a consecução de propostas, buscando, ainda que indiretamente, a participação desse grupo na agenda pública. A partir da ação-reflexão acadêmico-científica envolvendo esse grupo desdobram-se possibilidades de, inclusive, promover outras construções acerca desse público, tensionando a perspectiva da vítima e/ou do vilão social, para a produção de outras visibilidades, não negativas socialmente.

Este processo é também observado no próprio bairro, pelos seus moradores, como quando, depois de meses realizando o trabalho do METUIA/UFSCar com jovens na praça, Véio, verbalizou: “*Que bom, né, que tem chegado mais gente... eles precisam... os jovens aqui não têm nada para eles*”. Por simples que pareça essa validação do trabalho por parte de um morador adulto, há uma relevância nesse seu dizer. Para entendê-la, é preciso contextualizar que há uma tendência na comunidade em associar o trabalho de todo e qualquer projeto social às crianças. Logo, ao projetar suas ações para os “mais novos” - forma de se entender a juventude -, espera-se, quase que automaticamente, que a criança seja a prioridade. Essa fala de Véio legitima a existência de ações que tomem as juventudes como protagonista, ao mesmo tempo que revela uma mudança de percepção. Meses antes, esse mesmo morador, aproximando-se da pesquisadora disse que era importante tomar as crianças como foco trabalho pois “*a moçada não quer nada com nada... só quer saber de droga. Então, a gente tem que se preocupar com aqueles que ainda têm chance*” (Véio, morador).

A mudança evidenciada por meio de suas falas remete a um aspecto da visibilidade trazida por Arendt (2007): a conquista da licença para existir.

Para a autora isso só acontece quando o outro é reconhecido como importante, com possibilidade de comunicar questões relevantes, demonstrando potencial de participar/colaborar com a produção da vida coletiva. Ainda que não explicitado em palavras, Véio traz esse reconhecimento da importância da juventude ao admitir a relevância do trabalho desenvolvido junto a esse grupo. Inclusive ele próprio, sempre que tem oportunidade, convida os jovens para estar nas oficinas e nos procura para partilhar a “indicação” de alguns que, na compreensão dele, precisam de maior atenção (é comum ele dizer de jovens, sobretudo meninas, envolvidas com uso significativo de drogas, com envolvimento com o tráfico, ou ainda e situação de conflito familiar e gravidez dita precoce – em geral ele assume uma figura paterna, chegando, inclusive, a chamar a(o)s jovens de “filha(o)”).

No entanto, o que se quer aqui não é apresentar uma mudança de visão por parte de um morador, mas, a partir deste exemplo, discutir o potencial da ação técnica do terapeuta ocupacional em visibilizar, de maneira positiva, os públicos com os quais trabalha. O mesmo é trazido como percepção por Almeida et al. (2015), quando da apresentação e discussão de referências conceituais e práticas de um projeto de extensão, concluem que o trabalho desenvolvido pode “contribuir, decisivamente, para a inclusão de referências positivas na esfera das representações sociais sobre a juventude” (ALMEIDA et al., 2015, p. 869).

Acredita-se que o trabalho técnico possibilita dar visibilidade a questões que, de outra forma, talvez permanecessem mais na esfera privada, atribuída a escolhas dos sujeitos e, de igual modo, delegadas aos sujeitos as “consequências”. Não se trata apenas de lançar luz sobre a juventude como grupo social e suas demandas, trata-se de reconhecer e tensionar a discussão de quem e do que cabe no espaço público, no espaço da vida comum e coletiva. No entanto, levar essas discussões acerca das demandas sociais ligadas às vivências juvenis para espaços de interlocução com o poder público permanece como desafio. De acordo com a percepção de Nayara, durante a entrevista, ao ser questionada sobre os impactos que os projetos sociais podem ter, responde:

Acho que pode fortalecer acima de tudo a atenção das autoridades... Digamos assim, o olhar deles pros jovens, e ver que eles vão além de um bairro, que eles vão além de uma raça.

O que foi narrado por Nayara pode ser exemplificado pelo evento no início do ano de 2018, quando a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, reafirmando a parceria existente com o METUIA/UFSCar desde o início dos anos 2000, solicitou auxílio para pensar atividades de convivência com jovens no espaço da Estação Comunitária. Destaca-se que, até então, a Secretaria vinha realizando, naquele espaço, quase que exclusivamente, ações direcionadas à infância, sobretudo na perspectiva da convivência. Diz-se quase que exclusivamente porque, o que fugia a essa lógica, eram algumas poucas ações voltadas ao estímulo à convivência de mulheres adultas.

Além da colocação da temática das juventudes no espaço público com vistas a promover seu (re)conhecimento e/ou ressignificação, pauta-se também que o trabalho da terapia ocupacional social vem buscando projetar o próprio jovem para esse espaço, a partir do fomento a encontros presenciais para convivência e debate de temáticas de relevância social. A partir de Almeida et al. (2015) tem-se que o fomento de atividades que envolvam diferentes atores sociais é uma das estratégias das quais os terapeutas ocupacionais podem lançar mão a fim de favorecer abertura de possibilidades de comunicação e intercâmbio entre os sujeitos. Para as autoras (ALMEIDA et al., 2015), a efetivação de encontros entre os diferentes atores pode, ainda, favorecer com que eles protagonizem ações com valor social e, assim, possam desestabilizar concepções cristalizadas de si, por outros grupos, sobre si. Ou seja, a promoção de encontros entre diferentes grupos pode gerar oportunidades de reelaboração crítica sobre os sujeitos, seus interesses e também suas ações. Desta perspectiva, o fomento à convivência e à sociabilidade são, também, para além de um fim, um meio para se chegar a objetivos mais amplos da ação técnica em terapia ocupacional social.

A estratégia de promover encontros e convivência pode ser utilizada para dar visibilidade a uma potência daquele grupo populacional para a ação autônoma, pois, hegemonicamente se tem construído uma visão que

desqualifica as juventudes (ALMEIDA et al., 2015). Partindo dessa leitura, pode-se dizer que as oficinas realizadas pelo METUIA/UFSCar têm potencial para gerar processos que se contraponham àqueles de invisibilidade e/ou segregação e/ou isolamento social dos grupos e dos sujeitos que os compõem, à medida que se coloca a tarefa de promover espaços de participação democrática e que ampliem a rede de sociabilidades e possibilidades de jovens pobres (LOPES et al., 2012).

Sabendo que é na interação entre os diversos atores sociais que se fazem possíveis a participação democrática e a ampliação das redes de sociabilidade, pensa-se que o enfrentamento à restrição histórica do jovem pobre à invisibilidade social e ao enclausuramento aos espaços da vida privada são também um movimento a ser tomado pela terapia ocupacional social. O fomento à chegada de diferentes sujeitos ao espaço das oficinas, pelos convites e/ou pelo acolhimento a quem quer que chegasse naquele lugar, evidenciou que há grupos ainda mais vulneráveis, sobre os quais se lançam com maior força marcadores sociais da diferença como, por exemplo, o gênero.

Durante o período em que se deu a objetivação participante das oficinas na praça notou-se que, em geral³², as mulheres se achegavam ao espaço perto do horário das oficinas e se retiravam da praça quando nos despedíamos, ao término delas. Em certa ocasião cheguei a questionar se não ficavam ali quando não estávamos, e uma das jovens, casada e com filho pequeno, disse que não, alegando que não havia nada a se fazer ali. Acredita-se que esse deslocamento até a praça fosse motivado pelos vínculos criados, mas também pela qualificação das propostas levadas para aquele local, uma vez que o direcionamento que se tem para o trabalho é que sejam propostas atividades de interesse dos sujeitos participantes (LOPES et al., 2014).

³² Digo “em geral” porque é importante salientar que a praça e diversos usos dela já eram realidade quando da nossa chegada. Assim, a frequência de mulheres para outras atividades que em nada se relacionavam com a oficinas, como a venda e/ou consumo de drogas, se manteve.

A produção de visibilidade aos jovens frequentadores das oficinas também parece estar ligada à sua maior facilidade de chegada nos espaços territoriais informais como a praça pública. Com isso, ganha relevância o uso dos espaços territoriais, como lócus da intervenção, para além de seus equipamentos socioassistenciais como a escola, ou o Centro da Juventude como vimos utilizando.

Estar fora da referência do espaço físico de uma instituição formal, seja pela falta de proteção decorrente da exposição às condições climáticas, seja pela falta da identidade que vem associada, dificultam o cotidiano de trabalho, e por vezes “borram” as fronteiras entre as relações pessoais e técnicas, ou a compreensão de tais limites. Da mesma maneira, já nos foi solicitado que avisasse a alguns jovens que estava “moiado”, expressão que utilizam para avisar aos colegas responsáveis pela venda de drogas que a polícia está no bairro; também já presenciamos situações em que, pelo mesmo motivo, alguns jovens chegaram, apressados, para participar das atividades oferecidas nas oficinas, fazendo de nossa presença um álibi³³ para aqueles que estão envolvidos no tráfico.

Por outro lado, parece haver favorecimento para a criação de novas configurações da prática profissional, justamente por não se responder somente a um enquadre pré-estabelecido na composição de um serviço. Nessa direção, pauta-se, por exemplo, o encontro com questões ambientais, cujo contato se deu pelo trabalho territorial, na praça, onde se depara com um processo de erosão³⁴ que avança sobre o espaço onde são realizadas as oficinas e, em resposta, tem-se proposto atividades com vistas ao enfrentamento da situação de degradação do espaço e sua revitalização. Se por um lado o espaço territorial está ligado à colocação de demandas e

³³ Nessa situação, a dinâmica da Oficina se manteve normalmente, mas foi sinalizado o objetivo da ação, bem como os períodos em que o trabalho era realizado ali, para poderem estar também de outra maneira e/ou em outros momentos.

³⁴ A faixa de terra que correspondente à praça, estando situada entre a área verde, ao fundo, o “Buracão”, e avenida à frente, segundo os moradores tem se estreitado ao longo do tempo, com a retirada de vegetação e o acúmulo de dejetos domésticos.

contornos à ação do terapeuta ocupacional, por outro, é nele que também se apresentam as principais estratégias e recursos para seu equacionamento.

O território orienta a prática do técnico sob dois aspectos distintos: impondo limites objetivos como a possibilidade de acesso a certos espaços e equipamentos, mas também sobre a vertente das representações simbólicas e subjetivas, entendendo que é pelo território e suas influências que se confere sentido aos desejos de muitos jovens, pois é também pelo território que o acesso certas experiências se torna factível. Um exemplo destes limites objetivos pode ser ilustrado pelo seguinte registro do diário de campo:

Na semana seguinte, assim que chegamos no bairro notamos que havia algo diferente: poucas pessoas pelas ruas; as que passavam, seguiam rapidamente, cabisbaixos. Encontrando uma moradora, contratada pela Secretaria de Cidadania e Assistência Social (SCMAS) para o cuidado da Estação Comunitária do Gonzaga (ECO), perguntamos o que houve e ela, bastante emocionada, respondeu que perderam “um grande amigo”. Mais tarde vim a saber que esse amigo era Di, membro do PCC e dono de vários pontos de venda de drogas pelo bairro. Segundo me contaram, Di era jovem e há tempos lutava contra um câncer. Não o conheci, já que ele não morava mais no bairro, mas os moradores seguiam contando como, apesar de ter saído dali, ainda se preocupava muito com o Jardim Gonzaga, ajudando as pessoas.

Rapidamente se iniciou um movimento de sinalização da morte do companheiro: muitas pessoas passaram a subir nos postes e amarrar tiras de tecido preto. Dessa forma as pessoas podiam ser avisadas, inclusive antes mesmo de chegar ao bairro, que a venda de drogas não iria acontecer naquele dia. Afinal, chegou um “salve”³⁵ dizendo a todos que o trabalho deveria parar.

A suspensão dos trabalhos foram palavras lançadas ao ar, por pessoas que eu desconhecia, levadas ao bairro para ajudar com os encaminhamentos relacionados à morte de Di. Os jovens depois me disseram se tratar de “irmãos” de outras localidades, ou seja, membros do PCC de outros bairros. Fiquei tentando entender se a “ordem” era também para nossa equipe. Na dúvida, resolvi confirmar, temendo dar continuidade às intervenções e ser interpretada como desrespeito ao luto e/ou ao falecido.

Disseram que iam conversar e retornavam. Cerca de 10 minutos depois, a pessoa questionada retornou dizendo que “a dona” não tinha que parar, não; que sabiam que não estava ali de brincadeira, que não recebiam nenhum tipo de investimento externo, que ninguém se interessava pelo bairro, nem por suas crianças e demais moradores e que, frente àquilo, achavam que o trabalho tinha, sim, que continuar.

³⁵ “Salve”, segundo a linguagem local é uma ordem, podendo também ser uma saudação, um “oi” em um contexto mais corriqueiro.

Foi um momento bastante confuso entre o que é o reconhecimento e a legitimação do trabalho por aquelas pessoas e o que é o controle de um poder paralelo que, ainda que indiretamente, incide sobre ele.

Continuamos ali naquela tarde em que, praticamente, ninguém chegou à praça, voltando nossas intervenções àqueles que já estavam ali por ocasião do trabalho de venda de drogas, já que naquele dia o seu trabalho foi suspenso. Os jovens ali nos contaram sobre o provável velório no espaço da ECo, o que é bastante comum quando se trata de uma figura de projeção no bairro. Tudo é arranjado entre os próprios moradores, sem nenhuma articulação com a Prefeitura pois, “eles que mandam”, consideram o equipamento deles (segundo a fala dos jovens participantes das oficinas). Essa discussão levou também a uma conversa sobre os usos mais privados dos espaços públicos, como as “assembleias” do PCC que costumam acontecer, periodicamente, naquele mesmo local. As reuniões acontecem para organizar a dinâmica entre os membros, mas também como uma espécie de “tribunal” para quando há alguma contravenção envolvendo moradores do bairro. A “sentença” é dada de forma coletiva e, às vezes é dado à pessoa lesada a possibilidade de revidar, por exemplo, com violência física. Parece que essas vivências tão singulares vão favorecendo a construção de referenciais muito próprios por parte daqueles sujeitos e, talvez por isso, inclusive, manifestem tanto descrédito dos meios formais e institucionais para tratar de certas questões.

Com este relato, um dos usos do território – pelo poder paralelo do tráfico (FELTRAN, 2008) - emergiu como um atravessamento objetivo ao trabalho, à medida que as iniciativas vinculadas ao território dependiam de decisões tomadas por um grupo específico. Nessa direção é importante destacar que, apesar do território ser um elemento-chave para as ações de planejamento e levantamento de ações/atividades possíveis e interessantes, ele é também, por vezes, um elemento que se impõe sobre a dinâmica planejada, exigindo sua reestruturação.

Vale destacar a possibilidade de entendimento do tráfico de drogas na demarcação de uma cultura local. Para além de uma atividade produtiva, o tráfico vem se constituindo como um organizador central da vida das comunidades onde se faz mais presente e, por conseguinte, em referência de sua sociabilidade (MALVASI, 2012; JOVCHELOVITCH, 2013).

A despeito das diferenças contextuais que particularizam o cotidiano de uma ou outra comunidade, Picanço e Lopes (2016) destacam que, em torno do tráfico de drogas, existe uma rotinização de comportamentos e padrões de interações interpessoais por meio dos quais os sujeitos (individuais e

coletivos) produzem as suas práticas e relações sociais de diversas naturezas. Segundo Jovchelovitch (2013, p. 45-46),

o tráfico de drogas afeta indiscriminadamente a totalidade das comunidades das favelas, funcionando como um dos mais importantes organizadores da sociabilidade subterrânea³⁶. Sua presença possui poder institucional, oferecendo um sistema paralelo de normas e de códigos comportamentais, bem como uma trajetória de trabalho e de “desenvolvimento profissional”. O narcotráfico regula, permite, interdita e comanda a vida de crianças, jovens, homens e mulheres na favela, o que explica e dá origem à expressão “dono do morro”. Ao mesmo tempo, a violência que produz cria uma ecologia psicossocial marcada pelo perigo e pela morte fácil, uma exposição constante a armas de fogo e a formação de uma cultura em que a força bruta e a criminalidade se tornam naturais. Como uma cultura predominante, que se soma à ausência crônica do Estado e dos seus serviços, o narcotráfico institui nos territórios da favela a dura realidade de uma sociedade sem Estado, na qual direitos, responsabilidades e padrões de sociabilidade carecem de um marco legal e normativo.

Ao compreender que o tráfico de drogas tem valores próprios os quais impõem a quem partilha o mesmo espaço territorial, entende-se a sobreposição de interesses próprios sobre os interesses coletivos, em um movimento de privatização dos espaços públicos. Além dessa imposição mais simbólica, o uso de espaços comuns para a realização de comércio não deixa de ser uma outra nuance desse processo de privatização. Para Laurentino (2006), todos aqueles que usam o espaço público como possibilidade da venda de produtos, serviços como é o caso dos ambulantes, prostitutas, flanelinhas e artistas, entre outros possíveis exemplos de pessoas para quem o espaço público assume, prioritariamente, valor de troca porque permite e

³⁶ “denominam-se sociabilidades subterrâneas as formas de vida social que se tornam invisíveis aos olhos da sociedade por conta de barreiras geográficas, econômicas, simbólicas, comportamentais e culturais. A natureza oculta dessas sociabilidades é socialmente construída por representações dominantes pelo controle institucional, pela exclusão social e por mecanismos psicossociais, como a negação das condições e dos padrões de vida de outros. Historicamente associadas à violência, à exclusão e à marginalidade, essas sociabilidades são frequentemente trazidas à tona por erupções que envolvem comportamentos violentos e/ou criminosos” (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 21-22).

viabiliza a venda e circulação de mercadorias e capitais. À medida que o espaço público é fundamental na circulação de produtos, dinheiro, serviços etc, o valor de troca se impõe ao valor de uso de espaços que deveriam ser de apropriação de todos e, assim, o que é do universo do privado se sobrepõe aquilo que é do interesse coletivo, público.

Apesar de identificar a incidência do tráfico e a reprodução de sua lógica machista e privatizante sobre diferentes espaços de socialização do território, se reconhece que há uma complexa trama social, econômica, cultural e relacional que o envolve, aspectos que, embora pudessem enriquecer muito esta pesquisa no âmbito de sua discussão, não coube nos tempos e/ou em seus objetivos. Por isso, apesar da reconhecida relevância do tráfico de drogas na composição do território estudado, esta temática não foi tratada de forma aprofundada nesta tese. Na proposição do trabalho territorial e comunitário não apenas o tráfico, mas diversos outros fatores se projetam sobre o trabalho técnico nas dinâmicas que se tecem na vida cotidiana. Um exemplo nesta direção se deu por ocasião de outra morte no território:

Fomos ao Jardim Gonzaga, como fazíamos costumeiramente, para realização de mais uma oficina na praça. Estranhamos a quietude do bairro e, nos dirigindo à Estação Comunitária para uso dos bebedouros, descobrimos a verdadeira razão: a Corintiana, importante figura de referência no bairro, por seu carisma e por ter sido uma das primeiras moradoras, havia falecido, aos 68 anos.

Solteira, tinha chegado da Bahia a São Carlos na década de 1980, com os filhos ainda pequenos. Vendia salgados para sustentar a casa até que, com o tempo, abriu um bar na rua principal do bairro. Seu negócio era motivo de muito orgulho, assim como sua independência para conseguí-lo, questões frequentemente trazidas oralmente nas conversas com ela.

Pelo ocorrido, não houve oficina. Fomos ao velório para sua despedida. Ela teve diversas contribuições para o trabalho do METUIA/UFSCar ao longo dessa última década, participando do resgate da história e das memórias coletivas do bairro, e também sinalizando meninos que, segundo ela, “precisavam de atenção”, maneira como ela chamava os Acompanhamentos Singulares e Territoriais.

Ao chegarmos ao bairro, os transportes já tinham saído e, assim, ficamos dependentes do transporte coletivo do próprio município. A enorme dificuldade para conseguir um ônibus e deixar o bairro – processo que durou cerca de 1h30, foi/vai evidenciando arranjos de segregação espacial legitimados, inclusive pelo poder público, pois, apesar de tratar-se de um bairro perto da região central, como retratado por Souza (2010) e Borba (2012), é de difícil acesso por transporte público.

A questão da segregação fica ainda mais evidente quando, após o grande atraso, chegamos ao lugar do sepultamento, o qual já havia iniciado. Atravessamos correndo o cemitério alocado em uma das principais entradas da cidade, notando como o cenário foi mudando drasticamente, à medida que fomos adentrando o espaço e nos dirigindo aos fundos, onde se encontrava o jazigo da família, lugar de enterro dos mais pobres. Essa percepção vem ao encontro do colocado por Santos e Rio (2017) que, após a análise da distribuição espacial de túmulos em um cemitério no interior do estado de Goiás, concluem que em determinadas regiões na entrada e em corredores centrais ocorre uma concentração dos túmulos de classes de mais alta renda. Essa distinção social fazia-se evidente pelos túmulos e capelas, pela deposição renovada de flores, pelas opulentas esculturas de anjos postas a guardar as sepulturas e, sobretudo, pelos materiais utilizados, como bronze e mármore. Para os autores, as relações entre a organizações do espaço do cemitério e o espaço urbano são estreitas indo do arranjo espacial e a organização por endereços, lotes e divisão em quadras a distintos “valores imobiliários” (SANTOS; RIO, 2017, p. 01).

O espaço da Coríntiana, como ela, era simples, num amplo gramado onde a divisão entre os túmulos era mais sutil, sem construções verticais, e sinalizadas por plaquinhas singelas. De fato, como destacam Santos e Rio (2017, p. 01), “a organização espacial do cemitério reflete a organização da sociedade e, por conseguinte a do espaço urbano”.

A segregação sócioespacial inclusive no cemitério, que foi se evidenciando a mim naquele dia, despertou para a retomada de reflexões acerca do espaço territorial e seu “poder” sobre a vida (e a morte) das pessoas, conformando seus acessos, pertencimentos e possibilidades de vida e, novamente, de morte.

A organização social se evidencia sobre a organização territorial da cidade, de forma geral, e também dos usos que se fazem dela, explicitando, inclusive, as desigualdades sociais. A situação do sepultamento acima descrito parece explicitar a existência de condicionantes sociais para acessos e usos que se fazem do espaço territorial-social, numa interlocução que abriga não apenas as questões objetivas relativas ao território, mas também as subjetividades envolvidas em sua produção e reprodução, bem como de seus modos de vida.

Parece que a maneira dos sujeitos se moverem pelo território passa não apenas pelas suas possibilidades materiais de existência, como recursos financeiros, por exemplo, mas também pelo ocupar um lugar social, um território existencial, produzido, inclusive, a partir dessas condições materiais. Nessa direção, as subjetividades, tanto quanto os aspectos objetivos produzem atravessamentos sobre a experiência das oficinas:

Enquanto conversávamos, notamos um movimento muito grande da polícia pelo bairro; chegou, então, a notícia que um dos principais mercados do entorno havia sido roubado e a polícia procurava por suspeitos. Os moradores se queixaram do estigma em torno do bairro, dizendo que tudo de errado que acontece pela cidade é como se fosse culpa deles; em partes, admitiram que isso tem razão de ser pois referiram que, por muitas vezes, aqueles que cometeram os crimes acabam fugindo mesmo para o bairro, reforçando ainda mais esse rótulo de periculosidade entre os moradores.

Alguns se queixam e outros gostam de ostentar a “vida loka”, como chamam o modo de vida, de muitas formas, ilegal, como quando um dos jovens moradores, que se auto intitula “Sinistro”, mesmo em frente à polícia, gritou “moôô!”, avisando aos vendedores de droga sobre a presença da polícia. O que talvez já tenha sido um código “secreto”, hoje é entendido por todos que circulam por ali (inclusive pela polícia). Aquela postura do jovem era um tanto desafiadora ao poder policial, tanto que sua companheira e várias outras pessoas disseram que ele estava louco. Nada foi feito e foi nessa expectativa que ele deu o grito, pois a nossa presença, de certa forma, parece protegê-los da violência física. “Eles não vão vir aqui porque sabem o que vocês estão fazendo!” (Sinistro³⁷, morador).

Sobre esse assunto é interessante, primeiro, notar que o trabalho de caráter mais territorial e comunitário parece deixar menos evidente aos sujeitos envolvidos, ou com quem se realiza a intervenção, os objetivos, propostas e limites da prática. Pensa-se que, apesar de essa ser sempre uma construção necessária com o outro, independente da subárea ou espaço da intervenção em terapia ocupacional, entende-se que ao projetar suas intervenções, em geral para espaços institucionais, o profissional já encontra mais delineado, nos/pelos espaços de trabalho, as demandas para suas intervenções. O espaço institucional parece delinear com mais clareza as demandas, o público-alvo, e os demais aspectos implicados na ação técnica. Por outro lado, a ação no território, em espaços informais, com a exclusiva institucionalidade que carregamos da/pela Universidade, deixa esses limites mais fluidos, pois, como já visto, partem das dinâmicas desse território e a elas estão sujeitas.

Exemplos nessa direção passam pelas inúmeras vezes em que a equipe foi solicitada a “olhar” alguma criança enquanto a mãe corria “ali, rapidinho, pra resolver umas coisas” (Loira, moradora). Aquelas mães,

³⁷ Os nomes dos moradores foram alterados de forma a não os identificar; no entanto, foram utilizados o segundo nome ou expressões muito utilizadas por eles, de forma que pudesse ser mantida sua personalidade.

geralmente total e exclusivamente responsáveis pelo cuidado dos filhos, reconhecerem nos terapeutas ocupacionais alguém confiável o suficiente para entregar a criança enquanto ela organiza a vida, parece ser a declaração de um vínculo constituinte de sua rede social de suporte, embora não se nomeie ali dessa forma.

No entanto, a equipe pôde, ainda, presenciar pedidos para que a pesquisadora comprasse um botijão de gás para um morador que não participava das oficinas, e até mesmo insinuações de que, por vezes, as oficinas estavam esvaziadas porque faltava o “estímulo” da comida. Essas situações trazem elementos para pensar também a construção daquele território na relação histórica com os projetos sociais, muitas vezes de cunho assistencialista.

Pelo recorte da pobreza e da vulnerabilidade, diversos projetos iniciaram práticas naquele território no início dos anos 2000 (LOPES et al., 2008), inclusive aqueles que não eram pensados na/pela Universidade. Com isso, na perspectiva da discriminação positiva³⁸ de, pela intervenção, produzir elementos para equidade de sujeitos e grupos sociais, provavelmente também acabou-se produzindo discriminação negativa no sentido de que esta

marca seu portador com um defeito quase indelével. Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros devolvem como uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, constituída em favor da exclusão. (CASTEL, 2008, p. 14)

Se o território se projeta como espaço organizador e reorganizador do trabalho, a partir dessa leitura, pode-se pensar a ação técnica também como um elemento que incide sobre o território, inclusive trazendo compreensões, estigmas e outras produções criadas sobre ele, do mundo exterior. Tanto

³⁸ Existem formas de discriminação positivas que consistem em fazer mais por aqueles que têm menos. O princípio destas práticas não é contestável na medida em que se trata de desdobrar esforços suplementares em favor de populações carentes de recursos a fim de integrá-las ao regime comum e ajudá-las a reencontrar este regime. (CASTEL, 2008, p. 13).

“perpetuar” a cultura do assistencialismo projetada para o pobre morador de periferia quanto introduzir uma visão diferente a esse grupo pela discussão de seu lugar de sujeito de direitos podem ser exemplos de como isso se constrói cotidianamente pelo trabalho técnico.

Na direção de ampliar a reflexão do território, para além de uma unidade de referência para ações intervencionistas, entende-se necessário resgatar Santos (1994), pela discussão que o autor propõe do uso do território, originando materialidades particulares e referências de ordem local. Segundo ele, não há determinismos ou qualquer previsibilidade predeterminada, pois tudo se associa às interações entre os diversos atores e os territórios, ou os usos que se fazem destes últimos.

O trabalho desenvolvido pela terapia ocupacional social pode ser pautado como uma possível estratégia para trazer ao espaço público questões que, em princípio, aparecem no espaço doméstico. É relevante identificar o quanto esse movimento também pode fortalecer, coletivamente, os sujeitos para lidarem com essas questões, inclusive no plano individual. Pela publicitação, pode se perceber que certas vivências não lhes são exclusivas, criando possibilidade de discussão do assunto com outros sujeitos e de elaboração de manejos diferenciados. Além disso, no espaço público, o sujeito também conquista uma certa liberdade, uma certa liberação do jugo do poder que outros exercem no ambiente privado e/ou doméstico. A exemplo, tem-se um excerto do diário de campo sobre um episódio no qual a equipe foi procurada por uma moradora que relatou episódios de violência doméstica, uma situação que, segundo ela, não havia contado a mais ninguém, a não ser uma das suas irmãs.

A questão da violência doméstica nos foi relatada por Preta, por ocasião de um distanciamento do companheiro, Sinistro, que se afastou soltando pipa. Preta aproveitou para relatar o quanto se sente prisioneira na própria casa, revelando que só sai quando liberada e sempre na companhia do parceiro. Nunca havia notado este cerceamento, Preta me parecia mais distante do grupo, embora sempre na praça, mas nunca havia associado isso a algo imposto.

Na primeira oportunidade, Preta compartilhou questões bastante íntimas quanto a viver uma relação abusiva, ser financeiramente dependente do companheiro e sentir-se responsável pela situação: “Vivo no inferno que eu mesma

escolhi”, disse ela. Durante a conversa sobre os possíveis encaminhamentos legais para a situação e a busca por esclarecimentos sobre a rede de serviços voltados a essa questão, ela se apresentou bastante informada, mas, em princípio, relatou não desejar tomar nenhuma atitude; dizendo precisar ponderar sobre tudo.

À medida que a pessoa é levada a refletir sua própria demanda como parte de uma maior e a pensar sua demanda e a dos outros como parte de uma mesma organização social, ela tem a oportunidade de ver as outras pessoas mais próximas a si e, assim, exercitar laços de solidariedade. Com isso, se reforça a compreensão e o reconhecimento do outro como alguém mais próximo e parecido, pressuposto ao exercício da produção de respeito (SENNETT, 2004). Além disso, parece haver, em relação ao espaço das oficinas, a transmissão da visão construída em torno dos projetos sociais e a cultura assistencialista historicamente associada ao seu caráter. Para os moradores, o METUIA/UFSCar é, antes de tudo, um projeto, com todas as acepções que isso carrega. Romper com esta visão e construir a possibilidade de outras alternativas com aqueles sujeitos é um trabalho que se faz concomitantemente à proposição de outros objetivos, tais como, por exemplo, conversar sobre as relações que se estabelecem nos e com os espaços públicos e, também, com a equipe.

Especificamente, no contexto da juventude pobre urbana, a mudança da condição de invisibilidade para um contexto de maior participação tem sido um dos desafios enfrentados, respeitando as especificidades locais e regionais e as particularidades dessa população. Diante disso, o trabalho territorial apresenta perspectivas de promoção de outras visibilidades a esse grupo social, ou, nos termos de Almeida et al. (2015, p. 867), de “novos olhares”.

Extrapolar o ambiente doméstico, da vida particular e privada, é central na/para a construção do espaço público (ARENDDT, 2007), e para a colocação das juventudes no espaço público, promovendo sua visibilidade e possibilidade de participação política. A luta pela aparência e visibilidade política das juventudes ou, como tem sido dito, pelo reconhecimento da existência e da importância desse grupo passa pelo que Arendt (2007) destaca como a transposição do espaço doméstico. Para a autora, a

possibilidade de participar e contribuir da/com a vida pública e coletiva só se dá fora do espaço privado, do ambiente doméstico. Afinal, como o próprio nome anuncia, o espaço privado é aquele que privatiza as experiências e que priva o ser humano da convivência com outros, ao mesmo tempo, iguais e diferentes de si. A extrapolação do ambiente doméstico traz à baila questões que, em princípio, podem parecer individuais, mas que carregam consigo elementos mais coletivos, como por exemplo, as diferenças e possibilidades atribuídas aos distintos gêneros.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido pelo METUIA/UFSCar endossa o que traz a literatura da área (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011; LOPES et al., 2014), de que as oficinas podem ser entendidas como um espaço de exercício de cidadania. Não como uma cidadania segundo a tradição liberal, que se fundamenta em uma forma mais individualista e instrumental, mas no contexto dos direitos, da ampliação da igualdade e do reconhecimento das diferenças (LOPES et al., 2014). A partir de uma oficina, de caráter coletivo (LOPES et al., 2014), aproxima-se aos sujeitos e suas demandas individuais, mas, também, é possível o retorno à dimensão coletiva, por meio do tensionamento do que é generalizável.

A erosão das referências cognitivas e valorativas pelas quais os dramas de cada um podem ser dessingularizados e traduzidos não apenas como experiências compartilhadas, mas como problemas pertinentes às regras da vida em sociedade. Para colocar em outros termos: mais do que a destituição de direitos e garantias sociais, trata-se do encolhimento das possibilidades de sua enunciação. Ou ainda trata-se da demolição das referências e também da medida (ou das medidas, no plural) sem a qual (ou as quais) os direitos não existem, ou só existem como retórica sem efeitos de real nesta operação simbólica que consiste em colocar em perspectiva o jogo das relações humanas, permitindo, por isso mesmo, o julgamento daquilo que ocorre no mundo social. (TELLES, 1999, p. 22-23)

Diante disso, entende-se como possibilidade das oficinas a colocação de demandas para serem debatidas na arena pública, leitura que passa por três elementos:

- a) O reconhecimento das demandas daqueles sujeitos como legítimas
– A acolhida das questões trazidas por aqueles jovens - sobretudo

em uma perspectiva distante daquela socialmente associada às juventudes, principalmente a mais desfavorecida em termos de recorte de classe social - diz do reconhecimento de um lugar social diferente para tais sujeitos: um lugar de sujeito de direitos, ou, ainda, na ótica de Arendt (2007), do reconhecimento do direito a ter direitos, e com valor em si mesmo;

- b) O reconhecimento de que são sujeitos dotados de possibilidade de participação e contribuição no debate coletivo sobre as demandas e necessidades coletivas, bem como das proposições do que se constitui ou pode vir a se constituir como “bem comum”. Em suma, pode-se dizer sobre o reconhecimento e legitimação do exercício de uma efetiva cidadania, de fazer-se ator no espaço público e na produção da política;
- c) O reconhecimento de que são sujeitos sócio-históricos e, portanto, não há como concebê-los desvinculados das produções sociais, sendo produtores, mas, também, de certa forma, produtos do que se produz e se participa socialmente.

Diante disso, o reconhecimento da possibilidade de operacionalizar e de fomentar a coletivização de questões e demandas individuais têm sido um desafio constante durante os encontros nas oficinas. Vale ressaltar que isso vem ao encontro de um dos pressupostos da terapia ocupacional social: o trânsito entre as demandas singulares e coletivas. Esse princípio revela que, apesar da ênfase da terapia ocupacional social nas demandas sociais e coletivas, não se excluem aquelas de caráter individual, antes, a proposta é que se congreguem ambas, no entendimento de que elas são complementares, ou melhor: de que essas demandas são, concomitantemente, individuais e coletivas; por isso:

são necessários conceitos pertinentes ao entendimento das dinâmicas das negociações sociais. A pessoa não pode ser cindida do contexto das práticas históricas da qual faz parte e aí, é preciso saber transitar do coletivo para o singular e vice-versa. É, igualmente, preciso apreender os códigos de comunicação, os símbolos centrais de sua comunicação e, portanto, do imaginário

presente em cada grupo social ou comunidade específica (BARROS, 2004, p.93).

Esta leitura vem ao encontro da concepção de Telles (1990, p. 05), para quem a vida privada não tem um sentido negativo, passível de desqualificação, antes, sua discussão é travada no sentido de “estabelecer o seu lugar e definir as fronteiras entre duas formas distintas de existência social [...] duas formas diferentes de se fazer a experiência da sociedade”. Tomando por premissa a compreensão que as histórias de vida, as representações e as práticas sociais e culturais são construções imbricadas, ou seja, que o sujeito individual não pode ser separado do sujeito coletivo, inclusive porque partilha com esse coletivo “saberes e fazeres constituídos e constituintes de sua história e cultura” (NEVES; MACEDO, 2015, p.407), nota-se a necessidade do tensionamento de um diálogo entre o individual e o coletivo.

A mediação deste diálogo apresenta-se como uma das possibilidades de ação do terapeuta ocupacional na área social que, de acordo com Barros (2004), pode trabalhar com base na interpretação da demanda por meio da observação e da escuta das necessidades e de desejos, e na sua problematização, visto que “nestes espaços híbridos, recoloca-se para a pessoa o problema da diferenciação, do estranhamento” (BARROS, 2004, p. 94). Nesse exercício, busca-se reconhecer quais são as questões que precisam ser evidenciadas, transcendendo ao indivíduo isolado para a coletivização de demandas, sem que isso se transforme em uma constelação, em mera somatória de experiências/percepções e demandas individuais. A ação técnica consiste em um instrumento para o reconhecimento e a seleção de aspectos que surgem nos discursos individuais que devem ganhar a arena pública, lançando luz sobre aspectos generalizantes e generalizáveis, não na mera contraposição dessas duas dimensões, mas na proposição de consideração das duas. Com isso, acredita-se no fomento de aspectos como solidariedade, respeito e pertencimento/reconhecimento.

Silenciados inúmeras vezes por sua condição de pobreza socioeconômica e sua condição juvenil em uma sociedade em que é recente o reconhecimento desse público como tendo valor, nos parece que os jovens daquele território não se reconhecem na possibilidade, nem no direito de terem voz e/ou serem ouvidos. Desta maneira, pode-se dizer que as oficinas geram, ainda que em uma medida muito pequena, a possibilidade de vivência dessa experiência, entendida, pela perspectiva arendtiana, como condição necessária para a participação política, no espaço público.

Questionada se, de alguma forma as oficinas promoveram visibilidade aos jovens dentro e fora do bairro, Nayara responde:

O METUIA ajudou os jovens a querer buscar seus direitos, a abrir seu conhecimento..., mas de verdade eu acho que o jovem periférico ninguém olha pra eles. Eles têm quer fazer com que notem eles, e isso só se falar que não é de tal bairro... ou do contrário pode até ser notado, mas, de uma forma do “vocês não prestam”.

Santos et. al. (2012) destacam que, de um modo geral, os jovens de bairros populares encontram-se em situação de invisibilidade, o que, por sua vez, acaba impossibilitando o acesso às políticas públicas e ações sociais. Destaca-se a estratégia de trabalho territorial e comunitário que vem sendo utilizada pelo METUIA/UFSCar. A abordagem territorial na atuação da terapia ocupacional social tem favorecido a aproximação com sujeitos e a mediação de demandas para acesso a bens sociais por meio da conexão “às políticas sociais e à ação em espaços públicos pela manutenção e/ou ampliação do reconhecimento de determinadas necessidades” (MALFITANO, 2016, p.126).

Viabilizando um conhecimento mais aprofundado sobre uma dada realidade, tem-se o tempo de ações em um mesmo território como um investimento de grande importância. Acredita-se que, em termos de proposição de ações técnicas, com o tempo se aprende/apreende quais propostas têm maior ou menor apelo junto aos grupos locais, bem como os motivos para isso. Pelo empirismo da prática e o conhecimento tácito implicado nos fazeres pelas oficinas, é possível reunir elementos, pela observação, de quais propostas tendem a ser mais eficazes em termos de

interesse e adesão dos participantes, enfim, “nesses “fazeres” tornam-se possíveis trocas e diálogos, efetivados como subsídios para invenções” (LOPES et al., 2014, p. 596). O tempo prolongado de ações desenvolvidas na mesma região pelo METUIA/UFSCar contrapõe-se aos tempos poucos persistentes dos projetos que para ali também se voltam:

Célio – Pro bairro, quanto mais tiver melhor, né? (referindo-se aos projetos sociais). Só que quando começa, acaba muito rápido, tá mudando... acaba! Muito rápido! Mas o que tiver é muito importante. Quanto mais tiver melhor.

Marina – E por que você acha que acabam rápido os projetos, Célio?

Célio – Eu digo assim: acaba rápido por que a pessoa quer... Eu não sei se é por contrato, porque é opção, não julgo ninguém. Que nem, tinha o “Mundinho Pink” que as meninas estavam mudando bastante, mas acabou. Tinha o teatrinho que era o palquinho, as crianças estavam sempre ali, acabou, então eu acho que é por tempo, não porquê a pessoa quer que acaba. Tinha muitos e muitos professores, era uma benção, as crianças eram dez, quando os professores foram embora algumas crianças já abandonaram, então... Tem de tudo um pouco. Acho que quando tem o término, pra nós é bastante chato.

A percepção de que os projetos são poucos e/ou com duração abaixo do esperado/necessário é partilhada por Nayara e Jaguar:

Nayara – Não existe muito esses projetos, inclusive aqui na comunidade não tem tantos voltados pro jovem, ...é raro você encontrar, e às vezes quando tem ele dura alguns meses, nem um ano...

Marina – Achei que era bastante projeto que tinha pra cá!

Jaguar – Era nada, era bem pouco.

Ao que parece, a permanência do METUIA/UFSCar com atividades naquela região tem sido identificada como uma estratégia importante no que tange ao sentimento de valorização dos jovens pela equipe, uma vez que, contextualmente, se tem um cenário em que até as políticas voltadas a esse grupo são, em grande parte, insuficientes, fragmentadas e/ou inadequadas (LOPES et al., 2008). No entanto, na leitura de Célio, isto é associado a uma decisão de quem realiza os projetos. Embora se saiba da dificuldade na execução e manutenção de projetos sociais, sobretudo em relação ao seu financiamento, parece que a sua proposição, na leitura de Célio, passa pela importância que se dá ao público que dele participa. Se essa visão for partilhada por outros sujeitos da região, a manutenção das ações do

METUIA/UFSCar por tantos anos pode, inclusive, facilitar a aproximação dos sujeitos, uma vez que esse passa a ser visto como algo que atribui valor e cuidado àquela comunidade.

No entanto, quando a manutenção não se faz possível, uma outra questão pode ser discutida: a participação dos sujeitos nos processos de construção dos projetos que participam. Não propriamente na tomada de decisão sobre a continuidade ou não do projeto dado, que, muitas vezes – como em relação ao financiamento – esse fator é decidido em esferas superiores, mas, mesmo quando assim ocorrem, na possibilidade de participar da organização e planejamento das ações. Esta formatação talvez trouxesse aos participantes outras perspectivas acerca dos projetos, complexificando seu entendimento acerca dos processos neles envolvidos e podendo servir de espaço de experimentação política, no que tange à construção do bem comum, como traz Arendt (2007).

Para o METUIA/UFSCar, o reconhecimento da necessidade da visibilidade antecedendo a possibilidade de participação dos sujeitos no espaço público e na vida coletiva se desdobra na produção de ações técnicas que se constroem nessa direção e, por conseguinte, as ações técnicas buscam promover a aparência e visibilidade às questões e demandas daqueles sujeitos em um ciclo que se retroalimenta. No entanto, em entrevista com Lipe, ele evidencia a fragilidade dessa participação frente à inexistência ou pouca disponibilidade deste tipo de espaços em seu cotidiano.

Marina – Você acha que de alguma forma participar dos projetos sociais te ajudou a participar de outros espaços de tomada de decisão?

Que seja, como você falou “lá a gente podia escolher o que a gente ia fazer”, mas em outros espaços, sei lá, eu participo de uma reunião do bairro onde a gente decide como vai ser gasto o dinheiro; ou eu participo no meu trabalho do sindicato; ah, eu participo, participava na escola do grêmio, sei lá, participou por conta dos projetos ou participa de algum lugar que você possa ajudar a tomar decisão?

Lipe – Hm... Deixa eu ver... Ah, eu não lembro... Eu acho que não, não sei...

Instantes depois....

Lipe – Não, eu acho que não... Mais ou menos isso, acho que o METUIA foi o único lugar que tinha, que pegava opiniões de pessoas, né...

Marina – Nossa, então tá faltando a gente criar nossos espaços assim né Lipe? Pra gente conseguir decidir...

Lipe – Então, pra você ver como que tá, é, vazio as coisas, CJ como tá vazio! Eles bloquearam tudo na verdade, trancou tudo, limitou tudo né? Você tem que fazer o que eles querer na verdade... Não é assim, querer sei lá, fazer o que você quer, vou zuar, não, não é isso... É... Eu acho que o único lugar que teve mais isso foi o METUIA mesmo... Às vezes no PROJÓVEM tinha sabe? Mas era muito difícil, era coisa que ela implantava, ela fazia uma coisa e tipo assim, se você não quisesse fazer você tinha que sair! Que era aquilo que tinha que fazer, o que ela colocou! “Vai fazer isso e isso, ah, não quer? Então sai”, entendeu?

Durante a entrevista com Lipe o jovem atribuiu ao METUIA/UFSCar uma premissa de trabalho que se constrói com o outro, em uma proposta colaborativa que busca a participação dos sujeitos na construção das propostas. Esta proposição mais ativa na metodologia de trabalho empregada pelo núcleo baseia-se nos aportes da própria terapia ocupacional social (LOPES et al., 2008; LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011) e, além de ampliar o conhecimento acerca do universo daqueles sujeitos jovens, também tem a proposta de que, de fato, se coloquem como atores sociais em ação, do planejamento à execução. Lipe avalia que os vínculos produzidos e/ou fortalecidos nos e pelos espaços de trabalho do METUIA permitem/favorecem ao desenvolvimento de um senso de pertencimento.

Então, como eu te disse: falo, pois, acredito que todos jovens e crianças que frequentavam gostavam disso, da atenção que todos recebiam. Lá cada um gostava de uma coisa, né, então geralmente as meninas [estagiárias da equipe] tinham que se dividir ou virar dois, três, pra atender a cada um, mas, sempre dando atenção pra todos e deixando todos à vontade. Isso era muito bom porque era isso que todos queriam: um lugar para ser recebido do jeito que é, tendo atenção e vendo que as pessoas se importam com você e seu crescimento.

Em uma análise sobre a importância do senso de pertencimento, Segundo Schmidt (2007) e Soares (2004) discutem que tal busca pode estar associada à entrada de alguns no tráfico de drogas, servindo-lhes de passaporte à visibilidade e permitindo o acesso ao consumo de objetos e símbolos de determinados grupos juvenis, fomentando desejos, sonhos e vontades, em comum.

Não se busca aqui uma visão moralista e que se pretenda como fator protetivo das drogas, mas nos interessa a perspectiva de que a experimentação de outras formas de participação, e em diferentes grupos, possa servir a esses jovens como ampliação do repertório para que façam tomadas de decisão mais conscientes e críticas, ou talvez até pudéssemos dizer apenas tomadas de decisão. Afinal, em se tratando de uma necessidade, frente à falta e/ou poucas opções que se apresentam às pessoas em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes lhes é subsumido o direito a escolher, desejar e sonhar diante de um presente “incerto, instável, inseguro” (PEREIRA; MALFITANO, 2014, p. 418). Como demonstra Jaguar, sobre os espaços de decisão serem tão raros que não são reconhecidos ou não são identificados à medida que não funcionam como deveriam.

Marina – Então a sua lembrança é da Escola Aracy? Chegou a participar de alguma coisa além de ir pra aula, tipo grêmio, reunião, arrumar o rádio na hora do intervalo, sabe... essas coisas diferentes?

Jaguar – Sei! Não, nunca chamaram eu pra participar disso não...

Marina – Mas tinha ou nem tinha?

Jaguar – Ah, tinha o aparelho de som que sempre ficava uma turma lá, mas eu ficava mais sossegado no meu canto, conversava com meus amigos...

Marina – Em um grupinho mais fechado...

Jaguar – É!

Marina – Você sabe de quem era? Se era de grêmio?

Jaguar – Não lembro...

Jaguar pontua que havia grupos fechados nos espaços de experimentação de outras formas de estar/se relacionar com a escola. Com isso, ficou privado da experimentação, da vivência dessa experiência, para a qual nem chegou a se sentir autorizado/convidado para estar, uma vez que revela que não foi convidado e não chegou a pautar a possibilidade de uma chegada mais autônoma.

Durante a entrevista, quando questionado se o METUIA foi suporte para ele em algum momento, Lipe respondeu:

Olha, o acesso a coisas novas me ajudou e me incentivou a fazer o que gosto e a seguir meus objetivos... meus conhecimentos aumentaram e isso foi bom por que não só vi o que eu gosto... isso também era bom, mas vi coisas que eu não sabia e não conhecia.

Além disso, Célio associa a participação no METUIA/UFSCar como oferta de novas possibilidades de experimentação de vivência para além dos estigmas sociais em torno do jovem (pobre), sobretudo pelos vínculos de confiança que constituiu na/ a partir do espaço das oficinas, o que vem ao encontro do pressuposto de Arendt de que o que cabe no espaço público, posto sua relevância, é o que se faz e o que se diz, independe da origem de quem o faz ou diz (ARENDR, 2007).

Célio – Olha dona, eu creio que foi assim: o que mais me ajudou, sinceramente, eu falo onde eu for, foi o METUIA, porque se eu não tivesse conhecido eu ainda estaria ali ...teve pessoas que, a gente fala, ficou no pé de um jeito bem legal, por que são pessoas que não ligava pra quem você era ou o que estava fazendo. Então foi assim, eu creio que eu conheci vocês lá no... aqui né!? no CRAS? Isso aí! Eu passei a mostrar o bairro e tal e aí já mudou as coisas, quando eu não ia pra ficar ali (referindo-se ao trabalho no tráfico) a professora já vinha atrás. Eu sentia um pouco de vergonha pra falar a verdade...

O aspecto dos vínculos que se produzem e/ou fortalecem pelas oficinas nos traz mais um elemento para reflexão: o fato de o trabalho do METUIA/UFSCar, em consonância com os pressupostos da subárea da terapia ocupacional social, ao se colocar como objetivo a criação e/ou o fortalecimento das redes sociais de suporte (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002). Ambos os episódios se deram por busca espontânea das jovens, o que também nos leva a refletir sobre como isso tornou-se uma possibilidade para elas a partir do momento em que, pelo trabalho ali realizado, criaram-se vínculos entre os participantes e a equipe e, quiçá, entre diferentes participantes. Nesta direção, parece que os próprios terapeutas ocupacionais, por meio de sua inserção no METUIA/UFSCar, primeiro se constituem componentes da rede de suporte daqueles jovens e, depois, atuam para o fortalecimento de redes mais frágeis, como relata Célio.

Célio – Assim dona, a vergonha foi só no começo, depois eu me abria com as professoras, por que eu criei um carinho, uma intimidade, e eu não escondia; uma confiança que não tinha porque esconder se elas estavam ali pra ajudar! ... Pra mim ajudou porque eu fui criando confiança e mim mesmo, porquê através e mim outros jovens iam vindo, aí fui

aprendendo a vida, fui tendo menos medo das coisas, comecei a sair, eu não ia no centro, tinha medo! Comecei a ver as coisas como era na realidade, e eu fui conhecendo outras coisas, que nem conheci a UFSCar que eu não conhecia, eu conheci a USP, conheci o museu, conheci várias coisas, então eu posso ir além, foi onde eu fui despertando. Mas o alvo maior foi quando o Jair foi preso e de lá ele se converteu e foi sair, e não tinha confiança em outra pessoa pra mim ficar ali, aí acabou, graças a Deus, aí eu tinha as donas, o Jair foi preso, aí tinha as professoras e mudei de vida, graças a Deus.



Imagem 5 – Atividade para levantamento de demandas dos frequentadores para o espaço da praça (acervo METUIA/UFSCar).

Ainda que o METUIA/UFSCar não venha assim nomeando suas práticas, podemos dizer que estaria também se projetando sobre o espaço público, na construção arendtiana, à medida que é através da participação política de cada indivíduo que se configura o poder coletivo e se possibilita vivenciar a cidadania (SUSIN, 2018). Pois, ser visto equivale a ter reconhecida sua existência. Logo, promover encontros nos quais certos sujeitos (quer individuais, como os jovens entrevistados, quer coletivos, como o próprio movimento de reconhecimento social das juventudes), cuja existência outrora negada - pelo não reconhecimento de seus direitos,

importância e/ou legitimidade - podem ser (re)conhecidos, é um aspecto que pode direcionar a prática do terapeuta ocupacional .

Nessa direção, as atividades desenvolvidas pelo METUIA/UFSCar parecem viabilizar não só a experimentação de outras relações e usos de outros espaços, como também têm se voltado à experimentação de outras formas de se relacionar com as pessoas e outras formas de usos de espaços já conhecidos. Como resultado das ações diretas com os jovens, além das circulações pelo bairro e seu entorno, também buscou-se fomentar uma circulação ampliada para outros espaços da cidade, por meio de atividades organizadas pela própria equipe METUIA/UFSCar como, por exemplo, uma visita ao Parque Ecológico “Dr. Antônio Teixeira Vianna”, ou uma visita ao SESC (Serviço Social do Comércio) para um espetáculo de dança, ou ainda, à própria UFSCar para um evento de apresentação da Universidade e seus cursos, para a comunidade externa, o “Universidade Aberta”.

Destaca-se que, por ocasião do evento “Universidade Aberta”, um jovem acessou a Universidade pela primeira vez e, por fazer contato posterior com alunos do curso de graduação em Computação, foi convidado por eles para participar da IX Semana da Computação, o que foi aceito pelo jovem. Ao menos na experiência daquele jovem, a oportunidade de fruição abriu espaços para conhecer outros lugares e pessoas, inclusive ampliando sua visão sobre um curso que dizia gostar muito e o ver como possibilidade de formação futura.

Por outro lado, a circulação daqueles jovens do território do Jardim Gonzaga para outros espaços da cidade também tem um potencial para que possam ser vistos pelos moradores da cidade e, ainda, vistos de outras formas. Os jovens daquela região carregam consigo os estigmas que incidem sobre seu território de moradia e, em decorrência, são vistos como problema e perigo perante o restante da cidade. Oportunizar o encontro daqueles sujeitos com os demais munícipes pode mobilizar a revisão dessa leitura negativa imposta sobre esses jovens.

Nessa direção, pode-se dizer que o trabalho da terapia ocupacional social não apenas busca projetar os próprios jovens para/sobre os espaços

públicos, como pode, também, trazer à cena, fomentar espaços para que aqueles sujeitos e suas demandas se coloquem de maneira plural. Afinal, a pluralidade é anterior ao próprio espaço público e pressuposto a ele (ARENDRT, 2007). É, pois, sobre esse aspecto que se tratará na sequência.

6.2. O fomento à pluralidade pelo trabalho técnico em terapia ocupacional social



Imagem 6 – Promoção da convivência intergeracional (acervo METUIA/UFSCar).

O processo de conquista de visibilidade das juventudes na cena pública parte do reconhecimento de sua existência como um grupo com especificidades em termos de demandas e necessidades. Diante desse reconhecimento, é como se as juventudes ganhassem “licença” para compor com a pluralidade dos grupos sociais já legitimados e, assim, atuar na esfera política.

Para Arendt (2007), a visibilidade social só ocorre quando do acesso aos espaços públicos, aos espaços de vivência e convivência com a pluralidade humana. Nesse sentido, ser reconhecido na arena social

corresponde a ter estimulado seu potencial de agir, como ator político (ARENDR, 2005), ou melhor, como atores, no plural, pois, dada a questão do reconhecimento, toma-se como fundamental visibilizar a pluralidade que envolve as juventudes e seus distintos potenciais de ação. A entrada do jovem na cena pública implica em participar, como diz Hannah Arendt (2005, p. 224), “da paradoxal pluralidade dos seres singulares”.

A pluralidade é apresentada por Arendt (2007) como um aspecto inerente à condição humana, à nossa chegada ao mundo. Para ela, todos nascemos diferentes, seja por condições sociais, culturais, econômicas e/ou históricas, entre outras possibilidades e características. No entanto, pelo fomento à convivência se põe em tela a possibilidade de estar entre essa diversidade, o que Arendt (2007) considera uma riqueza, no que tange à possibilidade de trocas e construções conjuntas.

Muitas vezes, com base nessas diferenças, produzimos, socialmente, desigualdades. Por isso, um grande desafio na sociedade tem sido reconhecer a diversidade como uma riqueza, pondo-se na contramão da valorização de alguns em detrimentos de outros. A lógica capitalista contribui para a preponderância da cultura individualista (SOUZA, 2012), e isso vem se agigantando ainda mais diante da onda neoliberalista que tem se colocado como grande marca da sociedade contemporânea, levando o individualismo e a racionalidade econômica a moldarem, inclusive, padrões culturais. Em tempos de relações dicotomizadas entre indivíduo e sociedade e de preponderância da individualização, a produção de ações coletivas pode ser pensada como um ato de resistência.

Em Arendt (2007), entende-se que a individualização pode ser lida como a afirmação e a defesa dos interesses e de demandas privadas, em detrimento da vida coletiva e política, produzindo, assim, a alienação do ser humano em relação ao próprio mundo (FERREIRA, 2017). Do contrário, a proposta de estímulos à coletivização de espaços e demandas coloca-se como oposição a essa dicotomia entre indivíduo-sociedade. A partir disso, defende-se a ação técnica em terapia ocupacional social como fomento à vida pública, partindo de sua orientação teórico-metodológica de priorização da dimensão coletiva.

A ação do terapeuta ocupacional sob os pressupostos aqui apresentados pode ser lida como estímulo para a experiência da vida pública, sobretudo ao se colocar em foco a proposição das Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos. As oficinas podem ser entendidas como espaço de fomento à convivência e, por conseguinte, de acesso às diversidades que habitam o espaço coletivo. Isso posto, pode-se dizer que tem se efetivado uma busca por criar espaços de produção de respeito, empatia e solidariedade (LOPES et al., 2014) por meio da intervenção terapêutico-ocupacional. Neste sentido, é importante pensar que a convivência com os diferentes, na produção de bens comuns, é uma experiência que pode ser criada e/ou estimulada e que, para tanto, é imprescindível a oferta de espaços para o aprendizado das “habilidades” necessárias para esse exercício.

Uma possibilidade de ilustração desse direcionamento do trabalho passa por um episódio em que uma adolescente de poder aquisitivo um pouco diferenciado em relação à média da população do bairro chegou ao Centro da Juventude para participar de aulas de informática ali oferecidas, em horário concomitante às oficinas, no início do ano de 2018. No intervalo da aula, a adolescente foi até o espaço da oficina, ocasião na qual se produzia colares com pedras naturais e a técnica de macramê. Tendo se interessado, pediu pra aprender e, momentos depois, retornava à aula exibindo, orgulhosa, seu produto pendurado ao pescoço. A partir daquele momento, toda semana a adolescente fazia o mesmo movimento de ir à oficina durante o intervalo e, aos poucos, foi se vinculando à equipe, de modo que passou, também, a frequentar as oficinas realizadas na praça pública. Embora próxima ao CJ, a praça carrega o estigma da “favela” sendo, por isso, muitas vezes temida e/ou evitada pelos moradores do bairro de “Nick”, como gostava de ser chamada.

Estudante de escola particular, com roupas e celular diferenciados em relação à maioria dos adolescentes e jovens frequentadores de ambos os espaços, Nick é bastante expansiva e logo foi fazendo várias amizades com os frequentadores. Embora ela própria parecesse não se importar com as diferenças, os novos amigos passaram a incomodar sua mãe, que a proibiu de frequentar as oficinas. Em contato com a família, descobriu-se que a mãe temia, sobretudo, a convivência com um dos meninos que tinha “fama” de

estar envolvido com o tráfico de drogas. E de fato estava, embora não fosse esse o papel que desempenhava durante os encontros organizados pelo METUIA/UFSCar. Após conversa com a mãe, conseguiu-se negociar que a menina estivesse presente nos encontros da praça desde que buscada e levada em casa por algum membro da equipe. Esse movimento foi realizado durante todo o semestre, até que a família se mudou do bairro, por alguma questão relacionada ao aluguel de sua casa.

Esse episódio apresenta uma experiência que se refere à articulação de uma dimensão mais coletiva do trabalho, mas pode ser emblemática no sentido de revelar a possibilidade de os jovens experimentarem um lugar de convivência e sociabilidade pela participação nas oficinas. A possibilidade de convívio entre Nick, adolescente estudante de escola particular, fã de uma banda coreana e de Carlos, um jovem trabalhador do tráfico de drogas, evadido da escola e que adora *funk*, foi algo favorecido pelo espaço do Centro da Juventude.

A própria ida de Carlos ao espaço do CJ, hoje, talvez possa ser considerada desdobramento de uma ação profissional, uma vez que, desde seu envolvimento com o tráfico, o jovem vêm se retirando daquele espaço, em função da sua rotina de trabalho. Carlos passa, visivelmente, para fazer um “social” com a equipe; cumprimenta a todos, conversa brevemente e vai embora. Destaca-se aqui a compreensão que o trabalho terapêutico-ocupacional pode fomentar estratégias para que a vida coletiva e plural encontre a possibilidade de se manifestar, promovendo vínculos entre os sujeitos e a equipe e entre os jovens na perspectiva do fomento a espaços para o convívio (oficinas), além do reconhecimento do direito ao acesso e uso dos espaços, seja em uma lógica individual, como, por exemplo, o movimento acordado com a mãe de Nick.

Em uma dimensão mais coletiva, destaca-se o cuidado que se pressupõe ao trabalho em terapia ocupacional social em elencar e preparar atividades de interesse no universo juvenil, cuidando para que haja oferta de atividades de caráter lúdico e suficientemente atrativas para que os jovens desejem e estejam naqueles espaços (LOPES; BORBA; CAPPELLARO,

2011; LOPES et al., 2014). As atividades, estrategicamente planejadas e executadas, parecem fomentar o agrupamento das pessoas e, por essa razão, se tem buscado ofertá-las em uma variedade que contemple os interesses, desejos e necessidades comunicados pelos jovens (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011; LOPES et al., 2014); a partir daí, promovido o encontro, identifica-se o recurso (a atividade) como mediador de relações entre os sujeitos presentes.

Destaca-se a possibilidade de reconhecer dois níveis de interpretação para o conceito de espaço público e aplicá-los à prática da terapia ocupacional social: o primeiro passa pela compreensão do espaço público sob uma vertente geográfica, espacial, produzindo possibilidade das pessoas coabitarem, e o segundo pela finalidade daqueles encontros, pela admissão da possibilidade de expressão e ação política, favorecendo a articulação entre diversos atores. Claro que no processo de trabalho isso é indissociável, mas é interessante a reflexão de que a promoção desses espaços para convivência já é algo bastante significativo, embora insuficiente.

Para Alex (2011), o uso de um espaço como espaço público traz, embutido em si, o princípio da liberdade e igualdade pública; liberdade para manifestações que colocam em pauta temas para conhecimento geral, e de interesse coletivo; e igualdade no que diz respeito ao direito à participação na construção do “bem comum”. Assim, ser público não é apenas sinônimo de ser coletivo, antes, é apresentar ligação com a vida pública, é transitar pela esfera pública da vida (ARENDDT, 1958) e colocar em exercício a cidadania.

Ao direcionar sua prática para discussões e ações coletivas sobre cidadania, direitos e deveres dela advindos, em certa medida o trabalho da terapia ocupacional social vem se lançando à promoção de uma sociabilidade política, portanto, ao fomento do espaço público. A partir deste trabalho pensa-se a promoção da convivência como estratégia de ação e como “resultado” da ação desse profissional. Assume-se a tese que as intervenções em terapia ocupacional social se fazem possíveis agentes de produção e fortalecimento de espaços públicos através do incremento da relação dos jovens com aqueles espaços e, por meio do estímulo à constituição de

espaços coletivos de convivência, favorecendo a aproximação entre os jovens e entre eles e a equipe técnica.

Em relação à aproximação com a própria equipe apresenta-se um episódio curioso no qual, durante o deslocamento da equipe pelo território, na trajetória entre o CJ e a praça (aproximadamente 1,1km de distância), fomos abordados por um jovem que havia retornado ao bairro após tempos afastado dali. O rapaz abordou o grupo perguntando se éramos da Universidade e qual trabalho estávamos realizando. Após um momento de conversa explicando a proposta, perguntou-se ao jovem o que o fazia supor que aquele grupo não era daquele lugar. Ele teve dificuldade em objetivar sua percepção, disse que de longe se via diferenças entre aquele grupo e os moradores, ao que concluiu: “vocês não são daqui”. A percepção daquele jovem era acertada. Ninguém da equipe sequer era natural da cidade. Mas, muito para além daquela conversa disparar uma reflexão acerca de quais seriam os códigos de vestimenta e comportamento que “denunciavam” o estrangeirismo do grupo, aquela situação levou à percepção de que a própria presença do grupo ali já se fazia/faz como um fomento à pluralidade.

A chegada de pessoas da Universidade naquele espaço territorial parece carregar consigo a possibilidade de trocas entre sujeitos com saberes muito distintos, que passam pela ordem técnica, mas não se limitam a ela, de certa forma complexifica e põe em tela outros aspectos que podem influenciar a composição da pluralidade. Diante das trocas de estagiários a cada semestre letivo, os jovens se mostravam curiosos com a chegada dos novos grupos, constantemente interessados sobre as origens e gostos (musicais, por exemplo) dos novos integrantes. Isso fica ainda mais patente quando se trata de alunos intercambistas de outros países. Língua e/ou sotaques, hábitos alimentares, de lazer, tudo desperta interesse e admiração.



Imagem 7 – Aluno de pós-graduação intercambista mostra fotos aos jovens com retratos do cotidiano em seu país (acervo METUIA/UFSCar).

A possibilidade de convivência com o diferente pode trazer conhecimentos que fomentem o diálogo, como quando uma aluna intercambista colombiana levou *guacamole* para um pic-nic coletivo organizado e realizado no espaço das oficinas. Durante um diálogo em um encontro anterior, perguntando sobre os hábitos alimentares na Colômbia, ela comentou sobre o uso do abacate em pratos salgados, coisa que os jovens ali presentes disseram sequer ter ouvido anteriormente. Então, combinaram que, em ocasião oportuna, ela ofertaria *guacamole* para que pudessem provar, assim como uma das jovens preparou um bolo de cenoura para que ela, da mesma maneira, tivesse contato com algo novo.

Também tivemos uma intercambista chilena, que apresentou seu país pelo uso de um mapa e os jovens puderam dimensionar a que distância ela estava de casa. A partir daí queriam saber como ela tinha vindo ao Brasil e quanto tempo a viagem levava. Ao dizer que seu deslocamento tinha sido de

ônibus, e num valor não exorbitante, os jovens presentes naquela ocasião começaram a pensar que, algum dia, aquela experiência também poderia ser possível a eles. “*Dona, já pensou se um dia vou te visitar!?*”. Disse uma das jovens, sorrindo.

Para Burgos (2015), ainda que não houvesse, sequer, troca de palavras entre os sujeitos no encontro/confronto dos grupos sociais diferentes, a experiência da coexistência “seria a própria experiência de mundo comum, a coexistência neste mesmo espaço possibilita a experiência da esfera pública” (p. 127). Por esta perspectiva, anterior a fomentar os encontros, a proposta de trabalho desenvolvida pelo METUIA/UFSCar, parece significativa ao menos pela presença da equipe no território. Afinal, a presença da equipe METUIA/UFSCar já promove uma diversidade de públicos e experiências. Assim, a ida à praça e aos outros espaços de intervenção já nos parece possível de caracterizar como uma estratégia de intervenção técnica.

Por “simples” que sejam essas experiências, revelam que a riqueza da vida coletiva se dá desde aspectos como a ampliação de repertório dos sujeitos que a compõe. Além disso, a convivência, por meio do contato com o outro, coloca em perspectiva crenças, desejos, ações e modos de agir, como quando Célio comenta sobre a vergonha de não ter documentos de identidade aos 24 anos de idade.

Célio - Na verdade dona, eu me senti uma pessoa importante ali né? No METUIA... Porque foi onde me indicaram o primeiro emprego, eu não fui, me indicaram emprego lá na UFSCar mesmo, pra tirar xerox e tal. Era duro, porque eu queria emprego e quando eu tive emprego eu não consegui ir! Por também ter vergonha. Eu tinha vergonha, eu tinha 24 anos e não tinha documento nenhum, na verdade eu era um indigente, né? Uma coisa que eu queria, mas não tinha coragem né?

Muito mais que um auxílio para organizar questões objetivas, como a tirada de documentos, ou mesmo de auxílio nas/para as tomadas de decisão (como, por exemplo, trazer elementos para pensar as diferenças entre o trabalho formal e o informal), a mediação do terapeuta ocupacional, por meio do METUIA/UFSCar, parece ter fomentado um senso de confiança no jovem,

modificando sua autopercepção de forma que se sentiu capaz de certas coisas que antes o intimidavam.

Em “uma cidade partida [...], dividida em grupos cada vez mais enclausurados em seus espaços delimitados, e confinados a reincidência de uma mesma realidade” (SOUSA, 2008, p.08), entende-se que há menores possibilidades de circulação dos jovens e de coisas diferentes entre os jovens, restringindo seu repertório. A ampliação de repertórios por meio do fomento a encontros faz-se particularmente central diante do contexto apresentado por Pereira e Malfitano (2014) que, a partir de uma investigação realizada naquele mesmo território, evidenciaram “que uma marca efetiva nas vidas dos jovens estudados se dá pelas possibilidades de circulação pela cidade e os cerceamentos sociais com os quais convivem, cotidianamente, por serem jovens e da periferia” (PEREIRA, MALFITANO, 2014, p. 29).

Nesses espaços de reincidência do mesmo, os muros estabelecem ao mesmo tempo exclusão dos “de fora” e o privatismo desses espaços definidos a partir de uma lógica econômica. A alteridade se perde nesses guetos voluntários que impedem uma “interpelação criadora de diferença” (SOUSA, 2008, p. 10).

Diante disso, o estímulo ao extrapolamento do gueto, seja este qual for, traz elementos para a composição, com a pluralidade essencial à vida política, no que diz respeito à produção de elementos que sejam de interesse comum. Por essa leitura, destaca-se uma estratégia que o METUIA/UFSCar vem associando à ida ao território para os encontros com os jovens: a busca por proporcionar fruição a outros espaços do bairro e da cidade. Este movimento tem sido empreendido tanto no sentido de estimular com que os jovens circulem pelo bairro e seu entorno, fazendo, ao menos, uso dos equipamentos nos quais se desenvolvem as ações do METUIA/UFSCar, assim como ganhem a circulação em outras partes da cidade.

Da entrevista com Lipe é possível apreender um outro exemplo acerca de como o encontro com o diverso reverbera sobre dimensões mais

cotidianas, mas nem por isso pouco relevantes, tendo possibilitado experiências e descobertas de interesses e habilidades:

Lipe – Foi o que foi despertando [referindo-se à participação nas oficinas] isso em mim, até antes eu nunca gostei de cozinhar, achava muito chato fazer comida...

Marina – Sério? E agora você faz até bolo confeitado! Não tinha ideia que você tinha aprendido a gostar nas oficinas!

Lipe – É sério! É que na verdade, é... Antes disso em casa, nunca, porque lá era onde me ajudava, eu via e “nossa que legal, coisa boa, gostosa, tenho que fazer isso, não posso comer só aqui!” pois sabe fazer pratos diferentes, ela não sabe fazer muito bolo” ... Minha mãe não sabe fazer torta... Quando ela quer algo diferente é comigo! A mãe compra e eu faço, às vezes eu compro e faço, porque eu estou com vontade de fazer e comer, às vezes eu faço pra eles e nem como (se referindo à família)...

Marina –Então nas oficinas você teve oportunidade de conhecer até essas coisas assim? ...uma comida diferente, coisas mais do dia-a-dia...?

Lipe – É, como chama... Costume de outras... Como chama?

Marina – De outras culturas?

Lipe – É, de outras culturas, comidas diferentes, sabores diferentes.

Marina – E você acha que participar dos projetos ajudou a ter contato com essas coisas?

Lipe – É que se não fosse eu nem ia gostar de cozinhar, eu não ia ter esse interesse em querer cozinhar, em querer conhecer pratos diferente, buscar as coisas diferentes...

Que nem, tipo, comida, eu nunca achava que ia gostar de fazer comida! E eu vou falar, foi lá, que vira e mexe faziam comida sabe? Coisas diferente?



Imagem 8 – Uma das atividades de culinária no espaço das oficinas (acervo METUIA/UFSCar).

A ampliação de repertório de conhecimentos parece, também, subsidiar a possibilidade de projeção de sonhos e projetos de futuro, ainda que, muitas vezes sejam frágeis diante das condições objetivas da vida como a condição socioeconômica daqueles jovens. Embora Lipe apresente em suas reflexões o entendimento que as vivências no Projeto METUIA/UFSCar lhe possibilitaram a ampliação de repertório sociocultural e de possibilidade da experiência do ser jovem, tais ações não mudaram seu lugar social ou econômico no mundo, levando-nos a questionar os limites das intervenções técnico-profissionais. Talvez haja a contribuição para a projeção de sonhos, mas não (ou pouco) para sua efetivação. Lipe, que hoje está desempregado, relata que tem *vontade sim de ser professor de desenho, sabe? Minha vontade era viver disso, mas como é complicado aqui em São Carlos... É, aí não dá.*

O mesmo foi notado em relação a Priscila que, tendo sido a melhor aluna da sala de aula em sua escola e, tendo contado com a ajuda da equipe

do METUIA/UFSCar para a tentativa de ingresso na Universidade pública, projetando para si uma carreira universitária, contudo, não foi aprovada no vestibular. Ou ainda em relação a Jaguar, que, embora por mais de uma vez tenha relatado seu desejo de sair do tráfico de drogas, não acessou um trabalho formal, não concluiu os estudos formais e tampouco tem experiência em outro trabalho, permanecendo com o mesmo trabalho, embora ambicionando outro. Também, em relação à Nayara que projetou para si cursar terapia ocupacional na UFSCar, porém sequer concluiu o Ensino Médio até então.

O encontro com a pluralidade, por mais potente que seja em termos de possibilidade de um mundo de coisas comuns entre as pessoas, ainda não é suficiente para fazer frente às restrições de oportunidades com as quais os sujeitos se defrontam cotidianamente; muito embora por meio dos encontros entre os jovens e a equipe (METUIA/UFSCar) se venha problematizando essa dimensão mais objetiva da vida, inclusive no tensionamento e estímulo por busca por trabalho e/ou finalização dos estudos e/ou retorno à escola. É importante destacar que isso não é posto sob um viés moralizante, no sentido que todos têm que trabalhar e/ou estudar. Como posto na discussão teórica sobre as juventudes, sabe-se que o controle do tempo desses sujeitos por meio de atividades de trabalho e estudo é uma maneira da sociedade cercar o exercício de liberdade de sujeitos tidos como violentos (SPOSITO; SILVA; SOUZA, 2006). Entretanto, sabe-se igualmente que em nossa realidade as formas possíveis de alcance de alguma perspectiva de ascensão social relacionam-se com a escolarização formal e conseqüentemente com o trabalho.

Exemplifica-se esta discussão com o ocorrido em uma Oficina, cujo tema era as representações das oficinas para os jovens participantes. Para isso, foram utilizadas tarjetas com algumas afirmações, a fim de servirem de disparadores à reflexão. Cada tarjeta trazia frases com conteúdo positivo ou negativo ou, ainda, outras em branco, para que pudessem ser preenchidas ali no momento. Os jovens presentes deveriam escolher as frases que melhor descrevessem sua percepção acerca das oficinas e então seria aberta uma

roda de discussão sobre as distintas apreensões. Nos chamou a atenção a tarjeta escolhida por Nayara, na qual se lia: “lembra a escola”. Buscando entender essa escolha, Nayara foi questionada acerca de quais aspectos das oficinas na praça lhe pareciam semelhantes à escola. Em um primeiro momento a jovem remeteu às constantes falas da equipe sobre a importância da escola e o estímulo à permanência e/ou retorno aos estudos. Não se trata, na apreensão da jovem, tampouco na nossa, da imposição da escola como lugar da obrigação, mas da possibilidade de composição do repertório social, apresentando-a como uma das possíveis escolhas para aqueles sujeitos, posto seu direito a estudar. Nayara também esclareceu que a possibilidade de convivência e as atividades trazidas pelo/no METUIA/UFSCar sempre apareceram com uma proposta reflexiva, que se assemelha à escola, disse que as atividades: *fazem com que a gente questione pra ver se é realmente aquilo... ou se estamos com uma resposta ou uma conclusão imposta já pela sociedade.*

Entretanto, ao ser questionada se as atividades na praça de alguma maneira lembram também as atividades da escola, aquelas desenvolvidas pela coordenação, professores e/ou direção, Nayara respondeu:

De forma alguma... suas atividades são mais dinâmicas... no meu caso, o que faz lembrar a escola não são as atividades em si, ou a forma como trabalham, mas sim os mesmos objetivos [...] o questionar... o podermos ter uma outra realidade de vida.

Nayara associou o objetivo do trabalho com o fomento à reflexão e com a adoção de outros elementos para a leitura da própria realidade, da projeção de sonhos e até de possibilidades de construção de perspectivas palpáveis.

Marina –É, como que você considera que os projetos sociais influenciaram sua vida? Porque você falou que “olha, foi mudando algumas coisas na minha forma de ser” o que você achou que influenciou, o que você achou que mudou?

Nayara – Ah, é que você sabe, que o mundo vai além do que você vive, que o mundo vai além de uma dificuldade, de um próprio local, você pode sonhar, não só sonhar, mas alcançar, em ter uma vida melhor, por exemplo... Eu acho que a minha infância nesse tipo de projetos influenciou bastante, no que eu sou hoje.

Marina – Dá um exemplo?

Nayara – Estudar, querer um mundo diferente, por exemplo.

Entretanto, esse mundo diferente, no caso de Nayara, é vislumbrado a partir da terapia ocupacional; não pela profissão em si, ou pelo conhecimento de seus pressupostos ou objetivos, mas pelo que lhe foi posto como possibilidade por meio do contato com a equipe. Poderia(m) ser outra(s) profissão(ões), mas foi esse horizonte que se lhe abriu pelo contato com os alunos e profissionais do METUIA/UFSCar. Pela análise do posto por Nayara, há uma dimensão mais simbólica do que seja o estímulo fornecido pelo encontro com a equipe, e não diretamente pela equipe. No entanto, há também, na percepção de Célio, um estímulo que se materializa pelo encorajamento na busca por experimentações diferentes em sua vida, em seu caso, pelo auxílio na busca por trabalho:

Célio - quando eu entrei pra vida do crime eu comecei a ter outros pensamentos: eu quero crescer, quero fazer, isso, fazer aquilo, porque é uma ilusão: você vê todo mundo tendo você quer ter, pra ganhar isso, e é verdade, por semana você tem dinheiro pra fazer o que quiser! Ai você fala: tá bom irmão essa semana foi isso então semana que vem eu quero mais, eu quero isso e aquilo, mas eu pensei mais na vida do crime do que na minha vida honestamente.

Marina - Mas depois que você mudou seus interesses, não, agora eu quero um outro trabalho, um trabalho formal, e tudo mais, que é um pouco do que você traz, você acha que os projetos de alguma forma te ajudaram a fazer essa mudança?

Célio - Olha dona, eu creio que foi assim: o que mais me ajudou, sinceramente, eu falo onde eu for, foi o METUIA, porque se eu não tivesse conhecido eu ainda estaria ali com pessoas que, a gente fala, ficou no pé de um jeito bem legal, porque é pessoas que não ligava pra quem você era ou o que estava fazendo. Então foi assim, eu creio que eu conheci vocês lá no, aqui né, no CRAS, isso, aí eu passei a mostrar o bairro e tal e aí já mudou as coisas, quando eu não ia pra ficar ali a professora já vinha atrás. Eu sentia um pouco de vergonha pra falar a verdade...

Marina - Então você acha que essa insistência delas levou a projetar outras coisas pra sua vida?

Célio - Muito dona, desde o começo, desde o começo lá em diante com certeza!

Marina - Mas em que aspecto você acha? É por te deixar envergonhado de trabalhar com aquilo, é de te apresentar outras possibilidades, é de te ajudar a sonhar outras coisas?

Célio - Assim dona, a vergonha foi só no começo, depois eu me abria com as professoras, porque eu criei um carinho, uma intimidade, e eu não escondia, uma confiança que não tinha por que esconder se elas estavam ali pra ajudar! Então onde ia perguntava: onde está o Célio? Até na minha casa elas iam, então é coisa pra você ver, tinha um carinho, elas queriam ajuda você de qualquer jeito. Pra mim ajudou porque eu fui criando confiança e mim mesmo, porque através e mim outros jovens iam vindo, aí fui aprendendo a vida, fui tendo menos medo das coisas, comecei a sair, eu não ia no centro, tinha medo! Comecei a ver

as coisas como era na realidade, e eu fui conhecendo outras coisas, que nem conheci a UFSCar que eu não conhecia, eu conheci a USP, conheci o museu, conheci várias coisas, então eu posso ir além, foi onde eu fui despertando. Mas o alvo maior foi quando o Jair foi preso e de lá ele se converteu e foi sair, e não tinha confiança em outra pessoa pra mim ficar ali, aí acabou, graças a Deus, aí eu tinha as donas, tinha as professoras e mudei de vida, graças a Deus.

Embora na entrevista Célio pareça atribuir a outrem uma mudança em sua vida, o que se destaca no excerto acima é o valor de uma atenção personalizada, em decorrência da qual o jovem desvela uma mudança positiva na percepção de si mesmo: “*Na verdade dona, eu me senti uma pessoa importante ali, né?*”. A autopercepção parece ter sofrido mudanças frente à ampliação de seu repertório dos espaços conhecidos e visitados. A possibilidade de conhecer e estar em espaços novos e/ou de formas distintas nos locais já conhecidos trouxeram outras possibilidades aos sujeitos, como, por exemplo, o sentimento de estar apto a novas experiências. Isso também foi trazido por Lipe, quando questionado sobre o significado de participar das oficinas:

Marina – É o que significa pra você participar das oficinas, do projeto?

Lipe – Ah, significa que tipo, ah, não sei explicar mais ou menos [risada], significa bastante na verdade sabe? Eu só não sei explicar assim... Com detalhes...

Marina – Mas você acha que é positivo, negativo?

Lipe – Com certeza positivo! Porque me ajudou bastante, então... É com certeza positivo...

Marina – É quando você fala me ajudou bastante, dá um exemplo do que te ajudou assim?

Lipe – Ah, me ajudou a acreditar em uma coisa que eu achava que não conseguia, me ajudou a mudar às vezes minha cabeça de eu pensar de uma maneira, de eu pensar de outra, me ajudou a conhecer coisas que eu não conhecia, coisas que eu não achava que ia conhecer...

Marina – O que você achava que não era capaz?

Lipe – Ah... Sei lá! Tem bastante coisa... Ah, tipo, é, que nem, eu me envolvi muito com a arte sabe? Desenho, e é uma coisa que eu sempre gostei e sempre sonhei, só que nunca tipo, passou na minha cabeça que eu ia fazer um curso, que eu ia fazer exposições, né? Conhecer artistas diferentes, técnicas diferentes, lugares diferentes... Pessoas diferentes!

Marina – Você achava que era só uma distração?

Lipe – É que era uma coisa que eu achava que ia ficar pra mim entendeu? Que era uma coisa que, eu, ah “o desenho”, só, só isso, não que eu ia ter essas vantagens, né? Me ajudou nisso...

Lipe descreve um certo encantamento frente às descobertas feitas via oficinas:

Marina - como você definiria o METUIA pra quem não conhece?

Lipe – Nossa, muito bom! Eu falo assim por mim, eu não me arrependo de ter frequentado, de ter participado, porque eu conheci muita coisa, conheci muitas pessoas, conhecia muita, como chama? Ah, coisas diferentes sabe? Coisas que eu não sabia, conheci lugares que não conhecia...

Marina – Você lembra que lugares?

Lipe – Fui na UFSCar que eu não, primeira vez que eu fui foi com o METUIA, nunca tinha ido... Fui na rádio também do lado da UFSCar, fui, eu não lembro quando eu fui.

Então, aí eu conheci esses lugares, deixa eu ver mais algum lugar... Conheci, fui em museu, na biblioteca em Araraquara, lembra? Fui ver exposições já, é, e algumas pessoas de lá também me acompanharam...

Marina – É eu lembro que foi uma van...

Lipe – Eu lembro que foi muito “da hora”! Depois a gente foi pra sorveteria todo mundo junto.

O mesmo também foi pautado por Nayara, que revelou não apenas ter ampliado sua visão de mundo por meio da participação nas atividades do Projeto METUIA/UFSCar, mas também pontuou uma mudança no seu entendimento acerca dos espaços públicos, que passaram a ser vistos como seu direito e, segundo ela, a serem mais acessados, a partir desse entendimento.

Marina - De alguma forma participar dos projetos te ajudou a estar mais em espaços públicos, conhecer espaços públicos...

Nayara – Sim!

Marina – E que espaços públicos que você conheceu?

Nayara – Ah, faculdade, cinema, cinema apesar que não é espaço público porque você tem que pagar, acho que não seria espaço público, mas uma praça...

Marina – mudou seu jeito de ver os espaços públicos?

Nayara – Sim e não. Ah, deixa eu ver... Depende da forma que fala dos espaços públicos, mas você aprende que você também tem direito daquilo, embora nem sempre né... nem sempre as coisas funcionam só como são faladas.

Marina – Você começou a entender que você tinha direito de ir pra esses lugares e começou a usar mais esses lugares a partir da participação nos projetos?

Nayara – Sim!

Marina – E você acha que o METUIA em alguma medida influenciou isso?

Nayara – Certamente, o METUIA foi principalmente na ideia de que o mundo não é só aquilo que vemos...

Marina – Você acha que participar do METUIA te fez conhecer coisas novas e imaginar coisas novas pra você?

Nayara – Sim, ele amplia sua visão, faz você ampliar seu conhecimento.

Seja pela entrevista de Lipe ou de Nayara, o encontro com a diversidade ou, nas palavras de Arendt (2007), com a pluralidade que forma o espaço público, é posto como fomento à construção e/ou ampliação de perspectivas de futuro, ou, na mesma direção que colocam Lopes et al. (2010), como facilitação de processos de/para ampliação da participação social. Na prática, as interações entre os sujeitos parecem favorecer o acesso a reflexões, saberes e fazeres que os outros acabam por descortinar— seja esse outro um profissional ou outro jovem, morador da mesma região, visto que as singularidades podem ser, também, bastante (in)formativas no que tange a apresentar outros modos de vida. Desse ponto de vista o METUIA/UFSCar aparece como um incremento à sociabilidade, oferecendo oportunidade de acessos e convivência, circulação por novos espaços e com a pluralidade:

Marina— E a outra dúvida que me deu: você falou que pelo METUIA você conseguiu conhecer vários espaços, qual foi a importância de você estar nesses outros espaços? O que mudou em você essa possibilidade de conhecer outros lugares?

Célio – É, na verdade pra mim é de ver pela primeira vez, não imaginava isso, você fica, ah, você quer ver tudo, você quer tocar em tudo, como uma criança que está conhecendo tudo. Pra mim foi me dando a liberdade de poder fazer aquilo que eu queria, porque na UFSCar a gente conheceu muita coisa, muita, muita, coisa! Lá é a UFSCar, mas tem muitas coisas pra você fazer, então uma coisa que você vê e vai pensando em tudo. Na USP é a mesma coisa, foi abrindo bastante os olhos nosso.

Marina— Você acha então que estar em um projeto social como o METUIA te ajudou a circular mais pela cidade?

Célio – Com certeza dona! Se tiver pessoas como teve no tempo em que eu peguei com certeza, com certeza!

O encontro com técnicos e professores, diferentes em origem, formação, classe social e possibilidade de acesso a bens, produtos e serviços parece favorecer a ampliação de repertório, pelas vias objetivas da promoção de circulação dos jovens pelo espaço urbano, mas, também por vias mais subjetivas, ligadas aos afetos entre os jovens, tecidos na vida cotidiana. Para Célio parece subentendido que o estímulo à participação nas atividades é diretamente associado às pessoas que faziam as propostas das atividades, desvelando que aspectos relacionais podem ser, igualmente, estimulantes e estimulados pelo acesso do convívio com a pluralidade. Não é à toa que, abordando projetos sociais em geral, primeiramente os jovens se referem a figuras de referências/pessoas importantes para eles nos projetos. Essa vertente mais relacional é destacada por Célio na ocasião de sua entrevista:

Marina – E eu lembro que te conheci lá no Centro Comunitário... O que você lembra desta época?

Célio – Eu lembro que depois da Chacrinha eu não parei mais, né? O pessoal disse que ia ter a reforma lá e aí fechou lá, aí o jovem passou aqui pro CRAS que na época era Centro Comunitário né? Depois foi virar CRAS. Quando transformou a chacrinha a gente não queria ir pra lá, por que não tinha o que tinha antes, chegar, tinha regra, tinha os negócios. Preferia ficar no centro comunitário dona, porque a gente chegava lá jogava bola, tinha o futebol e tudo mais, aí dava três horas e era o almoço, todo mundo ia na hora do almoço, mas o CJ o pessoal esqueceu um pouco, né?

Diante disso, uma questão pertinente seria se a valorização engloba a convivência de forma mais livre e espontânea, o que a ação técnica teria para contribuir em relação a uma convivência mediada e com objetivos técnico-profissionais? Nos parece que além de colocar-se como interlocutor ao jovem, pluralizando suas possibilidades de convivência, o terapeuta ocupacional pode, ainda, ampliar a rede de interlocutores daqueles sujeitos ao promover espaços para os encontros e forjar elementos de interação e integração, de forma que a sociabilidade possa se expressar, por meio de trocas e construções conjuntas. Enfim, defende-se a possibilidade do enfrentamento à

projeção dos sujeitos no espaço público, fazendo o enfrentamento à restrição de experiências daqueles jovens diante de sua privação do espaço público, ou melhor, de sua histórica reclusão aos espaços privados da vida.

Ganhar o espaço público significa, também, ser exposto à experiência da convivência com o diverso, com a diversidade. A pluralidade traz à tona diferenças que, por vezes, são associadas a menor valia dos sujeitos e que acabam por servir de justificativa para agressões. Em diversos encontros tivemos que mediar o contato entre jovens que começavam a se agredir verbalmente e, algumas vezes, fisicamente, em função de provocações, em geral ligadas a apelidos depreciativos ligados a algum aspecto físico ou comportamental. Por exemplo, no espaço da praça passaram pessoas em situação de rua, de embriaguez, com deficiência física, com deficiência intelectual, com orientação sexual não binária, entre outras características possíveis de se citar. Um direcionamento do trabalho era sempre entender tais características como constituintes das singularidades de cada um, buscando romper com o movimento que as associam à identidade do sujeito, como se o sujeito se resumisse àquele traço; bem como na direção da pluralidade dos sujeitos e a possibilidade de convivência com a diferença.

A pluralidade constituinte do espaço público se dá justamente na composição com/das singularidades. Portanto, um aspecto muito importante que advém do fomento ao encontro, da partilha de um espaço territorial comum, pelas oficinas, é a produção do dissenso. O encontro com o diverso lança luz sobre questões com as quais não se concorda ou se quer evitar ou, ainda, questões passíveis de negociação para que interesses diversos sejam contemplados. A riqueza da vida coletiva advém justamente da possibilidade de criar algo em comum diante das diferenças. Nas palavras de Arendt (2007), trata-se da produção de política.

Diante da necessidade de lidar com as situações de conflito, a tentativa tem sido o convite para conversas pautadas na produção do respeito. Por vezes, a conduta passava por afastar as partes, de forma que o conflito não evoluísse ainda mais, o que, em geral, ocorria em situações de pouca tolerância para a presença do diverso ou o julgamento de que certas pessoas

tenham menor (ou nenhum) direito de permanecer em espaços coletivos como a praça. Isso diz de um movimento de reprodução da segregação social, da não aceitação da pluralidade, do não reconhecimento da condição humana do outro como próxima à sua própria (ARENDRT, 2007).

Uma situação que ilustra este aspecto ocorreu em uma oficina, quando se promoveu uma roda de conversa para discutir quem tinha direito de acesso e permanência a um espaço público, os jovens pautaram que seriam aqueles que não incomodam a maioria. Logo, uma mulher conhecida por todos no bairro, que vive ali em situação de rua, com uso abusivo de álcool (embora a família more no bairro, eles não a querem em casa e ela também relata gostar de estar na rua, recorrendo à família e à toda comunidade diante de situações extremas, como fome ou frio), foi listada como alguém que pode ocupar o espaço somente quando toma banho, por exemplo. Durante a roda de conversa, tensionou-se o debate acerca de quem teria o direito de definir quem é que incomoda e se este critério seria o melhor, tendo em vista sua arbitrariedade, afinal, cada um tem percepções diferentes. Alguns protestaram, dizendo que isso prejudicava seu direito de usufruir do espaço e então foi debatido sobre a sobreposição de valores entre uns e outros. A conversa toda levou à percepção de uma dificuldade em vivenciar a vida coletiva, de uma supervalorização da esfera privada em relação à vida pública.

Para Agostinho (2008), no exercício cotidiano vivenciamos o encontro com aquele que nos é diferente e, por essa via, ganha espaço a discussão da conquista do direito à diferença. Isso ganha relevância quando se põe em tela a compreensão de Arendt (2007) de que toda vez que se tenta excluir o diferente da cena pública, se privilegia o espaço privado em detrimento do espaço público, do espaço de exercício do direito e da cidadania. O movimento contrário, buscado no cotidiano do nosso trabalho, tem buscado a valorização da esfera pública e da dimensão coletiva da vida, na perspectiva que isso reverbera nas vidas privadas dos sujeitos. O oposto disso, ou seja, quando a vida privada se projeta sobre a pública, se produz a emergência do fenômeno totalitário, definido pela autora como “a dominação permanente de

todos os indivíduos em toda e qualquer esfera da vida” (ARENDT, 1989, p. 375).

Interessa-nos a apreensão do espaço público como acesso ao comum e, portanto, em oposição ao privado, onde, de acordo com Arendt (2007), encontra-se o caráter privativo. Para Silva e Agostinho (2012) significa, de fato, privar alguém de algo ou, nesse caso, negar aos sujeitos o usufruto do domínio público. Para Arendt (2005), isso seria equivalente a negar ao sujeito o que lhe pertence de mais humano: a possibilidade de agir. Diante disso, pensar a contribuição para/na colocação de diversos grupos sociais no espaço público, político, é uma questão ética (NOSELLA, 2008). Para Nosella (2008, p. 255), sob uma vertente histórico-dialética, a ética adquire o sentido de “querer um certo bem geral, uma vez que existam as condições materiais e técnicas indispensáveis para a concretização desse bem”. Daí a preocupação latente em se emprestar esse conceito como base da ação e da reflexão da terapia ocupacional social. Para Lopes e Silva (2007, p. 163):

Os espaços públicos, segundo Hannah Arendt (1995), pautam-se pela dimensão do reconhecimento do direito, do bem público, ‘publicizando’ conflitos, criando arenas para seu encaminhamento. A ausência de tais espaços demonstra as dificuldades em se formular as questões sociais cotidianas na linguagem pública do direito. A cultura de uso dos espaços públicos prevê que a diferença será expressa, pois valores estarão em circulação, argumentos e opiniões em debate, como vias para se constituir uma moralidade pública estabelecida pela convivência democrática com as diferenças e conflitos. É esta possibilidade que abriria canais de comunicação social para o debate sobre *as juventudes* em convivência na sociedade brasileira, sobre suas demandas a serem respondidas, sancionadas ou não, pela dimensão do direito.

Entende-se que a partilha de um mesmo espaço geográfico coloca em contato uma diversidade de atores sociais e promove a possibilidade de interação e de uma multiplicidade de usos como o comércio, o lazer e o descanso. De certa forma, pode-se dizer que o uso daquilo que é comum favorece a copresença de múltiplos sujeitos, de pluralidade existencial, de sociabilidade e, ainda, de acontecimentos e práticas sociais (LAMAS, 2004).

De acordo com Narciso (2000, p. 272), “numa perspectiva territorial e tecnicista, o espaço público é, à partida, um espaço físico; o da rua, da praça, do comércio e das trocas”. Não ter possibilidade de acesso a tais espaços ou não se reconhecer no direito de acessá-los é, por conseguinte, ser excluído do encontro com o outro, melhor: com os outros, a possibilidade de aparecer, debater e produzir o mundo comum, ou seja, de participar social e politicamente.

É certo que essa possibilidade de partilha de espaços e diálogos gera a possibilidade de criação ou reconhecimento de pautas comuns (CALLIGARIS; 2011), portanto, promover a coletividade ganha ainda maior relevância diante da possibilidade de apresentar ligação com a vida pública, é transitar pela esfera pública da vida (ARENDRT, 2007) e colocar em exercício da cidadania e em pauta temas para conhecimento geral e de interesse coletivo. Os espaços públicos simbolizam o avanço na discussão de temas tradicionalmente compostos na ‘esfera privada’ e que são importantes para o debate e intervenção sociocultural, por refletirem vivências de um grande número de pessoas - como a questão da violência contra a mulher, os direitos de crianças e jovens, a discriminação aos homossexuais, o racismo, dentre outros temas. É necessário avançar para a construção de espaços que garantam lugar de fala e escuta do jovem por meio de sua participação direta, de maneira a efetivar o diálogo, criando-se subsídios para políticas públicas cujo impacto se dê na direção de promover a diminuição da desigualdade, da discriminação e da violência a que está sujeita a maioria dos adolescentes e jovens no Brasil.

Pensar o espaço público como espaço de encontro entre a pluralidade humana, como propõe Hannah Arendt (2007), é uma possibilidade importante, passível de mediação de um técnico à medida que esse encontro põe em tela a necessidade de negociação e mediação diante da possibilidade de geração de conflitos em diversos níveis. Para Agostinho (2008), uma vez que o espaço público é o lugar onde as diferenças podem se manifestar, ele se coloca também como o lugar onde se aprende a viver de forma coletiva.

A agitação aumentou muito com a presença de um jovem, de 16 anos, a quem chamam de “pote”, fazendo alusão à sua cabeça. O rapaz é bastante estigmatizado ali no bairro, sobretudo por frequentar a APAE, o que, não raro, é motivo para piadas e muitas provocações. Buscamos mediar a chegada de Júnior, no sentido de debater a convivência para todos. Surgiram muitos protestos no sentido de dizer que ele também provoca as pessoas, como se isso, mais que justificativa, fosse uma legitimação para a maneira agressiva de tratá-lo.

Por fim, as provocações foram aumentando, apesar de nossas tentativas em resgatar as próprias falas deles de que o espaço público é um “espaço para todos”; explicitando as contradições entre suas falas e ações. Além da grande maioria se colocar muito apartada³⁹ da discussão, por não estar presente nos encontros anteriores, mostravam-se desinteressados, como o jovem Sinistro, que sempre esteve conosco, mas, no entanto, naquele dia incitava as crianças a continuar em um movimento desrespeitoso. O evento culminou em uma agressão física.

Chamamos todos para uma fala rápida que consistia em dizer sobre a falta de possibilidade para o trabalho naquele dia, dando por encerradas as atividades e solicitando uma reflexão sobre o ocorrido, no ensejo do resgate dos aspectos listados por eles próprios como prerrogativas para o espaço público. Neste momento muitos expressaram forte discordância daquela decisão, chegando a prometer mudança de comportamento e até propondo “barganhas” do tipo: “Não, dona! Não fica brava!...Traz o ísopor que eu pinto tudo!”.

A conversa se prolongou na perspectiva de que não era questão de braveza ou decepção, mas sim sobre os mínimos para a constituição de um espaço de convivência, e que caminhe para a possibilidade de um espaço público; é importante sinalizar que esse processo todo durou cerca de 1h30, metade do tempo total destinado às oficinas.

Na semana seguinte, a situação foi bem distinta no encontro destinado à produção da maquete, quando fomos recebidas na praça com uma atitude bastante diferente. Ninguém chegou a comentar claramente sobre o ocorrido, mas, por diversas vezes, pareciam tentar amenizar a situação através de um comportamento bastante comedido, como que pedindo desculpas; tudo o que era solicitado era prontamente atendido e, por algumas vezes, se ouviu: “Respeita! Presta atenção! Vai que a dona vai embora, de novo!”.

Tentou-se reaver a conversa sobre as razões do trabalho ter sido interrompido naquela ocasião e o quanto ele é corresponsabilidade de todos, salvo os diferentes papéis e formas de participações. Neste momento, um dos moradores que frequentemente passa pela praça perguntando qual a “atividade da vez”, veio questionar se, de fato, tivemos que interromper a atividade na semana anterior, pois tinha ouvido burburinhos a esse respeito. Confirmamos e lhe explicamos o contexto e ele, por sua vez, mostrou-se indignado pela “falta de postura”.

³⁹ A rotatividade dos participantes das/nas oficinas é algo bastante interessante como possibilidade de se alcançar um maior número de pessoas, inclusive sob o aspecto intergeracional, mas isso também dificulta, por vezes, a continuidade das discussões e/ou o resgate dos produtos dos encontros anteriores.

Esta situação, embora passando pela manifestação direta do insulto ao outro, remete à discussão de Sennett (2004) do quanto o respeito mútuo pode tecer relações que transponham as desigualdades e do quanto, compondo a manifestação do respeito ao outro, o respeito próprio é condição anterior. Diante disso, uma questão pertinente frente à nossa tarefa de compreender o que se produz a partir das oficinas é: as ações técnicas favorecem a produção de respeito, em alguma medida? E que medida seria essa: individual? Social? De alguma maneira, através das intervenções em terapia ocupacional social faríamos (ou fazemos) frente a essa crise de oferta de respeito (SENNETT, 2004)?

A falta de respeito, embora seja menos agressiva que o insulto direto, pode assumir uma forma igualmente ofensiva. Nenhum insulto é feito ao outro, mas ele tampouco recebe reconhecimento; ele não é visto - como um ser humano pleno, cuja presença tem importância. Quando uma sociedade trata a grande maioria das pessoas desta forma, julgando apenas alguns poucos dignos de reconhecimento, é criada uma escassez de respeito, como se não houvesse o bastante desta preciosa substância para todos. Como muitas formas de escassez, esta é produzida pelo homem; ao contrário da comida, o respeito nada custa. Por que, então, haveria uma crise de oferta? (SENNETT, 2004, p.17).

Diante da atuação profissional é possível dizer de uma produção de respeito que se constrói pelo tratamento mais igualitário no que tange considerar que cada jovem, em sua singularidade, é dotado de saberes e tem possibilidades de contribuição com a vida que se faz coletivamente. Assim, pode-se dizer que na prática da terapia ocupacional social preza-se pela horizontalidade das ações em detrimento das hierarquias socialmente constituídas, considerando que o Outro reúne condições para participar e colaborar com os assuntos coletivos e a vida pública pela sua condição humana. Na concepção teórica e prática do terapeuta ocupacional (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002) esse Outro é entendido como um sujeito de saberes, desejos e necessidades, é alguém que está na relação em condição igual de possibilidade de participar, sendo, portanto, parte tão relevante do processo quanto qualquer outra dimensão.

De acordo com Sennett (2004), a produção de respeito passa, necessariamente, pelo reconhecimento do outro em sua humanidade, o que, segundo Arendt (2007), é pressuposto à participação no espaço público. Poderíamos dizer que se ocupar com a produção de respeito durante a prática técnica seria, de certa forma, projetar ações sobre o espaço público e a possibilidade de os sujeitos agirem nele. Essa construção tem sido buscada ao mesmo tempo que se empenha por entender os movimentos entre os sujeitos daquele lugar e o porquê da violência tão frequentemente utilizada ali como linguagem.

Desse modo, entende-se que a produção de respeito estaria posta como possibilidade e em contraposição à produção de desigualdade e indiferença, lançando luz sobre os sujeitos e sobre a necessidade de seu reconhecimento social (VIDAL, 2003). A imensa desigualdade constituinte da sociedade torna a partilha do bem público um território intensamente conflituoso. Em espaços assim constituídos, as atividades em terapia ocupacional precisam adotar uma configuração de mediação dialógica da partilha do espaço e coabitação da diferença (GALVANI et al., 2016), fazendo possíveis processos de identificação e de valorização mútua, de respeito e de apreço à pluralidade cultural, que se constroem concomitantemente pela convivência (ALMEIDA et al., 2015). A convivência é entendida como algo que gera possibilidades de influenciar outras pessoas e, da mesma forma, ser influenciado por elas. Neste sentido, Nayara traz uma percepção das possíveis influências dos projetos sobre os jovens, quase que em uma ação protetiva:

Marina – Você me falou que acha que talvez a criminalidade não tivesse crescido tanto se tivesse projetos investindo nos jovens.

Nayara – Correto!

Marina – Em que você acha que os projetos influenciaram aqui no bairro?

Nayara – Ah, por exemplo, nos projetos você podia desenvolver suas habilidades, sei lá...

Marina – Você acha que talvez essa influência tenha sido mais individual então?

Nayara – Não só individual como no coletivo, eu acho que o projeto ele ajudava em... ah, eu quero melhoria pra mim, mas também quero melhoria pro que está do meu lado, e quem sabe assim formaria uma corrente e hoje tudo seria melhor?! Todos os aspectos.

Marina – E você acha que algum aspecto foi melhor? Nesse senso de coletividade?

Nayara – Ah eu acho que sim, porque 100% quer essa melhora, pelo menos a semente plantada de certa forma deu fruto, eu acho que sim...

Marina – Então aqui no meu exercício de “tradução” pro meu entendimento, eu posso dizer, por exemplo, que você entende que os projetos ajudaram as pessoas a ter senso de coletividade?

Nayara – Sim!

Ainda que os projetos sociais se voltem à criação e/ou fortalecimento de um espaço público, promovendo debates e experiências de sociabilidade, posto que são espaços normatizados por uma instituição, identifica-se que não constituem, propriamente, um espaço público (BURGOS, 2015). Acredita-se que proporcionar estas experiências podem ser uma oportunidade para composição de um repertório que venha a ser utilizado pelos sujeitos, mais tarde, com criticidade e autonomia. Acredita-se na viabilidade de uma reflexão sobre as maneiras de ocupação dos espaços, que possibilitem a convivência entre os diferentes grupos. Sob essa ótica, pode-se dizer que o METUIA/UFSCar tem alavancado, de forma pioneira, a discussão dos espaços de sociabilidade como estratégia metodológica à terapia ocupacional social, mas também como produto de suas intervenções.

Isso posto, acredita-se que o trabalho da terapia ocupacional social na utilização de espaços públicos tem se direcionado para vertentes complementares e imbricadas entre si: atuando na promoção de visibilidade dos sujeitos jovens e, concomitantemente, atuando para promover/ampliar, entre sujeitos tão diversos e plurais, possibilidades de igualdade de participação. A igualdade será o próximo elemento a ser analisado e discutido.

6.3. A experimentação de igualdade pelo trabalho técnico em terapia ocupacional social



Imagem 9 – Jovens e crianças pactuam regras de funcionamento para o espaço das oficinas (acervo METUIA/UFSCar).

A pluralidade constituinte do espaço público enriquece a vida coletiva (ARENDT, 2007), mas também a complexifica, à medida que, diante das diferenças sociais, de origem econômica, de gênero, de etnia, ou de qualquer outra natureza, faz-se necessário a criação de estratégias para que, em alguma medida, os sujeitos sejam postos em igualdade para a constituição do espaço público. Pois, para Arendt (2007), o espaço público é aquele em que os sujeitos encontram possibilidade de participar da construção do bem comum em igual possibilidade de fala e de escuta. Não se trata de igualar o ser humano em detrimento de suas características singulares, antes, trata-se de propor condições para que essas características possam se manifestar em possibilidade de participação e reconhecimento da cidadania. A compreensão de que se convertem em cidadãs as pessoas que atuam em público (ARENDT, 2007), auxilia nas proposições efetivas para o desafio que é pensar na igualdade necessária para a construção do espaço público em face da pluralidade que o constitui.

Durante as oficinas, por exemplo, este desafio foi observado com relação às possibilidades de participação das meninas. Como posto por Cappellaro (2013), é notável a ausência ou menor frequência das jovens nos espaços de lazer e convivência de seu bairro e entorno. Foi entendido por aquele estudo que as possibilidades de circulação e participação daquelas meninas estão fortemente associadas à uma questão de gênero em situações como a desigual distribuição das tarefas domésticas entre homens e mulheres, resultando em diferentes possibilidades de experienciar os espaços de convívio comum. Durante o período de objetivação participante realizado para esta pesquisa, notou-se mais uma vez que as jovens, de fato, chegavam em menor número, permaneciam por menor período de tempo e, em geral, estavam nos espaços de convivência acompanhadas (por filhos, irmãos – em geral mais novos, dos quais cuidavam – de companheiros, ou outras amigas). A exemplo disso tem-se os dois relatos na sessão anterior, sobre as jovens que chegavam à praça apenas durante o período das oficinas e o relato de Preta, e as violências sofridas no ambiente doméstico. As jovens parecem não ter permissão para andar sozinhas, tendo sempre alguém na vigilância, embora às vezes elas também se coloquem nessa função, como quando certa vez uma jovem foi questionada se queria participar da atividade e ela prontamente respondeu que só tinha ido lá para “*ficar de olho no namorado*”. No entanto, parece que a presença da equipe do METUIA/UFSCar legitimava a possibilidade da presença delas em certos espaços e, diante disso, a questão do recorte de gênero e o fato da equipe ser composta quase que exclusivamente por mulheres, parecia favorecer a presença das meninas.

Um outro episódio que fez ressaltar a questão em torno do gênero foi quando, durante a objetivação participante, uma das estagiárias foi agredida verbalmente por uma moradora, por estar “perto demais” de seu ex-namorado, durante uma partida de xadrez. Embora estar em presença majoritariamente feminina pareça favorecer certos trânsitos pelo território, essa mesma característica pode trazer outras questões, no que tange à acolhida da equipe. No entanto, quando isso ocorre, utiliza-se o acontecimento para a proposição de conversas que vão na direção de problematizar as desigualdades, por meio do conhecimento da realidade e

das necessidades, e das formas como os sujeitos compreendem seu mundo e o cotidiano (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002). A proposta é trazer a público questões que são aparentemente privadas, como o ciúme, mas que, no entanto, são questões coletivas por demonstrarem a condição feminina, sendo que sua reverberação na vida pública representa limites às possibilidades de as pessoas estarem e participarem dos espaços.

Os espaços públicos, segundo Hannah Arendt (1995), pautam-se pela dimensão do reconhecimento do direito, do bem público, publicizando conflitos, criando arenas para seu encaminhamento. A ausência de tais espaços demonstra as dificuldades em se formular as questões sociais cotidianas na linguagem pública do direito, restringindo seu enfrentamento aos códigos da vida privada. A cultura de uso dos espaços públicos prevê que a diferença será expressa, pois valores estarão em circulação, argumentos e opiniões em debate, como vias para que se constitua uma moralidade pública, a partir da convivência democrática com as diferenças e os conflitos. É esta possibilidade que abriria canais de comunicação social para o debate sobre as juventudes na sociedade brasileira, sobre suas demandas a serem respondidas, sancionadas ou não, pela dimensão do direito (LOPES; SILVA, 2007, p.13).

Transcender o espaço privado, nessa perspectiva, é oportunizar experiências mais abrangentes, posto que coletivizadas. Além disso, favorece aos sujeitos a possibilidade de experimentação que, segundo Arendt (2007), não ficam restritas à esfera da hierarquização e do poder como acontece no seio das famílias. De acordo com Serpa (2004), a vida nas ruas coloca em evidência, entre outras coisas, os modos como se definem hegemonicamente a ocupação do espaço público e a produção de espaço privado. Nessa direção, o que se tem é a restrição histórica da mulher aos espaços privados, para cuidado das residências e famílias (RESENDE, 2017), enquanto que aos homens sempre foi considerado legítimo o lugar de hegemonia, de forma que o homem sempre foi presença majoritária e prioritária no espaço público, enquanto a mulher no espaço privado. Esse funcionamento societário, segundo Telles (1999), não favoreceu que certos grupos sociais desfrutassem de interação humana, uma vez que, reclusos ao ambiente privado, não podiam ser vistos, ouvidos e respeitados como sujeitos de direitos, pois, o que

se faz na esfera privada não pode ser compartilhado pela sociedade. De acordo com Borba (2012, p. 216), enquanto

os meninos, desde sempre, jogam bola, empinam pipa, 'piram' as aulas, vivem cotidianos mais livres, sem tempos predefinidos sobre a hora de brincar, hora de comer, hora de estudar; a regra nasce com a hora de ir para a escola. Já as meninas são regradas pelas tarefas domésticas que precisam cumprir, cuidam dos irmãos menores, dos filhos dos parentes e vizinhos. A perspectiva de 'igualdade' entre gêneros, no que se refere à criação dos filhos, não chegou às periferias, as distinções e atribuições de tarefas para meninas e meninos são bem definidas, sendo essa tal de igualdade uma promessa, um futuro distante.

Embora as oficinas, com frequência, se façam como espaços onde as diferenças são expressas, por aglutinar sujeitos e grupos diversos, busca-se, também, entender (e efetivar) o exercício de igualdade naqueles espaços. A projeção de que a opinião de um ator não se sobreponha a do outro ou de que, de fato, todas serão consideradas de igual forma tem sido uma importante premissa no processo de trabalho. Apesar disso, como destaca Borba (2012), a igualdade está posta, no horizonte, ainda como algo a ser efetivada. Localizando as desigualdades sociais pautadas nas questões de gênero sob uma lenta dialética materialista-histórica, Cisne (2018) relaciona essa chave de leitura à possibilidade de uma crítica sobre as relações e fenômenos sociais, indo além das suas expressões imediatas e tomando um direcionamento político-interventivo de desnaturalização das particularidades das diversas desigualdades. Apesar dessa possível orientação ao trabalho do terapeuta ocupacional, é importante que se faça a ponderação de que esse é apenas um pequeno elemento em um complexo e enorme processo sócio-histórico e, como tal, está sujeito aos tempos históricos e contratos sociais, tendo, de fato, pouca autonomia para mudanças nesse sentido. Partindo dessa compreensão, considera-se possível pensar dois níveis de experimentação de igualdade: uma microssocial, nas relações mais proximais e, em nosso caso, nos espaços das oficinas; e em uma dimensão macrossocial, em termos de prática social e o que de fato pode ser

considerada a igualdade apresentada por Arendt (2007), em termos de possibilidade de participação políticas dos cidadãos.

Portanto, tendo concluído que a experiência em uma dimensão mais macrossocial não cabe às intervenções de uma certa categoria profissional, seja qual for, defende-se a ideia que, em alguma medida, ainda se utiliza a questão da igualdade como guia às ações da terapia ocupacional social. Nesse sentido, tem-se a fala de Nayara em resposta à pergunta se, de alguma maneira, ela se sentiu experimentando igualdade com outras pessoas e grupos ao participar das oficinas do METUIA.

Então, eu acho que sim e não. Igualdade, a todo momento, deveria existir. Participar do METUIA abre seus conhecimentos para você ver que tem esse direito de igualdade. Eu experimentei sim, igualdade em outros grupos a partir do momento que eu comecei a perceber dentro do METUIA que eu também tinha aqueles direitos, que eu também devia estar ali, entendeu!? A parte que digo não, é que a gente não deveria buscar igualdade sendo que ela deveria já tá imposta, colocada, entendeu!? Mas não que vocês do METUIA digam “vocês, determinadas pessoas, ficam aqui; você tem isso, esse talento, então fica ali...não, lá no METUIA vocês buscam fazer com que a gente entenda que a igualdade deva existir independente de classe social, de que pessoa seja. Tá me entendendo?

Marina – Deixa eu ver se entendi direito pra não falar besteira: você fala assim que “sim” no sentido de que lá você percebeu que tinha o direito de igualdade e aí você começou a buscar fazer esse direito fora da oficina e quando você fala que “não” é porque a gente não tratava todo mundo igual no sentido de “nivelar” todo mundo...entendendo que todo mundo é diferente, que cada um tem sua particularidade...é nesse sentido?

Nayara – Isso, isso mesmo...isso que eu quis dizer.

O eu falar ou outra pessoa falar, tinha direitos iguais porque o METUIA busca isso... entender as pessoas como iguais. Vocês trabalham a igualdade... como vocês iriam tratar uma pessoa diferente da outra!? Não tinha desigualdade.

Neste processo, busca-se, inclusive, que o próprio técnico não seja superior ao outro em valor (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007). Esse é um exercício difícil, pois socialmente se tem a valorização do saber acadêmico científico e sua colocação em um lugar de privilégio, em detrimento ao saber popular. Desvencilhar-se dessa visão é um exercício constante ao profissional. Não se trata de negar as condições de poder ali presentes, que permanecerão, mas sim buscar estratégias de que outros poderes possam circular e operar. De acordo com Lipe:

eu gosto muito, é, tipo assim: tem coisas que vocês fazem que, por exemplo, não é uma coisa assim: “hoje a gente vai fazer isso e pronto!”, não, vocês pedem ideias das pessoas entendeu? Pra ver o que elas gostam. Porque às vezes a gente vai lá e só faz “o que vocês querem”, colocando assim, e não é bem isso sabe? Vocês fazem bem diferente sabe? Vocês pedem ideias, né, ah, teve, tipo, uma votação do que eles querem e vocês fazem.

Embora essa postura seja bem avaliada do ponto de vista do jovem, ainda que se busque o exercício da igualdade nos espaços das oficinas, entende-se que tal experiência se faz muito frágil diante da realidade social na qual vivem aqueles sujeitos. Concomitantemente vivenciam, direta ou indiretamente, o poder paralelo exercido pelo tráfico de drogas naquela região, seja decidindo punições para as contravenções cometidas pelos moradores, ou ainda, doações para aqueles a quem julgam mais necessitados. Portanto, as vivências são múltiplas e com poderes diferenciados, não sendo possível ignorar o contexto em que se está e, especificamente, a ordem hierárquica e de poder ocupado pelo tráfico de drogas. Nesta direção, Polak (2014) realiza uma análise das relações de poder nas favelas cariocas, a partir da obra “Origens do totalitarismo”, de Hannah Arendt, concluindo que existe um *modus operandis* totalitário exercido pelo tráfico de drogas e sua lógica patriarcal.

Priscila, nossa colaboradora, por meio de sua entrevista (ao estudo de Monsalve, 2017) aborda tais aspectos em sua vivência:

Priscila cuestiona de su territorio, que el tráfico de drogas sea una fuente de ingreso y cree que por el contrario ha deteriorado las condiciones de vida en el barrio y de sus habitantes, expresa que cada vez más la dinámica de tráfico y consumo se incrementa y esa cotidianidad es donde los jóvenes y niños cada vez se ven más involucrados hasta el punto de no sentir más motivación por otras propuestas y otros proyectos de vida a futuro (MONSALVE, 2017, p.50).

À medida que o tráfico, extremamente hierarquizado, se apresenta como um campo de forças e relações sociais que organizam não só lugares de vida cotidiana e espaços físicos, mas também lugares sociais de pessoas,

discursos e demandas, definindo o que (e como) deve vir a público e quais os encaminhamentos, defronta-se com um cerceamento do espaço público. Portanto, como organização, o tráfico cria e reproduz distinções que acabam por gerar e aprofundar diferenças entre as pessoas que a ele estão sujeitas. Havendo hierarquia entre pessoas e interesses diversos, se produz, necessariamente, um movimento de afirmação da desigualdade. Para esses sujeitos, portanto, o debate e o fomento à igualdade têm que ser construídos para fora e para dentro do bairro, pois o que se vive, interna e externamente é o oposto ao ideário de igualdade. Desta forma, nos questionamos em que medida os espaços públicos seguem sendo públicos, se, em sua concepção, o uso e a apropriação se fazem valer dos interesses privados do tráfico de drogas.

Na praça onde realizamos as ações que foram objeto de coleta de dados deste estudo há dois pontos de venda de drogas. Além da venda em si já ser uma forma de apropriação privada de um espaço aberto ao público, e com potencial de tornar-se público na apreensão arendtiana (2007) - ser um espaço político, de tomada de decisões sobre a vida coletiva; o tráfico de drogas fomenta outros conflitos no que diz respeito à realização da vida social, cultural e política no espaço urbano. Um exemplo é o episódio no qual moradores e equipe se mobilizaram para acionar o poder público e os órgãos competentes para cuidado da iluminação da praça. Naquela ocasião um dos moradores nos advertiu que aquele esforço era em vão, pois, toda vez que as lâmpadas eram trocadas, logo em seguida eram quebradas pelos trabalhadores do tráfico de drogas, que se beneficiavam de um ambiente mais escuro frente à vigilância da polícia. Os moradores se queixavam da falta de luz na praça e o quanto isso impedia muitos de ali circular. Nós mesmas tivemos esta dificuldade em alguns encontros realizados no fim da tarde/início da noite que, a depender da proposta, nem puderam ser viabilizados – por exemplo, se dependesse de alguma atividade de leitura.

Apesar de tais contradições, pode-se dizer que o trabalho tem sido bem recebido naquele território e não encontra impedimentos para sua realização, bem como, por muitas vezes, encontra algumas tentativas de

composição por parte do poder paralelo, seja porque, aparentemente, a presença das oficinas ali oferece uma certa “proteção”, um alibi à presença das pessoas na praça (lembrando tratar-se de um espaço de certa movimentação já presente pela venda de drogas), ou seja porque entendem o trabalho como uma atenção a um bairro tão negligenciado: *“o que vocês fazem aqui é muito da hora, ninguém quer saber desse lugar aqui, das crianças daqui... a gente tem que valorizar muito o que vocês fazem... por isso, se precisarem de ajuda, chama a gente”* (Borá, morador). O tráfico de drogas e seu poder naquele contexto é parte do território. Evidentemente, não se pensa em uma associação com o tráfico de drogas, na proposição do trabalho, mas também não se parte de uma postura de preconceitos no sentido de fazer, seus trabalhadores, apartados de nosso processo de trabalho. A premissa da igualdade pauta-se por elementos mais abrangentes, como a condição humana daqueles sujeitos. Portanto, sobrepor o papel social de trabalhador do tráfico a qualquer outro papel que aqueles sujeitos, como jovens, podem desempenhar, já é trabalhar no sentido de manutenção das desigualdades. Por outro lado, garantir a possibilidade de participação daqueles sujeitos, como de qualquer outro, pode ser uma experiência de igualdade, para os que estão dentro e para os que estão fora da atividade ilegal. Daí a importância da igualdade constituída pela compreensão do viés do direito. Não depende de quem quer ou de uma opinião particular. Não depende de concordância, aprovação ou simpatia ao outro ou à atividade que exerce. Depende única e exclusivamente da compreensão de que o direito à participação, em igualdade, está para cada um, apesar de tais questões.

Ressalta-se que não se trata de um exercício fácil. As pessoas reproduzem, o tempo todo, o poder instituído. A exemplo disso, tem-se o registro da participação de uma menina de cerca de 11 anos em uma das oficinas na qual, por ocasião da proximidade com as férias escolares, havia a presença de muitas crianças. Naquele momento, a atividade consistiu na elaboração coletiva de regras que pudessem favorecer o espaço das oficinas para a convivência de todos, pois os estranhamentos entre as crianças estavam constantes. A dinâmica do trabalho pautava-se na circulação da palavra entre todos os presentes, que podiam apresentar sugestões de como

achavam que o espaço das oficinas poderia funcionar. Apesar de tudo ser pactuado coletivamente, toda vez que uma mesma menina rompia com os pactos ali firmados, as crianças recuavam e não reclamavam, dizendo que não queriam tratar do assunto, diferente do que acontecia quando alguém outro transpunha as regras ali em curso na atividade, a quem facilmente se enfrentava com avidez. Ao questionarmos aquela postura, o porquê de reações diferentes frente aos mesmos comportamentos, uma das crianças sussurrou: *Mas o pai dela é do tráfico!*

O tráfico é uma estrutura de hierarquias (FELTRAN, 2007) que enviesa e fragiliza a possibilidade de experimentação dos espaços de tomada de decisão, pois, de certa forma, se opõe à igualdade. Em contraponto, esse lugar do “tratado como igual”, experimentado no bojo do METUIA/UFSCar, pelo relato de Jaguar, parece motivar os jovens a estar no projeto.

Marina – E como você se sentia em um espaço onde você podia escolher as coisas? (fazendo referência à acolhida da proposta do próprio jovem do METUIA/UFSCar organizar um campeonato de pipas.

Jaguar – Me sentia bem!

Marina – Era uma coisa diferente né?

Jaguar – Bem diferente que os outros que eu participei... era bem diferente, os outros eu participava, mas não punha a opinião em nada, nenhum deles perguntava nada...

Marina – Chegava com as coisas prontas?

Jaguar – É, só que nesse aqui agora que eu participei perguntava tudo, o que era bom, o que não era, a gente ia falando...

Marina – E isso te ajudava a ter mais vontade de estar no projeto?

Jaguar – É, ajudava...



Imagem 10 – A experimentação de “outro lugar”: jovens levam equipe até seu lugar favorito no bairro (acervo METUIA/UFSCar).

Lipe, disse que *todos tinham a atenção que precisavam* e por isso, inclusive, *achava legal* o espaço das oficinas do METUIA/UFSCar, pois, *todos eram tratados iguais, ninguém diferente. Ali todos eram respeitados, você sendo quem é, independente da classe, do gosto... de tudo!* Lipe traz ainda a percepção de que nas oficinas se constituíam espaços de experimentação de participação, pela emissão de opiniões sugestões

Ah! Nós sempre tivemos atenção e incentivo... e isso fazia com a gente estivesse em um lugar onde podíamos falar o que pensamos e mostrar o que gostamos de fazer, como as atividades, que eram novas... a cada semana uma coisa diferente, e sempre de acordo com que os jovens queriam. Muitas vezes nós mesmos sugeríamos algo pra fazer e isso era bacana porque fazia com que o espaço fosse livre e você podia acompanhar de tudo, sabe!?

A experiência da igualdade é algo que ocorre concomitantemente nas esferas privadas e públicas, pois, muitas vezes, diz da experiência de um sujeito em particular que só se constrói na convivência com o outro, e para a convivência com o outro, na conformação do espaço público. Essas esferas são, portanto, dimensões indissociáveis.

Foi justamente por se ver importante em sua singularidade, na dimensão privada, que Célio se sentiu motivado para estar no espaço de igualdade e de possibilidade de participação coletiva. Até então, pelo que traz de relato, a experiência de ser visto como igual aos outros não lhe parecia potencializadora, ao contrário:

Marina – Mas você acha que por morar aqui já tem uma identidade perigoso? Ou é pelo jeito de vestir, por ser homem, na idade que você tem... você acha que isso sai de onde?

Célio – Tem todos os lados: é o jeito de se vestir, por estar sempre na esquina e o pessoal (polícia) vendo e falando “vou te pegar, fazer isso e aquilo” ...

Marina – Chegam a marcar o rosto mesmo?

Célio – E também, assim: “onde você mora?” “Gonzaga”, já muda tudo! Você está vestido de um jeito, mora no Gonzaga, e toda vez o cara te vê na esquina...era complicado pra nós.

Nayara aborda esta mesma percepção ao fazer considerações acerca dos projetos dos quais participou:

Nayara – Tinha um professor que chamava Mateus e era muito bacana, ele via futuro nas crianças e eu gostava disso!

Nayara – Acho que eu tinha uns 4, 5 anos de idade.

Marina – Nossa, muito nova! Mais algum além desse?

Nayara – Ah, só tem o METUIA, não tem nada pra fazer aqui...

Marina – Nossa, sempre achei que tivesse mais. Dos seus 4 anos pra agora só esses dois?

Nayara – Ah, só... Não tem nada pra fazer aqui.

Marina – E porque você acha que pra jovem não tem? O que será que acontece no meio do caminho?

Nayara – Falta de atenção, achar que todo mundo é igual, entendeu?

Marina – E ai tipo, estou naquele esquema de tentar não enfiar palavra na sua boca no futuro, então vou te contar o que eu estou entendendo, e você diz se é isso ou não: do tipo, não ficar atento pros jovens precisam e ai o projeto não sabe o que oferecer?

Nayara – Também, mas eles falta o investimento, achar que todo mundo é igual, tipo, “ah, todo mundo vai ser das criminalidade, todo mundo é marginal” sendo que não é assim, agora não quer que o jovem seja marginal, quer construir cadeia pra eles, sendo que não dão oportunidade de emprego, não dão estudo decente, não dão alimento decente, uma moradia digna, que são as coisas básica do ser humano, e depois não quer oferecer nem se quer um projeto que é direito do jovem e do adolescente.

Sendo o espaço público o lugar no qual as singularidades se encontram, possibilitando a convivência da pluralidade, e se é nesse espaço que se efetiva a possibilidade de construção e partilha de coisas comuns, o espaço público é um tema de suma importância para a discussão do lugar social das juventudes na atualidade. É pela convivência que se constrói espaços de igualdade, pactua-se a possibilidade de participação de todos, mas para isso se depende de que haja igualdade de condições para a participação. Ainda que evidentemente o METUIA/UFSCar não tenha governabilidade para pensar isso em nível macroestrutural, acredita-se que fomentar a experiência da igualdade, ainda que em uma esfera micro, é influente na vivência daqueles sujeitos. Inclusive porque, como aponta Arendt (2007), a ideia de igualdade é prerrogativa à inclusão de qualquer sujeito (individual e/ou coletivo) ao corpo político.

qualquer diferença anterior a esse estatuto (como o fato de ser homem ou mulher, branco ou negro) ganha relevância na medida em que confere a cada qual um ponto de vista distinto sobre as coisas, condição que favorece a pluralidade evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer” (ARENDR, 2007, p. 62).

6.4. A experimentação de liberdade pelo trabalho técnico em terapia ocupacional social



Imagem 11 – Jovem aprecia a mandala mexicana que produziu durante uma oficina no Centro da Juventude (acervo METUIA/UFSCar).

A imagem acima ilustra parcialmente o que este trabalho vai desvelando: cenas que, embora aparentemente simples, guardam expressivo valor no que tange à tomada da vida cotidiana como prática social. A oportunidade de um jovem pobre, durante uma tarde de um dia “útil”, realizar uma atividade artesanal e tomar tempo para apreciá-la seria algo até banal não fosse a cultura que, ao jovem nessa condição socioeconômica, busca encerrar em atividades de caráter estritamente produtivas.

Utilizando as proposições de Hannah Arendt (2007) como chave de leitura, aqueles jovens não teriam a possibilidade de experimentação da liberdade do/no espaço público, posto que a liberdade na vida e espaço coletivo surge no momento em que os sujeitos, livres das privações da vida doméstica e familiar, se habilitam para sair para o mundo e se encontrar com os outros (MARQUES, 2011). Portanto, em uma primeira aproximação, liberdade significa libertar-se do jugo da natureza, das necessidades orgânicas e concretas do corpo físico e das atividades necessárias para obter

recursos para a sua subsistência. Logo, a cena anteriormente destacada, demonstra uma complexidade e contradição: a liberdade, segundo apreensão de Hannah Arendt (2007), para uma grande maioria de sujeitos concretos, não seria algo exequível, ao menos na realidade brasileira. Que jovem hoje, em nosso país, poderia prescindir de atividades de cunho utilitarista em termos de manutenção da própria vida? Certamente não a juventude pobre, cujas condições socioeconômicas não lhes permite viver sem essa constante preocupação: a manutenção material da vida.

Telles (1990, p. 23) apresenta a noção de liberdade pública em Arendt como uma “forma de sociabilidade política soldada no reconhecimento do direito do outro à opinião e à ação”. Como visto, a juventude pobre ainda luta por visibilidade política e pelo seu reconhecimento como categoria social, composta por sujeitos de direitos. Em uma segunda apreensão, sob ótica política, liberdade significa adquirir licença para se inserir na esfera pública, no espaço mundano onde pode ser visto e ouvido por todos e ter a maior divulgação possível (ARENDR, 2011).

Se o conceito de liberdade passa pela possibilidade de manifestação do ser humano no espaço público e de participação pela ação e pala palavra, destaca-se a necessidade de voltar-se ao contrato social e problematizar quem, de fato, atinge tal *status*. Alguns sujeitos (individuais e coletivos), como os jovens pobres, ocupam lugares sociais de invisibilidade e, em decorrência, adquirem poucas oportunidades de convívio, de aparição e atuação em igualdade na cena pública, nos espaços de tomada de decisão e de disputas pelo acesso ao fundo público. Em outras palavras, esses sujeitos não estão em condições reais de serem considerados seres livres, pois, não existe política sem liberdade, tampouco liberdade sem política (ARENDR, 2006). Diante dessa imbricação, Arendt (2006) chega à contundente afirmação que o sentido da política é a liberdade.

Tendo em vista esse pano de fundo, pode-se dizer que, nem pelas condições socioeconômicas, nem pelos pactos sociais que projetam grupos específicos em espaços de visibilidade, o exercício da liberdade está posto como possibilidade ao jovem pobre. Não há liberdade quando há sujeitos

invisíveis no espaço público, ou quando se extingue a pluralidade, ou, ainda, quando se põe impeditivos para que o outro possa se exprimir e expressar. Dessa maneira, a liberdade exige a visibilidade, a pluralidade e a igualdade como condições *sine qua non* para sua existência.

Apesar de a liberdade ter sido um dos quatro elementos com o qual escolhemos operar, pela lente do materialismo histórico-dialético ele já é, à partida, algo que se projeta para muito além de uma prática técnico-profissional. Entrementes, não a utilizar seria reproduzir um estado de coisas, mantê-la na invisibilidade, quando há possibilidade de, ao menos, pautar uma temática de relevância social, no espaço público, pela produção da pesquisa. Ou ainda pela produção da intervenção, nas utopias cotidianas que constituem o otimismo da prática. Assim, entende-se que a liberdade pode ser pautada como algo a ser perseguido, como um elemento orientador à ação técnica, no sentido de projetar-se para uma práxis ideológica. Posta essa expectativa, acredita-se na possibilidade de operar com o elemento da liberdade sob duas leituras distintas: a que se esbarra nos elementos da superestrutura, como destacado, e uma outra perspectiva mais microssocial, talvez até mais individual, embora coletivamente orientada, no sentido de se projetar como possibilidade de experimentar, ao menos momentaneamente, a possibilidade de suspensão das preocupações acerca das condições materiais da vida.

Voltemos à foto: a possibilidade de um fazer mais livre das preocupações e obrigações cotidianas para um jovem pobre, seguida da possibilidade de contemplação de sua obra, guarda em si a possibilidade de vivência da juventude, em uma moratória social majoritariamente negada à juventude pobre brasileira. Eles não podem ser jovens, pois, no pensamento conservador, se “corretos”, devem trabalhar a partir dos 16 anos e ser adultos, dado sua condição social. Insistir em momentos de liberdade para eles significa reafirmar seu direito a ser jovem.

A exemplo, tem-se a situação de Lipe que, apesar de aparentemente ter ampliado sua moratória social para vivência da juventude - ou seja, ter tido prolongado o seu tempo para experimentar a juventude sem ter a

obrigatoriedade do trabalho – não experimentou uma mudança socioeconômica em termos de alcançar outro lugar social. As oficinas foram tidas, por sua mãe, como justificativa para que ele entrasse um pouco mais tarde no mundo do trabalho, em comparação a muitos vizinhos e amigos. No entanto, essa liberação de se haver com o imperativo de manutenção da vida material foi apenas provisória, não constituindo em possibilidade de liberdade para fora da oficina, sendo que, no momento da entrevista, Lipe trabalhava em um mercado, como açougueiro, e hoje, desempregado, encontra-se em busca de algum trabalho.

Marina: Se você não tivesse passado pelos projetos, como é que teria sido sua vida?

Lipe: Ah eu acho que, teria sido a mesma coisa sei lá... Ah assim a mesma coisa que agora, só acho que ia acrescentar uma coisa: trabalho, né!? Ai ao invés de ser escola ia ser trabalho e casa.

Marina: Você acha que teria ido trabalhar mais cedo?

Lipe: Eu acho que sim, ou provavelmente não, já era pra eu ter arrumado faz tempo trabalho, eu fiquei enrolando pra ficar aqui sabe, eu gostava bastante.

Marina: Ai a tua mãe, muito provavelmente, ia te fazer trabalhar mais cedo porque você não ia ter o alibi de estar aqui? É isso?

Lipe: É! Não ia está fazendo nada, tipo isso, entendeu?

Lipe: Nossa! Eu gostava; a minha mãe até falava porque eu vinha de manhã ia embora, almoçava, depois eu vinha à tarde e na época quando eu estava no primeiro colegial, mais ou menos, eu estudava a noite ai eu vinha de manhã e à tarde né, ai minha mãe falava 'nossa você vai morar lá na chacinha' a gente chamava de chacinha aqui né porque é igual uma chacinha 'você vai morar lá, porque você já não leva sua roupa e fica lá você vai de manhã, vai de tarde'. Depois tive que começar a trabalhar pra poder ajudar minha mãe e quase não foi uma opção minha, porque eu tinha que ir mesmo, minha mãe estava pegando muito no meu pé e resolvi trabalhar. Eu acho que é assim com todo mundo aqui se eu não me engano ...começou a trabalhar e parou de vir pra cá, tem bastante amigo meu que começou a trabalhar.

Apesar das visões positivas apresentadas pelo jovem em termos de avaliação das intervenções em terapia ocupacional social, entendendo que a própria questão estrutural capitalista é impeditiva ao exercício da liberdade, à luz de Arendt (2007) a liberdade configura-se como um conceito que demonstra limites devido a frágil possibilidade de transformação da realidade social. Contudo, como saberemos se foi “pouca” a possibilidade de ter sido

jovem por mais alguns anos mais, em um exercício de liberdade para vivência daquele período que dizem ser o “adequado” para sua faixa etária?

Embora se perceba o espaço das oficinas como um espaço de fomento a aprendizados e experimentações de liberdade, entende-se que se tem pouca reverberação sobre a realidade social, como aparece na entrevista de Lipe. Ao ser questionado sobre quais as razões dele dizer que os momentos de lazer tinham mudado, o jovem responde:

Marina – O que mudou? Rotina, trabalho, as relações?

Lipe – Não, mudou tipo o trabalho. Como eu estou trabalhando bastante agora não dá mais pra sair tanto que nem antes, né, meu irmão casou e foi embora, aí foi mudando tudo...

Quando questionado se hoje participa de algum projeto, Lipe respondeu:

Hoje não, hoje só trabalho, né? Trabalho em mercado, no açougue. Hoje eu não tenho um tempo mais livre como tinha antes, então eu faço pouca coisa no dia, assim... eu tenho muita coisa pra fazer. Hoje eu trabalho, faço academia, às vezes eu saio de finais de semana, vou na igreja também quando dá, uma vez por semana mais ou menos.

A necessidade de manutenção da vida leva Lipe, como a maior parte da população brasileira, a organizar a vida em torno do trabalho. As demais atividades como lazer, autocuidado e, inclusive, aquelas de caráter religioso, as quais já ocuparam tempo significativo em sua rotina, ocupam o tempo restante, “quando dá”. É essa a ideia que para Arendt (2007) se opõe à possibilidade de exercício de liberdade, pois, entende-se os sujeitos aprisionados à manutenção das condições objetivas da vida. A experiência de Lipe coloca em tela uma importante questão apresentada por Telles (1999): a liberdade necessita de uma realidade concreta, de um espaço onde aparecer.

Nessa direção, pautam-se as Oficinas de Atividades, assim como as demais ações em terapia ocupacional social, como uma possibilidade de se constituir como esse espaço de aparecimento da liberdade, não no sentido de garanti-la, mas no sentido de vivenciá-la na vida cotidiana (TELLES, 1999). Na interpretação de Arendt (2011), a liberdade é um atributo definidor da

ação, como capacidade de interromper os automatismos dos processos vitais. Se postas como possibilidade de experimentação da vida pública, as intervenções em terapia ocupacional social podem ser entendidas a partir do lugar do espaço concreto necessário para o exercício cotidiano da liberdade, ao menos para sua problematização, como trazido pela jovem Nayara que, a partir de sua realidade, questiona a real possibilidade de efetivação de liberdade.

Marina - Você acha que as oficinas, em alguma medida, foram um espaço para experimentar liberdade?

Nayara - Essa questão da liberdade você tá falando em que sentido? Liberdade de se expressar? O METUJA proporciona isso: liberdade para achar o que quiser achar sem ser julgado

Marina - Eu estou estudando uma autora que fala que a liberdade existe quando você não tem que se preocupar mais com as questões básicas da vida, do tipo: como vou sobreviver? com base nisso, estou perguntando se dá pra gente falar que as oficinas tentavam promover um espaço de liberdade.

Nayara - Ah... então a liberdade nunca vai existir? Pensando no bairro do Gonzaga... se a gente não se preocupar: como vou viver aqui? Como vou fazer pra ser notado? Como fazer pra mudar de vida? Como fazer as pessoas entenderem que nem todo mundo aqui é marginal? ...Deixa a pergunta mais clara?...não sei! Sei lá... se a liberdade é não se preocupar... então não somos livres!? Fiquei na dúvida agora...

Marina - Mas, pelo menos nas oficinas tinha um momento de “respiro”? Um momento em que você não tinha que se preocupar com essas coisas: trabalho, como sobreviver, o que comer...de alguma maneira as oficinas ofereciam um momento de escape da dureza da vida?

Nayara - Ah acho que vocês trabalhavam com a liberdade do conhecimento... porque se liberdade é não se preocupar com coisas básicas da vida, a realidade é bem diferente: querendo ou não você tem que pensar o que vai comer, que vai trabalhar... Mas, se comparado ao diálogo, à forma de expressar e falar o que tá sentindo, à expectativa da vida...te dava um descanso, uma liberdade temporária...tipo: “nossa...esse peso de mim saiu”, afinal essa liberdade da autora é para poucos...

Marina - Então você acha que nas oficinas você poderia se preocupar com outras coisas q não a manutenção da vida? do tipo: quando você fala que podia comunicar o que pensava e o que sentia, que isso de alguma forma não tinha muito a ver com o que comer, com o que fazer da vida pra sobreviver, por exemplo?

Nayara - É... não tem como fugir dessa realidade, pela classe social que a gente vive..., mas o METUJA pode ajudar a esquecer e levar pra um outro lado.

Marina - O que você quer dizer com “um outro lado”?

Nayara - Não sei te dizer exatamente. talvez a gente esteja nessa situação porque não tem nossos direitos. Como vocês vivem falando “vocês têm direito disso e daquilo”, isso talvez ajudasse a mudar nossa realidade.

A colocação de Nayara acerca da questão dos direitos remete à noção de cidadania de Hannah Arendt (2007). Para a autora, a cidadania consiste, justamente, no direito a ter direitos, sendo que a prerrogativa do usufruto do direito é ser livre. Logo, liberdade e cidadania são conceitos imbricados e a liberdade, segundo Agostinho (2008), é condição fundamental ao exercício de cidadania. Para a jovem Nayara o sentido da liberdade, baseado na apreensão de Hannah Arendt, é quase utópico, pois, as desigualdades sociais e políticas, a necessidade de reprodução material da vida e os limites que essas questões colocam são parte concreta da realidade cotidiana. Embora Nayara se refira à sua própria realidade, entendendo a vida cotidiana como uma prática social, há necessidade de se questionar qual o alcance das intervenções em termos de projeção de seus impactos. Apesar de as ações em terapia ocupacional social, como o próprio nome diz, serem socialmente orientadas, as experiências parecem estar, majoritariamente, relacionadas ao nível individual.

Tecnicamente, não é pela terapia ocupacional que se encontra condições para lidar com a questão da desigualdade social, mas, problematizar o cerceamento da liberdade no cotidiano dos jovens pobres pode, em alguma medida, contribuir para problematizar essa situação como um “estado de coisas”, para os próprios jovens e, quiçá, para a sociedade, como quando Nayara diz da importância de saber sobre seus direitos.

Parte-se da compreensão que a prática terapêutico-ocupacional no âmbito social é insuficiente para provocar mudanças no exercício de liberdade dos jovens, no entanto, pode oferecer espaços de experimentações e ampliação de repertório de vida para que busquem esse exercício, com mais autonomia, nos espaços externos às oficinas e/ou de intervenção técnica.

No debate acerca dos elementos que se fazem prerrogativas para a existência da liberdade, Arendt (2006) ainda ressalta a importância de um

espaço público politicamente assegurado, um espaço concreto onde a liberdade possa aparecer.

Focando especificamente nos equipamentos sociais centrais de nossas intervenções, a escola, com seu problema histórico de evasão (PEREIRA, 2018), e o CJ, em sucessivas gestões de caráter de cargo de confiança, escolhidas por diversas razões políticas que não, necessariamente, a capacitação técnica para ocupar a função no trato com as juventudes; abrem espaço para discutir estratégias de um trabalho diferenciado junto ao seu público, no sentido de acessá-lo, efetivamente, em suas demandas e necessidades da vida cotidiana. A luta pela preservação daqueles espaços pode ser lida, à luz de Arendt (2007), como uma luta pela preservação do espaço público e, por conseguinte, como uma forma de buscar efetivar as condições da prática política: a promoção de espaços de visibilidade e aparência, o fomento ao encontro; o direito à participação; o exercício da cidadania; a promoção de debates e espaços de negociação entre as pluralidades e a construção de pautas comuns e de espaços de igualdade para escuta e fala, no interior de um equipamento social.

Porém os desafios são múltiplos dentre as possibilidades de existência. Se, por um lado, há o questionamento sobre as funções sociais dos equipamentos direcionados aos jovens; do outro, o cotidiano de trabalho daqueles jovens no tráfico de drogas demonstra a absoluta impossibilidade de participação em equipamentos sociais.

Marina – Você trabalha quantas horas por dia?

Jaguar – Fico o dia inteiro.

Marina – Mas o dia inteiro o que? Das 7 da manhã às 10 da noite?

Jaguar – 8 da manhã às 8 da noite...

Marina – 12 horas todo dia? Você nunca folga?

Jaguar – Não...

Marina – Nossa Jaguar, e você não faz nada, cara!? Você só trabalha! E que horas que você descansa? Você se diverte?

Jaguar – Ah... Às vezes, igual, a gente se diverte mesmo quando o pessoal está na rua, a gente brinca um com os outros, caso contrário, não tem diversão. Solto pipa na rua mesmo, aqui...

Marina – Nem de sábado e domingo você para?

Jaguar – Às vezes eu vou pra casa da minha sogra.

Marina – É? Eu ia perguntar isso agora, de, sei lá, pegar a Paloma e o Jaguar e passear, bem raro então?

Jaguar – Bem raro...

Marina – E sobra tempo pra você conhecer algum lugar na sua rotina?

Jaguar – Não, eu não saio...

Marina – Nem dá tempo né?

Jaguar – A única saída é quando eu vou na minha sogra e só, lá com isso...

Marina – É outro bairro?

Jaguar – Na Cidade Aracy

Marina – Aí é o único lugar da cidade que você acaba indo assim?

Jaguar – O único lugar.

Marina – Você acha que você deixa muito de sair em função do trabalho? Ou tem mais alguma coisa que pesa nisso?

Jaguar – Não, não tem mais nada mesmo...

A atuação da terapia ocupacional constituída pela medicação de processos que busquem o acesso ao direito ganha ainda maior relevância quando posta em contraste com a exploração que vivenciam nos trabalhos ilegais, ou ainda na lógica assistencialista presente em parte dos projetos sociais (PEREZ; PASSONE, 2010), pois, nestas condições, não há como se efetivar o exercício de igualdade. Isso porque o sujeito não é igualado pela vertente do direto, mas sim é tomado sob a lente da mão-de-obra a ser explorada ou da filantropia que não pauta os direitos. Na interpretação de Arendt (2007), é problemática qualquer visão que coloque o outro em condição de menor ou de não reconhecimento de sua humanidade. Ao se pautar o outro como um subordinado ou como quem precisa de caridade, é

quase que assumir que aquela pessoa não teria condições de se suprir sozinha, como se não tivesse potencial em sua condição humana.

Jaguar – Ah, participei bastante tempo do projeto Nosso Amigo, mas não era daqui do bairro, era lá no Salesianos, tinha que ir lá.

Marina – Qual é esse?

Jaguar – Lá no educandário, lá no Azulvile.

Marina – E o que vocês faziam lá?

Jaguar – Ah, nós jogávamos bola, fazia, é, mexia com argila, fazer vaso, essas coisas!

Marina – Legal! Quer dizer, era legal?

Jaguar – Ah, era, fim de ano a gente ganhava presente, viajava pra fora...

Marina – Ah, é lá que você contou que tinha padrinho?

Jaguar – É!

Marina – Você conheceu o projeto no Salesianos porque foi pra igreja?

Jaguar – É, através da igreja, que meu primo tinha ido no sábado, e ele falou assim “como a gente foi já no projeto, amanhã eu vou pra igreja, que faz parte, aí você vai comigo”, aí eu fui.

Jaguar – É que de domingo o Jão ia na igreja, ele fazia tipo um evento, a gente ia pra igreja, assistia a missa, às vezes tinha uns negócios lá pra fazer, antes de vir embora ia na lanchonete, comia lanche, que eles pagava pelas contas dele lá mesmo, aí depois gente vinha embora...

Marina – E era quantas vezes por semana Jaguar?

Jaguar – Oh, a gente ia no sábado pro Salesianos e no domingo na Igreja.

Marina – Ah, era no final de semana né? E como era pra você participar desses projetos?

Jaguar – Olha, meu outro irmão me levou, depois disso aí não me lembro de mais nada?

Marina – Mas aí você gostou e não parou mais?

Jaguar – É, fui até os 19 anos.

Lipe também comunicou uma experiência em projeto social ligada à uma entidade religiosa espírita. O foco aqui não é criticar uma religião ou suas iniciativas em termos de oferta das atividades. O que se passa é a necessidade de problematizar seu papel diante da necessidade de produção

do bem comum, da experimentação da liberdade. O que se destaca é a priorização de uma lógica privada, que se afasta do princípio do bem comum, na perspectiva de Arendt (2007) produzido pelo diálogo e pelo debate, na convivência igualitária entre sujeitos plurais.

Estar na praça é a busca de propiciar vivências variadas, envolvendo uma multiplicidade de questões relativas aos sujeitos, coletivos e aos pactos sociais do atual contexto sócio, histórico e político. Ir para espaços segregados para realizar as oficinas pode ser considerado como um primeiro movimento de visibilização das pessoas que os habitam e dos processos propriamente ditos, em um esforço de enfrentamento da realidade. Afinal, chega-se ao entendimento que as condições precarizadas da praça e dos espaços públicos destinados ao lazer e livre convivência das juventudes, aquela do Jardim Gonzaga especificamente, denunciam um processo de fragilização de um elemento necessário para a convivência: a promoção de encontros.

Para Burgos (2015), a segregação espacial se realiza na contramão do que possa ser a esfera pública: a potencialidade do encontro das diferenças, onde todos, em igualdade de direitos podem compartilhar a experiência de ser e estar no mundo. Prado e Perucchi (2011) colocam que, primeiro, que os jovens assimilem um projeto coletivo contextualizado para que, então, possam desenvolver uma ação coletiva. Para isso, espera-se que esses sujeitos tenham possibilidade de apropriação de um espaço de ação, o que passa, necessariamente, pelo acesso e circulação por certos territórios.

Isso tudo para dizer que a relação que o jovem desenvolve com os espaços públicos passa também pela relação que desenvolve com os espaços físicos territoriais. Por esse raciocínio, nossa questão de pesquisa nos leva também a abordar possíveis mudanças materiais que os moradores possam ter realizado em relação ao espaço da praça, local onde se deram as oficinas que nos serviram de base para a coleta dos dados

O uso do território a partir do e para o trabalho técnico envolve, necessariamente, a realidade daquele território, sendo afetado diretamente tanto pelas suas condições materiais e objetivas, quanto subjetivas. Dessa

forma, pensa-se o trabalho como cíclico no sentido que o território incide sobre as práticas nele construídas - pela imposição de demandas e oferta de recursos, por exemplo - e estas, por sua vez, incidem sobre o território, fazendo uso dele e, em certa medida, também o modificando – como por exemplo fazendo circular pelo território outros sujeitos, linguagens e signos. Em vista disso, toma-se o território como um elemento inseparável da dimensão do trabalho técnico, entendendo que, inclusive, forma e conforma sua construção.

Castro (2004, p. 145) toma essa dimensão do espaço público como algo de grande relevância, no reconhecimento que “o espaço cotidiano se tornou político”, em uma perspectiva de lidar com a precariedade que inviabiliza ou constrange a participação social de sujeitos. Nesse sentido, notou-se que ao longo do processo de trabalho no espaço da praça, tem-se dado um cuidado crescente dos moradores para com o local. Por exemplo, em relação à sua limpeza. Não raras foram as vezes em que a equipe tensionou que as pessoas não jogassem no chão embalagens e mesmo restos de materiais utilizados/produzidos nas oficinas como papéis. O discurso girava sempre em torno da produção de melhores condições de uso e permanência para todos ali. Embora não se possa afirmar que as mudanças partem de nossas intervenções, pudemos presenciar mais de uma vez crianças e adolescentes reproduzindo esse discurso e até se apressando em recolher algum material lançado ao chão, dizendo em voz alta: “Não pode! A dona fica brava”. Embora as razões para não jogar o lixo no chão passe pelo receio em chatear a “dona” e fragilizar um vínculo pré-existente, acredita-se que pode alterar as formas de se relacionarem com o espaço à medida que o notarem mais adequado para estar e permanecer nele – ao menos em relação às suas condições de limpeza. Ainda nessa direção, foi interessante notar que os moradores providenciaram um grande tambor para ser utilizado como lixeira – até então os lixos produzidos nos momentos das oficinas eram descartados em sacolas plásticas que a própria equipe providenciava e retirava – e a construção de uma cerca pelos próprios moradores, como forma de proteger a área verde ao fundo da praça, o conhecido “buracão” do descarte inadequado de lixo doméstico, como acontecia recorrentemente.



Imagem 12 – Vista ao fundo da praça, antes: livre acesso à área verde (“Buracão”) (acervo METUIA/UFSCar).



Imagem 13 – Depósito de entulhos na área verde (“Buracão”) (acervo METUIA/UFSCar).



Imagem 14 - Vista ao fundo da praça, depois: cerca e lixeira providenciadas pelos moradores (acervo METUIA/UFSCar).

Se é pelo encontro que se vive o espaço público, se coexiste com a pluralidade e com ela se cria possibilidades de diálogos, debates e produção de pautas comuns, parece-nos bastante significativo que a convivência de certos grupos seja mais cerceada que a de outros. Dessa maneira, ganha relevância uma outra leitura possível, a partir da fala de Jaguar: é a livre convivência que acaba por ser problematizada (ainda que talvez sem essa intencionalidade por parte do jovem), afinal, estar na rua, via um projeto social, é legitimado:

Marina – E, assim, você diz que o projeto é importante, que é importante pra tirar pessoas da rua, e o meu projeto que é na praça, chamando pra rua?

Jaguar – Não assim. Chamando pra rua, não! Chamando na praça! Estando ali na praça eles vão ter algo pra fazer.

Marina – Você acha que o negócio é não ficar solto na rua, rua mesmo, e sem atividade específica, é isso?

Jaguar – É isso!

Marina – Mas e se ele estiver soltando pipa na rua, não é uma atividade?

Jaguar – Aí não né, aí ele vai estar pondo o risco dos motoqueiros...

Marina – Você acha que o projeto de certa forma dá uma segurança pra quem está participando? Uma proteção?

Jaguar – Sim, bastante segurança.

Isso posto, requer-se um constante exercício de reflexão da prática realizada pelo METUIA/UFSCar, tanto quanto de qualquer outro projeto social. Afinal, tais trabalhos se inserem na linha tênue entre fomentar o convívio daqueles sujeitos e impor certos contornos e limites à convivência. Se não projetar e/ou problematizar suas ações para além dos momentos de encontro com os jovens, o Projeto METUIA, como todos os outros, pode incorrer o risco de servir à racionalidade excludente de que a convivência daqueles jovens só se faz legítima nos espaços produzidos nos/pelos projetos. Afinal, como destaca Castel (2008), sob a proposta de estabelecer medidas de discriminação positiva, pode-se contribuir para gerar mais estigmas, em favor da exclusão. É preciso vigilância, pois, pode-se produzir uma “discriminação por endereço” (NOVAES, 2014), levando jovens de periferias a serem estigmatizados e, por conseguinte, terem reduzidas suas escassas oportunidades de acesso e participação no espaço público, por exemplo.

Entende-se que há limites sociais e políticos para que essa convivência se efetive, no entanto, os projetos precisam fazer-se um espaço de fomento a experimentações e informações que possam instrumentalizar os jovens para os espaços externos. O METUIA/UFSCar parte do pressuposto que a ação da terapia ocupacional social prevê a conscientização/apropriação dos direitos como uma das bases de sua atuação, voltando-se ao confronto com as realidades sociais (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002). No entanto, considerando que há limites objetivos a que estão sujeitas nossas práticas,

externos a nossa governabilidade, há que se pensar quais são as ações possíveis e em que medida são definidoras de mudanças observáveis e estáveis. Como inserir nesta análise o tema das transformações sociais, no sentido da construção de um mundo socialmente menos injusto? (LOPES et al., 2014).

Enquanto isso continua como inquietação, é preciso compreender o que Jaguar comunica para o além de “tirar da rua”. O jovem associa a participação no projeto com um espaço de “segurança”, talvez um dos poucos vividos por ele, que carrega em si mesmo o estereótipo do jovem-problema: preto, pobre, morador da periferia, tatuado, com passagem pelo sistema prisional entre outros tantos aspectos. Ele, que revela já ter sofrido agressões policiais dentro da própria casa - tantas, a ponto de convulsionar, associa o projeto ao local de maior que lhe ofertou um sentimento de segurança. Para aquele jovem, entender o espaço dos projetos, e especificamente das oficinas do METUIA/UFSCar, como um espaço de proteção, é algo que nos parece significativo. Afinal, pode-se supor a segurança como uma dimensão relevante para a vida, por ofertar a experimentação da liberdade, no sentido de promover a libertação da pré-ocupação com tal aspecto, ainda que por um período irrisório de tempo.

Ainda que as vivências em projetos sociais, tais como os momentos nas oficinas, configurem-se como uma realidade paralela àquela da vivência cotidiana dos jovens, pelo trabalho técnico em terapia ocupacional social tem se buscado a produção de visibilidades aos jovens pobres urbanos, o fomento ao convívio com a pluralidade e a experimentação de igualdade e de liberdade no espaço público. Apesar dos inúmeros desafios e entraves para efetivação de tais propostas, a utilização destes elementos como norteador da ação e da reflexão do terapeuta ocupacional guardam importante valor por serem dos poucos espaços para essa experimentação na vivência daqueles sujeitos.

7. CONCLUSÃO

Adotando a perspectiva da sociologia da juventude, toma-se este grupo populacional como diverso, histórico e socialmente produzido, sendo, por isso, mais adequado dizer juventudes. Portanto, reconhece-se o caráter relacional da condição juvenil na admissão que o contexto macrossocial e suas variáveis impactam diretamente as concepções, significados e a visibilidade que cada sociedade dá aos seus grupos sociais. Dessa forma, a emergência das juventudes como grupo social, na cena pública, não pode ser cindida da realidade sócio-histórica.

Entretanto, ser reconhecido como um grupo social não é suficiente para que se alcance licença para participar da realidade sócio-histórica e de seus campos de disputas. Desta forma, justifica-se a relevância de se pensar as juventudes e suas interrelações com essa importante instância da vida coletiva: o espaço público. Entende-se que a interlocução das juventudes no/com o espaço público coloca em tela seu processo de reconhecimento como um grupo composto por cidadãos, sujeito de direitos, e com efetivo direito e potencial à participação social e política. Todavia, esse processo revela que há diferenças entre grupos juvenis, sendo, para alguns, ou para a maioria, vigora, ainda, um processo frágil de integração social e reconhecimento público de seus direitos.

A consideração dos membros de um grupo como cidadãos e sujeitos de direitos fortalece a perspectiva de quem pode participar efetivamente na gestão da sociedade. Nesse sentido, a juventude pobre vem sendo posta à margem da possibilidade de participação da vida pública e coletiva e, por isso, identifica-se a necessidade de voltar-se com maior cuidado para as relações que esses sujeitos vêm tecendo com os espaços públicos. Explicitada a leitura do espaço público como uma dimensão significativa da vida social e, portanto, dos sujeitos, coletivos e grupos sociais, coloca-se a interlocução com o espaço público como uma importante instância do trabalho da terapia ocupacional social, à medida que advoga, como pressupostos o fortalecimento da cidadania e do acesso aos direitos a grupos em situação de vulnerabilidade social.

Interessa-nos a apreensão do espaço público como acesso ao comum e, portanto, em oposição ao privado, o que significa privar alguém de algo ou, nesse caso, negar aos sujeitos o usufruto do domínio público. Para Arendt (2007), isso seria equivalente a negar ao ser humano o que lhe pertence de mais humano: a possibilidade de agir. Daí a preocupação latente em se emprestar este conceito como base para ação e reflexão da terapia ocupacional social.

A despeito deste estudo situar-se no âmbito da terapia ocupacional social, toma-se o espaço público como um conceito de interesse, uso e interatividade entre diversas áreas. Apesar do cenário local e datado, acredita-se que há reflexões aqui apresentadas que podem ser generalizáveis, como, por exemplo, a compreensão que a relação dos jovens com os espaços públicos é atravessada por questões da estrutura social capitalista, as quais fragilizam e muitas vezes impedem aqueles sujeitos de serem vistos e reconhecidos na cena pública. Demonstra-se aqui que a terapia ocupacional não apenas se “serve” desse debate, como também pode contribuir com ele, buscando tecer reflexões acerca da ação técnica no campo social, que pode auxiliar a criticidade acerca da constituição para o seu repertório teórico-metodológico, bem como fomentar o desenvolvimento de pesquisas sobre espaços públicos na atualidade, incluindo campos de conhecimento relacionados às ciências sociais aplicadas.

Buscou-se, nesta tese, tecer correlações entre a noção de espaço público, com base em Hannah Arendt, e o que o METUIA/UFSCar, por meio dos pressupostos da terapia ocupacional social, produz em termos teóricos e práticos. Discutiu-se, então, quatro elementos constituintes do espaço público, na visão de Arendt, sobre os quais o METUIA/UFSCar parece ter algum nível de ação. Conclui-se que os quatro elementos destacados – igualdade, visibilidade, pluralidade e liberdade – estão presentes nas reflexões teóricas e nas ações práticas da terapia ocupacional social, seja em maior ou menor medida, de forma direta ou explícita, ou mais implícita e indireta, ainda que sem nomear da mesma forma como aqui se escolheu.

Tendo em vista que é, majoritariamente, junto à juventude pobre, em situação de vulnerabilidade social, que o METUIA/UFSCar tem direcionado suas pesquisas e práticas profissionais, depara-se com um universo no qual a precariedade das condições de vida e do acesso a recursos materiais e simbólicos da sociedade encerram esses sujeitos em uma situação de pouca visibilidade ou mesmo de uma invisibilidade social. Segundo Arendt (2007), a visibilidade é parte constituinte do espaço público, pois se faz pressuposto para a existência dos sujeitos, afinal o que fica restrito à esfera privada não constitui a realidade, que é tecida nas trocas entre os seres humanos. Nestas trocas se constroem as possibilidades de contribuição com o mundo comum e permanente, de forma que se é licenciado a participar da humanidade. Neste debate, a visibilidade gera não só reconhecimento, como também destaca uma dimensão do exercício da cidadania. Estima-se, quase que em um movimento de retroalimentação, que quanto maior a visibilidade das juventudes, maiores e mais adequadas serão as oportunidades de participação na sua vida social.

Estar fora de um espaço de visibilidade pública é, por conseguinte, estar ausente dos espaços de participação, representação e efetivo exercício de cidadania no que tange ao acesso à mediação pública dos direitos. Portanto, se perder na invisibilidade social é, de certa maneira, não ter oportunidade de ser visto e ouvido por todos, de publicizar demandas e participar das disputas para seu encaminhamento, seja sob a forma de participação direta ou mesmo representativa. Desta maneira, visibilizar as juventudes não é só condição para o seu reconhecimento como sujeito de direitos, também é pressuposto para sua participação na vida pública.

Ao estabelecer a juventude pobre como um dos objetos desta pesquisa, já se tem, em decorrência, um movimento de/para oportunizar maior visibilidade a esse público e às suas questões. Identifica-se que, lançar luz sobre esse grupo, sobretudo pelo recorte da juventude pobre urbana, suas necessidades e demandas, apresenta-se como uma questão técnica e ética para a terapia ocupacional social. Isto porque se admite, por esta pesquisa, que o trabalho em terapia ocupacional social vem buscando favorecer a

visibilidade e o reconhecimento dos jovens como grupo com potencial de contribuição para a vida pública, não mais vistos apenas de modo negativado como sócio-historicamente acontece no Brasil. Tal visibilidade ocorre por meio da produção de espaços de convivência, como pela oferta de oficinas de atividades, enfatizada neste trabalho; bem como por meio de outras estratégias para a discussão política deste grupo, como ocorreu nas Conferências Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, nas diferentes edições em que o METUIA assessorou o município; ainda a busca pela visibilidade está presente nas conversas ou espaços formativos constituídos no cotidiano do trabalho, com gestores e técnicos dos locais direcionados a esse público, como, por exemplo, a gestão escolar e a do Centro da Juventude.

Aqui reside, pois, a primeira possibilidade de interlocução da terapia ocupacional social com a produção do espaço público: a necessidade de refletir e intervir sobre a oferta de espaços de convívio aos sujeitos em situação de desprivilégio social e do usufruto do direito aos espaços, destacando a ação do terapeuta ocupacional como mediador, articulador e estimulador para a experiência da vida pública. Promover encontros nos quais certos sujeitos e grupos, outrora invisíveis e cuja existência fora negada - pelo não reconhecimento de seus direitos, importância e/ou legitimidade - possam ser visibilizados e (re)conhecidos, é um aspecto importante da prática do terapeuta ocupacional no que tange alavancar processos democráticos e proporcionar mudanças sociais como valorar a inserção do jovem pobre, ao invés de reproduzir sua exclusão e estigmatização, buscando reverter a lógica da exclusão e da segregação a que estão sujeitos.

Retoma-se a ideia que o espaço público tem uma dimensão física, destacando-se que os seres humanos precisam da dimensão territorial para se reunir. Embora, de acordo com Arendt, não seja a dimensão espacial/geográfica que mantenha os seres humanos unidos, antes, é a força do contrato mútuo o que conserva a existência desse espaço, entende-se que, ao projetar suas intervenções para os espaços territoriais e comunitários, o METUIA/UFSCar vai forjando terrenos que, para além de uma coexistência,

possam materializar possibilidades e interesses comuns entre distintos grupos sociais. Afinal, na medida em que não há garantia de um espaço público onde essa parcela da sociedade possa expressar-se como sujeito de direitos, a sociabilidade não se completa.

Sob essa análise, a qualificação técnica tem a possibilidade de contribuir com os atores no espaço público proporcionando convivência direta com uma multiplicidade de atores e concepções de mundo, projetos políticos e interesses diversos, favorecendo ao aprendizado de uma convivência democrática pautada no debate, na negociação e no diálogo. Trata-se de publicizar os espaços existentes no sentido de maior abertura à coletividade, pluralizando o convívio. O desafio posto é que tais espaços, em formato e resultado, sejam efetivamente públicos. Desta forma, considerando que as situações de convivência são oportunidades que podem/precisam ser criadas, preparadas e experienciadas, admite-se a importância de apoio técnico-profissional para a criação de condições de sociabilidade.

Partindo desta leitura, entende-se a possibilidade de atrelar a promoção da cidadania à produção de valores, tais como respeito e tolerância, capazes de produzir laços de sociabilidade e solidariedade, no reconhecimento do outro e de si próprio como cidadão. Isto para lembrar que é também de política que se trata quando se busca propiciar a convivência entre os humanos; convivência que permite reconhecer as singularidades constituintes da pluralidade humana e afirmar a igualdade entre os sujeitos, na produção de um mundo comum, do bem comum. Trata-se, portanto, de endossar a luta democrática, na radicalidade do reconhecimento do outro e da busca pela sua integração social, como sujeito que tem algo a comunicar e contribuir.

Aponta-se, então, o trabalho do terapeuta ocupacional que, por meio de planejamento e execução de atividades orientadas para a busca de meios que ampliem os processos de participação social dos sujeitos, tem buscado facilitar o acesso às experiências de diversas ordens, favorecendo a circulação no território e em diferentes espaços socialmente significativos e acessíveis, com vistas à criação de espaços de convivência e à visibilização

da juventude como grupo social. A convivência tem se materializado pelo trabalho da terapia ocupacional social, por meio de encontros, fazeres e conversações; neste trabalho destacam-se as Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos como estratégias para escuta, diálogo e negociação em situações de conflito e divergência, proposição de situações para escolha e decisão coletiva, pois, as oficinas, para além de estratégias de ocupação dos espaços coletivos, têm sido também propostas de identificação e de valorização mútua, de respeito e de apreço à pluralidade cultural, que se constroem concomitantemente pela convivência.

Logo, se entende o aprendizado da convivência como algo necessário e passível de mediação técnica, em uma perspectiva educativa da produção de respeito às diferenças e da igualdade em meio à pluralidade. Necessário porque ao promover possibilidades de convivência com o diverso, fomenta-se, também, o conflito, inerente aos encontros e manifestações plurais, entendendo que cada sujeito tem em si um repertório singular a ser explorado e partilhado.

Em meios às trocas, co-construções e partilhas entre os sujeitos reside a possibilidade de apropriação do espaço público, não como algo auto existente, mas sim como algo criado pelos seres humanos, na companhia uns dos outros. Logo, o trabalho técnico em terapia ocupacional social tem potencial para promoção e qualificação de encontros que podem favorecer o aprendizado e o reconhecimento mútuo entre os sujeitos, e para projetar a “naturalização” de uma cultura do encontro, do exercício da cidadania e da participação social, o que ocorre por meio de diferentes estratégias e metodologias de intervenção, centradas no outro, na sua demanda e nas suas possibilidades e impossibilidades sociais.

Sobre o fomento aos espaços de convivência e sociabilidade, entende-se que quanto mais pessoas, maior a diversidade, e quanto maior a diversidade, maior a possibilidade de que as ideias expressas sejam divergentes. Com a intenção de coletivizar o uso dos espaços, tensiona-se também a necessidade de favorecer interações nesse processo; interações que se possam formar e retomar elos de redes de suporte social e pessoal

para diferentes sujeitos, sabendo que as experiências no espaço público se diferenciam de acordo com as características das pessoas (gênero e/ou orientação sexual, etnia, idade). Portanto o espaço público é, também, um lugar de conflito e de negociação. De partida, um espaço de igualdade, no sentido que se precisa garantir que os sujeitos e as diferenças que os constituem não sejam pressupostos a desigualdades. Afinal, um verdadeiro espaço público será utopia até que as minorias façam parte de sua composição. Pois, se considera a convivência com a pluralidade como prerrogativa para a constituição de espaços públicos, para o efetivo exercício de cidadania e até mesmo para a possibilidade de participação na vida da comunidade, da qual ninguém deve estar privado sob pena de não se realizar como ser humano. Afinal, é no tornar-se membro de uma comunidade (política) que o ser se realiza como humano e cidadão.

Entretanto, por vezes a pluralidade constituinte dos espaços coletivos acaba ganhando contornos de desigualdade, havendo necessidade de estabelecer balizadores entre os sujeitos, para que a possibilidade de participação se efetive de igual maneira aos cidadãos. Apesar de que, por mais que nos espaços das oficinas tenha se buscado efetivar uma compreensão sobre os sujeitos em igualdade de potencial e possibilidade de participar das tomadas de decisão, nota-se que tais possibilidades não se estendem à vida e realidade daqueles jovens para além dos espaços protegidos das oficinas. Portanto, sob a ótica da igualdade, esbarra-se em limites estruturais para consecução da proposta de favorecer outras articulações dos jovens com os espaços públicos.

Embora se busque, pela ação da terapia ocupacional social, oportunidades iguais para/de participação entre os diferentes sujeitos, quando se vai para uma análise macroestrutural, se identifica que a possibilidade de experimentar igualdade não se realiza no cotidiano concreto daqueles sujeitos, muito embora alguns jovens tragam reflexões acerca de repertórios ampliados para lidar com elementos, com o contexto, e com eventos cotidianos que se tecem sobre uma desigualdade estrutural, inerentes ao sistema capitalista de produção.

A chance de experimentar a igualdade nos espaços criados e/ou fortalecidos pelo trabalho em terapia ocupacional social é algo relevante, mas não suficiente para uma mudança mais concreta na trajetória de jovens de alguns grupos sociais. Entrementes, apesar da orientação coletiva do trabalho, parece haver que as mudanças centram-se na percepção de jovens, sob uma ótica mais individual, o que vem ao encontro dos achados do Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas (CIDPA) e da Ação Educativa (2003), quando da análise de projetos sociais e da discussão do que efetivamente produzem: subjetividades mais fortalecidas para lidar com as contradições e limites reais, sobre os quais não se consegue, ainda, mudanças sociais.

Apesar das práticas sociais, via projetos sociais, apresentarem potencial para ampliação da rede de relações e de repertório para o (re)conhecimento e o uso de espaços físicos da cidade, a promoção de experimentação de novas vivências, muitas vezes, caracteriza-se como pontual no tempo-espaço das oficinas (assim como das demais estratégias em terapia ocupacional social que lançamos mão), tendo reverberações para fora daqueles momentos apenas em dimensões mais subjetivas, no que tange ao fortalecimento de identidades para o enfrentamento de questões adversas. Aparecem em distintos discursos individuais: a experimentação, o conhecimento e o reconhecimento de outros espaços públicos por meio de visitas e/ou passeios a lugares que, de outra forma, a maioria permaneceria desconhecendo; o contato e convívio com diferentes sujeitos e perspectivas culturais; a experimentação da igualdade e a possibilidade de, ainda que limitada, frágil e temporariamente, experimentar a liberação das necessidades da vida e a liberdade que dela advém.

Gozar de liberdade no espaço público pressupõe a satisfação de necessidades materiais objetivas. Diante disso, para a grande maioria da população brasileira, a liberdade no espaço público constitui-se como uma utopia. No entanto, foi possível identificar a possibilidade de jovens experimentarem liberação das obrigações cotidianas pelo período em que estiveram participando das oficinas do METUIA/UFSCar. Embora isso não

tome maiores proporções, em termo de organização e mudança social, a experimentação de uma moratória social, ainda que em doses pouco expressivas, favorece a ampliação da vivência da juventude, algo negligenciado à juventude pobre. Se, por um lado, participar das oficinas oferece a oportunidade de gozar de moratória social para a vivência da juventude de uma forma mais ampliada (ou seria menos encurtada?), por outro, se verifica que, finda aquela experiência, o contexto e a estrutura social não favorecem que consigam formas de inserção social que se coloquem para além de opções mais marginais de subempregos, de trabalhos informais e/ou até mesmo, muitas vezes, ilegais.

Resgatando a compreensão de que a liberdade consiste em estar livre da obrigatoriedade de pensar as condições objetivas para a própria sobrevivência/subsistência, conclui-se que os espaço coletivos, promovidos pelo METUIA/UFSCar, fazem-se um sobressalto da realidade, uma suspensão temporária acerca do constante preocupar-se com a falta de recursos para gerir a vida; suspensão essa que, no entanto, faz-se frágil ao se considerar o contexto mais amplo de vida dos sujeitos, para além daqueles espaços mais “protegidos”, fomentados no/pelo trabalho técnico em terapia ocupacional social.

Por outro lado, a ação técnica consiste também em um instrumento para o reconhecimento e a seleção de aspectos que surgem nos discursos individuais que devem ganhar a arena pública, lançando luz sobre aspectos generalizantes e generalizáveis. Neste sentido, identifica-se a necessidade de acolher, valorizar e encaminhar aspectos individuais, buscando equacionamentos singulares para tais narrativas. E isto os dados demonstram que é alcançado. No entanto, é preciso ir além deste processo e utilizar tais demandas como guias da interpretação e formulação dos projetos de intervenção, reconhecer o que deve ser evidenciado, transcendendo ao indivíduo isolado para a coletivização das demandas, sem que isso se transforme em uma constelação, em mera somatória de experiências/percepções das demandas individuais, antes, permitindo encontros, experiências e práticas coletivas entre distintos grupos e gerações.

Espera-se que o potencial de participação daqueles jovens possa ser estimulado de maneira que se sintam em melhores condições de exercê-lo nos espaços externos às oficinas, sem tutela ou mediação. Espera-se, por meio de experiências como essas, fomentar outras iniciativas para a construção de canais abertos para a participação social, em diferentes níveis. Afinal, o processo de construção de práticas participativas cidadãs explicita dinâmicas concomitantes entre o reconhecimento e/ou fortalecimento das identidades dos distintos sujeitos sociais, do contexto em que vivem, e de suas demandas e necessidades expressas e negociadas publicamente.

Conclui-se que a terapia ocupacional social pode modificar as relações dos jovens com os espaços públicos de seu bairro e cidade. Embora isso se dê parcialmente devido aos diversos aspectos que compõem a questão da macroestrutura social, como as condições de vida e o lugar social que se alcança a partir da classe social, por exemplo; entretanto, o que se alcança não é pouco.

Nesta perspectiva, a intervenção em terapia ocupacional social sobre os elementos elencados: visibilidade, pluralidade, igualdade e liberdade, seria não apenas um fim da prática profissional, mas, também, um meio para o fomento à participação social dos sujeitos jovens. Trata-se da elaboração de estratégias metodológicas de intervenção como uma possibilidade pela busca da efetivação de cidadania ou, ainda, do acesso a conteúdos que contribuam para se “ganhar” o espaço público e fomentar debates e espaços de intercomunicação, de construção do mundo comum, de reflexões e de tomada de consciência crítica. Enfim, vislumbra-se a possibilidade não só dos jovens alcançarem os espaços públicos, mas, de certa forma, experimentarem e criarem espaços para a sua colocação efetiva, participativa e reconhecida no mundo.

8. REFERÊNCIAS

ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. **Última Década**, Viña del Mar, CIDPA, no 16, p. 119-155, mar. 2002. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2256185>. Acesso em 11 set. de 2019.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. (Número especial - Juventude e contemporaneidade), 5(6), p.73-90. 1997.

ABRAMO, H. W. O Uso das Noções de Adolescência e Juventude no Contexto Brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: [s.n], 2005. p. 19-35. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/472_1175_cadernoJuv.pdf. Acesso em 13 out. 2018.

ABRAMOVAY, M.; ESTEVES, L.C.G. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.R.; ESTEVES, L.C.G., (Orgs.) **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. p.19-54. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>. Acesso em 13 out. 2018.

ACIOLI, S.; SOUZA, M. Juventude, pobreza e desigualdades sociais: concepções e práticas no ProJovem urbano em Recife. **v. 1, n. 17. 2011. Estudos de Sociologia**. Revista do Programa de Pós-graduação da Sociologia da UFPE. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235231/28255>. Acesso em 13 out. de 2018.

ADORNO, R. C. F. **Capacitação solidária: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: AAPCS, 2001. 102p.

AGOSTINHO, M. G. **Espaço público urbano e cidadania nas cidades contemporâneas: o caso do Parque da Luz em Florianópolis/SC**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91911>. Acesso em 11 jul. de 2019.

ALEX, S. **Projeto da Praça: Convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: 2ª edição. Editora SENAC, 2011. 291 p.

ALMEIDA, M. C.; SOARES, C. R; BARBOSA, A. T. S.; KAZANJI, D. P.; LIMA, M. S.; PRADO, P. Novos olhares para a juventude: descobrindo caminhos.

Cad. de Ter. Ocup. da UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 4, p. 863-870. 2015. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1297>. Acesso em 14 out. 2018.

AMARAL, D. M. Escreve você: oficinas de leitura e escrita com jovens e adultos de grupos populares em uma escola pública. **Cadernos de resumos e programação do Congresso de Leitura do Brasil**. Campina – SP. UNICAMP, 2009. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/cadernodeatividades.pdf. Acesso em 14 out. de 2018.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 352p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf. Acesso em 03 jun. de 2019.

ARENDT, H. **O Que é Política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo** – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_arendt_origens_totalitarismo.pdf. Acesso em 04 abr. de 2018.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 348 p.

ARROYO, M. G. O humano é viável? É educável? **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 21-40, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3052/1740>. Acesso em 11 set. de 2019.

ARZALUZ, S. S. La utilización del estudio de caso en el análisis local. *Región y Sociedad*, XVII Enero-Abril, 107-144. México. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/regsoc/v17n32/v17n32a4.pdf>. Acesso em 11 set. de 2019.

AVELAR, M. R. **A proposição de gestão de serviços sociais à criança, ao adolescente e ao jovem por meio da articulação em rede**: investigando a experiência de São Carlos, SP. 2011.68f. Relatório de Iniciação Científica – FAPESP. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 2011.

BADAN, M.C. As redes femininas de oposição à ditadura civil-militar. **Revista Moara** – Edição 43 – jul-dez 2015. P. 42-49. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/3426/3761>. Acesso em 12 jul. de 2019.

BARDI, G. **Histórias de vida na periferia: juventudes e seus entrecruzamentos**. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. 2013. Disponível em: **Histórias de vida na periferia: juventudes e seus entrecruzamentos**. Acesso em 14 out. 2018.

BARDI, G.; MALFITANO, A. P. S. Pedrinho, religiosidade e prostituição: os agenciamentos de um ser ambivalente. *Saúde e Sociedade*, v. 23, p. 42-53, 2014.

BARREIRO, R. G. **Cenários públicos juvenis: o desenho dos Centros da Juventude nas ações da política brasileira**. 2014. 120f. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Terapia Ocupacional - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos -SP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6886/5839.pdf?sequence=1>. Acesso em 14 out. 2018.

BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S.M. Terapia ocupacional social: concepções e perspectivas. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO C. (Org.). **Terapia Ocupacional - fundamentação & prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 347-353. 2007.

BARROS, D. D; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Projeto Metuia - terapia ocupacional no campo social. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v.26, n.3, p.365-369, jul./set. 2002.

BARROS, D. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. **Rev. de Ter. Ocup. da Univ. de São Paulo**, 15(3), p. 90-97. 2004.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 178 p.

BENGOCHEA, J. L. P. et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 119-131, Mar. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 jan. 2019.

BIRULÉS, F. Introducción. In: ARENDT, H. **¿Qué es la política?** Barcelona: Paidós, 1997.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia** (uma defesa das regras do jogo). Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. 171 p. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/MartaCaregnato/o-futuro-da-democracia-norberto-bobbio>. Acesso em 11 set. de 2019.

BOGHOSSIAN, C. O; MINAYO, M. C. S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, 18(3), p. 411-423. 2009.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC (**Em Tese**). Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>.

Acesso em 11 out. de 2018.

BORBA, P. L. O. **Juventude marcada**: relações entre ato infracional e a Escola Pública em São Carlos – SP. 2012. 250 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2287>. Acesso em 07 nov. de 2018.

BOURDIEU, P. (Coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. **La objetivación participante**. In. **Oficios y practicas**. Tradução de Paula Miguel. p. 87-101. 2003. Disponível em: <https://cinedocumentalyetnologia.files.wordpress.com/2013/09/pierre-bourdieu-la-objetivacic3b3n-participante.pdf>. Acesso em 11 out. 2018.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.

BRASIL. **Constituição** [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 11 out. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em 15 out. 2018.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/117/1/guiajuventude1.pdf>. Acesso em 11 set. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 04 nov. de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Traçado metodológico do PROJOVEM Adolescente – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 104 p. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/documentos%20ju/smads-projovem.pdf. Acesso em 18 nov. de 2019.

BRITO, R. R. **Ação política em Hannah Arendt**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2007. 133 p.

BURGOS, R. Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contexto de segregação espacial na cidade de São Paulo e Sorocaba. **Cidades (Presidente Prudente)**, v. 12, p. 105-140, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3949/3517>. Acesso em 11 set. de 2019.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CALLIGARIS, C. **A pauta dos jovens sem pauta comum**, Folha de São Paulo, 17/11/2011, E14. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/9335-a-pauta-dos-jovens-sem-pauta-comum.shtml>. Acesso em 13 fev. 2018.

CAMPOS, S. E. A. et al. O lazer cotidiano do Jardim Gonzaga - São Carlos. In: XV Encontro Nacional de Recreação e Lazer - Lazer e trabalho: novos significados na sociedade contemporânea, 2003, Santo André. **Anais...** Santo André: SESC-Santo André, 2003. p. 1-12. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/pdf/enarelgonz.PDF>. Acesso em 18 jun. 2018.

CAPPELLARO, M. **Cadê as meninas?** Cotidiano e traços de vida de jovens meninas pobres pela perspectiva da terapia ocupacional social. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6874>. Acesso em 18 jun. de 2018.

CARLOTO, C. M.; COSTA, I. S. D. Cidadania e Mulheres em uma perspectiva feminista. **Serviço Social em Revista**, v. 9, p. 1/1-15, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v9n2_cassia.htm. Acesso em 11 set. de 2019.

CASSAB, C.; MENDES, J. T. N. “Perder-se também é caminho”: a dimensão espacial da juventude. **Libertas On-line**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 1-18, 2011. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1665>. Acesso em 15 out. de 2018.

CASSAB, M. A. T. Jovens pobres e a cidade: a construção da subjetividade na desigualdade. In: CASTRO, L. R. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2001. p. 209-226.

CASSAB, M. A. T.; REIS, J. R. Juventude e cidade: um debate sobre regulação do território. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 143-154, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/750>. Acesso em 07 nov. de 2018.

CASSAB, M. A. T.; RIBEIRO, L. C.; SCHETTINO, P. Desigualdade social e território: uma breve reflexão. **Anais da II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, ago. 2005. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Maria_Aparecida_Luiz_Claudio_Priscila297.pdf. Acesso em 07 nov. de 2018.

CASTEL, R. **A Discriminação Negativa** – Cidadãos ou Autóctones? Editora Vozes, 136 p., 2008.

CASTEL, R. Da indignação à exclusão, a desfiliação, precariedade do trabalho e a vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (org.). **Saúde e Loucura 4**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. p. 21-48.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

CASTRO, E. G. O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para reflexão. In: PAPA, F. C.; FREITAS, M. V. (Orgs.). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis 2011a. p. 281 – 306.

CASTRO, L. R. de. Travessias – de casa para a rua; Circulando pela cidade – trajetos e projetos; diversão e conversão. In: **A aventura urbana**: crianças e jovens no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 40 – 100.

CASTRO, L. R. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I.; STENGEL, M. (Org.). **Juventudes contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011b. p. 299-345. Disponível em: Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. Acesso em 15 out. 2018.

CASTRO, L. R.; CORREIA, J. Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social. In: Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais. Belo Horizonte: Editora NAU, 2005, pp. 9–26.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0211.pdf>. Acesso em 13 set. de 2019.

CORREIA, V. A dicotomia público-privado. **Poliética**, São Paulo, v. 3, n. 1, pp. 7-44, 2015.

COSTA, S. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. Oct. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300008&lng=en&nrm=iso. Aceso em 11 de setembro de 2019.

DAGNINO, E. (Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002.

DAGNINO, E. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>. Acesso em 15 out. 2018

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Vila Isabel, v. 1, n. 24, p.40-52, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>. Acesso em 19 out. 2018.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. C. R. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. **Anais... 25ª Reunião Anual Andep**: Caxambu, 2002, p.01-33. Disponível em: http://formacaoredefale.pbworks.com/f/Jovens+no+Brasil_Dif%C3%ADceis+Travessias_Paulo+Carrano.pdf. Acesso em 19 out. de 2018.

DEBERT, G. G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, v.16, n.34, p. 49-70, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832010000200003. Acesso em 12 nov. 2018.

DUARTE, A. J. A periferia como lugar social dos jovens e o processo de escolarização. **Revista Iniciação & Formação Docente**, 1(1), p. 1-18. 2014.

FEIXA, C; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade estado**, v. 25, n. 2, ago. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200003. Acesso em 10 out. de 2018.

FELTRAN, G. O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. DILEMAS. **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 1, n. 1. 2008. p. 93-126. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7136/5717>. Acesso em 19 nov. de 2018.

FELTRAN, G. S. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Revista temáticas**, ano 30, vol. 15, pp. 11-50. 2007. Disponível em: http://www.neip.info/upd_blob/0000/724.pdf. Acesso em 10 jul. de 2019.

FERREIRA, E. P. O espaço público e a cidadania: contribuições de Hannah Arendt. **Sapere Saude** – Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 211-226, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2017v8n15p211>. Acesso em 10 jul. de 2019.

FERREIRA, J. C. M. **Praça Roosevelt**: possibilidades e limites de uso do espaço público. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2009, 189f.

FRANCISCO, M. F. S. Homero como fonte da polis grega. In: CORREIA, A.; NASCIMENTO, M. **Hannah Arendt**: entre o passado e o futuro. Juiz de Fora: Ed. UJFJ, 2008, p. 90-110.

FREIRE, P. **Educadores de rua**: Uma abordagem crítica. UNICEF, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREITAS, B. P. Política e espaço público: um diálogo inicial com Hannah Arendt. **Em Debate** (PUCRJ. Online), v. 07, p. 01-14, 2009.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: In: Fazenda, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Tradução de Eric Nepomuceno. - 9. ed. - Porto Alegre: L&PM, 2002. 270p. Disponível em: http://www.kbook.com.br/livraria/wp-content/files_mf/olivrodosabra%C3%A7os.pdf. Acesso em 01 jul. de 2018.

GALHEIGO, S. M. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico social. *Revista de Terapia Ocupacional*, 14(3), 2003, p.104-109. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13924/15742>. Acesso em 10 set. de 2019.

GALVANI, D.; BARROS, D. D.; PASTORE, M. N.; SATO, M. T. Exercícios etnográficos como atividades em espaço público: Terapia Ocupacional Social no fazer da arte, da cultura e da política. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 859-868, 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1756/792>. Acesso em 11 set. de 2019.

GOMIDE, A. A. Mobilidade Urbana, Iniquidade e Políticas Sociais. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília, n. 12, fev. 2006. p. 242-250. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio5_alexandre12.pdf. Acesso em 18 jun. de 2018.

GOMIDE, D. C. **Materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais**. In: Jornada do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil, 11., 2013, Cascavel, PR. Anais... Cascavel: HISTEDBR, 2013. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo_simposio_2_45_dcgomide@gmail.com.pdf. Acesso em 10 set. de 2019.

GUERRIERO, I. C. Z. A resolução 510/16: diretrizes éticas para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 429-433, 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/1759/739>. Acesso de 01 out. de 2018.

HERMANY, R; MASCHIO, D. Cidadania e espaço público constitucional: Uma abordagem a partir da esfera pública. **Âmbito Jurídico**, v. 58, p. 01-04, 2008. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=5196&n_link=revista_artigos_leitura. Acesso em 01 out. 2018.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 478 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf. Acesso em 01 out. 2018.

IBASE; PÓLIS. **Juventude e Integração Sul-Americana: caracterizações de situações-tipo**, 2007, p. 42. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/juventude-e-integracao-sul-americana-caracterizacao-de-situacoes-tipo-e-organizacoes-juvenis-relatorio-nacional-do-brasil/>. Acesso em 17 out. 2018.

JACOBI, P. R. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 315-338, jan./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a14.pdf>. Acesso em 14 jul. de 2019.

JOVCHELOVITCH, S. **Sociabilidades subterrâneas**: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro. Brasília: UNESCO, 2013. 252 p., il. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000223831>. Acesso em 30 nov. de 2019.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da praxis**: o pensamento de Marx no século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 141 p.

KRAUSKOPF, D. Comprensión de la juventud: el ocaso del concepto de moratória psicosocial. Jóvenes: **Revista de Estudios sobre Juventud**, México, DF, v. 8, n. 21, p. 26- 39, jul./dez. 2004. Disponível em: http://extranet.injuv.gob.cl/cedoc/Coleccion%20Cultura%20y%20Tribus%20Urbanas/D_Krauskop_Concepto_de%20juventud_2004.pdf. Acesso em 30 out. 2018.

LAFER, C. A política e a condição humana. In: ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 10ª. edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 341-352pp. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf. Acesso em 03 jun. de 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3ª edição Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LAURENTINO, F. P. Espaço público: espaço de conflito. Projeto História, **Revista do Programa de Estudos pós-graduados de História**. São Paulo, n.33, p. 307-317, dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2449/1546>. Acesso em 30 nov. de 2019.

LEÓN, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V. **Juventude e Adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Cap. 1. p. 9-18.

LONGHI, C. R. Cidadania, Visibilidade e Espaço Público: uma reflexão sobre a contemporaneidade. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0948-1.pdf>.

LOPES et al. Terapia Ocupacional no campo social no Brasil e na América Latina: panorama, tensões e reflexões a partir de práticas profissionais. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 21-32, 2012. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/545>. Acesso em 30 nov. de 2019.

LOPES, R. E. Cidadania, direitos e terapia ocupacional social. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (orgs), **Terapia Ocupacional Social**: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 29-48.

LOPES, R. E. Terapia Ocupacional social e a infância e juventude pobres: experiências do núcleo UFSCar do Projeto METUIA. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar. V. 14, n.1.p. 5-14. 2006.

LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. Traçados teórico-práticos e cenários contemporâneos: a experiência do METUIA/UFSCar em terapia ocupacional social. In: LOPES, R. E., MALFITANO, A. P. S. (Org.). **Terapia Ocupacional Social**: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EDUFSCar, 2016, p. 297-305.

LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O.; HAHN, M. S. Educação profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais. *O Mundo da Saúde*, v. 34, p. 140-147, 2010.

LOPES, R. E.; BORBA, P. L. de O.; CAPPELLARO, M. Acompanhamento Individual e Articulação de Recursos em Terapia Ocupacional Social: Compartilhando uma Experiência. **O Mundo da Saúde**, v. 35, p. 233-238, 2011. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/acompanhamento_individual_articulacao_recursos_terapia.pdf. Acesso em 18 jun. de 2018.

LOPES, R. E.; BORBA, P. L. O.; CAPPELLARO, M. Assistência social, terapia ocupacional social e o PROJOVEM Adolescente. V Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira – JUBRA. Recife; 2012. Disponível em: http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/Trabalho_2070003306_2.pdf. Acesso em 31 de janeiro de 2020.

LOPES, R. E.; BORBA, P. L. de O.; MONZELI, G. A. Expressão livre de jovens por meio do Fanzine: recurso para a terapia ocupacional social. **Saúde e Sociedade**, v. 22, p. 937-948, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902013000300027&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 18 jun. de 2018.

LOPES, R. E.; ADORNO, R. C. F.; MALFITANO, A. P. S.; TAKEITI, B. A.; SILVA, C. R.; BORBA, C. R. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 63-76, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300008. Acesso em 18 jun. de 2018.

LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O. Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional: ações com jovens pobres na cidade. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v.22, n.3, p. 591-602, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1114>. Acesso em 18 jun. de 2018.

MALFITANO, A. P. S. **A tessitura da rede: entre pontos e espaços**. Políticas e programas sociais de atenção à juventude - a situação de rua em Campinas. 2008. 352f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

MALFITANO, A. P. S. **As dimensões coletivas das ações em terapia ocupacional**. Relatório de Atividades - Bolsa de Pesquisa no Exterior (BPE) – FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo. 2019. (Mimeo).

MALFITANO, A. P. S. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 16, n. 1, p. 1-8, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13952>. Acesso em 18 jun. de 2018.

MALFITANO, A. P. S. Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.p. 117-134.

MALFITANO, A. P. S. et al. Pré-Conferências e Conferência municipal dos direitos da criança e do adolescente de São Carlos: a constituição da rede de

serviços. Encontro de Extensão, 7; Jornada científica e Tecnológica da UFSCar, 8. **Anais...**v.5, São Carlos, 2009, 1261 p.

MALFITANO, A. P. S. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. **Etnográfica**, v. 15, n. 3, p. 523-542, out. 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1060>. Acesso em 17 out. 2018.

MALFITANO, A. P. S.; BIANCHI, P. C. Terapia ocupacional e atuação em contextos de vulnerabilidade social: distinções e proximidades entre a área social e o campo de atenção básica em saúde. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 21, n. 3, p. 563-574, 2013. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/916/468>. Acesso em 17 out. 2018.

MALFITANO, A. P. S.; MARQUES, A. C. R. A entrevista como método de pesquisa com pessoas em situação de rua: questões de campo. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 289-296, 2011. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/cto.2011.002>. Acesso em 17 out. 2018.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna, in: Sulamita Britto (org.). **Sociologia da juventude I – da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 69-94, 1968.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventude es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (Org.). **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. 3. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. p. 13-30. Disponível em: https://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/mario_margulis-la-juventud-es-mas-que-una-palabra.pdf. Acesso em 22 ag. de 2018.

MARINHO, C. H. Juventudes: trajetórias, experiência e reconhecimento em tempos de crise da sociedade do Capital. **R. Pol. Públ. São Luís**, Número Especial, p. 295-303, novembro de 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/5980/3612>. Acesso em 29 out. de 2018.

MARQUES, A. M. B. Liberdade e espaço público no pensamento político de Hannah Arendt. **FIDES**, Natal, v. 2, n. 2, jul./dez. p. 41-59. 2011. Disponível em: <http://www.revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/82>. Acesso em 14 set. de 2019.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, M. F. Uma "catarsis" no conceito de cidadania: do cidadão cliente à cidadania com valor ético-político. **Revista Ética**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 106-118, jul./dez. 2000. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/35817634/art_conceito_de_cidadania.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1554473079&Signature=symAxtW2ifLH7zCFcfGAHLn9G1Q%3D&response-content-

[disposition=inline%3B%20filename%3DTexto_publicado_MARTINS_NO_CO_NCEITO_DE_C.pdf](#). Acesso em 14 set. de 2019.

MASSON, G. A importância dos fundamentos ontológicos nas pesquisas sobre políticas educacionais: contribuições do materialismo histórico-dialético. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados; Brasília: UnB, 2014. p. 201-225.

MEDEIROS, A. P. G. Políticas públicas de produção e gestão de espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo** (Mackenzie. Online), p. 39-56. 2013. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/6083>. Acesso em 17 out. 2018.

MEDEIROS, T. J.; MALFITANO, A. P. S. Entre a Violência e a Cidadania: Um Olhar Sobre a Mortalidade Juvenil. **O Mundo da Saúde**, São Paulo - 2015;39(1):62-73. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/periodicos/mundo_saude_artigos/entre_violencia_cidadania.pdf. Acesso em 17 out. 2018.

MELO, T. V. **Ações sociais e seus impactos na visão de jovens**: o Projeto METUIA e os moradores de um bairro periférico da cidade de São Carlos, SP. 2016. 36f. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. 2016.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, 1997. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_03_ALBERTO_MELUCCI.pdf. Acesso em 07 nov. de 2018.

METUIA. **Projeto político e pedagógico para o Centro da Juventude da região sul de São Carlos**. São Carlos, 2008.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos, 2018. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em 29 out. de 2018.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONSALVE, M. L. M. **Proyectos socioeducativos en la configuracion de subjetividades juveniles**. 2017. 74f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017.

MONTEIRO, R. A. P.; CASTRO, L. R. A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 8, n. 16, dez./2008. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 11 set. de 2019.

MOREIRA, T. A. S. O ato de nomear – Da construção de categorias de gênero até a abjeção. **Cadernos do CNLF**, Vol. XIV, Nº 4, t. 4, 2010. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_4/2914-2926.pdf. Acesso em 30 nov. 2018.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NARCISO, C. A. F. Espaço público: ação política e práticas de apropriação.: Conceito e procedências. **Estud. pesq. psicol.** [online]. 2009, vol.9, n.2, pp. 265-291. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v9n2/v9n2a02.pdf>. Acesso em 01 fev. 2018.

NEVES, A. T. L.; MACEDO, M. D. C. Terapia Ocupacional Social na assistência ao idoso: história de vida e produção de significados. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 403-410, 2015. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/1060/620>. Acesso em 17 out. 2016.

NOSELLA, P. Ética e pesquisa. **Educ. Soc.** [online]. 2008, vol.29, n.102, pp.255-273. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a1329102.pdf>. Acesso em 11 set. de 2019.

NOVAES, R. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes). In: PAPA, F. C.; FREITAS, M. V. (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis 2011. p. 343 – 366.

NOVAES, R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Sociologia especial: Ciência e Vida**, 1(2), 2007, p. 6-15. Disponível em: <http://antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf>. Acesso em 29 nov. de 2018.

NOVAES, R. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 32(1): 184-208, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rs/v32n1/a09v32n1.pdf>. Acesso em 29 nov. de 2018.

NOVAES, R. **Juventude: políticas públicas, conquistas e controvérsias**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7079/02_REGINA_NOVAES.doc. Acesso em 17 out. 2018.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-120.

NUNES, B. F. Consumo e identidade no meio juvenil: considerações a partir de uma área popular do Distrito Federal. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 647-678, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/07.pdf>. Acesso em 17 out. de 2018.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, A. A. S.; TRANCOSO, A. E. R. Processo de produção psicossocial de conceitos: infância, juventude e cultura. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 18-27, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600003. Acesso em 17 out. 2018.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise social**, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em 04 nov. de 2019.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. 2. Ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003. p.27-77.

PAIS, J. M. O cotidiano e a prática artesanal da pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, Vol. 1 (1), pp. 107-128, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/9075>. Acesso em 04 nov. de 2019.

PAN, L. C. **Entrelaçando pontos** – de fora para dentro, de dentro para fora: ação e formação da terapia ocupacional social na escola pública. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 234f, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11980/PAN,%20Livia%20C.,%202019.pdf?sequence=1>. Acesso em 04 nov. de 2019.

PEREIRA, B. P. **Trajetórias Juvenis**: da prática do ato infracional às relações com a instituição escolar. 2011. 56f. Iniciação Científica. (Graduando em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2011.

PEREIRA, P. E. **Aí! Tá me tirando?!** O que dizem jovens moradores da periferia de São Carlos sobre si mesmos e a questão das drogas. 2012. 135f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012.

PEREIRA, P. E.; BARDI, G.; MALFITANO, A. P. S. Juventude, drogas e a desconstrução de paradigmas estabelecidos. **Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, p. 49-60, 2014.

PEREIRA, P. E.; MALFITANO, A. P. S. Atrás da Cortina de Fumaça: Jovens da Periferia e a Temática das Drogas. **Sau. & Transf. Soc.**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 27-35, 2014. Disponível em:

<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/2626/3645>. Acesso em 18 jun. de 2018.

PERES, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 649-673, Aug. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000200017&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 set. de 2019.

PETRUS, J. K. B; PEREIRA JUNIOR, M. V. A influência da participação social para o desenvolvimento local, **Polis [online]**, 44 | 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/11909>. Acesso em 17 out. 2018.

PICANÇO, F. S.; LOPES, N. P. O. O tráfico de drogas em formas: notas de pesquisas sobre o Rio de Janeiro. **Anál. Social**, Lisboa, n. 218, p. 96-120, mar. 2016. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732016000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2019.

POLAK, M. Relações de poder na favela carioca: um breve esforço analítico. **Espaço e Economia**, v. 1, p. 1-37, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/1141>. Acesso em 11 set. de 2019.

PRADO, M. A. M.; PERUCCHI, J. Hierarquias, sujeitos políticos e juventudes: os chamados "movimentos" juvenis circunscrevem um sujeito político na contemporaneidade? In: DAYRELL, J., MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. (pp. 347-359). Belo Horizonte: Editora PUC Minas. 2011.

QUAPPER, C. D. Sociedades adultocêntricas: sobre sus orígenes y reproducción. **Última Década**, Santiago, v. 20, n. 36, p. 99-125, jul. 2012. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362012000100005. Acesso em 17 out. de 2018.

QUEIROZ, L. B.; AYRES, J. R. C. M.; SAITO, M. I., MOTA, A. Aspectos históricos da institucionalização da atenção à saúde do adolescente no estado de São Paulo, 1970-1990. **Hist. Cienc. saúde-Manguinhos**. 2013 jan.- mar; 20(1): 49-66. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702013000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 19 out. 2018.

RIBEIRO, A. M. M. Condição humana, condição cidadã: um ensaio sobre a dignidade da política e os desafios do novo Estado democrático. **Ciências Sociais Unisinos**. Volume 42 • número 1 • jan/abr 2006. p. 12-18. Disponível em: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6010/3185. Acesso em 11 set. de 2019.

ROSA, T. T. **Fronteiras em disputa na produção da cidade: a trajetória do "Gonzaga" de favela a bairro de periferia**. 2008. 217 f. Dissertação (Mestrado

em História). Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279437>. Acesso em 18 jun. de 2018.

RUBIANO, M. M. **Liberdade em Hannah Arendt**. Dissertação. (Doutorado em Filosofia pelo Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo. 2011. 132 p. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-09112011-145638/pt-br.php>. Acesso em 11 set. de 2019.

SANTANA, M. S. **Projetos para as novas gerações**. Juventudes e relações de força na política brasileira (1926-1945). 2009. 251 f. Tese (Doutorado) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09022010-133558/publico/MARCIO_SANTOS_SANTANA.pdf. Acesso em 19 out. 2018.

SANTOS, C. P. N.; RIOS, E. O. Segregação sócio espacial no Cemitério Santana–Jaraguá (Go): Distinções sociais entre a vida e a morte. Anais do Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do Campus Anápolis de CSEH (SEPE) (ISSN 2447 -9357), v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/73346034-Palavras-chave-sociedade-paisagem-cemiterial-cemiterio-municipal.html>. Acesso em 11 set. de 2019.

SANTOS, L. I. C., OLIVEIRA, A. M.; PAIVA, I. L.; YAMAMOTO, O. H. **Juventude e violência**: trajetórias de vida e políticas públicas. *Estud. Pesq. e Psicol.* Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 521-538, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v12n2/v12n2a12.pdf>. Acesso em 02 jul. de 2019.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo globalização e meio técnico-científico informacional**. Hucitec, São Paulo, 1994. Disponível em: <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf>. Acesso em 19 out. 2018.

SANTOS, M. G. M. Hannah Arendt e a condição humana da pluralidade. **REVISTA SÍFIFO**, v. 1, p. 65-80, 2017. Disponível em: <http://www.revistasififo.com/2017/11/hannah-arendt-e-condicao-humana-da.html>. Acesso em 19 out. 2018.

SANTOS, T. A.; SANTOS, H. S.; MASCARENHAS, N. B.; MEO, C. M. M. O materialismo dialético e a análise de dados quantitativos. **Texto contexto - enferm.** [Internet]. 2018 [cited 2019 Sep 11]; 27(4): e0480017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000400600&lng=en. Acesso em 11 set. de 2019.

SAVEGNAGO, S. D. O. **Oportunidades de vida**: fortuidades do tempo e mobilidades no espaço de jovens pobres cariocas, 2018, 275f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia do Programa de pós-graduação em Psicologia. Rio de Janeiro, 2018.

SCALZILLI, G. C. Dona Ruth e Dona Dilma: reflexões sobre as marcas do discurso machista nos usos de um pronome de tratamento. **Cadernos de Estudos Linguísticos** – (58.2), Campinas, pp. 317-328 - mai./ago. 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325184/1/ppec_8647157.pdf. Acesso em 04 nov. de 2019.

SCHERER, G. A. **Serviço social e arte** [livro eletrônico]: juventudes e direitos humanos em cena. 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 192p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=7RuaBQAAQBAJ&pg=PT2&lpg=PT2&q=Servi%C3%A7o+social+e+arte+%5Blivro+eletr%C3%B4nico%5D:+juventudes+e+direitos+humanos+em+cena.&source=bl&ots=w2Cn7ZSTdJ&sig=ACfU3U1JqrKv7khKalApxSkplhukyqyDmg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjV4MPGnZPjAhWBB9QKHcBpChIQ6AEwDXoECAkQAQ#v=onepage&q=Servi%C3%A7o%20social%20e%20arte%20%5Blivro%20eletr%C3%B4nico%5D%3A%20juventudes%20e%20direitos%20humanos%20em%20cena.&f=false>. Acesso em 01 jul. de 2019.

SCHMIDT, D. P. **Violência como uma expressão da questão social: suas manifestações e seu enfrentamento no espaço escolar**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. 85f. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6804>. Acesso em 16 set. de 2019.

SENNETT, R. **Respeito**: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004. 333p.

SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. Geosp – Espaço e Tempo, São Paulo nº 15, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp15/Artigo2.pdf>. Acesso em 11 set. de 2019.

SILVA, C. D.; SOUZA, L. B. **O plantio que virou plantação**: germinar relações para semear vínculos. In: LOPES, R. E, MALFITANO, A. P. S. (Org.). *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos*. 1ed. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2016, v. 1, p. 365-370.

SILVA, C. R. **Percursos juvenis e trajetórias escolares**: vidas que se tecem nas periferias das cidades. 2011. 332f. Tese (Doutorado no Programa de pós-graduação em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2268?show=full>. Acesso em 19 out. de 2018.

SILVA, C. R.; CARRARO, L. E. A arte da sobrevivência ou sobre a vivência da arte. **Interface**, v. 18, p. 237-243, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1801/180130050022.pdf>. Acesso em 19 out. de 2018.

SILVA, C. R.; FREITAS, H. I. Adolescentes em situação de vulnerabilidade: estratégias de terapia ocupacional em um trabalho de prevenção à aids. **Cad. Ter. Ocup. da UFSCar**, v. 11, n. 2 (2003). Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/197>. Acesso em 19 out. 2018.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 87-106. Disponível em: <http://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/100/65>. Acesso em 13 out. de 2018.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Políticas para a juventude brasileira: o ProJovem como estratégia e espaço para a terapia ocupacional social. In: LOPES, R. E, MALFITANO, A. P. S. (Org.). *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos*. 1ed.São Carlos, SP: EDUFSCar, 2016, v. 1, p. 255-274.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E.; CARDINALLI, I.; CARRARO, L. E. Talentos juvenis, recursos midiáticos e participação social. In: V JUBRA, 2012, Recife. **Anais do V JUBRA**, 2012.

SILVA, L. S.; AGOSTINHO, L. O. V. A fundamentalidade do direito ao espaço público e sua limitação em nome da segurança. In: XXI Encontro Nacional do CONPEDI/UFU, 2012, Uberlândia. **Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6e7b33fdea3adc80>. Acesso em 11 jul. de 2018.

SILVA, M. J.; MALFITANO, A. P. S. Pesquisas bibliográficas nos moldes 'estado da arte': produção de conhecimento científico. **Revista Latinoamericana De Metodología de la Investigación Social**, v. 14, p. 40-50, 2017.

SILVA, M. J.; OLIVEIRA, M. L.; MALFITANO, A. P. S. O uso do espaço público da praça: considerações sobre a atuação do terapeuta ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, p. 438-447, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadbto/v27n2/2526-8910-cadbto-2526-8910ctoRE1746.pdf>. Acesso em 04 nov. de 2019.

SILVA, M. L. A ideia de espaço público em Hannah Arendt. **Cadernos Zygmunt Bauman**, vol. 7, num. 13, 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/7348>. Acesso em 04 nov. de 2019.

SILVA, M. S. S. Hannah Arendt e a noção de liberdade como sentido da política no mundo contemporâneo. 2015. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Uberlândia. 120p. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15601/1/HannahArendtSentido.pdf>. Acesso em 04 nov. de 2019.

SILVA, M. S. S.; XAVIER, D. G. Hannah Arendt e o conceito de espaço público. **Profanações**. Ano 2, n. 1, p. 216-236, jan./jun. 2015. Disponível em: http://www.gruporedimunho.com.br/downloads/Arendt_ConceitoEspacoPublico.pdf. Acesso em 04 nov. de 2019.

SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. 192 p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; v.34).

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2004, p. 130-159.

SOARES, V. Projeto Vila-Bairro: impactos nas relações de gênero. In: **Governo Local e Desigualdades de Gênero**. Estudos apresentados pela FGV-EASP, Hewlett, Fundação Ford e AGENDE. São Paulo: 2002.

SOUSA, M. C. P. **O medo e seus refúgios nas grandes cidades: o gueto como alternativa para a proteção**. n: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2008, São Paulo. Mídia, Ecologia e Sociedade. São Paulo: Intercom, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0361-1.pdf>. Acesso em 05 jul. de 2019.

SOUZA, C.; PAIVA, I., L. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, 17(3), setembro-dezembro. 2012, 353-360. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n3/02.pdf>. Acesso em 13 out. de 2018.

SOUZA, L. B. **Memória e Ação Territorial: da história do Jardim Gonzaga às bases de intervenção em terapia ocupacional social**. 2010, 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2010.

SOUZA, W. F. **Jovens, políticas públicas e estratégia administrativas: o papel das ideias e dos discursos na constituição do campo e na trajetória das políticas de juventude no Brasil**. 2016. 207 f. Dissertação (Mestrado) Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16675/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Pol%C3%ADticasJuventude_WandersonFS_versaofinal.pdf. Acesso em 03 nov. de 2018.

SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade. Tempo social. **Revista de Sociologia da USP**, v.5, n.1-2, São Paulo, 1993. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84954>. Acesso em 19 out. de 2018.

SPOSITO, M. P. Breve balanço sobre a constituição de uma agenda de políticas voltadas para os jovens no Brasil. In: PAPA, F. C.; FREITAS, M. V. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. 2011. p. 331 - 342.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 out. 2018.

SPOSITO, M. P.; SILVA, H. H. C.; SOUZA, N. A. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 32 maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a04v11n32.pdf>. Acesso em 13 out. 2018.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2003, n.24, pp.16-39. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300003&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 13 out. 2018.

SPOSITO, M.P. (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007.

SUSIN, C. **Cidadania e espaço público em Hannah Arendt**. 2018. Monografia (Especialização). Programa de Pós-graduação em Filosofia da Educação. Universidade Federal do Paraná. 24p.

SZAPIRO, A. M.; RESENDE, C. M. A. Juventude: etapa da vida ou estilo de vida? **Psicologia & Sociedade**; 22 (1): 43-49, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a06.pdf>. Acesso em 11 set. de 2019.

TAKEUTI, N. M. Paradoxos sociais e juventude contemporânea. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 427-434, set./dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-294X2012000300011&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 13 out. de 2018.

TARGINO, M. G. Divulgação de resultados como expressão da função social do pesquisador. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n.3, p. 347-366, especial 1999/2000. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/04/pdf_515b9da872_0009767.pdf. Acesso em 03 out. 2018.

TELLES, V. S. As Novas Faces da Cidadania: uma Introdução. In: **Novas Faces da Cidadania: Identidades Políticas e Estratégias Culturais**. Cadernos de Pesquisa, Cebrap, 1996, pp.1-7.

TELLES, V. S. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999, 194p.

TELLES, V. S. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**, São Paulo, v.

2, n. 1, p. 23-28, 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v2n1/0103-2070-ts-02-01-0023.pdf>. Acesso em 03 out. 2018.

TELLES, V. S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1994.

TELLES, V. S. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. **Argumentvm** Ed.: Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.veratelles.net/wp-content/uploads/2013/06/CidadeFronteirasLegal-Ilegal1.pdf>. Acesso em 03 out. 2018.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estud. av.** São Paulo, v. 21, n. 61, p. 173-191, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 set. de 2019.

USP. Universidade de São Paulo. Centro de Docência e Pesquisa em Terapia Ocupacional. O curso de terapia ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo; 1997.

VELHO, G. Observando o Familiar. In: OLIVEIRA, E. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.p. 36-46.

VIDAL, D. A linguagem do respeito: a experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas. **Dados** [online]. 2003, vol.46, n.2, pp.265-287. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 11 set. de 2019.

WACQUANT, L. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 26, p. 13-29, jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a03n26.pdf>. Acesso em 25 nov. de 2018.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: FERNANDES, F. (Coord.); COHN, G. (Org.). **Max Weber**. Sociologia. Tradução: Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 6 ed. São Paulo: Ática, 1997. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 13).

WINCKLER, S. Igualdade e cidadania em Hannah Arendt. **Direito em Debate**. Ano X II nº 22, jul./dez. 2004, p. 7-22. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/711/434>. Acesso em 03 out. 2018.

YAZBEK, M. C. Editorial Serviço Social e pobreza. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/01.pdf>. Acesso em 11 set. de 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001, 205p.

ZALUAR, A. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004. 440p.

ZUCCHETTI, D. T.; BERGAMASCHI, M. A. Construções sociais da infância e da juventude. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 28, p. 213-234, jan./jun. 2007. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/download/1801/1681>. Acesso em 03 out. de 2018.

9. ANEXOS

9.1. Anexo 1 – Lista de todos os trabalho pré-selecionados para leitura, por categoria.

Categoria	Referência
Capítulos de livro	LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O.; TAKEITI, B. A. Fomento de metodologias participativas com a juventude: apontamentos sobre experiências de intervenção na busca da articulação entre extensão, ensino e pesquisa. In: Targino de Araújo Filho e Michel Jean-Marie Thiollent. (Org.). Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão. São Carlos: Cubo Multimídia, 2008. p. 165-177.
	LOPES, R.E.; MALFITANO, A. P. S. Traçados teórico-práticos e cenários contemporâneos: a experiência do METUIA/UFSCar em terapia ocupacional social. In: Roseli Esquerdo Lopes, Ana Paula Serrata Malfitano. (Org.). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. 1ed.São Carlos, SP: EDUFSCar, 2016, v. 1, p. 297-306.
	LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O. Jóvenes Pobres en la Ciudad: Contribuciones de la Terapia Ocupacional Social. In: SIMÓ ALGADO, S.; GUAJARDO CÓRDOBA, A.; OLIVER, F. C.; GALHEIGO, S. M.; GARCÍA-RUIZ, S. (Org.). Terapias Ocupacionales Desde El Sur: Derechos Humanos, Ciudadanía y Participación. 1ed.Santiago, Chile: Editorial Universidad de Santiago de Chile, 2016, v. 1, p. 321-340.
	PEREIRA, P. E. Juventudes pobres e a cidade: direitos violados, espaços negados. In: Roseli Esquerdo Lopes, Ana Paula Serrata Malfitano. (Org.). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. 1ed.São Carlos, SP: EDUFSCar, 2016, v. 1, p
	BARDI, G. Terapia ocupacional social e as tessituras de suportes: uma experiência para além dos equipamentos formais. In: Roseli Esquerdo Lopes, Ana Paula Serrata Malfitano. (Org.). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. 1ed.São Carlos, SP: EDUFSCar, 2016, v. 1, p
	CAPPELLARO, M. Vencendo as invisibilidades: a história de Carla. In: Roseli Esquerdo Lopes, Ana Paula Serrata Malfitano. (Org.). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. 1ed.São Carlos, SP: EDUFSCar, 2016, v. 1, p
SILVA, C. D.; SOUZA, L. B. O plantio que virou plantação: germinar relações para semear vínculos. In: Roseli Esquerdo Lopes, Ana Paula Serrata Malfitano. (Org.). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. 1ed.São Carlos, SP: EDUFSCar, 2016, v. 1, p	

Tabela 2 – Lista de capítulos de livro selecionados para leitura na íntegra.

Categoria	Referência
Dissertações e Teses	TRAJBER, N. K. A. Oficinas de Atividades como Processos Educativos e Instrumento para o Fortalecimento de Jovens em Vulnerabilidade Social. 2010. Dissertação (Mestrado no Programa de pós-graduação em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2010. 129 f.
	SILVA, C. R. Percursos juvenis e trajetórias escolares: vidas que se tecem nas periferias das cidades. 2011. Tese (Doutorado no Programa de pós-graduação em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011. 332f.
	PEREIRA, P. E. Aí! Tá me tirando?! O que dizem jovens moradores da periferia de São Carlos sobre si mesmos e a questão das drogas. 2012. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012.135f.
	BARDI, G. Histórias de vida na periferia: juventudes e seus entrecruzamentos. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013. 193f.
	MONZELI, G.A. Em casa, na pista ou na escola é tanto babado: espaços de sociabilidade de jovens travestis. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013. 101f.
	CAPPELLARO, M. Cadê as meninas? Cotidiano e traços de vida de jovens meninas pobres de São Carlos pela perspectiva da Terapia Ocupacional Social. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Roseli Esquerdo Lopes. São Carlos, 2013. 102 f.
	MONSALVE, M. L. M. Proyectos socioeducativos en la configuracion de subjetividades juveniles. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017. 74f.
BORBA, P. L. O. Juventude marcada: relações entre ato infracional e a Escola Pública em São Carlos - SP / Patrícia Leme de Oliveira Borba. -- São Carlos, UFSCar, 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, 2012. 250 f.	

Tabela 3 – Lista de dissertações e teses selecionadas para leitura na íntegra.

Categoria	Referência
	MONZELI, G.A. Expressão livre dos jovens por meio do fanzine: recurso para a terapia ocupacional social. 2010. Iniciação Científica. (Graduando em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2010.
	SOUZA, L. B. Memória e Ação Territorial: da história do Jardim Gonzaga às bases de intervenção em Terapia Ocupacional Social. 2010. Iniciação Científica. (Graduando em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2010.
ICs E TCCs	CARRARO, L. E. Atividades artísticas e culturais como recurso na Terapia Ocupacional Social: um estudo de caso. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos. 2011.
	CARDINALLI, I. Blog como intervenção para a terapia ocupacional social: comunicação, participação social e potencialização de sujeitos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos. 2011.
	VASCONCELLOS, T. M. Ações sociais e seus impactos na visão de jovens: o Projeto METUIA e os moradores de um bairro periférico da cidade de São Carlos, SP. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos. 2016.
	PEREIRA, B. P. Trajetórias Juvenis: da prática do ato infracional às relações com a instituição escolar. 2011. Iniciação Científica. (Graduando em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2011.

Tabela 4 – Lista de Trabalhos de conclusão de curso e de Iniciação científica selecionados para leitura na íntegra.

Categoria	Referência
	<p>LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S.; BORBA, P. L. de O. Juventude em Pauta: planejamento de equipamentos públicos e intervenções sociais. In: IV Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - CBEU, 2009, Dourados - MS. Anais do IV Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Dourados - MS: Universidade Federal da Grande Dourados e outros, 2009. p. 1-12.</p>
	<p>SILVA, C. R.; CARDINALLI, I.; CARRARO, L. E.; SOARES, F. B.; PAN, L. C. Talentos Juvenis do Gonzaga: Promoção da Arte e da Cultura para/com a Juventude. In: XII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional e IX Congresso Latino-Americano de Terapia Ocupacional, 2011, São Carlos. Anais do XII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional e IX Congresso Latino-Americano de Terapia Ocupacional, 2011.</p>
	<p>SILVA, C. R.; LOPES, R. E.; CARDINALLI, I.; CARRARO, L. E. Talentos juvenis, recursos midiáticos e participação social. In: V JUBRA, 2012, Recife. Anais do V JUBRA, 2012.</p>
	<p>SILVA, C. D.; SOUZA, L. B.; LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. O plantio que virou plantação: germinar relações para semear vínculos. In: IX Congresso de Extensão, 2013, São Carlos, SP. Anais de Eventos da UFSCar. São Carlos: UFSCar, 2013. v. CD.</p>
Trabalhos apresentados em congressos	<p>MALFITANO, A. P. S.; SILVA, M. J.; LOPES, R. E.; PAN, L. C. Uma praça e muitas prosas: uma reflexão sobre formas intergeracionais de sociabilidade juvenil. In: VI Simpósio Internacional Sobre a Juventude Brasileira: Os Jovens e Seus Outros, 2015, Rio de Janeiro. VI Simpósio Internacional Sobre a Juventude Brasileira: Os Jovens e Seus Outros - Caderno de Resumos das Comunicações. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. p. 80-80.</p>
	<p>MALFITANO, A. P. S.; MELO, T. V.; MONSALE, M. L. M.; SILVA, M. J.; LOPES, R. E. A visão de jovens sobre o projeto METUIA/UFSCar: alguns impactos de ações sociais. In: XV Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional e IV Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional, 2016, Vitória, ES. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar. São Carlos: Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, 2016. v. 24. p. Sup. Especial.</p>
	<p>LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S.; SILVA, C. R.; SILVA, M. J.; SILVA, C. D.; SOUZA, L. B. Redes Sociais, Espaços Públicos e Cidadania: Políticas e Ações com a Juventude. In: II Congresso Paulista de Extensão Universitária, 2012, São Paulo. Congresso Paulista de Extensão Universitária. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo. In: II Congresso Paulista de Extensão Universitária, 2012, São Paulo. Congresso Paulista de Extensão Universitária. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, 2012, 2012. p. 256. 2012.</p>
	<p>LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O. Redes sociais, espaços públicos e cidadania: políticas e ações com a juventude. In: V JUBRA, 2012, Recife. Anais do V JUBRA, 2012.</p>

Tabela 5 – Lista de trabalhos apresentados em eventos científicos selecionados para leitura na íntegra.

9.2. Anexo 2 – Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Sobre a/o participante:

- 1- Nome
- 2- Idade
- 3- Lugar de nascimento
- 4- Viveu em outro lugar que não o Gonzaga? (quando? onde? porque?)
- 5- Há quanto tempo vive no Gonzaga?
- 6- Quais são as redes de suporte mais próximas?
- 7- Como são as relações com sua família?
- 8- Atualmente você vive com quem?
- 9- Qual é seu grau de escolaridade?
- 10- Como foi sua trajetória escolar?

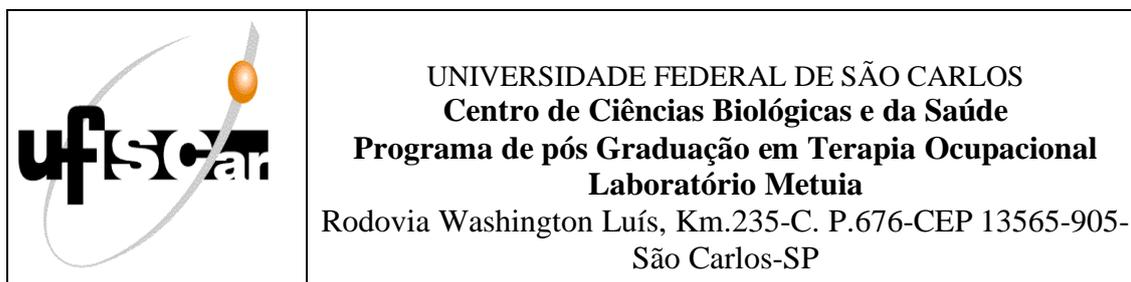
Trajetória de participação:

- 1- Você conhece algum projeto social em seu território (passados e presentes – datas, pessoas significativas)?
- 2- Você já participou/participa desses espaços? Quais?
- 3- O que te motiva a participar?
- 4- Qual foi ou tem sido suas formas de participação nesses espaços? E o que esses espaços têm significado pra você?
- 5- Quais atividades te geravam/geram maior interesse? Por que?
- 6- Qual é sua percepção sobre o trabalho dos projetos sociais com jovens e para os jovens?
- 7- Você considera importante os projetos sociais em seu território?

Sobre o presente:

- 1- Quais atividades realiza atualmente (trabalho e/ou estudo)?
- 2- Em que/como você considera que sua participação em projetos sociais influenciou sua vida?
- 3- Atualmente quais resultados você percebe desses trabalhos no/sobre o território? E sobre a vida das pessoas que participaram?
- 4- Quais sugestões você tem para fortalecimento desses espaços?

9.3. Anexo 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, declaro que consinto em participar de uma entrevista para a pesquisa de título provisório “Espaços públicos, juventudes e terapia ocupacional social”, com o objetivo de conhecer se os jovens do bairro Jardim Gonzaga, no Município de São Carlos, passaram a se relacionar de um modo diferente com os espaços públicos de seu bairro e cidade a partir da participação nas Oficinas do METUIA.

Vale ressaltar que a participação nessa pesquisa não acarreta em nenhum ônus ao colaborador, e que serão respeitados todos quesitos éticos, inclusive preservando a identidade do participante.

Dados sobre o Projeto

- a) Discente/Entrevistadora: Marina Jorge da Silva – PPGTO/UFSCar
- b) Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano - PPGTO/UFSCar

São Carlos, _____ de _____ 2018.

Assinatura d@ entrevistad@